

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

WILLIAM SOARES DOS SANTOS

“A EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA”:

Um estudo das atividades produtivas da Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas – APROAGRO, conforme os princípios da Economia de Comunhão EdC

**NATAL/RN
2018**

WILLIAM SOARES DOS SANTOS

“A EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA”

Um estudo das atividades produtivas da Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas – APROAGRO, conforme os princípios da Economia de Comunhão EdC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Bastos Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes – CCHLA

Santos, William Soares dos.

A experiência de Branquinha: um estudo das atividades produtivas da Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas - APROAGRO, conforme os princípios da Economia de Comunhão EdC / William Soares dos Santos. - 2018.
199f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Bastos Alves.

1. Branquinha (Alagoas). 2. Economia de Comunhão. 3. Reciprocidade. 4. Gratuidade. I. Alves, Maria Lúcia Bastos. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316:338.43.01

WILLIAM SOARES DOS SANTOS

“A EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA”

Um estudo das atividades produtivas da Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas – APROAGRO, conforme os princípios da Economia de Comunhão EdC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Bastos Alves (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Irene Alves de Paiva – UFRN (Membro Interno à Instituição)

Prof.^o Dr.^o Luis Carvalho de Assunção UFRN (Membro Interno à Instituição)

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria de Aquino UFRPE (Membro Externo à Instituição)

Prof.^a Dr.^a Mercia Regane Rangel UFCG (Membro Externo à Instituição)

Dedico esta tese a todos os que acreditam e se empenham para concretizar os princípios da Economia de Comunhão em meio à dinâmica do mercado atual.

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão maior dos meus princípios e valores.

Ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, sobretudo, aos professores, pela competência e seriedade ao nos proporcionarem os recursos formativos necessários ao longo do doutorado.

À minha orientadora Maria Lucia pela competência, seriedade e paciência com que conduziu todo o percurso deste trabalho, ajudando-nos a mergulhar no campo de pesquisa e a fundamentar suas dinâmicas sociais.

Aos professores que, muito gentilmente, aceitaram compor a banca deste doutoramento e contribuir para o enriquecimento desta pesquisa.

Através de Cristina, Dora e Vânia, agradeço às lideranças da Economia de Comunhão, sobretudo, de Maceió, pela confiança e acolhida a mim dispensadas, tornando possível meu trajeto até Branquinha para realização da pesquisa de campo.

Ao querido povo de Branquinha pela acolhida e confiança a mim depositadas, sem as quais esse trabalho não teria sido possível realizar.

Enfim, ao Padre Wagner e à Paróquia São Francisco de Assis, Tapera/Aquiraz - Ceará, que me acolheram e apoiaram nos meses finais de escrita da tese.

“As sociedades progrediram na medida em que
elas mesmas, seus subgrupos e, enfim, seus
indivíduos aprenderam a estabilizar suas
relações, a dar, receber e, enfim, retribuir”
(Marcel Mauss).

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as práticas solidárias produtivas realizadas pela Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas – APROAGRO, a partir dos princípios da Economia de Comunhão EdC. Com base nas práticas socioprodutivas, será levada em consideração a eficácia dessas dinâmicas. Trata-se de uma associação de mulheres do assentamento Zumbi dos Palmares, município de Branquinha/AL, cujo caráter familiar solidário tem como objetivo gerar renda para os moradores do assentamento. As atividades desempenhadas são essencialmente agrárias, isto é, voltadas para a agricultura familiar e atividades artesanais. Têm como objetivo serem gerenciadas e comercializadas de forma comum, de acordo com o estilo de produção cooperativista. A Economia de Comunhão, mediante a ética cristã da partilha gratuita e recíproca dos bens materiais, tem o propósito de suscitar, na liberdade, a divisão de parte dos lucros obtidos por empresas que aderem a esta proposta. Intervir junto aos empobrecidos, na perspectiva de sua inclusão socioeconômica é a meta a ser atingida. Trata-se de um projeto que foi lançado no Brasil, em maio de 1991, pela italiana Chiara Lubich (1920-2008), fundadora do grupo religioso cristão católico denominado Movimento dos Focolares. A abordagem será um estudo de caso no contexto socioeconômico da APROAGRO, como alternativa ao modelo de produção hegemônico capitalista. O embasamento teórico principal apoiou-se na perspectiva da teoria da dádiva de Marcel Mauss (1974), mediante a qual foi possível realizar uma discussão acerca dos fundamentos teóricos da Economia de Comunhão, relacionando-os às práticas produtivas do empreendimento. Ao indagarmos sobre a eficácia e a viabilidade econômica da EdC, partimos da hipótese de que os projetos de desenvolvimento econômico que foram realizados na associação, sob a égide da Economia de Comunhão, geraram melhorias socioeconômicas para os assentados. Consequentemente, o capital poderá ser considerado mais humanizado na medida em que sua aquisição e distribuição forem resultados de uma dinâmica produtiva solidária. Constatamos que o capitalismo hegemônico, que se impõem ao contexto econômico global, não é absoluto, pois existem outras dinâmicas produtivas que a ele se contrapõem, a exemplo das práticas solidárias produtivas da Experiência de Branquinha.

Palavras-chave: Experiência de Branquinha. Economia de Comunhão. Reciprocidade. Gratuidade.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the solidary productive practices carried out by the Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas – APROAGRO, based on the principles of the Economy of Communion (EoC). Based on socio-productive practices, the effectiveness of these dynamics will be taken into account. This is a women's association of the Zumbi dos Palmares settlement, at Branquinha/AL, whose family character is aimed at generating income for the residents of the settlement. The activities carried out are essentially agrarian, that is, directed towards family farming and artisanal activities. They aim to be managed and commercialized in a common way, according to the cooperative style of production. The Economy of Communion, through the Christian ethics of free and reciprocal sharing of material goods, is intended to give rise, in liberty, to a free division of part of the profits made by companies that adhere to this proposal. Intervening with the impoverished from the perspective of their socioeconomic inclusion is the goal to be achieved. It is a project that was launched at Brazil on May, 1991, by the Italian Chiara Lubich (1920-2008), founder of the Catholic Christian religious group called the Movimento dos Focolares (Focolare Movement). The approach will be a case study in the socioeconomic context of APROAGRO as an alternative to the model of capitalist hegemonic production. The main theoretical orientation was based on the perspective of Marcel Mauss's (1974) gift theory through which it was possible to discuss the theoretical foundations of the Economy of Communion and relating it to the productive practices of the enterprise. When we inquired about the effectiveness and economic viability of the EoC, we assume that the economic development projects that were carried out in the association, under the aegis of the Economy of Communion, it generated socioeconomic improvements for the settlers. We find that hegemonic capitalism, which imposes itself on the global economic context, is not absolute, for there are other productive dynamics that oppose it, as in the productive practices of Branquinha's Experiences.

Keywords: Branquinha's experience. Economy of Communion. Reciprocity and Gratitude.

RESUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser les pratiques productives solidaires menées par l'Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata d'Alagoas - APROAGRO, sur la base des principes de l'Économie de Communion (EdeC). Sur la base de pratiques socioproductives, l'efficacité de ces dynamiques sera prise en compte. C'est une association de femmes du campement de Zumbi dos Palmares, à Branquinha/AL, dont le caractère familial vise à générer des revenus pour les résidents du campement. Les activités exercées sont essentiellement agraires, c'est-à-dire orientées vers l'agriculture familiale et les activités artisanales. Ils visent à être gérés et commercialisés de manière commune, selon le style de production coopératif. L'Économie de Communion, par le biais de l'éthique chrétienne du partage libre et réciproque des biens matériels, a pour objet de lever, en toute liberté, le partage d'une partie des bénéfices obtenus par les entreprises qui adhèrent à cette proposition. Intervenir auprès des pauvres du point de vue de leur inclusion socio-économique est l'objectif à atteindre. C'est un projet qui a été lancé au Brésil en mai 1991 par l'Italienne Chiara Lubich (1920-2008), fondatrice du groupe religieux chrétien catholique appelé Movimento dos Focolares (Mouvement des Focolari). L'approche sera une étude de cas dans le contexte socio-économique d'APROAGRO comme alternative au modèle de production hégémonique capitaliste. L'orientation théorique principale était basée sur la perspective de la théorie du don de Marcel Mauss (1974) à travers laquelle il était possible de discuter des fondements théoriques de l'économie de communion et de la relier aux pratiques productives de l'entreprise. Quand nous nous sommes renseignés sur l'efficacité et la viabilité économique de l'EdeC, nous avons supposé que les projets de développement économique réalisés dans l'association, sous l'égide de l'économie de communion, avaient généré des améliorations socio-économiques pour les colons. Nous constatons que le capitalisme hégémonique, qui s'impose au contexte économique mondial, n'est pas absolu, car il existe d'autres dynamiques productives qui s'y opposent, comme dans les pratiques productives des expériences de Branquinha.

Mots-clés: L'expérience de Branquinha. Économie de communion. Réciprocité et gratuité.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mariápolis: Cidades-Testemunho espalhadas pelo mundo	38
Figura 2 Associação liderada por mulheres (07/10/2015)	81
Figura 3 Cozinha da associação onde são preparados doces e polpas caseiras (07/10/2015).	82
Figura 4 Feira agroecológica sendo realizada nas dependências da UFAL / Maceió (06/10/2015).	82
Figura 5 Imagem do caminhão utilizado pela associação (07/10/2015)	84
Figura 6 Exposição dos produtos da APROAGRO. Hall das exposições Centro Mariápolis Piero/Nairóbi, Quênia (27/05/2015).	84
Figura 7 Feiras de produtos orgânicos – Praça Centenário – Maceió.	149
Figura 8 Feiras de produtos orgânicos – Praia Ponta Verde – Maceió.	150
Figuras 9-10 Curso de fabricação de pães, realizado na sede da APROAGRO.....	150
Figura 11 Artesanato com a fibra de bananeira	150
Figura 12 Armazenamento de doces e polpa de frutas	150
Figura 13 Apicultura – Colmeias para instalação.....	151
Figura 14 Colmeia instalada.....	151
Figura 15 Extração do mel.....	151
Figura 16 Irrigação	152
Figura 17-18 Avaliação do projeto de Branquinha na APROAGRO.....	157
Figura 19 À direita, frutas que foram partilhadas antes da avaliação.....	157
Figura 20 Associação dos homens. Ao lado, o caminhão da entidade.....	164
Figura 21 Trator sem condições de uso	164
Figura 22 Discussão em torno da demarcação do espaço da associação das mulheres	166
Figura 23 Cerca sendo derrubada.....	167
Figura 24 Negociações para permanência da cerca.....	167
Figura 25 Vista do prédio da associação dos homens, localizado na via de acesso principal da agrovila. Nos fundos, podem ser visualizadas parte da Igreja Católica, de cor azul, e da APROAGRO.	169
Figura 26 Reunião política seguida de almoço em frente à casa do candidato à presidência da associação dos homens	171
Figura 27 Preparação dos produtos agrícolas para serem transportados para as feiras	174
Figuras 28-29 Transporte dos produtos agrícolas e dos feirantes no mesmo espaço do caminhão.....	175

Figura 30 Nascente de um dos afluentes do Rio Branca	177
Figura 31 Esgoto doméstico sendo jogado próximo à nascente	177
Figura 32 Esgoto a céu aberto, correndo em direção ao Rio Branca.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relatório 2016 – Gestão da Comissão EdC internacional.....	69
Tabela 2 Gestão das empresas e Comissões EdC locais	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O objeto de pesquisa	22
2 Perspectiva metodológica	28
3 Estrutura da Tese	32
CAPÍTULO I – ECONOMIA DE COMUNHÃO	35
1.1 O Movimento dos Focolares.....	36
1.1.1 A Comunhão de Bens	38
1.1.2 O princípio da unidade.....	41
1.2 A Economia de Comunhão – EdC.....	44
1.2.1 A EdC e a economia civil	45
1.2.2 Pobreza e miséria: um projeto a ser superado pela EdC.....	54
1.2.3 A dialética da Economia de Comunhão.....	62
1.2.4 A Esfera do Simbólico.....	73
CAPÍTULO II – O CAMPO DE PESQUISA	79
2.1 O Assentamento Zumbi dos Palmares	79
2.2 A Experiência nas Relações Sociais	86
2.3 A Utopia tensionada entre as fronteiras do real e do ideal	89
CAPÍTULO III – ARTICULANDO O UNIVERSO TEÓRICO DA EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA	94
3.1 A Dádiva.....	95
3.1.1 Atualidade da dádiva	106
3.1.2 A perspectiva dialética da dádiva: o conflito social	111
3.2 A teoria comunitária e de vizinhança, na perspectiva weberiana	114
3.3 Weber e a tensão entre a esfera religiosa e a econômica.....	118
3.4 A economia solidária e os mecanismos dominadores do capital.....	121
CAÍTULO IV – A EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA	134
4.1 Negociações	135
4.2 As relações socioeconômicas de branquinha.....	141
4.2.1 A dádiva da terra.....	142
4.2.2 As trocas solidárias	148
4.2.3 Os conflitos da experiência de Branquinha	154

4.2.3.1 Avaliação do projeto de Branquinha	156
4.2.3.2 As disputas político-ideológicas	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	199

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é de analisar as práticas solidárias produtivas realizadas pela Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas APROAGRO¹, a partir dos princípios da gratuidade e reciprocidade propostos pela Economia de Comunhão. Trata-se de uma Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares, município de Branquinha/AL, cujo caráter familiar tem como objetivo gerar emprego e renda para os moradores do assentamento, sobretudo, àqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade, tais como desemprego, drogas, prostituição, etc.

A produção da APROAGRO está centrada, sobretudo, nas seguintes atividades: fabricação e comercialização de doces e polpas de frutas caseiras e na produção de artesanatos, cuja matéria-prima é extraída da fibra de bananeira. A dinâmica de maior visibilidade e rentabilidade econômica está voltada para a agricultura familiar orgânica, quais sejam hortaliças, cereais e frutas da região, sobretudo, as cítricas, com ênfase para a laranja lima, que são comercializadas em feiras livres da região e da capital Maceió / AL, destacando-se a feira orgânica que ocorre semanalmente nas dependências da Universidade Federal de Alagoas/ UFAL.

Tendo em vista que as relações sociais são permeadas por influências do sistema econômico predominante, que visa à exploração produtiva para obtenção de lucros, a Economia de Comunhão tem como objetivo, a partir da ética cristã da partilha gratuita e recíproca dos bens materiais, suscitar, na liberdade, a doação de parte dos lucros obtidos por empresas que aderem a esta proposta². Intervir junto aos menos favorecidos economicamente, na perspectiva de sua inclusão socioeconômica é a meta a ser atingida. Diante de tais propósitos, questiona-se: em que medida ou sobre quais dinâmicas os princípios da EdC podem ser considerados coerentes com sua prática econômica, uma vez que os discursos dos divulgadores dessa proposta econômica podem encobrir relações de exploração que são

¹ Além da sigla APROAGRO, também utilizada pelos sujeitos, outras palavras e expressões serão empregadas ao longo deste trabalho, tais como: “Branquinha”, “A experiência de Branquinha”, “Casa do doce”, “Associação das mulheres” e “Empreendimento de Branquinha”.

² E aqui despontou a questão de saber acerca da relação custo/benefício que tais doações poderiam gerar para os empreendimentos doadores, que poderá ser aprofundada posteriormente, através de pesquisa relacionada a esse problema. Conforme consultas realizadas junto à Associação Nacional por Uma Economia de Comunhão – ANPECOM, a doação de parte dos lucros que é feita por empresários para a inclusão socioeconômica dos empobrecidos, conforme a proposta da Economia de Comunhão, não implica no abatimento do imposto de renda em prol da instituição doadora. Trata-se de uma operação voluntária dos empresários que realizam tal procedimento. Para outras informações a esse respeito, consultar os Sites: <https://www.anpecom.com.br/>; <https://www.anpecom.com.br/anpecom/transparencia/> (acessado em 24 de julho de 2018, às 14h).

próprias do capitalismo? Ou ainda: é possível “humanizar” o capital, mediante relações produtivas de cunho solidário?

A gratuidade e a reciprocidade, como princípios cristãos fundamentais da Economia de Comunhão, são preceitos que devem permear as relações, inclusive econômicas, a ponto de superar meras atitudes pontuais de trocas de pequenos serviços ou favores equivalentes. O que se pretende, mediante tal proposta, é um tipo de comportamento solidário e espontâneo, construído socialmente, que é denominado por Chiara Lubich como a “cultura do dar”³.

A Economia de Comunhão foi idealizada e lançada no Brasil, em Maio de 1991, pela italiana Chiara Lubich (1920-2008), fundadora do grupo religioso cristão católico denominado Movimento dos Focolares. O contexto socioeconômico mundial e brasileiro no qual se originou a proposta da EdC é densamente influenciado pela ideologia hegemônica capitalista. Trata-se de um desempenho econômico legitimado pela política neoliberal, que garante a propriedade privada e uma livre concorrência entre os mercados, de forma a globalizar os recursos produtivos e sua comercialização em favor do acúmulo e da concentração de riquezas, às custas da exploração do trabalho, conforme vem considerar Harvey (1992, p. 307):

O processo mascara e feitichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva.

O desempenho capitalista prevê a desestruturação do mundo trabalho através da terceirização e do trabalho informal. O que tem acarretado uma contínua necessidade de reordenação socioterritorial dos espaços de produção do capital ou a chamada “acumulação flexível” do capital (HARVEY, 1992). Os efeitos danosos dessa organização econômica são perceptíveis pelo desemprego e subemprego em escalas elevadas. Antunes (1998) adverte acerca da precarização do trabalho cada vez mais acentuada, a notar também por um exército de subcontratados em favor da produção e acumulação do capital, mesmo que às custas da destruição do meio ambiente, em proporções universais. Para Antunes,

³ Lubich refere-se à “cultura da partilha” ou “cultura do dar”, reconhecendo que “É a cultura do Evangelho, é o Evangelho, porque foi no Evangelho que compreendemos o que é ‘doar’. Nele está escrito: ‘Dai e vos será dado; será derramado em vosso regaço uma boa medida, calcada, sacudida, transbordante’ (Lucas 6, 38). E é o que experimentamos todos os dias” (LUBICH, 2004, p. 41).

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (1998, p. 35).

A dinâmica do mercado capitalista é imprevisível, fluida e inconsequente. Primeiramente, há de se convir que o aumento exacerbado da concentração de riquezas gera a situação oposta: exploração, exclusão e empobrecimento extremo de populações inteiras, assim como ocorre nos chamados países de terceiro mundo. Se existem picos de estabilidade e confiabilidade do mercado, suscetíveis a novos e rentáveis investimentos, é imprescindível considerar também que a própria engrenagem capitalista de produção em massa, comercialização, consumismo e acumulação do capital atinge níveis de saturação danosos para a sociedade, gerando graves crises econômicas, comprometendo o próprio alicerce produtivo que apoia a estrutura financeira.

Para Mészáros (2009), o modo de produção capitalista da atualidade depara-se com o grave desafio que é o de enfrentar sua crise estrutural, cujo alvo principal se faz constatar nos países capitalistas centrais, como os Estados Unidos e a Europa. As repercussões deste cenário econômico são constatadas através de políticas trabalhistas exploradoras da força de trabalho e, conseqüentemente, o empobrecimento das massas operárias, sobretudo, nos países considerados periféricos, a exemplo do Brasil e dos demais países da América Latina. Há uma gradativa tendência de precarização das relações trabalhistas.

Ao atingir as finanças globais, conseqüentemente, a crise estrutural do capitalismo também compromete as estruturas sociais e culturais das sociedades que fazem andar o motor da produção. A crise, na sua condição generalizadora, “[...] vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17). Na ótica de Antunes (1998), a dinâmica do capital assume proporções devastadoras para a sociedade. A implicação mais grave desse modo produtivo manifesta-se na exploração do trabalhado, comprometendo assim a capacidade de socialização entre os sujeitos, em vista da multiplicação do capital, mesmo que isso incorra em sérios danos ambientais. Antunes (1998, p. 38) argumenta que

[...] destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para

as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito produtivo do capital.

No entanto, o cenário socioeconômico que se apresenta como preponderante, no qual está inserido a Economia de Comunhão, se visto por outro ângulo, pede novas estratégias para o livre comércio no seu estágio de globalização, a fim de ganhar a competitividade nas relações econômicas. Recorre-se a uma tecnologia capaz de repensar as estruturas produtivas, a partir do trabalhador que produz. A aposta é que seja instaurado um diálogo entre o capital e o trabalho. Para Antunes, o cenário econômico da atualidade requer uma estrutura interempresarial de incentivo produtivo capaz de propiciar uma adesão dos trabalhadores ao projeto lucrativo da empresa, segundo os interesses exclusivos do capital: “[...] o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital” (ANTUNES, 1998, p. 41). Para o autor, trata-se “de uma nova forma de apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital” (1998, p. 42), cujo fenômeno é denominado “metamorfose do capital”. É a capacidade que o modo de produção capitalista tem de se reinventar e adaptar-se a outras demandas, mediante a ideologia da acumulação de riquezas, para superação das próprias crises econômicas.

Além da visão mais tradicionalista de gestão empresarial fundamenta no controle dos trabalhadores, quando considerados meros instrumentos de mão de obra alocáveis, mediante transações de compra e venda, outra reflexão acerca da dinâmica produtiva e de quem produz impõe-se na atualidade como nova estratégia de gestão de pessoas, a fim de sobressair na guerra concorrencial dos mercados globalizados. Na visão de Ladain et al. (2012), o trabalho vem se tornando cada vez mais intelectual do que braçal. O foco do debate recai em um tipo de gestão de pessoas que vise ao trabalho produtivo, a partir do desenvolvimento das potencialidades laborais de cada trabalhador, que passa a fazer parte do corpo gestor da empresa, indispensável para o desenvolvimento do negócio. Mais do que uma ferramenta de produção em massa, o trabalhador passa a fazer parte da estratégia organizacional da empresa. Ultrapassando os limites do trabalho mecânico repetitivo, estimula-se a capacidade criativa e social dos produtores, inclusive, através de incentivos financeiros. A ideia é que o desenvolvimento humano implicará fortalecimento econômico da empresa e, portanto, aumento dos lucros.

A consolidação de vínculos relacionais entre os trabalhadores é o embasamento necessário e indispensável, para que o empreendimento se sobressaia diante da

competitividade do mercado. Daí prima-se por um ambiente empresarial familiar, onde as pessoas sintam-se motivadas ao bom desempenho das suas atividades. Nesta forma de organização produtiva, os empregados passam a ser considerados colaboradores da instituição econômica, compondo um núcleo produtivo. Há necessidade de uma profícua interação entre donos de empresas e seus colaboradores, que passam a formar o corpo organizacional da empresa. Na percepção de Marras (2000, p. 253), “A gestão que privilegia como objetivo fundamental, através de suas interações, a otimização dos resultados finais da empresa e da qualidade dos talentos que a compõem”.

O esforço estratégico de se praticar uma dinâmica empresarial promissora, capaz de interagir eficazmente com os interesses do mercado, em prol do lucro, é o propósito ao qual se submete a nova tendência empreendedora capitalista. A ideologia da obtenção do lucro é a lei que move os mercados, cuja pergunta fundamental a ser justificada, de acordo com esta mentalidade é: Como fazer o lucro? Além de corresponder à perspectiva capitalista, através da obtenção dos lucros, a Economia de Comunhão levanta a seguinte questão: Por que fazer o lucro? Isto é, o interesse pela obtenção da riqueza, segundo a ideologia do mercado, vem acompanhado do sentido e dos valores solidários que a justifique. Na perspectiva da EdC, até que ponto a partilha das riquezas, de forma espontânea e fraterna, seque a lógica do capital?

Para a EdC, a obtenção dos lucros requer, necessariamente, levar em consideração todo o conjunto de produção, comercialização e consumo final dos bens e serviços. O que deve sobressair neste complexo sistema de operações econômicas são as pessoas, nas suas mais variadas funções, cujo desempenho deve ser obtido através de um trabalho mais humanizado e, conseqüentemente, produtivo (ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2010)⁴.

Diante da atual tendência estratégica de gestão de pessoas, quando se considera o empregado como colaborador, bem como parte essencial e integrante da organização do empreendimento, é que se questiona se tal dinâmica a ser incorporada pelas empresas da Economia de Comunhão, mediada por valores solidários cristãos, não seria uma tática ideológica capitalista de conformar e adequar sujeitos aos interesses concorrenciais da produção flexível? Retomando a questão central deste trabalho: até que ponto as práticas solidárias do Empreendimento de Branquinha, ao ser apoiadas com projetos de

⁴O trabalho produtivo, além da mão de obra utilizada para realizar as tarefas de produção de bens e serviços, prevê também atividades sociais e intelectuais, a fim de que o trabalhador possa desempenhar seu trabalho em constante interação com as demais funções que compõem o corpo do empreendimento. Diferentemente do trabalho produtivo, na perspectiva marxista, é o trabalho explorado, pois separa os trabalhadores das suas capacidades sociais e intelectuais. Relega o trabalhador a mera força de trabalho do qual se extrai exclusivamente o lucro. Nesta dinâmica, a mão de obra torna-se um recurso a ser controlado, conforme as necessidades de produção.

desenvolvimento econômico, cujos recursos são oriundos de doações de empresários ligados à Economia de Comunhão, refletem os princípios da EdC e podem ser consideradas expressão de um capital mais humanizado?

O desempenho econômico da Experiência de Branquinha denota um agir social. Para Ramos (1958, p. 79), “[...] todo fazer humano implica uma ‘interpretação’ das coisas que manipula como todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação, não é, pois, legítimo extremar a distinção entre teoria e prática”. A percepção do autor advoga em prol da subjetividade que permeia todas as relações humanas, mesmo que sejam mediadas por objetos quantificáveis. Partimos do desejo, particular ou coletivo, de realizar algo ou de adquirir e permutar algum benefício que nos satisfaça. Daí há necessidade de se considerar as razões que movem as pessoas a se engajarem no processo dinâmico e interativo com o meio e com os demais semelhantes. Abordar a dinâmica humana que ocorre junto ao Empreendimento de Branquinha requer do pesquisador, indispensavelmente, uma postura interpretativa deste recorte social e econômico. Emergem, pois, elementos quantificáveis, mas também fatores tradicionais e simbólicos, necessitando de uma abordagem epistemológica interpretativista. De acordo com Villardi et. All (2007, p. 847),

A visão interpretativista permite perceber que as relações simbólicas são tão importantes quanto as reações de produção e que a vida organizacional também precisa ser examinada nesta dimensão. Pessoas são mão-de-obra no processo produtivo, mas também são espaços criadores de significados, pois o corpo e o simbólico, imante do seu psiquismo, se complementam.

O Empreendimento Solidário de Branquinha, estudo de caso⁵ aqui proposto, requer uma postura interpretativa de pesquisa, mediante a qual se pretende obter fundamentos qualitativos e quantitativos do desempenho socioeconômico, seja através de estimativas produtivas ou de operações comerciais realizadas pela APROAGRO, que possam explicitar e fundamentar os mecanismos operacionais da EdC.

O estudo de caso, como modalidade de pesquisa, assegura a legitimidade científica, como processo de investigação. Mais especificamente, de acordo com Gonçalves (2001, p. 67), “O estudo de caso é o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para a análise de um fenômeno”. Daí é que surge a questão de saber o que a Experiência de Branquinha, suas práticas solidárias sugerem acerca do fenômeno estudado, aqui representado pela Economia de Comunhão. Como unidade

⁵ O estudo de caso não impedirá uma abordagem descritiva das características socioantropológicas da Experiência de Branquinha, mediante exercício etnográfico.

produtiva solidária e integrada à Economia de Comunhão, a Associação das Mulheres inserida é o foco dos estudos realizados. A hipótese é de que as relações de reciprocidade exercitadas pela APROAGRO manifestam os princípios da EdC.

Do ponto de vista teórico, o argumento principal que justifica as práticas econômicas solidárias, gratuitas e recíprocas do Empreendimento de Branquinha está fundamentado na teoria da dádiva sistematizada por Maus (1974). Aqui, pode-se suscitar um debate que, em certa medida, paradoxalmente, contraponha-se à perspectiva utilitarista e economicista do mercado atual, que se apresenta como hegemônica e absoluta, obscurecendo outros formatos socioeconômicos, a exemplo do proceder econômico solidário, que subsiste na realidade de mercado atual. A partir do viés solidário, é que os princípios e práticas da EdC poderão ser melhor compreendidos e justificados na sua proposta de atuação. Assim, serão considerados autores que trabalham essa temática do dom e contra-dom, tais como, Martins (2006), Caillé (2006), Godbout (2002), dentre outros. Também será incluído o aporte teórico da Economia Solidária, discutindo-se autores que fundamentaram seus estudos em tal proposta, a exemplo de Paul Singer (2003).

No que diz respeito às relações comunitárias de cunho familiar e de vizinhança, que constituem o Empreendimento de Branquinha, a reflexão incluirá as fundamentações weberianas acerca do sentido das ações sociais dos sujeitos, com o fito de identificar como as motivações intrínsecas das pessoas, bem como os valores éticos e religiosos, mobilizam-nas a solidarizar-se reciprocamente. Para Weber (2012, p.15), as atitudes solidárias correspondem às ações sociais referentes a valores, manifestadas, sobretudo, “[...] pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado”.

O estudo de caso proposto demandará um debate dos discursos dos sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente na APROAGRO, incluindo a repercussão dos demais moradores do assentamento e localidades circunvizinhas. A abordagem pontuará a intervenção e a articulação empreendedora dos representantes da Economia de Comunhão Junto à Experiência de Branquinha, cujo apoio se faz notar através da implementação de um projeto de desenvolvimento econômico junto à APROAGRO, vigorando há alguns anos. O que nos guiou na análise das suas práticas e conquistas produtivas. Os fundamentos teóricos e práticos da Economia de Comunhão tornam-se indispensáveis como ferramentas de comparação e interpretação de determinada dinâmica social, a exemplo do que ocorre na Experiência de Branquinha, cuja análise das práticas produtivas é a tarefa que nos desafia na

condição de pesquisador. Bourdieu justifica a importância da teoria para o bom desempenho da abordagem empírica. Segundo o autor (1999 p. 48-49):

Se é necessário lembrar que “a teoria domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório”, ou ainda que “sem teoria, não é possível regular um único instrumento, interpretar uma única leitura” é porque a representação da experiência como protocolo de uma constatação isenta de qualquer implicação teórica transparece em mil indícios, por exemplo, na convicção, ainda bastante comum, de que existem fatos que poderiam sobreviver tais quais à teoria para a qual e pela qual tinham sido feitos.

O contato com o objeto de pesquisa requer um tipo de relacionamento capaz de introduzir o pesquisador no universo existencial do grupo a ser estudado. Daí a necessidade de se colher “a história” dos sujeitos envolvidos na pesquisa, dando voz àqueles que participam direta ou indiretamente da APROAGRO. Em decorrência dessa abordagem, há necessidade de se compreender as atividades estabelecidas no processo de organização social, econômica e política dos assentados, mediante imbricações fundamentadas nos princípios da EdC. É imprescindível valorizar a coleta de dados de forma mais subjetiva e vivencial, equilibrando-se a pertinência das informações quantitativas e qualitativas. Os sujeitos a quem esta pesquisa se destina, em primeiro lugar, são as pessoas do assentamento e todos os que estão envolvidos nas atividades produtivas da APROAGRO.

1.1 O objeto de pesquisa

As primeiras informações acerca da Economia de Comunhão foram obtidas quando eu estava cursando Filosofia, em 1997, em João Pessoa – Paraíba. Através de colegas de turma, participei de reuniões mensais promovidas pelos Focolares, com os quais ainda mantenho contato, embora não tenha vínculo institucional com o grupo. O convívio permitiu tomar conhecimento de alguns princípios e valores adotados pelos Focolares como seu projeto de vida, tais como: a unidade, o amor fraterno, a partilha dos bens materiais, o ecumenismo, o diálogo religioso e a Economia de Comunhão. Esta última despertou minha atenção por ter surgido em âmbito religioso específico, propondo-se a interagir com a sociedade a partir da dimensão econômica. O elo se faz mediante um tipo de economia alicerçada na partilha fraterna/solidária e recíproca dos bens materiais, em uma perspectiva de emancipação socioeconômica dos que enfrentam os desafios da miséria e da pobreza⁶.

⁶ O termo pobreza aqui empregado diz respeito a situações de vulnerabilidade social ou ainda a pessoas, grupos ou populações empobrecidas.

O que se falava acerca da Economia de Comunhão, de imediato, pareceu-me algo novo, pois, até então, não tinha conhecimento algum a esse respeito⁷. Nas várias reuniões dos Focolares, de que pude participar, suas lideranças diziam que a Economia de Comunhão era uma proposta alternativa e “nova” no campo econômico da atualidade. Mas, como isso ocorre em um cenário capitalista hegemônico e dominante? A Economia de Comunhão é inspirada na “cultura da partilha”, de onde emergem princípios como gratuidade, reciprocidade e unidade. O esforço é que sejam consolidadas relações solidárias entre os que fazem parte desta dinâmica, a ponto de as pessoas tornarem-se o centro das dinâmicas produtivas, ultrapassando um simples meio para obtenção de lucros, conforme a concepção do mercado dominante impõe (LEITÃO e SPINELLI, 2008).

O intuito é que os empreendimentos econômicos, ligados à Economia de Comunhão, interajam com o mercado para produzir riquezas, mas com o propósito de inclusão socioeconômica dos que se encontram à margem do usufruto dos benefícios sociais e econômicos. Para Leitão e Spinelli (2008, p. 453), as unidades produtivas vinculadas à EdC “[...] são empresas privadas, inseridas no mercado, que salvaguardam a propriedade particular dos bens, colocando o lucro em comunhão: uma visão humanista cristã do mundo dos negócios”.

A EdC, portanto, é a favor dos mercados, pois visa aos mecanismos de geração de riquezas, mas se distancia do individualismo e da acumulação desenfreada de bens dos capitalistas, submetendo e relegando à miséria grande parcela da sociedade. Para Gui e Bruni (2001), a EdC faz a diferença no mercado quando propõe um modelo econômico pautado na comunhão. Consequentemente, a partilha voluntária dos lucros em favor de uma economia inclusiva. Mas, os lucros gerados pelas empresas ligados à EdC têm fundamental importância para a sustentabilidade e desenvolvimento destes empreendimentos. Daí, intui-se que a proposta EdC está situada em um exercício dialético de aceitação e de recusa, ao mesmo tempo, das ferramentas de geração de riqueza do mercado. Isso aguçou minha curiosidade a ponto de buscar um maior aprofundamento sobre o assunto.

Em 2005, concluí o curso de graduação em Ciências das Religiões, em Fortaleza (CE). Neste ano, tive a oportunidade de estudar as práticas caritativas promovidas pela Igreja Católica do bairro onde eu residia. Realizavam-se doações de alimentos e roupas para pessoas

⁷ Uma das características que parece acompanhar o tema da EdC é o propósito de se produzir e comercializar produtos, tendo em vista um desempenho socioeconômico voltado também para atitudes solidárias, em que existam ações de gratuidade e reciprocidade. É uma dinâmica que põe em discussão os impasses e as contradições presentes nas relações de produção, a notar, sobretudo, pelas desigualdades que separam os donos dos meios de produção e do capital e os demais trabalhadores subordinados à dinâmica produtiva, a fim de que haja uma humanização da economia, fortemente pontuada pela ideologia dominadora do capitalismo.

carentes, organizadas por voluntários. Havia também um pequeno empreendimento solidário de artesãos que funcionava no formato de uma associação, ocupando, provisoriamente, um espaço do centro de formação paroquial. Durante a pesquisa nestas duas atividades solidárias, inclusive na associação de artesãos, deparei-me com algumas pessoas ligadas ao Movimento dos Focolares, atuando como voluntárias nas obras assistenciais. Logo, senti motivação de aproximar-me delas para contar como tinha sido meu contato com alguns membros do Movimento em João Pessoa. Então, fui convidado para comparecer às reuniões dos focolarinos, em Fortaleza.

Através de alguns encontros com pessoas ligadas aos Focolares, tomei conhecimento, em linhas gerais, de que a Economia de Comunhão se tratava de um projeto econômico destinado, sobretudo, para empresas privadas e que tinha como objetivo a partilha espontânea e fraterna, com os mais empobrecidos, de parte dos lucros obtidos nas transações comerciais, seja através de doações ou de projetos de geração de emprego e renda. É o caso, por exemplo, de cooperativas e de micro empreendimentos que são apoiados com fundos oriundos da Economia de Comunhão. Segundo relatavam, é uma modalidade econômica que tende a suscitar reciprocidade entre doadores e beneficiados, em uma perspectiva de comunhão fraterna.

Apesar de não ter sido o foco dos meus estudos nas Ciências da Religião, a dinâmica solidária ocorrida na paróquia motivou-me a estudar, posteriormente, a Economia de Comunhão. A questão que surgiu de imediato e que norteou minha pesquisa de mestrado foi de saber como se evidenciava, na prática, a Economia de Comunhão. Concluída a graduação em Ciências da Religião, em 2005, e de posse de um conhecimento mais geral acerca da Economia de Comunhão, elaborei um projeto de pesquisa de Mestrado acerca da temática, que foi submetido e aceito pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande⁸, entre os anos 2010–2012.

Durante o mestrado, pesquisei um empreendimento privado ligado à Economia de Comunhão, denominado “*Dalla Strada*”⁹, cuja proposta era de profissionalizar jovens vindos da “rua”. Sua atividade produtiva é a fabricação de bolsas¹⁰ e acessórios femininos. A empresa contava com duas unidades produtivas¹¹: a sede estava localizada no Polo Industrial

⁸ A Dissertação teve como orientadora a Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista (PPGCS/UFCG).

⁹ Expressão italiana que significa *Da Rua*.

¹⁰ A matéria-prima utilizada na fabricação das bolsas incluía lonas de caminhão recicladas e retalhos de tecidos jeans que seriam jogados no lixo.

¹¹ As duas unidades produtivas da *Dalla Strada* contavam com cerca de 25 funcionários, incluindo diretores, sócios e voluntários. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/noticiarios-edc-pt-br-1/289->

da EdC, em Igarassu/PE e uma filial¹² recém instalada no segundo Polo Industrial da EdC, em Vagem Grande Paulista/SP. O objetivo da fábrica de bolsas era de profissionalizar jovens carentes da região onde se localiza a empresa, oriundos também de centros de recuperação para dependentes químicos¹³ e de um orfanato localizado nas proximidades daquela região, de onde procederam algumas jovens que foram qualificadas e contratadas pela unidade produtiva de São Paulo.

As atividades produtivas da Dalla Strada estavam em processo de consolidação junto ao mercado. Visando à sustentabilidade pela obtenção dos lucros, imprescindível para a sobrevivência da empresa, o empreendimento enfrentava problemas financeiros pela baixa produtividade, situação ocasionada também pela pouca experiência da mão de obra recém-formada. Apesar do impasse, ao término da pesquisa, consideramos que a empresa se mostrou engajada na sua proposta de profissionalizar jovens vindos da rua.

Os princípios da EdC justificaram-se pelo esforço de uma prática antieconomicista, uma vez que o foco do empreendimento estava voltado para os sujeitos sociais, ou seja, os jovens inseridos no processo econômico do mercado. Isso pôde ser constatado pela forma como a empresa era gerenciada, a ponto de o objetivo de obtenção dos lucros não ser considerado uma finalidade absoluta de sobressair-se diante do mercado, a qualquer custo, sem que se levasse em consideração o ritmo e as limitações da história pessoal de cada funcionário, em processo de aprendizagem profissional.

O propósito da empresa era de que os jovens se tornassem futuros empreendedores. Para a perspectiva econômica da EdC, é de suma importância os relacionamentos de companheirismo e de solidariedade que foram exercitados entre os jovens durante o curso de fabricação de bolsas, bem como os vínculos relacionais que foram consolidados entre os componentes da empresa.

O debate sobre a dádiva ocorreu na medida em que se efetivaram relações de gratuidade e reciprocidade entre os funcionários, no dia a dia do empreendimento, as quais pude presenciar. Havia momentos de entrosamento e de convivência entre os funcionários antes do expediente e durante o almoço. O propósito de emancipação socioeconômica dos

josetta-1-pt-br/josetta-1-pt-br-auto-created-parent/eventos-no-brasil/1386-uma-nova-empresa-no-polo-spartaco-dalla-strada-para-o-mundo.html Acesso em: 11 abr. 2016.

¹² Vale considerar que a filial foi instalada com o apoio financeiro de sócios.

¹³ A ideia era de profissionalizar jovens, capacitando-os em todas as etapas de fabricação das bolsas. Posteriormente, poderia haver a contratação e efetivação do cursista na empresa. A Dalla Strada iniciou suas atividades no Polo Industrial da EdC, em Igarassu/PE, em parceria com a Casa do Menor, liderada pelo religioso italiano Pe. Renato Chiera, cuja sede encontra-se no Rio de Janeiro, dispondo de algumas unidades espalhadas pelo Brasil. Trata-se de um centro de recuperação de jovens vindos da rua, em situação de dependência química. Disponível em: <http://www.casadomenor.org.br/site/> Acesso em: 10 abr. 2016.

funcionários da Dalla Strada, conforme sugere um dos princípios da EdC, efetivou-se na proposta de atuação do próprio empreendimento, ou seja, propiciar aos jovens um aprendizado profissional capaz de instruí-los na confecção de todas as etapas da produção de bolsas e de acessórios femininos. Isso significava a execução de um tipo de trabalho mais humanizado.

Conforme a perspectiva hegemônica do mercado capitalista, segundo a problematização marxista (MARX, 1985), o trabalho é objeto de exploração quando almeja exclusivamente os lucros. Consequentemente, é repetitivo e fragmentado em várias funções, a fim de se obter maior produtividade e consequente aumento de riquezas nas mãos dos capitalistas. É uma dinâmica produtiva que minimiza o trabalhador, que se especializa em uma única função no processo produtivo, tornando-se incapaz de executar uma atividade produtiva nas suas mais variadas funções. Isso o trabalho e o trabalhador a ponto de tornar-se mercadoria nas mãos dos capitalistas.

A aproximação do objeto de estudo, através da Dalla Strada, suscitou a continuidade do debate acerca das práticas econômicas solidárias que ocorrem na atualidade e, até certo ponto, contrapõem-se à hegemonia do mercado atual, a exemplo da Economia de Comunhão. Sentimos a necessidade de aprofundar essa reflexão, desta vez a partir de um empreendimento de cunho cooperativista, cujas atividades econômicas são organizadas sob a forma de autogestão: a chamada Experiência de Branquinha. Esta dinâmica produtiva contou com recursos financeiros de vários projetos financiados por entidades públicas e privadas¹⁴, que foram elaborados e implementados segundo os princípios da Economia de Comunhão, com a finalidade de viabilizar seu potencial socioeconômico.

A Experiência de Branquinha merece ser investigada nas suas sociabilidades e desdobramentos produtivos. Inicialmente, um dos elementos que foram levados em consideração para a escolha deste campo foi a notoriedade que este empreendimento representa para a região do município de Branquinha, como também para os adeptos da EdC. Em congressos regionais e nacionais acerca da Economia de Comunhão, o empreendimento de Branquinha era citado como uma dinâmica econômica que trazia em si uma experiência de vida produtiva sustentável, uma vez que as práticas econômicas solidárias estavam fundamentadas em um aprendizado comunitário e de preocupação com a natureza, cujas dinâmicas levam em consideração relacionamentos familiares, afinidades entre vizinhos, trocas de favores, costumes e valores religiosos.

¹⁴ A exemplo da Universidade Federal de Alagoas UFAL e do Banco Santander.

Há de se considerar também o empenho do grupo de mulheres da APROAGRO, ligadas ao movimento camponês de lutas e reivindicações em prol de melhorias para o assentamento, que será analisado posteriormente. A Experiência de Branquinha é constituída por uma complexa rede de influências na sua composição social. Sejam as repercussões do Movimento dos Sem Terra, internalizadas nos assentados através das dinâmicas de lutas pela reforma agrária, dando origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, recorte empírico desta pesquisa, como também a influência de valores religiosos, a exemplo da dinâmica comunitária cristã, representada por Católicos e Protestantes, que convivem no assentamento e entre os associados da APROAGRO.

O assentamento ainda dispõe de um espaço comunitário onde funciona a primeira associação, desde origem da posse da terra, conhecida atualmente como “associação dos homens”. Em meio a essa realidade multifacetada por interações sociais, a serem analisadas nos capítulos posteriores, é que se pode considerar a influência dos valores cristãos que a Economia de Comunhão representa, mediante projetos solidários de desenvolvimento econômico, destinados ao espaço produtivo da APROAGRO e, conseqüentemente, para o assentamento, de forma geral. Por essa razão, é que a Experiência de Branquinha foi considerada pelas lideranças da Economia de Comunhão um “modelo” alternativo de desenvolvimento econômico a ser reproduzido em outras regiões e projetos apoiados pela EdC.¹⁵

A APROAGRO conta, atualmente, com o apoio de um projeto de desenvolvimento agroecológico financiado com recursos da EdC. A etapa inicial teve a formação técnica e de autogestão necessárias à viabilidade do empreendimento, havendo também oficinas de entrosamento interpessoal, mediante os princípios solidários da Economia de Comunhão. A etapa atual do projeto visa à sustentabilidade e autonomia da associação, devendo sobreviver à competitividade do mercado, com perspectiva de melhorar os rendimentos econômicos para os associados e, conseqüentemente, para a comunidade.

A Experiência de Branquinha está inserida no contexto geral dos projetos de desenvolvimento e de inclusão socioeconômica da EdC, com os quais interage mediante troca de conhecimentos acerca das suas práticas solidárias e produtivas. Na perspectiva da comunhão, que é um princípio fundamental da EdC, nenhum projeto solidário ou empreendimento privado, ligado a esta perspectiva econômica, atuará no mercado de forma isolada, embora tenha autonomia para isso. A ideia é de que haja, em certa medida, uma

¹⁵ Inclusive, a Experiência de Branquinha foi apresentada em Congresso Internacional da EdC, na cidade de Nairóbi, no Quênia.

interação recíproca e espontânea entre os diversos empreendimentos fundamentados pela comunhão fraterna, a ponto de serem partilhadas também as dificuldades financeiras enfrentadas por empresários e demais organizações produtivas.

Periodicamente, são realizados encontros de empresários e de formação dos princípios da EdC, nos centros Mariápolis dos Focolares, dos quais participam também empreendedores e representantes de projetos oriundos dos recursos da EdC, a exemplo do que ocorre com o Empreendimento de Branquinha. Tais momentos de formação de empresários são importantes para que se pratique a comunhão e a ajuda recíproca entre os empreendimentos e projetos que encontram dificuldades de subsistirem às crises do mercado.

Se a comunhão deve perpassar todos os empreendimentos ligados à Economia de Comunhão, nas suas variadas formas jurídicas, julgamos que a Experiência de Branquinha é parte do projeto coletivo EdC, que está relacionado ao contexto mais geral dos empreendimentos que aderem a esta proposta. Portanto, é imprescindível eleger, como fonte de investigação para este trabalho, a Experiência de Branquinha. Trata-se de uma unidade produtiva solidária significativa e suficiente para análise do fenômeno estudado, ou seja, a Economia de Comunhão.

Para além de um desempenho econômico satisfatório, a Economia de Comunhão prevê, sobretudo, um projeto de vida alicerçado em uma dinâmica solidária, consolidando-se vínculos comunitários, assim como a Experiência de Branquinha demonstra indícios dessa concretização.

1.2 Perspectiva metodológica

Por tratar-se de um estudo de caso, a Experiência de Branquinha mobilizou alguns cuidados e técnicas de pesquisas, como forma de viabilizar e aprofundar os princípios epistemológicos decorrentes das práticas solidárias do empreendimento e suas especificidades. Obviamente, requer do pesquisador um processo de negociações como ponto de partida indispensável para se adentrar em campo.

Para chegarmos ao Empreendimento de Branquinha e elegê-lo como foco da abordagem empírica deste trabalho, mas tendo em vista suas conexões com o universo mais abrangente no qual se constitui a Economia de Comunhão, houve a necessidade de participar de encontros, congressos e também de se recorrer à literatura acerca da temática. Perceber nos discursos e momentos de convivência, entre as várias lideranças e articuladores da EdC, o tipo de empreendimento cabível para o recorte epistemológico, bem como sua importância e projeção para os adeptos desta perspectiva econômica, foi o desafio que enfrentamos nesses

primeiros contatos. Coube aqui a pesquisa exploratória, visando a uma percepção mais geral acerca dos princípios, da organização e da atuação do objeto de estudo.

Ao escutar relatos, repetidas vezes, acerca do Empreendimento de Branquinha e da sua experiência solidária, considerada pelos adeptos da EdC “piloto” e alternativa para a superação do subdesenvolvimento, sendo este um propósito fundamental dessa proposta econômica, iniciei um processo de aproximação e de negociações com as lideranças da APROAGRO. Em certa medida, havia uma conexão entre a Experiência de Branquinha e outros projetos solidários apoiados pela EdC, já que as práticas cooperativistas são consideradas um “lócus” favorável para o exercício da comunhão fraterna, através da gratuidade e reciprocidade, mas tendo em vista a rentabilidade obtidas com as atividades econômicas, necessárias à sustentabilidade de qualquer empreendimento. Ali parecia se configurar um terreno profícuo para a pesquisa, cujo universo sociológico abrigava elementos a serem desvendados e analisados acerca da Economia de Comunhão.

Iniciaram-se as negociações para a pesquisa. Os primeiros contatos que tive com as lideranças da Experiência de Branquinha suscitaram um misto de estranhamento e expectativa, por tratar-se de novos convívios que estavam iniciando e que envolveriam pesquisas acadêmicas. Daí a necessidade de serem exercitados relacionamentos que tenham como base a confiança entre os sujeitos sociais e o pesquisador. A inserção no campo requer o compromisso de não desrespeitar a privacidade das pessoas que compõem o universo da abordagem.

O rigor da investigação ajuíza respeito e esmero em relação aos sujeitos. Os informantes constituem o universo da realidade que se deseja pesquisar, tendo um papel fundamental para a coleta de dados, indispensável no processo de construção do conhecimento. O zelo e a sensibilidade do pesquisador são necessários para garantir a privacidade dos informantes junto ao campo, a ponto de seus nomes serem modificados, quando necessário. É o que vem recomendar Clifford (1998 p. 54-55): “Os discursos etnográficos não são, em nenhuma circunstância, falas de personagens inventados. Os informantes são indivíduos específicos com nomes próprios reais – nomes que podem ser citados de forma modificada quando necessário”.

A Experiência de Branquinha requer, indispensavelmente, a coleta de informações acerca da descrição histórica das origens do assentamento e decorrentes problemáticas. É o que o exercício etnográfico vem propiciar ao pesquisador. Isso significa perceber e admitir pontos de tensão vivenciados entre os assentados. É o que a minha permanência no assentamento, durante o tempo de pesquisa, foi capaz de revelar. Para isso, fez-se necessária

uma proximidade entre o pesquisador e os sujeitos que constituem o campo desta pesquisa, sejam as pessoas ligadas à Associação das Mulheres, como também dos demais habitantes do espaço a ser pesquisado.

Berremán (1980, p. 171) adverte para o cuidado do pesquisador em relação aos dados obtidos em campo, considerando a confidencialidade das informações obtidas. Este cuidado evitará possíveis penas para os informantes, além de ser a forma de assegurar a permanência do pesquisador em campo e a continuidade dos estudos iniciados. De acordo com o autor “O etnógrafo deve zelar por não revelar as informações de bastidores que recebe e o fato mesmo de que as recebe, tanto para proteger suas fontes de informação das sanções que podem ser impostas contra elas, como para resguardar sua própria aceitação na comunidade”.

Devem ser estabelecidas relações de confiança e de imparcialidade entre o pesquisador e os sujeitos da abordagem, a partir de uma convivência mais próxima, que gere diálogo aberto e espontâneo. É o que procurei exercitar quando percorri os espaços, visitando famílias e conversando sobre a realidade do assentamento. Tive a oportunidade de entrevistar outras lideranças que não estavam ligadas à Associação das Mulheres, como agentes de saúde, professores, diretor de escola, médicos da saúde da família, enfim. Sempre com o cuidado de não me envolver afetivamente com opiniões, críticas ou juízo de valor daqueles com quem convivi.

Velho (1978, p. 36) chama a atenção para a necessidade de se ter um distanciamento em relação ao objeto de pesquisa, garantindo assim a objetividade do trabalho científico: “Uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho”. O autor também reconhece a importância de um tipo de convivência mais próxima com os sujeitos da pesquisa, indispensável para obter-se valiosas contribuições para o conhecimento da vida social. Segundo Velho (1978, p. 74),

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo.

A imparcialidade da pesquisa admite um duplo movimento do pesquisador em relação aos sujeitos: distanciamento e envolvimento. Os contatos que tive com o campo foram intercalados pelos períodos de recolhimento, a fim de rever as anotações do caderno de campo, escutar gravações e recorrer às leituras bibliográficas já realizadas. É o período de

tempo de que dispomos para interpretar dados coletados e de se recorrer a novas leituras complementares.

A observação participante confere o viés etnográfico, assegurando melhor compreensão das dinâmicas sociais do campo. A Experiência de Branquinha, para além de um empreendimento solidário, trata-se também de uma organização de luta e resistência de um movimento de mulheres, que procura delimitar suas fronteiras produtivas, garantindo um sustento econômico, ao mesmo tempo em que se constroem pontes de diálogo com os que não fazem parte do empreendimento, inclusive, com lideranças de outros assentamentos. Investigar e refletir sobre essas conexões requer do pesquisador maior conhecimento do material coletado, sendo capaz de interpretar possíveis distorções ou juízo de valor por trás das ideias de cada elemento ou dado de que se dispõe. Há, com isso, o esforço de se reconhecer as peculiaridades socioculturais e econômicas do campo pesquisado, obtendo-se maior densidade e amplitude geográfica na abordagem, que está relacionada ao campo de pesquisa.

A perspectiva empírica de Clifford alerta para a importância do registro descritivo material e cultural de determinado grupo estudado. O estudo do empreendimento de Branquinha requer do pesquisador a capacidade de se mergulhar na realidade social estudada a ponto de perceber o modo de agir e de pensar desse grupo social. Extrair daí elementos das suas sociabilidades, que abrangem, indispensavelmente, as práticas econômicas e os valores religiosos, já que a Economia de Comunhão está justificada por princípios cristãos, é o que a abordagem empírica se propôs a realizar. Há um constante fervilhar da objetividade e subjetividade presentes no campo, evidenciadas pela riqueza material (formas produtivas) e pelos valores culturais de determinado grupo. Nisto consiste o esforço de se considerar os valores e manifestações emocionais do campo pesquisado através do exercício da empatia:

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante (CLIFFORD, 1998, p. 33).

As práticas solidárias da Experiência de Branquinha, na perspectiva da Economia de Comunhão, põem em questão o sentido que o termo “experiência” representa para os que estão envolvidos na dinâmica produtiva do empreendimento. Consideramos que há algo mais a ser investigado e desvelado! As sociabilidades que o campo apresenta reivindicam uma

abordagem que não esteja condicionada a pressupostos positivistas, cujos resultados coincidam com uma prática experimentalista, fundamentada unicamente pela comprovação empírica dos fatos. Isso incorreria na superficialidade do imediatismo, eliminando-se o protagonismo dos sujeitos sociais na subjetividade dos seus valores e relacionamentos (MASSIMI; MAHFOUD, 2005).

A superação de uma abordagem reducionista, inevitavelmente, põe o pesquisador em contato direto com a realidade estudada, conferindo legitimidade e profundidade no processo de investigação. Na percepção de Gilssani (2000, p. 20), é um confrontar-se com “tudo” no processo de abordagem da realidade “[...] que constitui o meu rosto ao confrontar-me com tudo”. A aproximação do campo é capaz de sentenciar rupturas com as prenoções e ideologias, que, muitas vezes, são mascaradas pelo senso comum. Mas, vale retomar a hipótese de que, na Experiência de Branquinha, em alguma medida, constatam-se coerência ao relacionar propósitos e valores da Economia de Comunhão às práticas econômicas realizadas pelos atores sociais aí envolvidos. No entanto, há de se atentar para o cuidado epistemológico em relação à abordagem teórica e empírica. Bourdieu recomenda a ruptura do senso comum como necessidade primordial da pesquisa, cujo objetivo maior deve ser a eliminação das impressões primeiras. O autor considera que:

A influência das noções comuns é tão forte que todas as técnicas de objetivação devem ser utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura que, na maior parte das vezes, é mais professada do que concretizada. Assim, os resultados da medida estatística podem, pelo menos, ter a virtude negativa de desconcertar as impressões primeiras (BOURDIEU, 1999, p. 24).

A APROAGRO, como organização solidária cooperativista, é uma das modalidades jurídicas de produção e desenvolvimento econômico que constitui e fundamenta a Economia de Comunhão. Há necessidade, então, de serem realizados os seguintes procedimentos de coleta de dados: (1) aplicação de questionários semiestruturados com lideranças e demais associados; (2) visitas às atividades agrárias realizadas nos lotes; (3) participação em feiras agroecológicas e nas atividades artesanais realizadas pelos assentados. São considerados os contatos ou a influência que o Empreendimento de Branquinha exerce em outras localidades da região ou órgãos municipais. Participamos das reuniões realizadas pela associação com os assentados, assim como de outras atividades promovidas pela EdC, a exemplo de encontros, congressos, etc.

1.3 Estrutura da Tese

A tese está ordenada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta, em linhas gerais, os fundamentos da Economia de Comunhão. O empenho ocorreu na medida em que a interpretação dos princípios e valores religiosos desta perspectiva econômica foi capaz de suscitar um diálogo com o horizonte conceitual que a experiência de Branquinha nos indicou, bem como de orientar as análises acerca das práticas solidárias do empreendimento estudado.

O segundo capítulo encarregou-se de situar e sistematizar as primeiras informações que obtivemos acerca do espaço estudado. O objetivo foi apresentar o campo de pesquisa, pontuando as primeiras ideias acerca do empreendimento de Branquinha. Houve a necessidade de se relatar a forma pela qual a Economia de Comunhão chegou até ao assentamento. Para corresponder aos apelos do campo, foram fundamentados os sentidos dos termos “experiência” (GIUSSANI, 2000) e “utopia” (MANNHEIM, 1986), uma vez que a perspectiva conceitual destes termos se articula com a teoria da dádiva, aporte teórico principal desta tese.

O terceiro capítulo teve o objetivo de articular a perspectiva teórica principal da experiência de Branquinha. O intuito foi de apresentar os fundamentos da teoria da dádiva (MAUSS, 1974), sendo esse o eixo teórico que conduziu a interlocução com os demais autores que foram considerados, bem como de orientar as análises das práticas econômicas do empreendimento de Branquinha. Reconhecemos a contribuição que os estudos maussianos ofereceram para o melhor entendimento das atividades socioeconômicas solidárias das nossas sociedades atuais.

A fundamentação teórica contou com autores que conceituaram a perspectiva do conflito social, a exemplo de Simmel (1983), contribuindo para uma interlocução com a perspectiva dialética da dádiva, quando há a possibilidade de sua recusa e, conseqüentemente, a quebra do vínculo social aí estabelecido. Já que a experiência de Branquinha se trata de um empreendimento de cunho solidário, houve a necessidade de recorrermos aos princípios da Economia Solidária, sobretudo, a partir da abordagem de Paul Singer (1983). No entanto, consideramos uma perspectiva econômica que vai além do empreendimento de Branquinha, sobretudo, quando há trocas de benefícios e favores entre parentes, vizinhos e amigos. Houve, então, um apelo para incluirmos a fundamentação econômica comunitária e de vizinhança de Weber (1999; 1985), bem como a perspectiva da economia religiosa do autor, quando fundamenta uma aversão que há entre as esferas religiosa e econômica.

O quarto capítulo teve como eixo de abordagem o estudo e a análise das práticas solidárias produtivas da Experiência de Branquinha, mediante os princípios da Economia de Comunhão. No esforço de fundamentar a Experiência de Branquinha, a partir da sua

economia, foi realizada a observação participante, a partir da convivência que tivemos com os assentados, no intuito de perceber os valores e as contradições que se manifestaram ao longo da pesquisa de campo. A história de vida dos assentados foi considerada através dos relatos por eles declarados. Vale destacar a importância que o projeto de desenvolvimento econômico, no campo da agroecologia, o chamado projeto de Branquinha, representou para os assentados, já que houve uma melhora econômica nas suas condições de sobrevivência.

CAPÍTULO I – ECONOMIA DE COMUNHÃO

Julgamos imprescindível destinar este capítulo para apresentar os fundamentos da “Economia de Comunhão”, cujos princípios orientam as análises das práticas solidárias da experiência de Branquinha. Por ser um projeto econômico relativamente novo, já que teve sua origem há 27 anos, trata-se de uma dinâmica que vem adquirindo notoriedade junto ao mercado, seja através dos empreendimentos¹⁶ que aderem a esta proposta, como também a partir de pesquisas realizadas em muitos países, inclusive no Brasil, em diversas áreas do saber¹⁷. O viés solidário é a principal característica da Economia de Comunhão, mobilizando assim o esforço de empreendimentos, com e sem fins lucrativos, para a concretização desse objetivo. Esta é a razão pela qual discutiremos os elementos de aproximação entre a Economia de Comunhão e a economia solidária.

No entanto, apresentar a proposta da Economia de Comunhão, tendo como referência as práticas solidárias da Experiência de Branquinha, requer considerar situações de tensão e de conflito que permeiam a elaboração teórica acerca dessa perspectiva econômica. A economia de Comunhão, portanto, ao longo da sua fundamentação teórica, foi questionada pelos próprios teóricos acerca da viabilidade do plano econômico, com o propósito de amadurecer e consolidar estratégias de atuação junto aos desafios da atualidade econômica, como o enfrentamento da miséria e da exclusão sociais. Se para Simmel (1983), o conflito social vai além de intrigas e desavenças entre pessoas e grupos rivais, mas se trata de um elemento intrínseco aos relacionamentos interpessoais e grupais, que tende a transformar e reordenar as dinâmicas sociais, Touraine (1984), na mesma linha de raciocínio, adverte que as relações sociais são desiguais e estão inseridas em um contexto de conflitualidades. No convívio cotidiano dos grupos e instituições, a exemplo da Experiência de Branquinha, há uma hierarquia estabelecida, dinamizada por constantes disputas de poder, perceptíveis pelos diferentes papéis e cargos exercidos pelos indivíduos aí estabelecidos. Ponderamos que a perspectiva teórica da Economia de Comunhão, enquanto fundamentação da realidade por ela

¹⁶ Atualmente, existem mais de 800 empreendimentos ligados à economia de Comunhão. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/relatorios-edc/relatorio-edc-2016/13207-lucros-compartilhados-relatorio-2016.html>. Acesso em: 20 de maio 2018..

¹⁷ Atualmente, existem cerca de 380 trabalhos científicos, distribuídos entre monografias, dissertações e teses, dos quais 50 foram realizados no Brasil, sendo que alguns trabalhos foram realizados em universidades públicas federais. Cf. Site oficial da Economia de Comunhão. Disponível em: <http://www.ecodicom.net/tesi.php> Acesso em: 05 mar. 2018. Os trabalhos de pesquisa feitos no Brasil estão disponíveis no site oficial da ANPECOM (Associação nacional por uma Economia de Comunhão) http://www.anpecom.com.br/trabalhos_academicos.php?areas_trabalho=1 Acesso em: 05 mar. 2018.

influenciada, abre espaço para que o pesquisador possa questionar e discutir conflitos que perpassam suas justificativas teóricas, e, conseqüentemente, da realidade pesquisada.

A releitura dos princípios da Economia de Comunhão, à luz da Experiência de Branquinha, demandou contextualizar, discutir, problematizar e abrir espaços de interlocução com o universo teórico que o trabalho de campo nos indicou. Portanto, em determinados momentos da abordagem deste capítulo, houve a necessidade de recorrermos a elementos empíricos do campo de pesquisa, apresentados, de forma panorâmica, no segundo capítulo, bem como do eixo teórico principal da tese, ou seja, a perspectiva da teoria da dádiva e seus debatedores, aprofundada no terceiro capítulo, oportunizando uma compreensão de conjunto entre os capítulos dispostos nesta tese. Na perspectiva do conflito social (SIMMEL, 1983; TOURAINE, 2006) e da abordagem dialética da realidade estudada (MARX & ENGELS, 1982), é imprescindível reconhecer que os valores solidários da gratuidade e da reciprocidade propostos pela Economia de Comunhão esbarrarão na grande contradição gerada pelo capital, qual seja a da geração e concentração de riquezas para os capitalistas, em detrimento da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores. Trata-se de levar em conta a seguinte questão: até que ponto as riquezas geradas pela Economia de Comunhão podem ser consideradas benéficas para a reestruturação e inclusão socioeconômica dos empobrecidos para os quais este projeto econômico se dirige em primeiro lugar?

Mas, para melhor contextualizarmos os princípios e as categorias de análise relacionadas ao projeto Economia de Comunhão, convém apresentarmos, em linhas gerais, o Movimento dos Focolares, do qual proveio este projeto econômico.

1.4 O MOVIMENTO DOS FOCOLARES

O Movimento dos Focolares¹⁸, cuja denominação oficial é “*Opera di Maria*” (Obra de Maria), trata-se de um grupo religioso de inspiração cristã, reconhecido oficialmente pela Igreja Católica. Foi originado em 1943, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em Trento, na Itália, e teve como fundadora Chiara Lubich, nascida na região em 22 de janeiro 1920. Veio a falecer em 14 de março de 2008. Chiara foi professora primária e estudante de Filosofia na Universidade de Veneza. Iniciou, juntamente com algumas companheiras, um movimento de ajuda fraterna e partilha de bens materiais aos pobres de Trento assolados pela Segunda Guerra Mundial.

¹⁸Parte dos dados aqui registrados acerca do Movimento dos Focolares foi retirada do site. Disponível em: http://focolares.org.br/sitenacional/no_brasil/historia/ Acesso em: 12 jan. 2016.

O Movimento dos Focolares prega a fraternidade universal entre os povos e a partilha gratuita e recíproca dos bens materiais com os mais necessitados. Através de uma proposta ecumênica e de diálogo inter-religioso, consegue congrega, na atualidade, mais de três milhões de adeptos de forma direta – os chamados “focolarinos”¹⁹ – ou indiretamente, através dos denominados voluntários e simpatizantes²⁰. O Movimento é constituído por crianças, jovens, famílias, adolescentes, sacerdotes e bispos, assim como líderes de outras denominações cristãs e religiões diferentes. Nesta abrangência, formaram-se algumas ramificações, quais sejam: (1) o movimento “Humanidade Nova”, cujos adeptos são os “voluntários”, estendendo-se por campos variados da sociedade, como política, economia, arte, educação, medicina, esporte, direito, comunicação, etc.; (2) “Famílias Novas”, constituído por focolarinos casados; (3) o movimento “Jovens por um Mundo Unido”, que abrange as diversas gerações, como crianças, adolescentes e jovens; (4) o “Movimento Sacerdotal”, composto por sacerdotes católicos; (5) o “Movimento Paroquial”, formado por pessoas que realizam trabalhos paroquiais, como as chamadas pastorais sacramentais²¹ e as “pastorais sociais” com atividades de apoio aos que se encontram à margem da realidade socioeconômica.

Atualmente, os Focolarinos encontram-se presentes em mais de 180 países, espalhados pelos cinco continentes. Sua organização tem como referência alguns centros de formação, as chamadas “Mariápolis” (cidades de Maria) ou “cidades-testemunho”. São consideradas uma espécie de “protótipo” ou “laboratório” de uma pequena cidade, cujo fundamento a ser vivenciado por todos é a fraternidade e o amor mútuos, pela partilha dos bens materiais, sobretudo, com os pobres. Os adeptos propõem-se a vivenciar o que seria uma “sociedade nova”, à luz dos valores do Evangelho. Atualmente, existem trinta e três Mariápolis distribuídas pelos cinco continentes, sendo que três estão no Brasil (LUBICH, 2004, p. 12), como mostra a Figura 1:

¹⁹ Focolarinos (as) são aqueles que vivem em focolare, isto é, em pequenas casas ou comunidades (masculinas e femininas) que são constituídas por pessoas consagradas. Este estado de vida pode também ter adesão de pessoas casadas que decidem, de forma pessoal, fixar vínculo religioso com os Focolares.

²⁰ Os voluntários são os que conhecem e apoiam o Movimento, mas não possuem vínculo institucional com esse grupo religioso.

²¹ Encarregadas da preparação para receber os sacramentos da Igreja Católica.

Figura 1 Mariápolis: Cidades-Testemunho espalhadas pelo mundo



Fonte: Site oficial do Movimento dos Focolares²²

Os focolarinos chegaram ao Brasil em 1958, iniciando suas atividades no Recife/PE, de onde se espalharam pelo país. Estão presentes em mais de 500 cidades brasileiras, contando com 280 mil pessoas (focolarinos, voluntários e simpatizantes) e 55 centros de difusão. A Mariápolis brasileira de maior visibilidade socioeconômica está localizada na cidade de Vagem Grande Paulista, região metropolitana de São Paulo. Vale salientar que próximo às Mariápolis ou no seu espaço geográfico existe empresas ou organizações econômicas, de cunho solidário. O objetivo é de gerar renda para a sustentabilidade e desenvolvimento dos empreendimentos, bem como, e, sobretudo, segundo os princípios da EdC, para ser partilhada com os pobres, de forma gratuita e recíproca, para que haja inclusão e emancipação socioeconômica.

Com o intuito de se investigar mais detalhadamente o contexto que deu origem à EdC, vale considerar alguns elementos que caracterizam o estilo de vida dos Focolares, a exemplo da comunhão de bens. O fator religioso é imprescindível para esta abordagem, uma vez que vem justificar as práticas solidárias dos Focolares e seu intuito de estabelecer a unidade fraterna entre povos, culturas e religiões.

1.4.1 A Comunhão de Bens

Ao recorrer à literatura e às anotações de Chiara acerca da origem dos Focolares, deparamo-nos com o registro da Segunda Guerra Mundial. Segundo ela relatou, a batalha

²² Disponível em: http://focolares.org.br/sitenacional/no_brasil/historia/ Acesso em: 25 jan. 2016.

assolava a Europa e vitimava milhares de pessoas submetidas a difíceis condições de sobrevivência. A dura circunstância da Guerra foi o que a motivou a se juntar com algumas companheiras, para iniciarem uma prática de comunhão de bens e de partilha fraterno-recíproca dos poucos mantimentos de que dispunham com os necessitados da guerra. Eis o relato de Chiara sobre os bombardeios aéreos realizados em Trento e a opção de iniciar um movimento social de ajuda aos atingidos pela guerra:

Eram tempos de guerra e víamos desmoronarem todos os nossos ideais. Diante disso, eu e algumas companheiras decidimos viver por um ideal que não passa: Deus. [...] Sentia que não poderia sair da cidade de Trento, porque tinha construído um forte vínculo com as minhas companheiras, já havia os primeiros sinais do que viria a ser um Movimento e, portanto, eu me sentia no dever de ficar em Trento [...]

[...] Pelo caminho veio ao meu encontro uma mulher que parecia enlouquecida pelo sofrimento, e segurando-me disse: “quatro da minha família morreram”. Naquela ocasião compreendi que deveria me abrir aos sofrimentos dos outros (LUBICH, 1983, p. 10).

O fragmento acima põe em destaque o fator religioso como inspiração fundamental para a prática solidária de ajuda aos pobres. A divindade, Deus, passa a ser o preceito fundamental a ser observado pelos Focolares em prol da ajuda fraterna solidária. Lubich reconhece nessa atitude o objetivo de “solucionar” o problema social causado pela guerra. A consequência do impasse estava sendo vivenciada pelos que perderam tudo o que possuíam, devido aos bombardeios aéreos. Aqui estão a problemática e a motivação que permitiram a Lubich intuir o caráter social do movimento religioso que se iniciava: “Nós tínhamos como meta atuar a comunhão dos bens no máximo alcance que pudéssemos pensar, porque não é que nós queríamos amar os pobres pelos pobres, ou apenas amar Jesus nos pobres, nós queríamos resolver o problema social” (LUBICH, 1983, p. 18).

A comunhão de bens provém da atitude de se observar os preceitos bíblicos do cristianismo na sua origem. Os primeiros cristãos partilhavam seus bens e não havia necessitados entre eles, tal como reitera Lubich (2004 p. 13): “A ideia da comunhão de bens surgira em nós a partir da observação da primitiva comunidade cristã. Os primeiros cristãos a praticavam de modo livre e, como consequência – assim relatam os Atos dos Apóstolos – não havia entre eles indigente algum”.

A vivência comunitária é anunciada por Chiara como prática cotidiana a ser exercitada pelos Focolares, cujas relações solidárias se apresentam como alternativas de superação das consequências destruidoras da guerra, na cidade de Trento. Tal convivência deve expressar uma peculiaridade ao extrapolar o ato de mera concessão de benefícios

materiais. O que se quer valorar é o sentido do “dar”, que diz respeito a uma dinâmica solidária e fraterna. Consequentemente, os vínculos de amizade e companheirismo. Trata-se do esforço de se conjugar solidariedade, espontaneidade e reciprocidade como características essenciais do ser humano.

A atitude de doar algo e de retribuir o benefício recebido deve ultrapassar os limites da filantropia ou do altruísmo, já que os vínculos interpessoais solidários denotam um sentido; requer amizade e solidariedade recíprocas, contrapondo-se à instrumentalidade do custo-benefício, que tendem a permear as relações econômicas da atualidade. A vivência fraterna é a condição social e solidária do ser humano. Segundo a concepção dos Focolares, as relações devem gerar um tipo de convívio afetivo e solidário, sendo este o centro de toda atividade socioeconômica que se deseja realizar. A comunhão de bens, nesse contexto, tem a função social de unir pessoas mediante a lógica da gratuidade e da reciprocidade, conforme fundamenta Araújo (2002, p. 23)²³:

Não se trata de ser generosos, de fazer benevolência ou filantropia, nem mesmo de abraçar a causa do assistencialismo. Trata-se, pelo contrário, de conhecer e viver a dimensão do doar-se como essencial à existência da pessoa. A cultura do dar engloba, seja uma visão de conjunto – o homem no seu relacionar-se como centro e fim de toda atividade e realidade – seja todo conjunto de atividades e comportamentos que qualificam as relações humanas e as encaminham em direção à comunhão. É justamente da reciprocidade destas relações que nasce a comunhão, isto é, a unidade.

Os Focolarinos, ao serem movidos por valores religiosos cristãos e, conseqüentemente, abertos à vivência e partilha solidária dos bens materiais, executam os princípios que lhe são propostos pela instituição religiosa da qual fazem parte. Há um vasto campo para que ocorram várias sociabilidades, inclusive na esfera socioeconômica, a exemplo da Economia de Comunhão. Há um esforço para que sejam equacionadas responsabilidade, autonomia e interdependência mútua entre os envolvidos nesta perspectiva religiosa.

Na perspectiva focolariana, responsabilidade, autonomia e interdependência entre os sujeitos sociais, mediante interação solidária, expressam uma prática de vida mais igualitária, cuja interação socioeconômica é considerada reflexo da realidade com a qual se interage. É o que se pode considerar como perspectiva de outras sociabilidades que um determinado grupo religioso pode desencadear no exercício da sua prática fraterna, como fundamenta a descrição de Secondin (1991):

²³ Vera Araújo é socióloga e focolarina. Vive atualmente no centro de formação dos Focolares, na Itália.

Aqui pode haver espaço para uma nova sociabilidade, aberta aos valores transcendentais pela condição de saber conjugar liberdade e corresponsabilidade, autonomia e interdependência, eficácia e solidariedade, afirmação dos direitos individuais e defesa dos interesses coletivos. [...] A dimensão social da fé vivida na responsabilidade tende a coincidir com a formação de uma nova cidadania, como enraizamento profundo de cada pessoa no seu ambiente vital (SECONDIN apud LEITE, 2005, p. 177).

O preceito focolarino da comunhão de bens, ao ser proposto e considerado como atributo natural humano a ser praticado pelos adeptos desse movimento religioso, segundo a convicção de Lubich, é um dos princípios fundamentais que justifica a origem e o objetivo dos Focolares de promover a solidariedade e fraternidade universais: “É necessário dar à comunhão de bens uma enorme envergadura. É preciso realizá-la, segundo as possibilidades, mas em nível mundial. [...] Esta era a nossa convicção quando se iniciou um notável despertar para essa comunhão” (LUBICH apud LEITE, 2005, p. 206). O propósito de abrangência da atuação focolarina por todos os continentes requer considerar o princípio da “unidade”, que será abordada a seguir.

1.4.2 O princípio da unidade

A chamada “espiritualidade da unidade” provém da esfera religiosa dos Focolares e destaca-se como sua característica peculiar. É um elemento de análise indispensável para esta abordagem. Parte-se da ideia de que é possível resgatar e promover a unidade universal, onde as diferenças culturais possam ser respeitadas e as disparidades econômicas atenuadas.

A sociedade é diversificada culturalmente e enfrenta conflitos econômicos e religiosos bastante devastadores, a exemplo do terrorismo provocado por facções religiosas radicais do islamismo e das disputas cada vez mais acirradas pelo monopólio econômico. Conseqüentemente, a submissão dos chamados países do terceiro mundo ou periféricos, em relação aos países economicamente desenvolvidos. O desejo pela unidade fraterna universal é uma forma de reação a esta problemática, sendo a meta a ser atingida pelos Focolares e seus seguidores²⁴:

A visão de mundo deste Movimento é a de uma fraternidade universal onde os homens se comportem como irmãos entre si, na esperança de contribuir a um mundo mais unido. Para tanto é requerido a todos de colocar em prática, decisivamente, aquele elemento que se chama amor, amor cristão ou, para quem possui outra fé, benevolência, que significa querer bem aos outros, comportamento que se encontra em todos os livros sagrados e está presente também nos outros que não possuem um referencial religioso (LUBICH, 2004, p. 29-30).

²⁴ Palestra de Chiara Lubich no dia 31 de março de 1999, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, França, ocasião em que Lubich apresentou o Movimento dos Focolares e o projeto econômico Economia de Comunhão.

As relações socioeconômicas oportunizadas pela espiritualidade da unidade requerem, indispensavelmente, a consolidação de vínculos afetivos nos âmbitos interpessoal e coletivo. A origem dos Focolares, no contexto da Segunda Guerra Mundial, é marcada pelo esforço de instaurar sentimentos de afinidade, confiança e co-responsabilidade mútuas, através de ajudas solidárias aos atingidos pela guerra, independentemente das diferenças socioeconômicas e religiosas. “O amor recíproco criava de tal modo um círculo virtuoso que restabelecia a confiança, reacendia a esperança, recompunha os laços pessoais e civis que haviam sido dilacerados (LUBICH, 2002, p. 181)²⁵.

O princípio da unidade prevê e respeita as diferenças socioculturais, em cuja dinâmica se destaca a diversidade religiosa. Com base nessa convicção e partindo da sua identidade cristã, Lubich considera essencial para a unidade a vivência fraterna entre cristãos nas suas várias denominações. É o ponto de partida para se reconhecer a unidade a partir das diferentes formas de se confessar um mesmo credo. A intenção é de que se exercitem os valores fraternais propostos pelo cristianismo. Referindo-se ao ecumenismo, Lubich reconhece que “No campo ecumênico, a espiritualidade da unidade produz efeitos especiais por ser comunitária, unindo espiritualmente todos os que a vivem a ponto de se sentirem solidários, percebe-se a formação de um único povo cristão e descobre-se o imenso patrimônio” (LUBICH apud LEITE, 2005, p. 216).

Outro aspecto religioso que imprime relevância à promoção da fraternidade universal é o “diálogo inter-religioso”²⁶. Do ponto de vista da unidade, o consenso entre credos diferentes deve ultrapassar as fronteiras da intolerância religiosa: é indispensável para assegurar o respeito e a importância do convívio entre as culturas com seus respectivos credos. A lógica da unidade implica reconhecer em cada seguimento devocional a importância e o sentido dos seus valores, simbolismos e desafios a serem superados.

Whaling (1986, p. 130-131) retoma a dinâmica da unidade ao fundamentar que “Conhecer a religião alheia implica entrar na pele do outro, ver o mundo como o outro vê, penetrar no sentido que existe para ele ser hindu, muçulmano, judeu, budista”. Isso requer abertura para renunciar sentimentos egoístas, como práticas proselitistas e preconceitos

²⁵ Pronunciamento de Lubich no Parlamento de Roma, em 15/12/2000.

²⁶ As principais denominações religiosas com as quais os Focolares mantêm relações são: judaísmo, muçulmanos, budistas, xintoístas, taoístas, sikhs, zoroastrianos, yanistas, hindus, etc. Disponível em: http://focolares.org.br/sitenacional/no_brasil/historia/ Acesso em: 02 jan. 2016.

etnocêntricos, que fragilizam as relações entre crenças distintas e impedem a unidade. Para Lubich (2003), além dos preceitos religiosos de cada credo, é necessário reconhecer e praticar valores universais, como a solidariedade, a justiça e a igualdade entre os seres humanos. A vivência da unidade não deve ser considerada um meio para converter e catequizar grupos ou pessoas, o que incorreria no proselitismo. Ao contrário, trata-se de um comportamento motivado pela capacidade de reconhecer valores solidários que são comuns a qualquer grupo religiosos. É o que Lubich (2003, p. 385) vem advertir na sua fundamentação:

Esse desejo pode até existir pois acaba sendo um comportamento natural daquele que crê. Porém, se esse desejo existe é necessário cancelá-lo porque o proselitismo é uma atitude anticristã, pois não é amor para com a outra pessoa, é amor a si próprio, ao próprio grupo, à própria igreja e assim por diante. E, pelo contrário, a atitude deve ser de amor em direção à outra pessoa. Muitas vezes, uma pessoa se imagina imbuída da doutrina cristã e não consegue saber o que é justiça, a equidade, não sabe o que significa uma economia feita para a vantagem de todos e, sobretudo, dos mais pobres.

A unidade, segundo Lubich (2003), deve ser vivenciada também entre os que não confessam religião alguma, pois todos fazem parte da família humana. A boa convivência entre todos será obtida com a abertura e o reconhecimento da importância de cada indivíduo no seu grupo, cultura em prol da unidade universal. Dessa forma, será possível, para além das guerras e disputas socioeconômicas e ideológicas, instaurar a paz entre todos. Este propósito é destacado por Lubich²⁷ na seguinte compreensão:

De fato, quem pode pensar em uma convivência humana sem os valores da solidariedade, da paz, da unidade, mas também dos direitos humanos, da justiça, da liberdade e da vida? Valores sempre atuais e que, portanto, devem ser novamente propostos aos homens do nosso tempo, revitalizados com uma nova motivação. É o que queremos fazer todos juntos.

Já que a unidade entre os povos e religiões distintas é justificada pelo esforço de dialogar com as diferenças socioculturais e religiosas da atualidade, provém daí o desafio de os focolarinos interagirem com a sociedade a partir da própria economia, da qual se espera que provenham as condições de subsistência. Os Focolares consideram a Economia de Comunhão uma forma de atuação alternativa junto ao mercado, mesmo em meio aos desequilíbrios socioeconômicos que fazem erigir barreiras que dividem e segregam ricos de empobrecidos. É sobre tal fundamentação que a próxima sessão discorrerá.

27 Pronunciamento realizado pro Lubich em 2007, por ocasião do 3º Congresso em Castelgandolfo, Itália. Cf. site: http://focolares.org.br/sitenacional/no_brasil/historia/ (acesso em: 02 jan. 2016).

1.5 A ECONOMIA DE COMUNHÃO – EDC

A Economia de Comunhão é um projeto destinado a empreendimentos produtivos nas mais variadas formas jurídicas, tais como empresas privadas, associações, cooperativas, sociedade anônima e limitada²⁸. Foi lançada no Brasil, em maio de 1991, na cidade de Vagem Grande Paulista, estado de São Paulo, por Chiara Lubich. A Economia de Comunhão tem como objetivo principal intervir junto à realidade de pobreza e miséria, à luz da gratuidade e reciprocidade, com a finalidade de emancipação socioeconômica dos envolvidos.

Atualmente, o número de empreendimentos que aderem ao projeto contabiliza cerca de 860 unidades, das quais 145 delas estão no Brasil, distribuídas em diversos estados do país²⁹. Na perspectiva da comunhão, tais unidades produtivas, por serem autônomas na sua gestão, decidem espontaneamente aderir ao projeto. Na liberdade, propõem-se a vivenciar a unidade fraterna e solidária entre todos os que compõem a empresa e também com os demais empreendimentos da EdC, através de encontros, apoio de consultoria e de congressos de empresários.

Em determinadas situações de crise financeira a ser enfrentada por alguma das empresas da Economia de Comunhão, para além da racionalidade custo/benefício das disputas de mercado, é comum que os demais empreendimentos prestem algum tipo de apoio, seja através de consultorias ou de ajuda solidária entre empresários para que o empreendimento supere o impasse. O objetivo de restabelecer determinada empresa em crise deverá ter também como critério a garantia do trabalho das pessoas que a ela estão ligadas, de forma direta ou indireta.

Não se trata somente de viabilizar a sustentabilidade financeira de uma unidade produtiva, o que é indispensável para a sobrevivência no mercado, mas de reconhecer a importância do contingente humano que a faz operar. O que caracteriza a atuação de uma empresa da EdC, para além do seu potencial produtivo, são os vínculos relacionais aí estabelecidos, os chamados “bens relacionais”. Esta é a base necessária e indispensável para a geração de bens e serviços, que, em certa medida, devem ser revertidos para todos os que compõem o empreendimento.

No Brasil, existem dois polos produtivos, onde estão instaladas empresas da EdC. A existência de tais centros industriais, geralmente localizados próximos às Mariápolis, é o ponto de referência para os demais empreendimentos, que foram instalados em outros espaços

²⁸ Consultar site: <http://www.edc-online.org/br/> (acessado em 23 de maio de 2018, às 9h00min.)

²⁹ Vide site: <http://www.edc-online.org/br/> (acessado em 23 de maio de 2018, às 9h00min.).

e regiões. Em 1992, foi criado o Polo Empresarial Gineta³⁰, na cidade de Igarassu, Pernambuco. Atualmente, o espaço abriga quatro unidades produtivas e dois escritórios virtuais. O Polo Empresarial Spartacus³¹, de maior rentabilidade econômica em relação ao primeiro, fundado em 1994, está localizado no município de Vagem Grande Paulista, São Paulo. Planejado para abrigar 10 empresas, conta no momento atual com 06 unidades.

As demais empresas da EdC que não estão localizadas nos referidos polos mantêm relações com as demais, conforme a perspectiva da comunhão. Tem-se, com isso, o objetivo de ser consolidada uma rede de empresas ligadas a este projeto, embora tais empreendimentos sejam autônomos. Existem Polos Industriais instalados em outros continentes, quais sejam: Polo Lionello (Loppiano/Florença/Itália), Polo Solidariedad (O'Higgins/Buenos Aires/Argentina), Polo Mariapoli Faro (Krizevci/Croácia), Polo Bélgica (Bélgica). Além desses, estão em fase de estudos para posterior fundação o Polo François Neveux (na cidade de Benevides, Pará – Brasil), Polo Filipinas (Filipinas) e o Polo Ottmaring (Alemanha)³².

Mas que outros elementos podem ser considerados como fundamentação do projeto EdC? A comunhão de bens (partilha fraterna, gratuita e recíproca dos bens materiais) e o princípio da unidade, já abordados anteriormente, serão pressupostos indispensáveis para análise de outras categorias intercambiáveis que pretendemos destacar, tais como pobres, trabalho, perspectiva simbólica e economia civil.

1.5.1 A EdC e a economia civil

Ao lançar a EdC, Lubich (2004) parte da convicção de que é possível humanizar as relações de produção, a partir da própria economia. A aposta recai na eficácia dos princípios e práticas solidárias propostas por este projeto, para a efetivação desse objetivo. Se a Economia de Comunhão se propõe a promover relações econômicas mais humanizadas, o exercício das trocas de bens e serviços equivalentes, realizados pelo mercado globalizado da atualidade, é condicionado pelo objetivo de obtenção e acumulação de riquezas. Sua distribuição ocorre de forma extremamente desigual, resultando na miséria de grande parte da população mundial. No entanto, de acordo com a fundamentação teórica da EdC, os princípios reguladores das trocas de equivalentes do mercado atual são decorrentes da

³⁰ O Polo Ginetta está localizado cerca de 4 km da BR 101, mais precisamente na Estrada do Monjope, no bairro Cruz de Rebouças, uma área rural das proximidades urbanas de Igarassu. Dados obtidos através do site. Disponível em: <http://pologinetta.com.br/> Acesso em: 07 fev. 2016.

³¹ Dados obtidos através do site. Disponível em: <http://anpecoms.com.br/os-atores/polos-empresariais/polo-spartaco>. Acesso em: 07 fev. 2016.

³² Dados obtidos no site. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/quem-somos/polos-produtivos.html>. Acesso em: 11 set. 2013.

reciprocidade, segundo a tradição econômica italiana denominada Economia Civil. Para além do sistema produtivo que prevê a obtenção de riquezas, esta perspectiva econômica tem como objetivos a felicidade e o bem-estar dos indivíduos no mercado. A eficácia da Economia de Comunhão, diante do mercado atual, é justificada pelos princípios humanizadores da Economia Civil, o que torna viável a coexistência entre mercado e reciprocidade. Daí o esforço de se fundamentar e relacionar a prática solidária da Economia de Comunhão com a tradição econômica da Economia Civil.

O atual modelo capitalista favorece a concentração de renda e conseqüente aumento de uma massa empobrecida. No entanto, apresenta crises e fragilidades na própria estrutura financeira, através de periódicas recessões econômicas, perceptíveis pelo desemprego em escala global, empobrecimento gradativo, devastação da natureza e do meio ambiente. É o que faz aproximar a humanidade da sua própria destruição. Para Mézáros (2009, p. 17), “[...] a crise vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural”. O capitalismo impõe-se como modelo econômico preponderante da modernidade, ocasionando resistências. No entanto, há iniciativas econômicas de produção solidária, através do trabalho cooperado, por exemplo, que se contrapõem à ideologia dominadora do mercado, ao mesmo tempo em que se apresenta como alternativa econômica ao capitalismo.

Se tudo leva a crer, segundo a ideologia econômica preponderante, que no capitalismo não há espaço para práticas de gratuidade e reciprocidade, para Bruni³³ e Zamagni (2010) os princípios reguladores da compra e venda de benefícios equivalentes do mercado hegemônico são decorrentes da categoria da reciprocidade, oriundos da chamada Economia Civil. Trata-se de uma dinâmica produtiva que, mediante a atividade de geração de riquezas, prevê também a felicidade e o bem-estar dos indivíduos que estão inseridos no processo produtivo. Para os autores, há condições de se pensar e promover uma economia alternativa, que resista e se contraponha ao modelo capitalista. A Economia de Comunhão, portanto, ao propor dinâmicas solidárias de gratuidade e reciprocidade, estabelece uma relação com as características da Economia Civil, ao mesmo tempo em que diverge da ideologia econômica preponderante.

³³ Luidino Bruni é professor de Economia Política da Universidade de Milão-Bicocca e membro do centro internacional de Estudos do Movimento dos Focolares. Sendo focolarino, exerce a função de estudioso e divulgador da Economia de Comunhão em âmbito internacional.

A Economia Civil, caracterizada pelos princípios da eficiência, equidade e reciprocidade, constitui uma das vertentes da tradição econômica italiana, sendo consequência do humanismo civil da Idade Média, nos séculos XV e XVI. Para além da racionalidade econômica do custo/benefício, segundo Bruni e Zamagni (2010), a Economia Civil prevê relações de proximidade e de afinidade entre grupos e pessoas. Remete, pois, às práticas de reciprocidade das cidades-Estado da Grécia antiga, quando se trocavam favores e conhecimentos. Entre as esferas humana e divina, havia relações de troca entre encantamentos e maldições.

Os princípios da Economia Civil são oriundos também da experiência econômica dos mosteiros, cujo fundamento principal está baseado na observância do “Ora et labora”, de São Bento. Aí surgiram as primeiras organizações econômicas, condicionadas também pela obrigação de socorrer os pobres e de conceder empréstimos aos necessitados. Os franciscanos, por exemplo, fundaram, na segunda metade do século XV, as primeiras instituições financeiras (bancos), de cunho solidário. O objetivo era de ajudar as pessoas mais necessitadas na luta contra a usura (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p. 36-37).

A Economia civil tem como finalidade promover a felicidade pública. Argumenta que o importante é praticar uma alternativa econômica que busca a eficiência econômica e os valores contidos nos relacionamentos, como a troca de favores. O grande paradoxo da economia globalizada, desafio que precisa ser superado, é que as operações comerciais aumentam riquezas econômicas, na mesma medida em que fazem diminuir a dinâmica dos relacionamentos recíprocos solidários. Há uma concepção imparcial acerca do capital, segundo a qual cabe ao sistema produtivo apenas produzir riqueza e ser eficiente. A perspectiva da Economia Civil acrescenta que o mercado não pode subsistir sem que haja troca de favores e cordialidade.

Para Abramovay (2010), a economia civil contrapõe interpretações reducionistas ou ideológicas do mercado atual, sobretudo, quando tendem a restringir a essência do significado do termo economia e seu objetivo de favorecer a boa vivência e as condições favoráveis de subsistência entre pessoas ou povos. Há, portanto, a contestação da ideia moderna segundo a qual os mercados subsistem unicamente pela dinâmica das trocas de benefícios, instrumentalizado os benefícios trocados, que ficam desprovidos de vínculos relacionais, afetivos e solidários. Nessa lógica, a dinâmica afetiva e solidária que permeia as relações estaria totalmente dissociada dos mercados e contratos. Contrapondo-se a essa visão, mais precisamente, “a ideia de economia civil se insurge contra este mito da idade moderna

segundo o qual a esfera dos interesses econômicos pouco tem a ver com a do civismo, da qualidade dos vínculos sociais entre os cidadãos” (ABRAMOVAY, 2010, p. 8).

A economia civil ainda diz respeito a duas fundamentações que justificam a sua abrangência de significado. Primeiramente, há um resgate da tradição aristotélica acerca da “boa sociedade” como espaço propício à interação social, onde as pessoas poderiam dispor de autonomia para consolidar uma vida social e produtiva. A segunda fundamentação econômica civil refere-se aos empreendimentos produtivos sem fins lucrativos, tais como as ONGs e as organizações solidárias de produção, a exemplo das associações e cooperativas que fazem parte da chamada Economia Solidária (ABRAMOVAY, 2010).

Ao guiar-se pelos critérios da eficiência, equidade e reciprocidade, a Economia Civil prevê o mercado como um lugar de felicidade e de encontro entre pessoas. As atividades aí exercidas pelo trabalho devem favorecer vínculos nos relacionamentos. Trata-se de um espaço produtivo em que a racionalidade dos serviços recíprocos e de interdependência dêem lugar à troca de favores e de atitudes solidárias, oriundas do companheirismo e da parceria entre pessoas que procuram se conhecer pela estima. Para Bruni e Zamagni (2010, p. 243),

Antes de mais nada, é a própria atividade econômica que se torna lugar de encontro entre pessoas, sendo, portanto, atividade civilizadora. O tempo que as pessoas passam trabalhando não é necessariamente um obstáculo às relações humanas genuínas, uma vez que a atividade econômica pode tornar-se um dom e um exercício de reciprocidade.

O bem econômico produzido, segundo a perspectiva da Economia Civil, está intrinsecamente ligado ao companheirismo e aos gestos solidários daí provenientes. O eixo que faz engrenar toda a dinâmica econômica produtiva são as relações estabelecidas entre as pessoas, de onde emergem também favores e benefícios doados e retribuídos. Para Bruni e Zamagni (2010), é a força gratuita e recíproca da relação que é mediada pelo dom. O que está em voga, então, são os relacionamentos. Para os autores,

A força do dom gratuito não está na coisa dada ou na quantia doada – como ocorre na filantropia, a ponto de existirem graus ou classificações de mérito filantrópico. Esta força está na qualidade humana peculiar que o dom representa, pelo fato de constituir uma reação entre pessoas (AUTORIA, 2010, p. 166).

Para Bruni e Zamagni (2010), já que o dom é justificado pela capacidade que tem de suscitar e de consolidar relacionamentos, se influenciado pela racionalidade do custo benefício, passa a ser um simples elemento para troca de benefícios equivalentes, mediante obrigatoriedade de tal permuta. No entanto, a reciprocidade pode ultrapassar os moldes da

similaridade do mercado. Não somente há o processo de produção e de comercialização de mercadorias, mas também o bem-estar e a felicidade das pessoas envolvidas nesta dinâmica.

O relacionamento afetivo e solidário, presente também nas relações comerciais, é que torna possível unir e vincular pessoas em suas atividades de mercado, de onde devem emergir possíveis gestos de doação e de solidariedade, como forma de justificar a estima e a amizade. É o que se pode considerar também em relação à dinâmica da dádiva (MAUSS, 1974), cuja importância fundamental está na possibilidade de serem consolidados vínculos relacionais entre grupos e pessoas, mediados por dons e favores.

A tradição civil, portanto, ao ponderar relações de mercado mais humanizadoras, defende uma prática econômica mediada também por dinâmicas de gratuidade e de reciprocidade, que ultrapassam a similaridade do custo-benefício imposto pela atual economia globalizada. Porém, o aspecto recíproco da tradição econômica civil depara-se com duas situações opostas: o mútuo-contrato e o mútuo-dom. Segundo a antropologia civil italiana, há de se considerar que, ao mesmo tempo em que o ser humano é movido pelo interesse de ganho, segundo a racionalidade do custo benefício, há também abertura para que a gratuidade ocorra. A lógica da troca de equivalentes do mútuo-contrato vem explicitada na seguinte ideia:

Todos somos movidos pelo ganho mesmo quando somos muito virtuosos; portanto, se um dia a lei civil, em vez de regular esse ganho segundo a lei da natureza, quiser erradicá-lo por completo, não haverá ninguém que queira dar a outros o seu dinheiro; e se o der, será às escondidas e fraudulentamente. Dessas duas possibilidades, a primeira leva o dinheiro a ficar parado nos cofres particulares, motivo pelo qual virá a faltar, na mesma proporção, à circulação e ao comércio; a segunda agravará os juros, em vez de baixá-los, e introduzirá certos tipos de usura sob outros nomes, como patrimônio, compra de renda anual, câmbio, lucro cessante, dano emergente etc. (GENOVESI, apud BRUNI e ZAMAGNI, 2010, p. 42).

O mútuo-contrato revela os vícios da ferocidade, da avareza e da ambição aos quais o ser humano está submetido. Mas, é justamente a partir de tais desafios e segundo a intervenção de uma mente divina legisladora, denominada “providência divina”, que será construída uma sociedade digna, cujos bem-estar e felicidade sejam experimentados por todos em uma sociedade. É o que vem explicitar a ideia do filósofo Vico, ao fundamentar o pensamento da tradição econômica civil italiana. Nos termos do autor:

O homem tal como é, para destes fazer bons usos da humana sociedade: como da ferocidade, da avareza, da ambição, que são os três vícios que levam através de todo o gênero humano, os converte na força militar, no comércio, nos tribunais, e assim na fortaleza, na opulência e na sabedoria das repúblicas; e nesses três grandes vícios, que certamente destruiriam a humana geração sobre a terra, constrói a felicidade

civil. Essa dignidade prova que existe a providência divina, sendo uma divina mente legisladora, que das paixões dos homens, todos presos as duas privadas utilidades, pelas quais viveriam como ferozes animais dentro das solidões, criou as ordens civis para viverem numa humana sociedade (VICO, apud BRUNI e ZAMAGNI, 2010 p. 72).

A forma como o humanismo da economia civil é apresentada, debatendo-se entre o ganho vicioso avarento e o ganho generoso desprendido, deixa transparecer um embate dialético. As duas forças contrárias aqui em questão configuram um aspecto peculiar e inerente às sociedades, tencionando-as entre a realidade contingente e o ideal de sociedade a ser alcançado. É, portanto, o conflito vivenciado na realidade presente que suscitará o desejo pela busca do ideal. Na visão de Gavin, há a seguinte fundamentação:

No exato momento em que o sentimento da sociedade humana dividida e atormentada se faz mais severo e áspero, torna-se mais viva e mais elevada a necessidade de uma cidade pacífica e serena. Mesmo passada a ilusão, acalentada pelo primeiro Humanismo, de uma possível coincidência entre as duas cidades, real e ideal, a realidade de uma não deixa de remeter à idealidade da outra (GAVIN, apud BRUNI e ZAMAGNI, 2010, p. 54).

Consideramos que a perspectiva da Economia Civil, no seu objetivo de propiciar a felicidade e o bem-estar sociais, esbarra no desafio da própria contingência, uma vez que são gerados conflitos socialmente determinados pela historicidade dos fatos (TOURAINÉ, 1998), mas com vistas ao reordenamento social (SIMMEL, 1983). Trata-se da experiência (GIUSSANI, 2000) capaz de propiciar à pessoa um contato consigo mesma e com a realidade que a cerca e com a qual interage. Conseqüentemente, pode-se retomar a perspectiva dialética da dádiva, cujo conflito é manifestado pelo duelo entre a liberdade / obrigatoriedade, desinteresse / interesse ao mesmo tempo, bem como pela possibilidade de recusa ao dom ofertado (MAUSS, 1974, p. 41; 92).

Ainda há que se considerar que os propósitos de felicidade e bem-estar sociais, que justificam a Economia Civil, estão condicionados pelas fronteiras do real /concreto e do ideal / anseio. E aqui podemos recorrer ao sentido da utopia fundamentado por Mannheim (1986). Para o autor, a utopia, comumente entendida como realidade transcendente e inatingível, adquire uma visão concreta. Os ideais que ultrapassam a realidade, segundo esta perspectiva, são considerados utópicos, quando se transformam em projetos de vida a serem concretizados, cuja conduta é capaz de intervir e de modificar a realidade presente ao longo do tempo. A utopia, portanto, leva em consideração a dinâmica histórica, sendo capaz de ajustá-la e até modificá-la mediante processo socioeconômico contínuo.

A tradição da Economia Civil está intrinsecamente ligada aos sentidos que se atribuem às práticas econômicas, sobretudo, quando tende a aproximar e vincular pessoas e grupos. É o que se pode considerar, sobretudo, nas dinâmicas solidárias de produção, despontando o papel fundamental exercido por vizinhos e parentes nas unidades produtivas, assim como ocorre nas cooperativas. Na medida em que temos uma economia movimentada por familiares e vizinhos, podemos recorrer à fundamentação econômica de Weber (1999), mais precisamente acerca das relações econômicas comunitárias e de vizinhança. O clássico, ao analisar as trocas de benefícios equivalentes entre vizinhos, destaca um perfil capaz de prestar serviços recíprocos e gratuitos, gerando bem-estar e felicidade dos envolvidos no processo produtivo. Para além da lógica das trocas equivalentes do mercado, Weber respalda sua fundamentação econômica, de onde se depreendem manifestações de solidariedade, destacando alguns adágios populares, tais quais “como tu comigo, assim eu contigo” ou ainda “entre irmãos não se regateia” (WEBER, 1999, p. 247).

Baseado nos valores solidários e recíprocos propostos pela perspectiva civil da EdC, é que se pode reconhecer, no contexto da atividade de mercado atual, além da Economia de Comunhão, outras expressões econômicas solidárias, a exemplo da experiência do microcrédito, iniciada em 1977, em Bangladesh, por Muhammad Yunus³⁴, considerado “o banqueiro dos pobres”. A ideia é que através da concessão de pequenos financiamentos a pessoas carentes, inicialmente mulheres, sem burocracia ou fiador, mas com base nas relações de confiança individual e grupal, pequenos negócios surgissem com êxito dando condições para honrar as dívidas e ascender economicamente. Trata-se de uma experiência econômica solidária que prevê a felicidade e o bem-estar sociais de pessoas que estão à margem da economia. Portanto, consideramos aí a perspectiva da economia civil, cuja reciprocidade ocorre mediante interação comunitária, familiar ou entre vizinhos, mediante relações de confiança e solidariedade entre os envolvidos.

A experiência econômica do microcrédito propiciou a criação, em 1983, do Banco Grameen³⁵. Tal experiência motivou iniciativas microempreendedoras pelo mundo, a exemplo do Brasil, onde se destacam o CREDIAMIGO³⁶, promovido pelo Banco do Nordeste, sendo o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul. A dinâmica consiste

³⁴ Muhammad Yunus, nascido na cidade portuária de Chittagong, Bangladesh, em 1940, é economista e professor de economia, com PhD em economia. Disponível em: http://www.institutojatobas.org.br/mkt/top50/capitulos/Top50_cap24_Yunus.pdf. Acesso em: 10 fev. 2016.

³⁵ O Banco Grameen movimenta, atualmente, 2,5 bilhões de dólares e atende a um contingente populacional de 7 milhões de pobres, que não têm condições de obterem financiamentos em bancos convencionais. Disponível em: http://www.institutojatobas.org.br/mkt/top50/capitulos/Top50_cap24_Yunus.pdf. Acesso em: 10 fev. 2016.

³⁶ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/crediamigo>. Acesso em: 10 fev. 2016.

na ajuda solidária, voluntária e espontânea a pessoas carentes que estão interessadas em obter crédito, assumindo conjuntamente a responsabilidade pelo pagamento da dívida. Baseado nesta metodologia, destaca-se também o programa de microcrédito ligado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES³⁷, que tem o objetivo de promover a economia popular e o desenvolvimento local, gerando emprego e renda. Mesmo não tendo condições de realizar uma investigação pormenorizada acerca do microcrédito realizado no Brasil, consideramos que se trata de um projeto econômico solidário oportuno no seu objetivo de inclusão socioeconômica dos que estão à margem do sistema produtivo.

Mas, o que dizer, então, da relação entre a Economia de Comunhão e a Economia Civil? A EdC fundamenta-se pelo esforço de se relacionar e aplicar a estrutura produtiva do mercado atual aos valores solidários da gratuidade e reciprocidade, mas primando pela eficiência empresarial no seu objetivo de gerar riquezas. Para Bruni e Zamagni (2010, p. 24), a Economia de Comunhão é uma tentativa de “sanar uma rachadura” ocorrida entre a vida econômica e a vida civil, sobretudo, contrapondo-se à ideia de que, no mercado atual, não há espaço para que sejam praticadas relações econômicas de solidariedade e de reciprocidade. Trata-se de uma lógica de mercado em que a atividade econômica é vivenciada de forma mais igualitária, visando também às relações afetivas no contexto de mercado. A obtenção dos lucros, que asseguram a sustentabilidade e viabilidade de qualquer empreendimento, não deve ser considerada uma finalidade absoluta em si mesma. É o que Lubich (2004, p. 26) vem fundamentar:

A experiência da Economia de Comunhão, com as peculiaridades consequentes da espiritualidade da qual provém, coloca-se ao lado das numerosas iniciativas individuais e coletivas que procuraram e procuram “humanizar a economia” e ao lado de muitos empresários e trabalhadores, frequentemente pouco conhecidos, que concebem e vivem a própria atividade econômica como algo mais amplo e diferente da própria busca de um benefício material.

A visão reducionista do mercado globalizado, segundo a perspectiva da Economia de Comunhão, obscurece outras dinâmicas e iniciativas produtivas que primem por relações mais humanizadas no cenário competitivo. Na maioria das vezes, os pequenos e médios empreendimentos não resistem à dura competitividade do mercado, vindo a declarar falência. A atuação da EdC põe em voga os princípios da Economia Civil, na medida em que procura vivenciar a gratuidade e reciprocidade no âmbito do mercado. De que forma isso ocorre?

³⁷ Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Microcredito/. Acesso em: 10 fev. 2016.

Os valores solidários de uma prática produtiva mais humanizada devem permear as relações de trabalho, também nos empreendimentos particulares que aderem à proposta da EdC. Através de recursos doados por tais empresários, são realizados projetos de inclusão socioeconômica, bem como de incentivos ao empreendedorismo, que são destinados a pessoas ou grupos que estão à margem da economia, seja no Brasil, a exemplo da Experiência de Branquinha, como também em diversas partes do mundo, os quais serão analisados posteriormente.

Na perspectiva civil e solidária da Economia de Comunhão, a resistência ao modo de produção hegemônica tem eficácia na medida em que se consolida uma tomada de consciência avessa às desigualdades sociais do planeta, geradas pela extrema concentração de renda, contra a qual deve emergir uma economia mais igualitária e inclusiva. É o próprio mercado que poderá satisfazer essa necessidade, na perspectiva da Economia de Comunhão. Não se trata, portanto, de uma revolução armada para a tomada do poder político e econômico, conforme orienta a índole econômica marxista, mas sim pela tomada de consciência de que é indispensável o resgate da dignidade humana, através dos vínculos relacionais, no âmbito produtivo da geração e distribuição de riquezas do próprio sistema econômico, suscitando uma divisão mais equitativa dos bens produzidos. É o que vem fundamentar Lubich:

Devemos reconhecer que o marxismo não teria sido capaz de atrair e conquistar tanta gente e povos tão numerosos, se ele não fosse animado por um conteúdo válido. Voltou a sua atenção para as classes mais necessitadas, defraudadas dos Direitos Humanos, falou de unidade, propôs uma visão global do mundo, proclamou com força a paz, exaltou a dimensão social do homem. Queremos garantir-lhes que a unidade é possível e que tudo aquilo que sonharem pode se tornar uma maravilhosa realidade. Não através do ódio e da luta, mas com o amor e com Deus (CHIARA apud LEITE, 2005, p. 193).

Mas, o que muda na vida das pessoas que trabalham ou que estão ligadas, de alguma forma, à perspectiva econômica da Economia de Comunhão? É uma das perguntas que nos fazemos ao nos aproximar do campo de pesquisa. As práticas solidárias da Experiência de Branquinha constituem-se no esforço de se conjugar mercado, gratuidade e reciprocidade, promovendo-se relações mais igualitárias e solidárias no âmbito da produção e distribuição dos bens materiais. É uma dinâmica que deve ocorrer concomitantemente às relações de trocas equivalentes, no contexto do próprio mercado.

Bruni e Zamagni (2010) advogam em favor de uma dinâmica de mercado que inclua os que estão à margem da sociedade. Trata-se da Economia de Comunhão, cujos propósitos

de gratuidade e reciprocidade estão relacionados aos princípios da eficiência, equidade e reciprocidade da Economia Civil, assegurando a possibilidade de serem exercitadas relações socioeconômicas de felicidade de bem-estar social dos que compõem o mercado.

Nos termos dos autores, “o desafio da economia civil é encontrar os modos – que certamente existem – de permitir a coexistência desses três princípios reguladores dentro do mesmo sistema social. Certamente precisamos de eficiência, mas também de equidade e – ousaríamos dizer, sobretudo – reciprocidade” (BRUNI E ZAMAGNI, 2010, p. 24).

A Economia de Comunhão, ao dialogar com os valores da Economia Civil, tem um propósito peculiar: a inclusão socioeconômica dos que estão à margem da sociedade e de recursos econômicos necessários à subsistência. Nesta percepção, faz-se necessária e imprescindível a abordagem e fundamentação acerca da categoria “pobres”, que é o elemento de análise central e indispensável neste esforço de abordagem da EdC.

1.5.2 Pobreza e miséria: um projeto a ser superado pela EdC

Partimos do que é apresentado como objetivo e características principais que identificam e justificam a EdC: a superação da pobreza e da miséria, através da própria economia, mas com base nos fundamentos solidários da gratuidade e reciprocidade que este projeto propõe. O esforço aqui será de considerar o termo pobres como categoria central de análise da EdC e elemento referencial indispensável para a abordagem desse trabalho. De acordo com a fundamentação da Economia de Comunhão, há necessidade de se destacar e ampliar a reflexão acerca dos pobres, pela complexidade de sentido que a palavra evoca, em diferentes situações, a serem aqui analisadas.

Em maio de 1991, por ocasião do lançamento da EdC, Lubich (2004, p. 14) apresenta a seguinte fundamentação:

Pois bem, nestes dias nasceu uma idéia na Mariápolis Araceli: a idéia de que talvez Deus esteja chamando nosso movimento no Brasil – onde há uma participação de cerca de duzentos e cinquenta mil pessoas – a pôr em prática a comunhão de bens, enriquecida com todos os princípios da Doutrina Social da Igreja, globalmente, todo o Movimento junto. Pensamos que nesse testemunho poderia se experimentado de fato, a começar pela nossa Mariápolis Araceli.

Aqui nessa cidadezinha, deveriam surgir algumas indústrias, algumas empresas, pela iniciativa dos focolarinos casados e, em particular, dos voluntários [...]

[...] Tais empresas, de diferentes tipos, deveriam ser apoiadas por pessoas do Brasil inteiro, constituindo sociedades em que cada um teria uma participação própria; participações talvez pequenas, mas muito difundidas. A gestão, obviamente, deveria ser confiada a pessoas competentes e capazes, que fizessem essas empresas funcionar com a máxima eficiência e, assim, obtivessem lucro delas.

E aqui está a novidade: esse lucro não deveria ser repartido entre todos os que participam do capital, mas deveria “ser posto em comum”. Disso deveria nascer uma Economia de Comunhão, da qual a Mariápolis seria um protótipo, uma cidade-piloto.

O propósito pelo qual o lucro deve ser posto em comum é o mesmo a que se propunha a primeira comunidade cristã: ajudar em primeiro lugar os necessitados, oferecer-lhes trabalho, estrutura-los, fazer com que não haja qualquer indigente. Depois, para desenvolver as empresas, pois se elas param, não produzem. E, finalmente, para desenvolver as estruturas da Mariápolis e, por conseguinte, a sua função de formar “homens novos”, porque, sem “homens novos”, não se forma uma sociedade nova.

O fragmento acima contém a formulação originária da EdC. Em discussões realizadas em congressos sobre a temática, como também em momentos de convivência que tive com empreendedores da Economia de Comunhão³⁸, pude perceber que a ideia fundante do projeto, tal qual formulada por Lubich (2004), é um marco de referência para outras reflexões, interpretações e até questionamentos acerca da EdC, feitos também por seus próprios adeptos. Para os teóricos da EdC, a exemplo de Bruni, antes de tudo, é necessário e indispensável que se conserve o DNA do projeto, ou seja, a ideia primeira que lhe confere identidade e objetivo³⁹.

Conforme Lubich, a razão maior que justifica a Economia de Comunhão é o objetivo de intervir junto à realidade de miséria e de pobreza, a fim de que haja a superação desse grave problema socioeconômico. Então, uma parte dos lucros obtidos pelos empreendimentos ligados a esse projeto devem ser doados, em primeiro lugar, para ajudar os pobres, “mas o lucro deve ser posto em comunhão com todos, para aliviar os pobres, dando assim o exemplo de uma sociedade em que não haja pobres (LUBICH, 2004, p. 62).

O propósito de superação da pobreza, segundo a Economia de Comunhão, está relacionado ao estilo de vida comunitário dos Focolares, desde a sua origem. Trata-se de uma prática de vida fundamentada pela comunhão de bens materiais entre os adeptos ao Movimento, cujo objetivo maior é de ajudar os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O intuito é de se vivenciar a comunhão fraterna, mediante uma dinâmica de relacionamentos solidários.

Mas, para que a comunhão fraterna seja concretizada, é imprescindível um tipo de unidade econômica que gere condições dignas de sobrevivência para todos os envolvidos nesse processo, mesmo diante das desigualdades socioeconômicas presentes em cada

³⁸ Por exemplo, durante a Assembleia Internacional 20 anos da EdC no Brasil, realizada em maio de 2011 Disponível em: www.edc-online.org. Acesso em 31 ago. 2011.

³⁹ Ideia extraída do pronunciamento de Bruni, realizado em maio de 2011, em São Paulo, durante a Assembleia Internacional da Economia de Comunhão, para comemorar os 20 anos do lançamento do projeto.

empreendimento econômico ou grupo social. Na visão de Touraine (2006), todo convívio pressupõe relações sociais desiguais. É, portanto, em meio ao cenário socioeconômico diversificado e dialético da realidade, que a dinâmica da EdC justifica a sua implementação, cujo viés social e solidário do projeto é a concretização dos valores cristãos dos Focolares:

[...] colocamos livremente em comum os bens espirituais e o poucos bens materiais e também as necessidades. [...]

[...] Essa iniciativa, com a qual desejávamos imitar de alguma forma os primeiros cristãos, foi o primeiro indício de que o nosso movimento teria também uma expressão social.

[...] Esse estilo de vida se concretizou, depois de quase cinquenta anos, no projeto Economia de Comunhão” (LUBICH, 2004, p. 20-21; 31).

Para a EdC, as riquezas obtidas pelos empreendimentos só terão eficácia à luz do sentido e da dinâmica da comunhão, mediante práticas solidárias e de reciprocidade. Então, para além das relações de mercado, quando tende a prevalecer a designação do custo-benefício, que ocorrem nos trâmites comerciais, a Economia de Comunhão defende o propósito da geração e da partilha fraterna dos lucros, de forma espontânea, segundo três finalidades específicas: (1) tem o propósito primordial de ajuda aos pobres; (2) promover estruturas de convivência e de formação dos chamados “homens novos”, segundo a prática da unidade vivenciada pelos Focolares; (3) garantir a eficácia e viabilidade econômica pela expansão do empreendimento (LUBICH, 2004, p. 14). A novidade do projeto, vale ressaltar, está no exercício de partilha fraterna dos lucros entre os que estão à margem do mercado, esperando-se uma inclusão socioeconômica dos pobres.

A motivação que deu origem aos propósitos da EdC, acima descritos, está relacionada aos objetivos da Doutrina Social da Igreja Católica, conforme esclarece Lubich (2004, p. 13): “Posteriormente, à medida que a vivíamos, essa ideia ia enriquecendo-se com todas as outras contribuições que a Doutrina Social Cristã nos dava, principalmente por intermédio das encíclicas sociais. A relação com a Igreja põe em destaque a Carta Encíclica do Papa João Paulo II denominada “Centesimus annus” (1991)⁴⁰, a qual faz uma análise da realidade, destacando-se o elevado índice do empobrecimento, sobretudo na América Latina. Provém daí o apelo da Igreja em prol de uma economia que assegure os direitos humanos e a liberdade de associação, mas salvaguardando o direito à propriedade privada, desde que o objetivo seja de promover relações de solidariedade.

⁴⁰ Disponível em: http://www.vatican.va/edocs/POR0067/_P2.HTM Acesso em: 01 mar. 2012.

Outro elemento que motivou o surgimento da EdC, segundo Lubich (2004), está relacionado à prática econômica comunitária de uma antiga abadia suíça, por ela observada tempos atrás. Segundo a descrição da proponente, o cenário era composto por uma igreja, onde os monges rezavam. Havia também o casario de sua moradia e estudos, além de uma escola e terras onde trabalhavam. A partir disso, Lubich idealizou o protótipo de uma “pequena cidade” moderna composta por casas, pavilhões e indústrias, na qual era realizada a produção dos meios de subsistência e a partilha dos bens materiais (LUBICH, 2004). Posteriormente, a ideia da abadia, com sua atividade produtiva e solidária, foi reelaborada por Lubich, através das chamadas “Mariápolis”.

No Brasil, o desejo de Lubich (2004) pela concretização de uma economia mais humanizada faz surgir a EdC. No país, há um contexto socioeconômico extremamente desigual ao dividir ricos e pobres. Na cidade de São Paulo, por exemplo, Lubich (2004) deparou com a dura realidade de pobreza das favelas, contrastando com imensos e luxuosos arranha-céus. Sua reação aos que vivem em situação de vulnerabilidade social, problemática enfrentada por grande parte da população mundial, em cujos países se encontram adeptos do Movimento dos Focolares, foi de elaborar e lançar o projeto econômico solidário EdC. Como a própria autora explica, “um projeto característico do nosso movimento é a chamada Economia de Comunhão na Liberdade, uma experiência peculiar de economia solidária” (LUBICH, 2004, p. 24)⁴¹.

A EdC surge, inicialmente, com o objetivo de sanar a pobreza de muitos adeptos dos Focolares. Mas, não só! A proposta econômica é apresentada como abrangente e ousada ao prever a solução para o grave problema das desigualdades sociais, através de relações econômicas solidárias. Mas não se trata de um projeto restrito somente aos que estão ligados diretamente aos focolarinos. Ao contrário, a EdC coloca-se ao lado de outras iniciativas econômicas que têm por objetivo humanizar a economia atual, a exemplo da economia solidária. Trata-se de um fazer econômico que, além de estar atento para os resultados financeiros, deve primar por relacionamentos afetivos e solidários. Seguindo a visão de Lubich (2004, p. 26), o projeto EdC,

⁴¹ Na perspectiva da Economia Solidária, Lubich fundamenta a possibilidade operacional do projeto, fazendo alusão à existência de uma cooperativa que já funcionava de acordo com os valores da EdC: “Podemos considerar precursora dessas empresas uma cooperativa que surgiu na cidade-testemunho de Luppiano, a ‘Loppiano Primeira’: uma cooperativa agrícola, composta por voluntários do Movimento que se transferiram com suas famílias para o Vale do Rio Arno, com o propósito de constituir-la, e que possui características semelhantes” (LUBICH, 2004, p.15).

[...] A experiência da Economia de Comunhão, com as peculiaridades consequentes da espiritualidade da qual provém, coloca-se ao lado das numerosas iniciativas individuais e coletivas que procuraram e procuram “humanizar a economia” e ao lado de muitos empresários e trabalhadores, frequentemente pouco conhecidos, que concebem e vivem a própria atividade econômica como algo mais amplo e diferente da pura busca de um benefício material⁴².

Aqui poderíamos indagar a razão pela qual a EdC foi lançada no Brasil, quando havia tantos outros lugares da América Latina e do mundo, a exemplo do continente africano, que enfrentam dificuldades econômicas semelhantes ou até piores do que no Brasil. Ainda em seu discurso, esclarece Lubich (2004, p. 25): “A ideia foi acolhida com entusiasmo não só no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em outras partes do mundo”. O lançamento da EdC repercutiu, ao mesmo tempo em que no Brasil, nos cerca de 180 países onde os Focolares estão presentes, despontando empreendimentos econômicos também em outras localidades do mundo.

Se a meta fundamental da EdC, ao ajudar aos pobres, é de proporcionar vínculos relacionais solidários, trata-se de uma atividade econômica que visa à inclusão e à emancipação socioeconômica de todos os que fazem parte dessa economia. A solidariedade, portanto, manifestada a partir de gestos de gratuidade e reciprocidade no âmbito da economia, é um elemento que permite uma interlocução com a teoria da dádiva. Mauss (1974 p. 101), vale retomar, refere-se aos benefícios doados e retribuídos, em razão dos quais são despendidas e transferidas riquezas imbuídas de generosidade “... este comércio, porém, é nobre, repleto de etiqueta e generosidade”.

Aos pobres, por serem considerados parte essencial da EdC, devem ser destinados benefícios de subsistência, cujo significado está além de uma atitude caritativa, assistencialista ou filantrópica. Ao contrário, as relações econômicas devem estar voltadas para a “cultura da partilha”⁴³ e, conseqüentemente, suscitar a reciprocidade. Requer que sejam consolidados vínculos relacionais. Na perspectiva da comunhão, o ideal de vida econômica que se deve buscar parte do princípio de que tanto quem dá quanto quem recebe têm a mesma dignidade, não havendo sobreposição de determinados indivíduos sobre os demais.

⁴² Pronunciamento realizado por Lubich em um Congresso organizado pelo Conselho da Europa denominado “Comissão das Relações Parlamentares e Públicas, em Estrasburgo, França, em 31 de maio de 1999. O título do referido Congresso era “Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade: espaço para o confronto?”

⁴³ Lubich se refere à “cultura da partilha” ou “cultura do dar” reconhecendo que “é a cultura do Evangelho, é o Evangelho, porque foi no Evangelho que compreendemos o que é ‘doar’. Nele está escrito: ‘Dai e vos será dado; será derramado em vosso regaço uma boa medida, calcada, sacudida, transbordante’ (Lucas 6, 38). E é o que experimentamos todos os dias” (LUBICH, 2004, p. 41).

As demandas de subsistência dos empobrecidos a serem supridas, isto é, suas necessidades, podem ser consideradas dons, na medida em que o objetivo do dar⁴⁴ e do receber solidários seja para suscitar e consolidar relacionamentos de afinidade e de amizade, conforme a Economia de Comunhão sugere. Para além das carências materiais, existem também a necessidade de relacionamentos comunitários e fraternos. A dignidade humana ocorre quando existe uma atividade econômica em que as pessoas envolvidas no processo convivem entre si e adquirem maior equilíbrio financeiro, até mesmo sua emancipação econômica. O intuito é de que o donatário adquira condições econômicas suficientes que o tornem capaz de renunciar a ajuda recebida através da EdC, que poderá ser destinada a outras pessoas ou grupos, em situação de vulnerabilidade social. Lubich faz a seguinte fundamentação:

Aquelas pessoas que estão em dificuldade econômica, os destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simplesmente “assistidos” ou “beneficiados” pela empresa. São, isso sim, partes essenciais do Projeto, enquanto doam aos demais suas próprias necessidades. Eles também vivem a “cultura da partilha”. De fato, muitos deles renunciam ao auxílio que recebem tão logo recuperam o mínimo de independência econômica e, muitas vezes, partilham com os outros o pouco do que possuem. Tudo isso é expressão do fato de o enfoque, na Economia de Comunhão, que também frisa a “cultura da partilha”, não estar na filantropia praticada por alguns, mas sim na partilha, na qual cada um dá e recebe, com igual dignidade, no contexto de uma relação de substancial reciprocidade (2004, p. 27).

Mas qual a visão da reciprocidade segundo a EdC? Da forma como é fundamentada pelos seus adeptos, ao interpretar os escritos de Lubich (2004), trata-se de uma dinâmica aberta, a ponto de as trocas recíprocas, que comumente ocorrem entre dois indivíduos, estenderem-se a um terceiro sujeito, em diferentes situações. Bruni (2005) reafirma essa dinâmica ao reconhecer que a atitude de reciprocidade admite um terceiro elemento na relação. Ou seja, para que a gratuidade seja efetivada, não há um enjaulamento do beneficiado em relação ao seu donatário, que, em alguma medida e através de outras atitudes solidárias, tenderá a ser retribuído, espontaneamente, pelo seu donatário ou por outros indivíduos, em situações diferentes. O autor fundamenta esta dinâmica, a partir do sentido do termo “abertura”:

⁴⁴A respeito da prática do “dar”, especifica Lubich (2004, p. 41): “Dar aquilo que temos a mais, ou até mesmo o necessário, se assim sugerir o nosso coração. Dar a quem não tem, sabendo que esse modo de empregar os nossos bens produz um rendimento incalculável, pois o nosso ‘dar’ abre as mãos de Deus. E Ele, na sua Providência, nos cumula com superabundância, para podemos dar novamente e muito mais, e recebermos novamente e podermos, assim, ir ao encontro das desmedidas necessidades de muita gente”.

Com esse termo quero dizer que a resposta do outro, a atitude de reciprocidade, também pode não ser dirigida a quem desencadeou a reação de reciprocidade; mas, sim, a uma terceira pessoa. Em outras palavras, A, que realiza um ato de gratuidade para com B, faz uma experiência de reciprocidade não só com B que lhe retribui, mas também se B é recíproco para com C (BRUNI 2005, p. 130).

A reciprocidade da comunhão admite uma possibilidade de analogia com a dinâmica da teoria da dádiva. Mauss (1974, p. 53s) refere-se às prestações e contraprestações, mediante as quais grupos e pessoas, de forma voluntária, mas paradoxalmente, obrigam-se mutuamente a atitudes gratuitas, solidárias e recíprocas. A razão disso, reconhece o autor, está na força do “espírito da coisa dada”, denominado “Hau” da floresta (MAUSS, 1974, p. 53-54). É o que fundamenta uma transação econômica generosa e aberta, pois a atitude recíproca de um beneficiado pode ser estendida a um terceiro indivíduo.

Quem doa, portanto, na perspectiva da dádiva, de alguma forma, tende a receber os frutos da doação, em grau e generosidade superiores. Isso porque o doador, ao doar, doa a si mesmo. Por isso, a coisa dada, quando imbuída de benevolência, traz consigo parte do seu doador – é o “espírito da coisa dada”, como já analisado anteriormente e que agora convém retomar. A dinâmica da dádiva contrapõe-se à tendência hegemônica economicista da atualidade, cujo objetivo é de praticar relações sociais e comerciais instrumentalizadas, conforme o princípio da troca de equivalentes, alicerçada no custo-benefício.

Se a reciprocidade da EdC não poderá ser reduzida a um ato de caridade, altruísmo ou filantropia, esta ideia também está presente na teoria da dádiva, segundo a qual a caridade inferioriza a pessoa, pois a submete e condiciona a um tipo de dominação hierarquizada e paternalista. Impede a capacidade de os indivíduos consolidarem vínculos de afinidade nas relações econômicas, uma vez que a sua altivez fica fragilizada. A reciprocidade deve ser executada em espírito de retribuição e generosidade, conforme explicita Mauss (1974, p. 163) “[...] A caridade fere ainda aquele que a aceita”.

Para que a dinâmica da EdC seja efetivada, dada a sua dimensão dialética de espontaneidade e obrigatoriedade, conforme a perspectiva da dádiva também prevê, a reciprocidade daqueles que são incluídos na partilha fraterna dos bens materiais deverá ser aguardada mediante espaço de tempo indeterminado. Há aqui a possibilidade de que o vínculo da comunhão seja quebrado pela recusa de retribuição do donatário. A reciprocidade da comunhão deverá ser aguardada “Sim e não! Certamente é inerente a ela um elemento de gratuidade: a retribuição do outro não é condição prévia do meu comportamento; ela é esperada, aguardada, suscitada pelo exemplo” (BRUNI, 2002, p. 63).

Segundo a reflexão de Araújo (2002) acerca da EdC, o “dar” pode assumir situações adversas que contradizem a perspectiva da comunhão. Existe um tipo de “dar” como forma de legitimar a superioridade de um indivíduo sobre outro, subjugando pessoas ou grupos a relações de dominação. Também se pode admitir um tipo de doação que legitima a vaidade do doador, sendo capaz de promover formas de sentimentalismos particulares e auto-suficientes, tendo como consequência a inferiorização do donatário. Existe um “dar” instrumentalista quando se busca, indispensavelmente, benefício próprio, a partir da racionalidade do custo-benefício. Essa modalidade é recorrente na lógica de mercado capitalista da atualidade. Em relação a isso, Araújo (2002, p. 23) expõe a seguinte fundamentação:

Nem todo tipo de dar, porém, leva à “cultura do dar”. Existe um modo de dar que é contaminado pela vontade de poder. É um gesto carregado de desejo de dominação, quando não de verdadeira opressão sobre os indivíduos e os povos. É dar de modo apenas aparente. Existe um modo de dar que busca satisfação e gratificação no próprio gesto de dar. Trata-se de uma atitude vaidosa, repleta de vanglória, expressão do egoísmo e do culto à própria personalidade. Em tais condições, quem recebe sente-se humilhado, ofendido. Existe também um modo utilitarista, interesseiro, que busca o próprio bem, o proveito próprio. É aquilo que vemos no sistema econômico vigente e na estrutura do pensamento que lhe serve de base. Não é uma atitude que cria uma nova cultura.

Araújo (2002, p. 23) considera que “não se trata de ser generosos, de fazer beneficência nem de praticar filantropia, nem tão pouco de abraçar a causa do assistencialismo. Trata-se, antes, de reconhecer e viver a dimensão do doar-se e do dom aos outros como essenciais à subsistência e a existência da pessoa”. O ato de “doar” faz parte da existência e da interioridade de cada ser humano.

Para Lubich, o ser humano tem uma tendência natural para “doar”, independentemente da crença ou religião. Ela considera, do ponto de vista dos preceitos religiosos, que “O homem, criado à imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, em Dar. Essa exigência está no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé em Deus, quer não” (LUBICH, 2004, p. 40-41). Na perspectiva maussiana, para Godbout (2002, p. 85), a dádiva e suas práticas são características próprias dos indivíduos, sendo indispensável para a eficácia nas relações interpessoais: “Além de termos colocado em questão este postulado, apresentamos a proposta do postulado do dom, defendendo que há uma tendência natural para dar, uma espécie de pulsão de dom, assim como existe uma tendência natural para receber”.

Mediante o fenômeno da gratuidade, cuja reciprocidade deverá ser exercida, sobretudo, entre os pobres, segundo a Economia de Comunhão, é que retomamos o sentido da

pobreza. Quando interpretada à luz da comunhão, trata-se de uma categoria que comporta uma abrangência de significados, pois remete a várias situações sociais. Primeiramente, constata-se a pobreza material, sobre a qual estamos nos debruçando até agora e em cuja problemática a EdC fundamenta seu objetivo primordial de combate à indigência e à miséria, que submetem grande parte da população mundial.

Mas, para além da pobreza material, o desapego das riquezas também é considerado outro tipo de pobreza. Nesta situação, tanto os donos dos bens materiais quanto aqueles que necessitam de recursos econômicos para a sobrevivência encontram-se no mesmo patamar solidário da comunhão. Aqui está o sentido do que é considerado “pobreza ontológica”: a opção livre de desprender-se dos bens materiais. Os que decidem partilhar benefícios têm o mesmo valor e dignidade dos que recebem doações. Esta concepção permite também considerar como dom as necessidades materiais dos pobres. Tal raciocínio é interpretado por Bruni (2005, p. 148-149) da seguinte forma:

É a pobreza que nasce da consciência de que tudo o que sou, bem como tudo o que tenho, me foi doado e como tal deve se re-doadado. É uma pobreza ontológica, raiz da dinâmica da reciprocidade genuína e gratuita. Essa pobreza impulsiona a nos libertar interiormente dos bens e das coisas enquanto propriedades absolutas, para fazermos delas dádivas e assim sermos livres para amar e para fazer desses bens pontes, caminhos de reciprocidade, oportunidades de comunhão.

No entanto, também faz parte da discussão sobre a pobreza a carência de relacionamentos, que tende a acentuar-se conforme o avanço da modernidade tecnológica e de consumo, tornando fluidos e efêmeros os vínculos afetivos. Segundo a perspectiva da EdC, é a chamada “pobreza dos relacionamentos”, em decorrência de uma racionalidade calculista, que exerce grande influência nas pessoas, através das transações comerciais. Ao produzir bens de consumo, a EdC propõe-se a executar sua proposta de humanizar a economia. Há, então, todo o empenho para resgatar e promover relações solidárias de reciprocidade, visando não somente ao lucro, mas também, e, sobretudo, à dignidade e o bem-estar dos envolvidos.

Segundo a lógica produtiva da Economia de Comunhão, o protagonismo na dinâmica produtiva não deverá ser atribuído aos resultados das riquezas, mas sim ao próprio ser humano que as produz, que deverá dispor dos frutos do seu trabalho. Provém daí a necessidade de se analisar a categoria “lucros”, como resultados do trabalho realizado em comunhão.

1.5.3 A dialética da Economia de Comunhão

Se do ponto de vista da EdC, o centro de toda a economia deve ser o ser humano e suas relações socioeconômicas, através do trabalho, na perspectiva do capitalismo globalizado, o centro de todas as atividades produtivas são as riquezas produzidas pelo trabalho. Na perspectiva de Marx (2010), os lucros são o resultado da expropriação do trabalho explorado pelos capitalistas. O excedente trabalhado, os recursos de que o trabalhador se utiliza para produzir e a própria forma de trabalho ficam subjugados aos capitalistas. Daí a acumulação desenfreada de riquezas, que divide pobres e ricos, repercutindo em todos os seguimentos da nossa sociedade, sobretudo, pelos que compõem a Experiência de Branquinha, foco da pesquisa empírica desta tese.

No esforço de releitura dos fundamentos da Economia de Comunhão, interpretamos que aqui está o ponto de tensão essencial contra o qual este projeto econômico irá constantemente se debater: o próprio capital. As riquezas obtidas através do trabalho podem ser o resultado de duas dinâmicas diferentes e contraditórias: do trabalho solidário, associado, cooperado e inclusivo, em contraposição à racionalidade hegemônica do trabalho explorado pelos capitalistas, em prol da concentração de riquezas e aumento gradativo da pobreza e marginalização sociais. A questão central que a fundamentação teórica da EdC se propõe a equacionar é de associar ou despertar nas estruturas de mercado os valores da gratuidade e reciprocidade, a fim de que haja uma humanização gradual e contínua da economia. Para Bruni (2005, p. 9), o sentido da comunhão adquire fundamental importância ao expressar toda projeção e alcance da dimensão econômica. “A comunhão é o profundo pendor da economia”, conferindo ao mercado identidade peculiar, através da solidariedade e reciprocidade.

O primeiro aspecto da categoria trabalho a ser posto em questão e que servirá como referência de análise em relação aos princípios da Economia de Comunhão, é a sua condição de “motor humano”, gerador de riquezas e bem-estar para quem trabalha. Mas também, quando explorado, o trabalho é o divisor de águas para legitimar as desigualdades sociais, conforme organização e distribuição das relações de produção. O modo capitalista detém monopólio exclusivo dos meios produtivos e da força do trabalho, que é vendida como mercadoria. Mas, para além dessa visão economicista globalizada, que visa incondicionalmente o “ter”, a EdC contrapõe a ideia do “dar”, de modo que as duas perspectivas possam coexistir no mercado: “Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a Economia de Comunhão é a economia do dar” (LUBICH, 2004, p. 40).

A EdC, como perspectiva da economia civil, apresenta-se como operacionalização de um modelo de mercado em que sejam equacionados os objetivos do “ter” (lucros, riquezas) e o “dar” (partilha, reciprocidade) no processo de geração e distribuição de riquezas. O

propósito é de se praticar a comunhão de acordo com o sentido e a dinâmica solidária que ela propõe, conforme analisado no item anterior. Diferentemente do marxismo revolucionário, que anunciou uma transformação econômica radical, através da luta armada, em prol da tomada do poder pelo ideário socialista, a EdC advoga como atitude “revolucionária” a vivência dos princípios da comunhão nas estruturas de mercado da atualidade, cujas práticas devem ocorrer em meio às transações econômicas e de produção e distribuição de riquezas. A atitude “revolucionária” dar-se-á de forma contínua e permanente, no âmbito do próprio mercado. Esta é a proposição que Gui fundamenta:

Em primeiro lugar, não há rejeição alguma às estruturas econômicas ‘capitalistas’ e, em especial, à empresa comercial, na forma de uma sociedade de capitais. Ela é vista como abrigo viável e, portanto, como instrumento útil onde pode ser atuada a lógica da ‘comunhão’ (GUI, 1998, p. 102).

O objetivo da EdC é de promover e despertar a vivência do cerne da economia, cujos bens materiais produzidos devem, indispensavelmente, vincular-se às relações solidárias e de reciprocidade, assim como já praticados pela Economia Civil. Isso implica na rejeição ou no combate do acentuado poder de dominação ideológica e de exploração que o capital exerce sobre o trabalhador, isto é, tornar comum e aceitável a ideia de que a pobreza é uma condição existencial e natural do ser humano. Ao contrário, a pobreza é consequência das organizações e determinações socioeconômicas que impomos à sociedade, ao longo da história.

O comando ideológico do capital pode influenciar e fragilizar as relações solidárias e de reciprocidade, condicionando-as à mera produção de mercadorias e, conseqüentemente, à exploração do trabalho. Inclusive, o próprio trabalhador torna-se objeto de compra e venda para os capitalistas. Trata-se de uma dinâmica paradoxal: ao mesmo tempo em que são limitados os recursos econômicos para a subsistência de grande parte da população mundial, o capitalismo cria exacerbadamente necessidades fetichizadas (ilusão) pela obrigação do consumo irracional e inconseqüente. O resultado é a superacumulação de renda e o monopólio dos grandes empreendimentos, às custas da exploração da maior parte da população mundial. É sobre tal problemática que Harvey (1992, p. 307) irá discutir:

É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo de vida.

A EdC visa ao exercício de um trabalho produtivo capaz de assegurar o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e culturais. É uma visão segundo a qual o trabalho não pode ser considerado como finalidade absoluta de se obter lucros pela exploração, através da fragmentação das atividades produtivas e conseqüente aumento do rendimento econômico. Ao invés disso, segundo a perspectiva da Economia de Comunhão, as atividades produtivas consistem em “um valor concreto que realiza a humanidade do homem e merece ser libertado de toda instrumentalização alienante” (SORGI, 1998, p. 44).

A comunhão assegura a capacidade laboral de produção de bens de consumo e também de interação social, consolidando vínculos solidários e recíprocos. Do ponto de vista maussiano, segundo a percepção de Nicolas (2002, p. 46), “dom e mercado podem coexistir, compenetrarem-se, corrigirem-se no âmbito de sociedades complexas”. O ponto de partida para que haja adesão dos empreendimentos aos valores da EdC é o trabalho conjunto de comunhão que deverá ser realizado entre empresários, funcionários (colaboradores) e lideranças cooperativistas.

Os relacionamentos solidários e recíprocos, os chamados “bens relacionais”, imprescindíveis para a implementação do projeto EdC, deverão ser exercitados no âmbito das atividades produtivas. Poderíamos inferir disso que o centro da concepção econômica da EdC está fundamentado no trabalho, que é realizado em comunhão, de onde procedem vínculos relacionais. Sorgi refere-se ao trabalho realizado “com” e “pelos” outros:

Mas o que o realiza mesmo é o seu trabalho com e pelos outros seres humanos: é no crescimento das relações que a personalidade enriquece. Por isso, também no trabalho não é possível crescer – pelo contrário, podemos nos tornar cada vez mais embrutecidos – se não visarmos aos relacionamentos inter-humanos, se não cuidarmos da “estratégia da atenção” para com o outro, redescoberto como pessoa sob a máscara dos personagens, seja dentro da empresa, seja nos relacionamentos econômicos em geral entre quem produz um bem (objeto ou serviço) e quem o utiliza (SORGI, 1998, p. 50).

Lubich expõe critérios a serem vivenciados por empresários, colaboradores e associados, nos mais diversificados empreendimentos regidos pela comunhão. O intuito é de que o sistema produtivo se volte para os relacionamentos e, em decorrência disso, para as boas condições de trabalho, mesmo que isso implique em altos custos, adverte a proponente. “Reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo” (LUBICH, 2004, p. 26). Aqui se pressupõe uma conduta ética empresarial capaz de cumprir todos os compromissos fiscais, trabalhistas e de respeito

com a natureza. Recomendações que deveriam ser cumpridas por todos os empreendimentos do mercado.

No entanto, da forma como é fundamentado por seus teóricos, o diferencial da EdC ocorre na medida em que se tem convicção da importância humana de todos os que compõem o empreendimento regido por esta perspectiva econômica. A convivência no ambiente produtivo deve suscitar relações de reciprocidade/comunhão. Nas empresas privadas, esta iniciativa deve partir dos próprios responsáveis pelas unidades produtivas. Os empregados, nas suas variadas funções e cargos, devem exercer o papel de colaboradores junto às instituições produtivas, a ponto de também contribuírem nas decisões do empreendimento.

Obviamente, a forma de se gerir os empreendimentos ligados à EdC requer atitudes contínuas de comunhão. Implica um processo permanente de pobreza, desprendimento das riquezas em favor da comunhão, advertem muitos adeptos, teóricos e empresários da EdC. Atitudes de comunhão e reciprocidade devem ser praticadas por todos no empreendimento, a ponto de tornar-se a “cultura do dar”, através dos chamados “homens novos”. Lubich (2004, p. 26) elenca as seguintes ações a serem observadas pelas empresas de comunhão:

Instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração com os clientes, os fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes;

Manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;

Valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os, em variadas medidas, na sua gestão;

Reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo.

O trabalho, quando realizado segundo os critérios da comunhão, tem uma dimensão emancipatória. Em contraposição à mais-valia do capital, a EdC reconhece como essencial para a subsistência do mercado, para além dos lucros, a “mais-valia” humana. Trata-se de todo um contexto produtivo que seja favorável também para os relacionamentos, decorrentes de um trabalho produtivo. Na perspectiva da EdC, é possível gerar riquezas sem subtraí-la de forma predatória das pessoas e dos grupos. Mas, de que forma isso ocorre, de fato? Tal propósito dá-se mediante um tipo de economia inclusiva, a ser exercitada também por empreendimentos privados, de cujas riquezas todos, em alguma medida, possam participar. Para isso, há necessidade de desenvolver as capacidades físicas, intelectuais e culturais dos trabalhadores, nos mais variados cargos e funções exercidos nas empresas. É uma tentativa de

se conjugar recursos humanos (profissões, relacionamentos) e materiais. Em relação a isso, Sorgi (1998, p. 50; 76) expõe a seguinte compreensão:

A maior e mais bela força humana e humanizante do trabalho, a sua ‘verdadeira e mais impagável mais-valia humana’ é a sua sociabilidade. [...] A economia de comunhão nos convida a produzir riquezas sem subtraí-las de outros, mas fazendo com que todos a produzam. Produzir riquezas não somente através do trabalho físico e intelectual do homem, mas também por meio da criatividade e da capacidade de identificação com as exigências dos outros, como “mais-valia da unidade”; unidade de objetivos que nascem de uma colaboração harmônica.

Bruni (2005) advoga o propósito segundo o qual empreendimentos da comunhão podem praticar a reciprocidade, nos seus vários aspectos ou situações, no âmbito empresarial. E ainda a explica, através dos vários tipos de reciprocidade que podem ser vivenciados em uma empresa. Primeiramente, existe a reciprocidade-contrato, própria de qualquer empreendimento de mercado, identificada pela troca de benefícios equivalentes. São os trâmites comerciais que comumente são realizados por qualquer empreendimento. Desta transação emerge uma “bidirecionalidade” de ganhos, isto é, ocorre uma prestação mútua entre pessoas e instituições, mediante contrato. Consequentemente, tal relação requer a condicionalidade do custo-benefício. As vantagens são adquiridas de forma proporcional e mediante negociações. Ocorre aí o princípio da equivalência do mercado, a fim de que se efetive determinado negócio. É uma transação de mercado instrumentalizada, cujo objetivo é a viabilidade e sustentabilidade do empreendimento, pela obtenção de lucros posteriores.

Na perspectiva de Bruni (2005), há outro tipo de reciprocidade em que o custo-benefício do mercado também deverá manifestar a chamada “reciprocidade genuína”, demonstrada por atos solidários de gratuidade, mediante relações interpessoais ocorridas no empreendimento. Na percepção do autor, ocorre a chamada “mais-valia humana” identificada como “bens relacionais”. É uma operação indispensável para a humanização do mercado e consolidação dos empreendimentos de comunhão. O objetivo é de melhorar a qualidade do serviço prestado, através de um trabalho produtivo, mediante a dinâmica dos relacionamentos e vínculos sociais vivenciados nas empresas, conforme expressa a fundamentação de Bruni e Zamagni (2010):

A proposta, então, é canalizar o trabalho “liberado” do setor privado da economia para atividades que produzem bens que o mercado privado, por natureza, não é capaz de produzir ou nunca terá interesse em produzir. Esses bens, sabemos, são os bens relacionais, os bens meritórios, alguns tipos de bens públicos, e os bens de uso coletivo – aos quais não há como aplicar a lógica da troca de equivalentes. (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p. 205-206).

Para Bruni (2005), o diferencial do projeto EdC ocorre na medida em que é identificada a “reciprocidade-comunhão”. Para além da transação econômica bidirecional entre contratantes, própria de qualquer empreendimento do mercado, faz-se necessário e indispensável recorrer à prática da gratuidade segundo a comunhão. É uma dinâmica solidária que admite a possibilidade de um terceiro indivíduo na doação. Podemos, então, remeter-nos à dinâmica da dádiva, que será aprofundada em capítulo posterior, quando a operação do dom vai além das fronteiras doador / donatário, ou seja, a operação ocorre, também, em situações diferentes, através de outros doadores e donatários. É o que configura o registro de um terceiro elemento nesta transação econômica (MAUSS, 1974, p. 54). A reciprocidade-comunhão diz respeito à parte dos lucros que, na liberdade, são doadas para os pobres, conforme a divisão dos lucros em três partes, tal qual sistematizou Lubich (2004). Assim como na dialética da dádiva, em que a “obrigação” de reciprocidade, bem como a possibilidade de sua recusa, deve ocorrer mediante um prazo indeterminado (MAUSS, 1974, p. 97), também de acordo com a perspectiva da Economia de Comunhão, esperam-se dos donatários a reciprocidade, não necessariamente em relação a quem lhes concedeu benefício, mas podendo estender-se a outros indivíduos, em outros contextos de doação de favores ou benefícios materiais.

A parte dos lucros que deve ser destinada para ajuda dos pobres, de forma espontânea, é remetida para uma reserva financeira internacional administrada pela AMU⁴⁵, que gerencia tais recursos e os devolve para várias partes do mundo, através de ajuda humanitária a pessoas ou famílias carentes, como também mediante pequenos projetos de desenvolvimento econômico. No Brasil, atualmente, as doações da EdC são gerenciadas por associações como a ANPECOM. Uma das destinações dos recursos da EdC, por meio de projeto de desenvolvimento sustentável, é a “Experiência de Branquinha”. As tabelas 1 e 2 apresentam os últimos resultados dos lucros compartilhados da EdC, cujo relatório refere-se ao ano de 2016 e último trimestre de 2015⁴⁶.

Tabela 1 Relatório 2016 – Gestão da Comissão EdC internacional

⁴⁵ Associação por um Mundo Unido (AMU). Trata-se da ONG do Movimento dos Focolares, constituída em 1986 e reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano para trabalhar no campo da cooperação, da formação e do desenvolvimento. A AMU já executou 350 projetos em 56 países, nos mais diversos campos: da educação à formação profissional; do apoio às necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde) à construção de infraestrutura; das intervenções pós-emergência ao microcrédito e micro empresas. Disponível em: <http://www.focolare.org/pt/news/2012/09/29/amu-insieme-per-la-fraternita/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/relatorios-edc/relatorio-edc-2016/13207-lucros-compartilhados-relatorio-2016.html> Acessado em: 08 maio 2018.

RELATÓRIO 2016	ENTRADAS 2016	SAÍDAS 2016 PARA OS POBRES							SAÍDAS 2016 PARA A FORMAÇÃO							
		Alimentação	Saúde	Moradia	Educação	Projetos sociais	Desenvolvimento Novas Empresas	Total	Escolas EdC	Congressos	Associações EdC	Polos e estruturas	Universidade	Publicações Web	Administração	Total
Gestão da Comissão EdC Internacional	Lucros Compartilhados (Euros)															
Itália	290.666	6.247	4.147	15.076	2.862	0	3.242	31.574	8.941	10.231		6.100	200.000	13.000	12.000	250.272
Europa Ocidental	338.781	0	0	0	0	0	17.128	17.128			7.500					7.500
Europa Central	61.071	0	0	0	0	0	0	0								0
Europa Oriental	12.940	27.845	9.423	20.059	47.556	0	9.558	114.440	1.857							1.857
Oriente Médio	0	7.355	8.424	842	2.106	2.160	0	20.887								0
África	0	2.002	1.189	2.262	10.795	664	4.269	21.181	1.331							1.331
Ásia	283.079	2.951	2.685	2.299	28.771	0	0	36.707		1.678						1.678
América do Norte	33.150	2.644	0	726	7.778	0	0	11.146								0
América Central	31.818	8.493	10.096	2.365	31.283	6.264	4.000	60.481								0
América Espanhola	27.713	4.957	18.276	13.093	14.892	1.440	0	52.657								0
Brasil	73.430	32.950	22.937	9.123	52.130	0	20.326	137.466		3.570	18.000					21.570
Secret. Internacional		0	0	0	0	0	24.252	24.252	24.252	9.548				32.876	18.668	85.344
Total administração internacional	1.152.647	93.443	77.178	65.845	198.150	10.528	82.775	627.918	36.381	25.027	25.500	6.100	200.000	45.876	30.668	369.552

Fonte: www.edc-online.org

Tabela 2 Gestão das empresas e Comissões EdC locais

Gestão das Empresas e Comissões EdC Locais	Lucros Compartilhados (Euros)	Alimentação	Saúde	Moradia	Educação	Projetos Sociais	Desenvolvimento Novas Empresas	Total	Escolas EdC	Congressos	Associações EdC	Polos e estruturas	Universidade	Publicações Web	Administração	Total
Itália	47.000			5.000		18.500	10.000	33.500	3.500			5.000	5.000			13.500
Europa Ocidental	48.617						48.617	48.617								0
Europa Oriental	65.850						1.740	1.740				45.636		38.474		84.110
Oriente Médio	2.983							0				2.983				2.983
Ásia	93.845							0		12.000	8.000	50.000		23.845		93.845
América do Norte	173.100	2.070		3.800	6.500	35.830	18.300	66.500	51.000	22.800	1.700	26.400		4.700		106.600
América Espanhola	145.549	4.540	5.000	4.585	21.697	42.712	24.358	102.892	3.515	23.439	5.210	2.605		6.800	1.088	42.657
Brasil	25.000										25.000					25.000
Total gestão local	621.944	6.610	5.000	13.385	28.197	97.042	103.015	253.249	58.015	58.239	39.910	132.624	5.000	73.819	1.088	368.695
Total Geral	1.774.591	100.053	82.178	79.230	226.347	107.570	185.790	781.167	94.396	83.266	65.410	138.724	205.000	119.695	31.756	738.247

Fonte: www.edc-online.org

Do ponto de vista qualitativo, a 1ª tabela registra os dados da movimentação dos lucros doados pelas empresas da EdC internacional, incluindo o Brasil. A quantidade de dinheiro que é destinada para ajuda dos pobres, nas várias modalidades acima em destaque, é bem superior à quantia utilizada para manter a estrutura de formação dos chamados “homens novos”. Os dados acima ratificam o objetivo primordial da EdC no que se refere ao objetivo de ajuda aos pobres e superação da pobreza. O que denota uma atenção maior às pessoas e

grupos sociais em situação de vulnerabilidade social. Já a segunda tabela traz os lucros geridos pelas estruturas e empresários locais da EdC, segundo as modalidades acima adscritas. No Brasil, vale destacar, tais recursos são gerenciados por associações ligadas à EdC, como, por exemplo, a ANPECOM.

Para Gui (1998), no entanto, os resultados da EdC não podem ser mensuráveis apenas através da doação de parte dos lucros para os pobres, como as tabelas acima indicam, mas que são indispensáveis para efetivação dessa proposta econômica. Levar-se-á em conta todo o processo de geração de riquezas, incluindo os bens relacionais solidários e recíprocos que devem ser vivenciados em cada empreendimento. A eficácia do trabalho “emancipatório” deve garantir relações trabalhistas mais igualitárias e melhores condições de sobrevivência dos envolvidos nesta dinâmica produtiva. Gui expõe a seguinte fundamentação:

Sem dúvida, dos resultados econômicos obtidos pela atividade de uma empresa, o lucro é apenas a ponta do iceberg, ou seja, o grande número de itens de crédito e débito – que afinal, depois de somados, se compensam do ponto de vista contábil e, portanto, desaparecem – não é menos importante que o valor do saldo, considerando-se uma correta avaliação social da atividade desenvolvida (GUI, 1998, p. 98).

No entanto, em perspectiva dialética, apresentar os propósitos da Economia de comunhão, a partir da categoria trabalho/lucros, requer a retomada do embate entre reciprocidade / comunhão e o próprio capital. É o problema que a proposta da Economia de Comunhão propõe-se a refletir continuamente e a dar pistas para a solução de tal impasse. É o que teóricos e debatedores têm feito nos encontros, nas escolas, nos congressos e nas assembleias da EdC a que pude presenciar, cujas questões julgamos imprescindível trazer aqui para esta abordagem.

Bruni⁴⁷, ao discorrer sobre as atividades realizadas pela EdC, durante os seus 20 anos de existência, deixa claro a condição aberta de um projeto que está sendo implementado aos poucos, no decorrer da história. Merece, portanto, reflexões, amadurecimentos e estratégias de ação. Trata-se de um terreno aberto para refazer-se sempre. O autor expõe a seguinte ideia: “Vimos aqui, a este lugar, para nos deixar questionar pela história, pela geografia, pelo “*genius loci*”, por aquele *daimon* que não é só individual, mas também comunitário, dos lugares, dos povos”⁴⁸.

⁴⁷ Discurso proferido durante a Assembleia Internacional 20 anos da EdC, realizada em Maio de 2011, em São Paulo, no centro Mariápolis de formação dos Focolares.

⁴⁸ Fragmento extraído do site. Disponível em: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1696-l-edc-verso-il-2031.html> Acesso em: 13set. 2011.

Outra reflexão acerca da EdC, que merece se considerar aqui na discussão, refere-se à categoria pobres, razão principal que deu origem ao projeto. Segundo a ótica de Sanze, se pobres e ricos, na perspectiva da comunhão, ocupam um mesmo patamar de fraternidade e dignidade, há necessidade de se questionar sempre em que medida incorporamos a pobreza do desapego aos bens materiais ou do status social para haver uma aproximação fraterna entre essas duas realidades econômicas distintas e díspares. Em outras palavras, a debatedora chama a atenção para atitudes cotidianas concretas de comunhão, que visem a aproximar diferentes classes sociais, tão fortemente separadas por riquezas. A EdC pode ser uma alternativa viável na diminuição das fronteiras entre ricos e empobrecidos. A autora fundamenta a seguinte ideia:

Então eu me coloco a seguinte pergunta: nesta sala, nós somos pobres? Quem são os pobres aqui entre nós? E quem são os ricos? Ou ainda: nós temos algo para dar? Estamos prontos para sair de nós mesmos e, dirigindo-nos ao nosso vizinho, oferecer-lhe a riqueza que somos? A riqueza que nós temos? Mesmo que esta riqueza fosse somente um sorriso a ser doado, a partilha da própria vida, a reciprocidade, a comunhão? O que é então realmente ser pobres? E ser ricos? E o que significa a fraternidade e a unidade entre os povos, entre as pessoas? Entre nós aqui? Eu acho que se nós levarmos a sério o carisma da unidade muitas coisas começam a mudar: percebemos que a riqueza e a pobreza são principalmente uma questão de relacionamentos, e que, em qualquer caso, a riqueza torna-se vida boa e feliz quando compartilhada com outras pessoas⁴⁹.

No entanto, a EdC é um projeto que surgiu de um grupo religioso cristão católico, com princípios e regras religiosas. Mas, se o intuito dessa economia é de interagir com a sociedade, para além dos limites ideológicos religiosos que lhe deram origem, vale o questionamento de Tortorella⁵⁰ em relação à EdC, cuja exequibilidade desse “modelo econômico alternativo”, que está sendo apresentado à sociedade, precisa de constante processo de reflexão e aprimoramento das suas estratégias. O debatedor formulou a seguinte questão:

O problema, hoje, não é mais simplesmente de prover a certas necessidades, não é mais saciar a fome ou sarar, a história hoje nos pede mais do que isso: realizar e mostrar um novo modelo de desenvolvimento. Mas qual modelo de desenvolvimento podemos nós realizar e mostrar?

[...] Nosso modo de enfrentar a pobreza e o desenvolvimento pode ser considerado um modelo? Pode ser replicado por outrem?

⁴⁹ Confira site. Disponível em: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1650-la-parola-fortedellafrica.html>. Acesso em: 13 de abr. 2012.

⁵⁰ É diretor de Projetos de Desenvolvimento da EdC – Amu.

Pois bem, nestes anos, fomos capazes de criar uma comunidade na qual não há mais necessidade alguma? A resposta correta é que não o sabemos; a impressão, é que ainda não a realizamos⁵¹.

As discussões acima destacadas esbarram no grande problema que a EdC se propõe a resolver: a humanização do capital. Para além da roupagem religiosa que deu origem à EdC, é imprescindível uma proposta econômica que interaja com a economia de mercado e mostre indícios da sua eficácia. Nossa aposta é que as práticas solidárias da Experiência de Branquinha, apesar das suas contradições internas, a serem analisadas no próximo capítulo, expressem, em alguma medida, os propósitos da EdC. Fazer confluir a perspectiva econômica solidária e a ideologia dominante do mercado capitalista globalizado é a proposta que a EdC pretende implementar, na perspectiva de superação da pobreza.

A questão da EdC, por nós interpretada, portanto, ao situar-se entre a ideologia dominante do capital e a reciprocidade solidária, sugere um embate constante e contínuo para a implementação desse projeto na economia. A EdC é uma dinâmica que conjuga ao mesmo tempo conflito social e dialética do dom. Ocorre o conflito social (TOURAINÉ, 1998; SIMMEL, 1983), quando as contendas entre os indivíduos e grupos tendem a redimensionar a dinâmica social em novas operações e cenários sociais. A perspectiva dialética do dom (MAUSS, 1974) exterioriza-se na medida em que se confrontam o paradoxo da gratuidade e a obrigatoriedade dos benefícios doados e retribuídos, havendo a possibilidade da sua recusa. Daí o registro das constantes reflexões e dos questionamentos, feitos pelos próprios adeptos da EdC, para que este plano seja melhor implementado no cenário econômico globalizado da atualidade.

É neste contexto de turbulência e de harmonia socioeconômica que está situado o projeto EdC. Aqui temos condições de retomar o sentido da utopia (MANNHEIM, 1986), cuja visão concreta permite que as ideias que transcendem à realidade, o ideal e os valores que procuramos implementar na vida, de alguma forma, transformem-se em conduta de ação, para intervir na realidade e modificá-la gradativamente. Na perspectiva da abordagem da EdC, a utopia corresponde ao desejo de mudança e de equilíbrio dos problemas socioeconômicos da realidade, movendo as pessoas em prol da concretização dos objetivos e valores, assim como propõe a EdC.

Somando-se à abordagem dialética da categoria trabalho/lucros, de onde provém a considerada “mais-valia da comunhão”, isto é, os “bens relacionais”, é que consideramos

⁵¹ Disponível em: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1691-poverta-e-sviluppo-le-sfidedelledc-oggi.html>. Acesso em: 13 set. 2011.

oportuno focalizarmos a nossa análise na perspectiva simbólica que a Economia de Comunhão representa para seus adeptos. O ponto de partida desta abordagem será o campo religioso cristão, cujos valores solidários justificam a existência da EdC.

1.5.4 A Esfera do Simbólico

O sentido simbólico que a Economia de Comunhão representa para seus adeptos, ao suscitar o desejo de realizar práticas solidárias nas transações econômicas, é a dimensão subjetiva que está intrínseca no projeto EdC, oriunda da experiência religiosa cristã do Movimento dos Focolares. Para esta abordagem, julgamos indispensável centrar nossa análise na simbologia que o próprio termo comunhão representa para o projeto, capaz de mobilizar pessoas e instituições financeiras em torno dos seus valores. O propósito dessa abordagem será de recorrermos à perspectiva subjetiva do termo experiência, que, segundo a nossa percepção, relaciona-se ao sentido e à repercussão prática que a mensagem simbólica da comunhão exerce sobre os adeptos da Economia de Comunhão.

O primeiro elemento a ser levado em consideração é o sentido do termo experiência. Na visão de Giussani (2000), convém retomar, a experiência ultrapassa as fronteiras quantificáveis das medidas objetivas. Ao contrário, diz respeito também à capacidade que o ser humano tem de relacionar-se consigo mesmo e com os outros, em meio às diferenças e aos conflitos inerentes às sociabilidades. Atinge, portanto, a personalidade do ser, sua essencialidade, tornando-o capaz de interagir com a realidade que o cerca, conferindo sentido às práticas humanas solidárias e consequente intervenção socioeconômica junto à natureza.

O Movimento dos Focolares manifesta sua experiência religiosa a partir da vivência da unidade e da partilha fraterna dos bens materiais. Tais princípios e valores são identificados, pelos adeptos da Economia de Comunhão, através do próprio termo “comunhão”. Interpretamos que o sentido dessa palavra é de suma importância para os Focolares e para os adeptos da EdC. Desperta, portanto, nossa atenção para esta análise, na medida em que a palavra comunhão expressa um teor simbólico peculiar, capaz de fundamentar e mobilizar indivíduos para o exercício de uma conduta econômica solidária e recíproca, conforme previstas pela EdC. Trata-se de uma prática econômica que está voltada para a “comunhão”.

O sentido da comunhão, na perspectiva religiosa dos Focolares, remete à vivência cristã nos seus primórdios. “A ideia da comunhão de bens surgira em nós a partir da observação da primeira comunidade cristã (LUBICH, 2004, p. 13). O significado da comunhão justifica também a novidade proposta pela EdC, que é o exercício de uma

economia na qual haja partilha fraterna das riquezas obtidas pelas estruturas produtivas do mercado. “E aqui está a novidade: esse lucro não deveria ser repartido entre todos os que participam do capital, mas deveria ser ‘posto em comum’. Disso haveria de nascer uma economia de comunhão” (LUBICH, 2004, p. 14).

Segundo a fundamentação de Terrin, na sua abordagem “religionista”⁵² do fator religioso, há necessidade de se levar em consideração a própria experiência religiosa do grupo a ser estudado. “A principal tese dessa posição metodológica afirma, decididamente e sem arrependimentos, que os fenômenos religiosos, para poder manter a própria e verdadeira identidade, devem ser estudados em escala religiosa” (TERRIN, 1994, p. 11). Continuando a percepção do autor, isso implica no reconhecimento da dimensão transcendente que a experiência religiosa manifesta, de forma peculiar, através do simbólico: “É também necessário que a simbologia religiosa seja reconhecida como ponto de ‘ultrapassagem do real’ e, portanto, que possa expressar a linguagem da transcendência” (TERRIN, 1994, p. 33).

Na perspectiva da abordagem de Eliade (1991), a existência humana comporta em si um conteúdo peculiar e simbólico, capaz de suscitar outros significados em relação à realidade que se está vivenciando. É o que, conforme nosso entendimento, a perspectiva simbólica da Economia de Comunhão vem expressar. Com base na fundamentação do autor, a dimensão simbólica permite a vivência de novos conteúdos e significados. Há, portanto, necessidade de se desvendar sempre as “novas máscaras” da mensagem simbólica, inerentes à realidade vivida e repleta de significados. Segundo a percepção do autor:

A mais pálida das existências está repleta de símbolos, o homem mais “realista” vive de imagens. Repetindo, e conforme ficará abundantemente ilustrado pelo que se segue, os símbolos jamais desaparecerão da atualidade psíquica: eles podem mudar de aspecto; sua função permanece a mesma. Temos apenas de levantar suas novas máscaras (ELIADE, 1991, p. 12-13).

Já que a Economia de Comunhão está ligada à experiência religiosa do Movimento dos Focolares, cujas importância e simbologia do termo “comunhão” estão intrinsecamente ligados aos valores solidários, conforme nossa percepção, temos aqui a peculiaridade simbólica da linguagem. Morin (1999) fundamenta a importância da comunicação oral como fator de representações: nomeia objetos e situações, confere valores, transmite mensagens etc.

⁵² Convém salientar o embate travado entre os denominados “religionistas” e “historiadores da religião”, sendo os últimos considerados explicacionistas, cientificistas e reducionistas, uma vez que desconsideram, nas suas abordagens, os mecanismos subjetivos e simbólicos da própria religiosidade dos crentes (TERRIN, 1994, p. 17-40).

Contudo, a linguagem não se resume apenas a essas funções. Há um potencial simbólico a ser investigado, descoberto e vivenciado. A comunicação está intrinsecamente associada ao “espírito” humano, de onde emerge um poder de sensibilizar e de promover atitudes concretas. De acordo com o autor:

As palavras são ao mesmo tempo indicadores, que designam as coisas, e evocadores, que suscitam a representação da coisa nomeada. É nesse sentido evocador concreto que o nome tem uma potencialidade simbólica imediata: nomeando a coisa, faz surgir o seu espectro e, se o poder de evocação é forte, ressuscita, ainda que esteja ausente, a sua presença concreta (MORIN, 1999:171).

Podemos admitir, em decorrência dessa análise, que há uma dimensão simbólica da EdC em razão do próprio termo *comunhão* e da sua implicação concreta, mediante práticas econômicas solidárias. O sentido do simbólico é o que torna possível a mobilização e aproximação entre pessoas e grupos distintos em prol da unidade, através de valores e vínculos afetivos solidários. A perspectiva simbólica da *comunhão*, dessa forma, é um elemento indispensável a ser considerado no esforço de análise das práticas solidárias da *Experiência de Branquinha*.

Na perspectiva da *dádiva*, quando se relaciona aos valores da gratuidade e reciprocidade da *Economia de Comunhão*, convém considerar a perspectiva simbólica que há no dom oferecido e retribuído. Segundo Martins, o que respaldará a contribuição de Mauss para a sociologia é a importância do fator simbólico que está presente no dom e que se expressa no diversificado âmbito das relações: “Uma das contribuições centrais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social” (MARTINS, 2006, p. 90).

A dialética do dom, quando envolve espontaneidade e obrigatoriedade entre doador e donatário, segundo fundamentação de Nicolas (2002), evoca uma ritualidade, isto é, o “dom ritual”. Para o autor, a ritualidade do dom está presente em meio às relações de produção do mercado, em que há o propósito de executar relações comerciais condicionadas pela racionalidade do custo/benefício. Mesmo assim, há uma perspectiva simbólica e ritual, que perpassa ou está intrínseca à dinâmica do mercado, através de favores e benefícios doados e retribuídos, de forma solidária. É o que mobiliza relações de companheirismo e amizade entre os diversos papéis e funções exercidas pelos agentes econômicos de mercado. Entendemos que o dom ritual acontece quando há uma série de medidas e cuidados quanto à escolha e doação de determinado favor ou presente. Trata-se de um processo econômico que difere da racionalidade do mercado hegemônico. Para que haja a ritualidade do dom é necessário que os

sujeitos sociais em ação, doadores e donatários, tenham reciprocamente generosidade, zelo em relação ao presente doado, bem como a disposição de estabelecer um vínculo de amizade.

Para o autor:

Com efeito, o dom ritual não é um conjunto de atos residuais e pontuais. Seu domínio é considerável: coloca em circulação elevadas somas, pesa sobre o orçamento das empresas e dos particulares, comanda setores que constituem as molas propulsoras da economia. Seu brusco desaparecimento poderia colocar em questão o equilíbrio de importantes setores do mercado. Implica a totalidade dos agentes econômicos (NICOLAS, 2002, p. 35).

O dom ritual, tal como apresentado por Nicolas (2002, p. 45), opõe-se à dinâmica utilitarista do mercado ou a uma atitude caritativa, como o autor esclarece: “A prática do dom ritual enquanto fundamento de um modo particular de troca que se opõe tanto ao modo da comunicação utilitária, quanto ao modelo de dom caritativo”. É capaz de favorecer uma dinâmica social acolhedora: “O dom ritual encontra-se, assim, na origem de um ambiente relacional bastante caloroso, constantemente renovado, já que a troca em questão é voltada a perpetuar-se no tempo” (NICOLAS, 2002, p. 47). Tanto é que o ato da doação vem acompanhado de importante zelo, que envolve todo o processo do dar, receber e de retribuir. O autor elabora a seguinte fundamentação:

O rito transforma, igualmente, os parceiros que não estão, de modo algum, comprometidos em uma relação dual entre atores enraizados em posições irreduzíveis ou fundidos em uma relação especular. Durante o cerimonial, eles são como que encobertos, em posição alternativa instável, submetidos a um terceiro exigente, divindade sem nome, que é precisamente a pura lei da troca que se limita a desuni-los para voltar a juntá-los, perpetuamente (NICOLAS, 2002, p. 48).

Interpretamos que a perspectiva simbólica da Economia de Comunhão, mediada pelo próprio termo comunhão, expressa, indispensavelmente, uma ritualidade. A dinâmica pode ser efetivada quando doadores e pobres adquirem o mesmo status de dignidade, a ponto de as necessidades materiais serem consideradas também dons a serem recebidos e, generosamente, retribuídos por pessoas ou instituições financeiras, que se propõem a seguir a proposta da Economia de Comunhão. A dinâmica ritual deve conter amizade, companheirismo e compromisso sócio transformador de inclusão social. Ultrapassa, portanto, a dimensão caritativa de uma ajuda humanitária.

Mas, segundo interpretamos na abordagem acerca da EdC, trata-se de um projeto em processo de implementação. Na perspectiva da utopia de Mannheim (1986), a gratuidade e a reciprocidade devem ser transformadas em condutas de vida, mobilizando indivíduos a

concretizá-las, mesmo que de forma parcial. Os atos de doar, receber e de retribuir determinado favor ou benefício pedem um reverente zelo ritual em relação a todo este processo, nas suas operações solidárias e fraternas. Nesta perspectiva, as relações econômicas aí despendidas contrapõem-se à dinâmica do custo-benefício do mercado hegemônico.

O aspecto simbólico e ritual que a comunhão se propõe a manifestar mobiliza o esforço por uma maior humanização da economia. Contudo, se confrontado com a prática utilitarista do mercado atual, pode-se considerar que a perspectiva simbólica, ritual e solidária da Economia de Comunhão constantemente confronta-se com o seu maior problema: equacionar lucros/mercado com gratuidade/reciprocidade, na mesma dinâmica de produção e geração de riquezas. O contexto de mercado dá-se através de uma hierarquia capitalista que distingue e opõe interesses no cenário econômico: capitalistas, trabalhadores e excluídos. Originam-se relações de dominação, cujo poder emana do capital, que é capaz de legitimar e de impor um “poder simbólico” dominador, submetendo uma massa de dominados. É a problemática gerada pela dominação simbólica do capital que Bourdieu (1998, p. 12) vem a denunciar:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as facções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação.

Diante da perspectiva da gratuidade e reciprocidade da Economia de Comunhão, bem como da dinâmica conflituosa que ocorre entre as práticas solidárias e os interesses dominadores do capital, conforme indicou a fundamentação teórica sobre a perspectiva econômica da EdC, quando há o embate entre a ideologia dominadora do capital e as práticas solidárias econômicas, poderíamos levantar o seguinte questionamento: até que ponto as relações econômicas de partilha e de reciprocidade, simbólicas e de ritualidade, praticadas pela EdC, estariam condicionadas pela ideologia dominadora do capital? Nossa hipótese, que foi confirmada com a pesquisa, é que a abordagem das práticas solidárias da Experiência de Branquinha revelam dinâmicas de gratuidade e reciprocidade, conforme a Economia de Comunhão.

CAPÍTULO II – O CAMPO DE PESQUISA

2.1 O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

O assentamento Zumbi dos Palmares está localizado no município de Branquinha/AL. Trata-se de uma região do Nordeste brasileiro onde se registram os maiores índices de subdesenvolvimento humano e econômico do país, segundo indicadores do IBGE – PNAD⁵³. Isso reflete uma situação de empobrecimento e miséria de boa parte da população alagoana. É composto por cerca de 800 habitantes, subdivididos em 124 lotes. Há treze anos, são realizados projetos de desenvolvimento econômico, orientados pelos valores solidários da EdC. Convém, então, mencionar o empenho de pessoas ligadas ao Movimento dos Foculares que, mediante parcerias com instituições como a UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e a AMU⁵⁴ (Associação por um Mundo Unido) iniciaram um trabalho voluntário de apoio econômico junto a APROAGRO, conforme a perspectiva econômica da economia de Comunhão.

De forma exploratória e visando à obtenção de elementos para uma visão panorâmica acerca da Experiência de Branquinha, foi realizada a primeira visita a campo entre os dias 05 e 09 de outubro de 2015. Através de visitas às famílias do assentamento e de conversas com moradores sobre o cotidiano do assentamento, constatamos a problemática da migração. Esta é a casa de muitos jovens serem obrigados a deixar seu espaço social e convívio familiar, deslocando-os para a capital e outras regiões do Brasil, com a finalidade de obter melhores condições de sobrevivência.

Segundo relatam os assentados e alguns jovens, o problema da migração gera frustrações e arrependimentos para os que se deslocam a outras regiões, pois não conseguem melhorar economicamente. Consequentemente, retornam para a região de origem, ficando relegados à marginalidade social através das drogas, da prostituição, do alcoolismo.

Pode-se considerar que a conjuntura socioeconômica de Branquinha e, consequentemente, do assentamento Zumbi dos Palmares, foi ainda mais agravada pela destruição de grande parte do município, em 2010, devido a uma forte enchente ocorrida na região. Isso ocasionou um processo de reconstrução da zona urbana, que ainda se estende até os dias atuais. Na visita realizada à cidade, constatamos o deslocamento de bairros, prédios públicos e religiosos para outros espaços. Essa situação abalou cultural e sentimentalmente os

⁵³ Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7 Acesso em: 10 Out. de 2015.

⁵⁴ A Associação por um Mundo Unido trata-se de uma ONG italiana fundada pelo Movimento dos Foculares, que tem o objetivo de receber as doações das empresas da Economia de Comunhão, que retornarão para diversas partes do mundo sob a forma de doações e de projetos de desenvolvimento econômicos e sociais.

moradores da cidade, que foram removidos dos seus antigos espaços, com os quais mantinham vínculos afetivos e de parentesco, para se adaptarem em outros locais, segundo declararam algumas lideranças do assentamento⁵⁵. O impasse enfrentado no município repercutiu no assentamento, na medida em que se intensificou a saída de pessoas de várias faixas etárias para outras cidades e regiões do Brasil, a fim de obter melhores condições de vida.

Branquinha enfrenta problemas pela existência de latifúndios de monocultura da cana-de-açúcar, contribuindo para o subemprego e o desemprego. Contrapondo-se a esses desafios e na perspectiva de sua superação, é que se constata a proposta alternativa da Economia de Comunhão, através do apoio às práticas solidárias realizadas no assentamento. Tal ajuda foi obtida através de projetos de desenvolvimento econômico para geração de emprego e renda para os assentados, cujos recursos são resultado da partilha livre e espontânea de parte dos lucros obtidos por empresas ligadas à Economia de Comunhão, como forma de se corresponder aos princípios dessa perspectiva econômica.

Podemos considerar que a ponte que tornou possível a intervenção entre a Economia de Comunhão e o assentamento foi presença da pesquisadora Ana Carla⁵⁶. Ligada ao Movimento dos Foclares e contando com a parceria da UFAL, a investigadora, cuja área de atuação é o desenvolvimento econômico sustentável, destacou-se junto ao assentamento pela elaboração e dinamização de alguns projetos ligados à agroecologia, envolvendo um grupo de mulheres ligadas ao movimento das mulheres camponesas⁵⁷. Este foi o meio pelo qual a pesquisadora divulgou os valores solidários da Economia de Comunhão, através dos cursos de formação e capacitação dos agentes agroecológicos, que foram realizados no assentamento.

A motivação que Ana Carla teve de trabalhar em prol das práticas econômicas solidárias, tal como relatado por ela, teve a inspiração nos princípios da Economia de Comunhão, consequência também de sua participação como integrante do Movimento dos Foclares. Os valores dessa proposta econômica ter-lhe-iam despertado o desejo de fazer um Mestrado na área de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, a partir do estudo de

⁵⁵ Dados obtidos através de entrevistas registradas em caderno de campo.

⁵⁶ Trata-se de um nome fictício, para preservar a identidade dos sujeitos pesquisados. Ana Carla é arquiteta e funcionária da UFAL. Reside em Maceió.

⁵⁷ O Movimento das Mulheres Camponesas está presente em nível nacional, sobretudo, a partir da década de 80. Tem o objetivo de organizar e mobilizar grupos de mulheres em todo o país, para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho no campo. Trata-se de um movimento de luta contra toda forma de preconceito e discriminação contra as mulheres. Para maiores informações, consultar o site oficial. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> Acesso em: 25 maio 2016.

organizações sociais e econômicas solidárias da atualidade, tal como realizado por ela no Zumbi dos Palmares.

Segundo a arquiteta, a escolha de Branquinha e, decorrentemente, do Assentamento Zumbi dos Palmares, como local de sua pesquisa justificou-se pela extrema situação de pobreza desse município e da proximidade geográfica com a capital Maceió. Também lá existiam iniciativas produtivas solidárias junto aos assentamentos rurais. Para escolha do assentamento como local da pesquisa, Ana Carla relatou que foi realizado um estudo panorâmico das carências econômicas e das possíveis práticas solidárias existentes em Branquinha, especialmente no campo. Através de reuniões realizadas com o sindicato dos assentamentos rurais do município, foi decidido que o estudo seria realizado no assentamento Zumbi dos Palmares.

Concluídos seus estudos, Ana Carla decidiu atuar, de forma mais concreta, no espaço produtivo da sua pesquisa, através da elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento econômico sustentável. Em parceria com a UFAL, foram disponibilizados recursos financeiros para o custeio de alunos bolsistas e para o pagamento de profissionais que atuaram na capacitação agroecológica dos assentados. Esse processo também contou com a participação de outros profissionais voluntários da área, por ela convocados, residentes em Maceió.

Diante da dinâmica produtiva que estava se consolidando no assentamento, houve a necessidade de adaptação e reforma de uma pequena casa da comunidade (destinada, inicialmente, para a hospedagem de padres e religiosos ligados à igreja católica), tornando-se a associação das mulheres, para implementação dos projetos. Considerando essa finalidade, outros recursos financeiros foram mobilizados através da ajuda voluntária de pessoas de Maceió, ligadas ao Movimento dos Focolares, e outros empresários que aderiram à proposta da Economia de Comunhão. Nas fotos que seguem, podem ser visualizadas a sede da associação APROAGRO, a cozinha onde são preparados os doces e polpas de frutas caseiras e a feira agroecológica, realizada nas dependências da UFAL – Maceió.

Figura 2 Associação liderada por mulheres (07/10/2015)



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3 Cozinha da associação onde são preparados doces polpas caseiras (07/10/2015).



Figura 4 Feira agroecológica sendo realizada nas dependências da UFAL/Maceió (06/10/2015).



Fonte: Acervo do autor.

O projeto inicial pôde ser enriquecido com outras propostas, articulado por Ana Clara e outras lideranças da Economia de Comunhão, dando continuidade ao que já havia sido executado na Associação das Mulheres. Obtendo êxito em novas etapas do propósito de desenvolvimento econômico solidário de Branquinha, outros recursos foram destinados para a associação das mulheres, contando com o patrocinado do SEBRAE⁵⁸. A parceria estabelecida com a instituição reforçou a viabilidade econômica da APROAGRO, incrementou e fortaleceu o suporte técnico e administrativo junto às atividades agroecológicas da associação.

O resultado do investimento técnico/produtivo junto à Associação das Mulheres melhorou a produção e comercialização dos produtos agrícolas, tornando possível o

⁵⁸ Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas.

reconhecimento daquela unidade produtiva, que se tornou a APROAGRO. As atividades produtivas foram ainda mais incrementadas, aumentando a renda dos associados, através das feiras realizadas. Segundo relatou Ana Carla, a atividade econômica desenvolvida no empreendimento atraiu a participação de muitos jovens da comunidade, que se envolveram na produção de artesanato. Nesta etapa das atividades produtivas, foram realizados cursos de artesanato com a fibra da bananeira, incluindo também acessórios femininos. Através de uma parceria entre a prefeitura de Branquinha e APROAGRO, alguns jovens do assentamento fizeram um curso de fabricação de bolsas no SENAI⁵⁹, realizado em Campina Grande, Paraíba.

Ao término dos primeiros investimentos junto à associação, mas ainda com demandas de capacitação a serem cumpridas, a APROAGRO, através de Ana Carla e outros integrantes do Movimento dos Foculares, dispõem atualmente do apoio da Associação por um Mundo Unido (AMU). Ana Carla contribuiu no processo de elaboração de mais uma etapa do projeto a ser destinado à APROAGRO, juntamente com lideranças ligadas à Economia de Comunhão. Isso assegurou não apenas a continuidade dos cursos de capacitação produtiva, mas também a incrementação dos projetos anteriores. A AMU destinou recursos para serem aplicados nas atividades de formação de mão de obra e dinamização das atividades produtivas da associação.

Segundo registros disponíveis na APROAGRO e conforme relatam os associados, dentre os assentamentos da região de Branquinha, o Zumbi dos Palmares, através das atividades econômicas da Associação das Mulheres, obteve destaque na produção agroecológica de alimentos e de artesanato, motivo pelo qual foi beneficiado com um caminhão, através do Programa de Agricultura Familiar do Governo Federal, para facilitar a comercialização dos produtos do assentamento.

O caminhão, que está sendo gerenciado pelo Empreendimento de Branquinha, também é utilizado para transportar a produção agrícola de agricultores de outros assentamentos da região, o que lhes propicia autonomia para comercializar diretamente os produtos em feiras livres. O transporte dos produtos para serem comercializados diretamente nas feiras diminui a influência exploradora dos atravessadores. Na ilustração abaixo, pode ser visualizado o caminhão, que está sob os cuidados da APROAGRO.

⁵⁹ SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem industrial.

Figura 5 Imagem do caminhão utilizado pela associação (07/10/2015)



Fonte: Acervo do autor.

Constatamos que um dos lotes ligados à associação foi contemplado com um prêmio de R\$1.200,00. A ganhadora desse benefício, que é uma das líderes do empreendimento, relatou que, inspirada nos princípios da EdC, doou o dinheiro para o empreendimento, que foi utilizado para a compra de uma das máquinas utilizadas na produção das polpas de frutas.

Vale ressaltar que a atividade produtiva da “Experiência de Branquinha” obteve notoriedade para os demais empreendimentos da Economia de Comunhão, destacando-se em âmbito regional, nacional e internacional, razão pela qual a história do empreendimento de Branquinha foi apresentada em congresso internacional, no qual estive presente, na condição de pesquisador⁶⁰. Na ocasião, a APROAGRO foi considerada como possibilidade produtiva a ser replicada em outras regiões. A seguir, foto da exposição dos produtos associação, em Nairóbi.

Figura 6 Exposição dos produtos da APROAGRO. Hall das exposições Centro Mariápolis Piero/Nairóbi, Quênia (27/05/2015).



Fonte: Acervo do autor.

⁶⁰ O evento ocorreu entre os dias 25 de maio a 01 de junho de 2015, no Centro Mariápolis Piero, em Nairóbi, no Quênia, cujo título foi “Congresso Internacional da Economia de Comunhão: Teorias, Ferramentas, Realizações”. O acontecimento contou com 300 empresários, de 41 países, dos 05 continentes, além de outras organizações econômicas solidárias, a exemplo da Experiência de Branquinha. Cf.: Site: <http://www.edc-online.org/br/home/especial-nairobi-2015.html?limitstart=0> (acesso em: 24 fev. 2016).

Quanto às líderes da APROAGRO, constatamos que algumas mulheres faziam parte do chamado Movimento das Mulheres Camponesas. Em linhas gerais, segundo relatou a camponesa, o movimento atua para superar o preconceito que divide homens e mulheres. É uma forma de se organizar e resistir às desigualdades sociais, segundo relatou “Marta”⁶¹, uma das líderes da APROAGRO e integrante deste movimento. Para a líder, o grave problema enfrentado pelas pessoas dos assentamentos, de forma geral, é o oportunismo dos atravessadores, que compram toda a produção agrícola a preços muito baixos, tornando inviáveis as condições econômicas de sobrevivência.

O contato com o campo motivou-nos a destacar alguns relatos de pessoas acerca do empreendimento. Os que estavam à frente da associação das mulheres, incluindo aí algumas lideranças da Economia de Comunhão, referiam-se ao empreendimento utilizando o termo experiência, ou seja, “a experiência de Branquinha”. Inclusive, a própria Economia de Comunhão era referida como uma experiência. Consideramos, então, que se tratava de uma ferramenta de análise indispensável para esta abordagem, razão pela qual decidimos recorrer a autores que fundamentassem seu significado.

As primeiras frases que escutei nas conversas informais entre as lideranças da Economia de Comunhão e os assentados, assim como em congressos e encontros a esse respeito eram: “A EdC é uma experiência que une o econômico e a comunhão entre as pessoas”⁶², ou ainda “Fazemos a experiência da EdC quando somos capazes de partilhar com alguém o que temos”⁶³. Inclusive, o próprio empreendimento de Branquinha era citado com esses termos: “A Experiência de Branquinha está dando certo! É um esforço que todo mundo está fazendo para que melhorem de vida”⁶⁴.

Outro termo que nos pareceu peculiar ao campo de pesquisa foi a utopia, utilizada para fazer referência à Economia de Comunhão e à experiência de Branquinha. As práticas solidárias desempenhadas através do empreendimento foram consideradas a concretização dos ideais econômicos fraternos projetados pela Economia de Comunhão pra serem implementados em Branquinha. Por isso, inúmeras vezes, referiam-se a Branquinha como a concretização de uma utopia. Nos termos de uma das lideranças da Economia de Comunhão:

⁶¹ Para preservar a identidade do sujeito pesquisado, o nome verdadeiro foi substituído.

⁶² Frase dita por um dos organizadores da Assembleia Internacional da EdC “Protagonistas hoje de uma nova economia”, por ocasião da abertura do evento em comemoração aos 20 anos de lançamento da EdC. Realizado em maio de 2011. Anotação do caderno de campo.

⁶³ Ideia de uma das associadas da APROAGRO, em 20 de maio de 2016. Anotações do caderno de campo.

⁶⁴ Expressão de um dos responsáveis pelo projeto de Branquinha, por ocasião de um encontro de lideranças da Economia de Comunhão, realizado em São Paulo.

“Branquinha é mais que uma utopia! Já é a concretização, de fato mesmo, da Economia de Comunhão”⁶⁵.

Julgamos conveniente discorrer sobre o sentido dos termos experiência e utopia, com o objetivo de fundamentar o sentido dos discursos dos sujeitos sociais, sobretudo dos que estão ligados à experiência de Branquinha, conforme o universo sociológico dessa pesquisa nos indicou como ferramentas de análise.

2.2 A EXPERIÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Do ponto de vista da Filosofia antiga clássica, sobretudo, a partir de Platão, Sócrates e Aristóteles, não obstante suas diferenças filosóficas, um elemento desses autores, acerca do sentido da experiência pode ser considerado unânime, ou seja, a forma de se abordar o ser prevê um conjunto de fatores físicos, psíquicos e sociais que compõem a sua totalidade. Daí o que se pode apreender enquanto experiência diz respeito a uma unidade de pensamento, que vai além das percepções efêmeras e contingentes da realidade, havendo a possibilidade de se atingir o fundamento último da inteligência e dos princípios. A experiência transcende à realidade material e a própria subjetividade do ser, ao mesmo tempo em que suscita e desperta o desejo pelo absoluto, com o qual, em certa medida, estabelece relação (CHAUÍ, 1995).

Já no contexto da Idade Média, o sentido da experiência mantém sua dimensão totalitária. Toda realidade material e dinâmica de pensamento é justificada em Deus, ser supremo e absoluto, sendo esta a razão de tudo o que existe. Esta concepção parte do princípio de que o homem, em todos os aspectos da sua vida material, sobretudo espiritual, faz experiência de Deus, com o qual mantém comunicação. Giussani refere-se à imagem de Deus como horizonte abrangente e argumento único para justificar toda ação humana (2004, p. 56).

Com efeito, a cultura medieval favorecia a formação de uma mentalidade marcada por uma religiosidade autêntica, determinada por uma imagem de Deus como horizonte abrangente de toda e qualquer ação humana, por uma concepção de Deus como pertinente a todos os aspectos da vida. [...] como ideal unificante.

Na modernidade, o sentido de totalidade que o termo experiência exprime na relação homem/mundo e homem/transcendente, passa a ser desarticulado e fragmentado na sua concepção totalizadora. A nova ordem de entendimento homem/realidade não está mais

⁶⁵ Conversa sobre a experiência de Branquinha, realizada em São Paulo, por ocasião de um encontro entre lideranças da Economia de Comunhão. Anotação do caderno de campo.

justificada em preceitos teológicos, conforme a ótica medieval. O próprio homem assume o caráter totalizador na sua relação com o mundo pela razão, voltando-se para si mesmo. São retomadas as categorias filosóficas de pensamento, tais como o racionalismo, o subjetivismo e a dúvida metodológica no processo de obtenção do conhecimento.

Para Giussani (2000), na atualidade, há uma tentativa de redescoberta da unidade do sentido que o termo experiência vem demonstrar, relacionando aí as dimensões objetiva e subjetiva na relação eu-mundo. Traduz-se pelo contato direto e característico com o que se apresenta como fonte do conhecimento. O ser faz experiência de si mesmo mediante as relações sociais e com o meio que o cerca. No entanto, há uma questão a se considerar: a fragmentação e dualidade que o termo experiência vem sendo acometido ao longo da história. Conseqüentemente, há uma ocorrência de abordagens reducionistas, limitando assim o caráter da investigação existencial acerca do conhecimento do ser humano e suas práticas. Há necessidade, então, de se recorrer aos pressupostos filosóficos históricos que delinearam e problematizaram o conceito de experiência.

Há uma exaltação da natureza, representada pelas coisas que existem, em relação às quais há necessidade de serem abordadas e investigadas através do método científico. A objetividade e a quantificação passam a ser os únicos critérios metodológicos críveis e aceitáveis da nova forma de abordar a realidade, alicerçada no cientificismo. Provém daí a corrente de pensamento denominada positivismo, cujo significado remete a tudo o que é objetivo, verificável, certo, seguro e exato. Daí o significado do termo experiência ser reduzido a algo que é provado através de dados objetivos. Comte e Spencer são os principais expoentes desta corrente cientificista, a qual influencia todos os campos do saber.

A aplicação reducionista do termo experiência, imposta pelo cientificismo, incita a um debate problematizador acerca desta questão. Na percepção de Giussani (2000), é indispensável a retomada do caráter totalizador do termo experiência, quando se considera a dimensão essencial do ser humano, mediante a subjetividade expressa pelo sentido que se atribui às coisas vivenciadas. O autor denomina essa dinâmica experiência elementar, em relação à qual cabe uma investigação existencial acerca do objeto estudado. É um processo de estudo e de reflexão, mediante o qual os elementos obtidos como fundamentação do que está sendo estudado pressupõem também uma interpretação quanto ao sentido do que está sendo vivenciado. Conforme a interpretação de Giussani (2000, p. 26):

Experiência elementar: algo que tende a indicar de maneira acabada o ímpeto original com o qual o ser humano se lança na realidade procurando identificar-se

com ela por meio da realização de um projeto que imprima à própria realidade a imagem ideal que o estimula interiormente.

A experiência elementar diz respeito às convicções e motivações internas do ser, cujas idealizações são projetadas para o exterior e incitam o ser humano a se lançar e interagir com a realidade em que vive. Isso pressupõe um processo dinâmico de relacionamentos interpessoais e grupais. Por isso, o sentido da experiência que se exerce sobre as coisas, na complexidade que este termo evoca, vai além de uma abordagem automática e objetiva acerca da realidade. Na percepção de Giussani, há necessidade de que se descubra a inteligência dos sentidos que há nos relacionamentos sociais; implica, pois, no esforço de se ultrapassar uma aproximação puramente mecânica. É o que vem a considerar o autor:

A experiência coincide, certamente, com “provar” alguma coisa, mas coincide sobretudo com o juízo dado a respeito daquilo que se prova. A pessoa é, antes de tudo, consciência. Por isso, o que caracteriza a experiência não é tanto o fazer, estabelecer relações com a realidade como fato mecânico; [...] o que caracteriza a experiência é compreender uma coisa, descobrir-lhe o sentido. A experiência implica, pois, a inteligência do sentido das coisas (AUTOR, 2000, p. 23).

O termo experiência aqui proposto refere-se à dinâmica interpretativa que os sujeitos sociais atribuem às práticas solidárias e de convivência comunitária por eles exercitadas. Ultrapassa os limites do simples acordo mecânico entre partes, para obtenção de benefícios ou favores equivalentes. O que está em voga nesta operação, mediada por benefícios equivalentes entre pessoas é o significado dos valores solidários presentes nas transações econômicas, que torna possível uma socialização afetiva capaz de criar vínculos de afinidade, companheirismo e amizade entre as pessoas. É o que se pode reconhecer como experiência de vida.

Vale, então, considerar o sentido da experiência nas atividades econômicas desempenhadas pelos que constituem a Experiência de Branquinha, levando-se em consideração de vida dos sujeitos sociais em interação. Isso pressupõe uma atenção para os costumes e tradições aí presentes, inclusive os valores religiosos. O sentido e a importância simbólicos da terra para os assentados, mediante suas práticas econômicas produtivas, já revela uma experiência econômica coletiva.

A experiência não só identifica o caráter objetivo e produtivo do empreendimento de Branquinha, na sua condição de gerar renda para os associados, mas também estabelece uma relação com o sentido que o termo “comunhão” representa no processo de construção de

relacionamentos solidários, sendo esta a base sobre a qual o agir econômico deve proceder, conforme a perspectiva da Economia de Comunhão.

Fazer experiência, portanto, é ultrapassar os limites da racionalidade das transações econômicas, a ponto de identificar-se com a realidade subjetiva das pessoas envolvidas no processo econômico, com as quais se deve consolidar vínculos de estima e amizade. A experiência requer, acima de tudo, um tipo de exercício social, mediado por dinâmicas materiais, a exemplo das transações econômicas exercitadas no Empreendimento de Branquinha. Trata-se de um desempenho socioeconômico, em relação ao qual deve-se atribuir sentido às ações realizadas. A Economia de Comunhão tem o propósito de gerar práticas econômicas solidárias, cujas expressões de solidariedade e reciprocidade ocorrem como resultado da experiência vivenciada por atores sociais.

Fazer experiência, portanto, é praticar os princípios da gratuidade e reciprocidade, dos quais emergem vínculos relacionais entre os envolvidos no processo econômico solidário. Requer atitudes espontâneas de acolhimento desses princípios por parte dos que aderem à Economia de Comunhão, a partir de gestos concretos de doação, dos quais se esperam, na liberdade, retribuições solidárias e generosas.

A intervenção da Economia de Comunhão junto ao Empreendimento Solidário de Branquinha ocorre na perspectiva da ética religiosa do Movimento dos Focolares, mediante a proposta de uma experiência econômica solidária. As operações sociais e econômicas desenvolvidas na APROAGRO serão interpretadas à luz do sentido da experiência, a partir das perspectivas objetiva e subjetiva. O esforço será de reconhecer o sentido que os sujeitos sociais atribuem as suas ações econômicas. A experiência de Branquinha implica também um processo dinâmico em contínua atividade e mudança.

A análise das práticas solidárias da experiência de Branquinha requer, através do sentido do termo experiência, um esforço de se pôr em prática os princípios e critérios propostos pela Economia de comunhão, mesmo que não sejam executados na sua totalidade. Por isso, outro termo que merece ser discutido é a utopia. Isso ajudará na análise do projeto solidário de Branquinha, cuja efetivação implica em um processo socioeconômico a ser executado continuamente.

2.3 A UTOPIA TENSIONADA ENTRE AS FRONTEIRAS DO REAL E DO IDEAL

Etimologicamente, “utopia” remete ao sentido grego, referindo-se à partícula “topos” (“τόπος”) que significa lugar, como também ao fragmento “ou” (“ου”), para indicar uma

negação “não”. Utopia indica “lugar nenhum”, ao evocar um lugar irreal (ideal), inatingível pela realidade empírica⁶⁶.

A palavra “utopia” foi utilizada, filosoficamente, pela primeira vez, na obra “A República” de Platão, invocando uma cidade imaginária ideal denominada “Callipolis”, na qual os interesses pessoais estão de acordo com a coletividade. O termo também foi empregado pelo diplomata humanista Thomas More (1478-1535) ao apresentar uma ilha imaginária “Utopia”, onde todos vivem em harmonia e trabalham em favor do bem comum. Daí, poder-se-ia sugerir, em uma perspectiva da possibilidade, a busca do bom e do bem comum para todos⁶⁷.

Silva (ano), em seu artigo “Utopias para o III Milênio”, analisa o que seria o “tom pejorativo” do termo utopia, quando este alude a uma idealização completamente desvinculada da realidade, portanto, irrealizável. Na perspectiva marxista, isso se deve ao fato de Engels querer legitimar um socialismo científico, cuja razão é o materialismo histórico, em contraposição às ideias irrealizáveis - utópicas (ENGELS, apud SILVA, 2003, p. 81). Ao citar Desroche, Silva traz para a reflexão a importância que o imaginário fabuloso da utopia representa para a sociedade, fascinando-a, a ponto de lhe propiciar abertura e empenho para a realização de outras dinâmicas coletivas. Assim, a sociedade não estaria fechada em si mesma:

As utopias sociais são projetos imaginários de sociedades alternativas: imaginárias, mas alternativas, sem esse imaginário não haveria alternativas para uma sociedade, apenas um fechamento sobre si mesma, sobre uma realidade confortável ou desconfortável aparentemente acabada (DESROCHE, apud SILVA, 2003, p. 82).

Ainda é considerada por Silva a visão utópica de Lins, segundo a qual os valores humanos, dados pela subjetividade do desejo e da paixão, adquirem motivação e razão de ser em uma sociedade justa. Fundamentam, portanto, o “ideal utópico”:

Para Soares, assim como a ideia de que a origem dos valores reside no que existe de mais subjetivo no homem, a saber, o desejo e a paixão, fundam o ideal utópico. Está presente também nessa visão utópica a ideia de que essas fontes subjetivas alimentam-se na vigência de uma sociedade justa: o homem feliz como produção de uma aventura coletiva (LINS apud SILVA, 2003, p. 83).

⁶⁶ Disponível em: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/edicoes/25/imprime97876.asp> Acesso em: 05 set. 2011.

⁶⁷ Disponível em: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/edicoes/25/imprime97876.asp> Acesso em: 05 set. 2011.

O significado da utopia está relacionado à subjetividade humana. Atinge o íntimo de cada indivíduo, tornando-o capaz de expressar sua opinião acerca de determinada situação ou problemática vivenciada. É o ponto de partida para a pessoa relacionar-se como o mundo social. Dessa interação, resulta a construção de valores, crenças, costumes a serem compartilhados através da esfera cultural, como resultante da experiência histórica e coletiva. Evoca a dimensão do efêmero, da emoção e do amor. Ao mesmo tempo, é capaz de desordenar o criterioso contexto da razão:

Assim é que, como utopistas, estaríamos não apenas na esfera do efêmero, mas também na contabilidade da emoção, ou na contabilidade do amor, espaço matemático onde os sinais negativos não existem. Generosidade e paixão do social vão embaralhar os códigos do pensamento racional para estratificar num grito, num parto, numa paixão (SILVA, 2003, p. 83).

Para Mannheim, no seu clássico texto “Ideologia e Utopia”, a utopia é apresentada a partir de uma visão concreta. Primeiramente, o autor afirma que uma situação utópica ocorre quando há um desacordo entre a realidade e o estado de espírito: “Um Estado de Espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre” (MANNHEIM, 1986, p. 216). O autor acrescenta que as ideias que transcendem a realidade são consideradas utópicas quando se transformam em conduta e intervêm na realidade a ponto de modificar a ordem das coisas nela existentes: “Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (MANNHEIM, 1986, p. 216). O sentido da utopia leva em consideração a dinâmica da realidade histórica, concreta, socialmente determinada, estando em constante processo de mudança:

A concepção de utopia por nós utilizada parece neste sentido a mais inclusiva. Procura levar em conta o caráter dinâmico da realidade, na medida em que não assume como ponto de partida uma ‘realidade em si’, mas, antes, uma realidade concreta, histórica e socialmente, determinada, que se acha em um constante processo de mudança (MANNHEIM, 1986, p. 216).

A utopia projeta a idealização de alguma experiência de vida, cuja efetivação dar-se-á no tempo e de forma processual, podendo ser concretizada posteriormente: “Devido a que determinação concreta do que seja utópico procede sempre de um certo estágio de existência, é possível que as utopias de hoje venham a ser as realidades de amanhã (MANNHEIM, apud LAMARTINE, 1986, p. 227). A utopia permeia e constrói a vontade humana. Está ligada à

subjetividade e transcendentalidade dos fatos. “Mas a completa eliminação de elementos transcendentais à realidade, em nosso mundo, nos levaria a uma ‘constatação de fato’ que significaria, em última análise, a decomposição da vontade humana” (MANNHEIM, 1986, p. 285). Propicia ao ser humano uma dinâmica que o impulsiona na busca pela concretização dos ideais. Sem a utopia, a pessoa estaria resignada ao seu próprio fechamento, não sendo capaz de compreender, interagir e modelar a própria história:

Assim, ao término de um longo e tortuoso, mas heróico desenvolvimento, justamente no mais elevado estágio da consciência, quando a história vai deixando de ser um destino cego e se tornando cada vez mais uma criação do próprio homem, o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la (MANNHEIM, 1986, p. 285).

O sentido da utopia está situado no contexto do irrealizável/realizável, ou seja, a situação de contingência humana não permite uma plena realização do ideal, mas propicia, até certo ponto, que se busque a concretização, ao menos parcial, do ideal que se pretende realizar. O sentido da utopia é que justifica o esforço de se pôr em prática os princípios da EdC, mesmo que o Empreendimento de Branquinha não os vivenciasse na sua plenitude.

O sentido da utopia, portanto, é o que motiva o ser humano a projetar os ideais em meio à realidade, na perspectiva de concretizá-los. Atuando diante dos princípios de valores, consequentemente, o ser social faz experiência ao interagir com os outros e com o meio, mediante projetos de vida. É o caso da Experiência de Branquinha, cuja dinâmica está situada entre os conceitos de experiência e utopia.

O emprego do termo utopia pelos sujeitos que constituem a APROAGRO remete a uma realidade ideal, fantasiosa e abstrata. Portanto, incompatível com as práticas econômicas de gratuidade e reciprocidade que a Economia de Comunhão concretiza. É a ideia que permeia a fala dos que se referiram à utopia como ideal inatingível. Formou-se, aí, um horizonte de percepção, no qual o sentido da utopia apresenta-se como questão relevante a ser discutida.

A utopia manifesta-se através de um conflito entre o que se considera como o ideal de vida a ser alcançado, aqui representado pelos valores da EdC, e o processo de obtenção dos resultados socioeconômicos que se deseja alcançar. Isso nos permite indagar: até que ponto a Experiência de Branquinha pode ser considerada uma concretização dos princípios da EdC? Quais dinâmicas nos autorizam a distinguir o real vivenciado do ideal a ser posto em prática no Empreendimento de Branquinha? O embate entre o real possível e o ideal buscado na

experiência de Branquinha é que abrirá espaço para demonstrarmos o sentido da utopia, através das práticas econômicas solidárias desempenhadas no empreendimento.

CAPÍTULO III – ARTICULANDO O UNIVERSO TEÓRICO DA EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA

A fundamentação teórica acerca das práticas solidárias da Experiência de Branquinha, regidas pelos fundamentos da Economia de Comunhão, será a perspectiva da teoria da dádiva. Trata-se do eixo em torno do qual foram articuladas outras perspectivas conceituais que dialogaram, de forma direta ou indireta, com o aporte teórico principal.

Propomos, inicialmente, apresentar a releitura que efetuamos em torno da teoria da dádiva, destacando seus princípios e fundamentos empíricos, que caracterizaram as sociedades pré-capitalistas. O objetivo foi de valorar a importância que a elaboração de Mauss (1974) representa para nossas sociedades atuais, cuja perspectiva teórica encontra-se intercambiada nas diversas leituras que foram realizadas a esse respeito. Suscitamos, então, um debate entre autores que discutem essa temática.

As nossas sociedades, densamente influenciadas pelo capitalismo predatório, em estágio avançado, ainda estão permeadas por iniciativas econômicas alternativas e gestos de gratuidade e reciprocidade, que, em certa medida, contrapõem-se à racionalidade capitalista. Foi o que a Experiência de Branquinha nos veio demonstrar. A abordagem realizada em torno da dádiva sugeriu-nos que o bom desempenho das atividades econômicas é justificado pelos vínculos relacionais aí existentes.

No entanto, a dádiva deixa transparecer uma questão essencial: é controversa, na medida em que prevê a possibilidade de uma dinâmica inversa: contra dádiva, através do paradoxo que ocorre entre a espontaneidade e a obrigatoriedade, que a operação suscita entre doadores e donatários. Há também a possibilidade da recusa do dom, cujo dano maior é a quebra do vínculo relacional. Consequentemente, a inimizade. Há um conflito social daí proveniente. Foi-nos oportuno, então, alargar nosso horizonte de percepção acerca da questão, através da contribuição de Simmel (1964).

A Experiência de Branquinha, no contexto das relações solidárias, tem como base econômica o modo cooperativista de produção. Coube, então, o esforço analítico dos princípios reguladores da chamada economia solidária, que é de conhecimento mais geral, sobretudo a partir da fundamentação de Paul Singer (2003).

Mas, para além do espaço produtivo do empreendimento de Branquinha, consideramos o contexto socioeconômico maior do assentamento, no qual ocorrem relações econômicas entre vizinhos, parentes e amigos, através de favores e benefícios recíprocos. Daí julgamos necessário incluir a fundamentação econômica, comunitária e de vizinhança,

segundo Weber (2012). No entanto, as relações socioeconômicas exercitadas a partir da experiência de Branquinha ocorrem em meio a conflitos que contradizem uma ética religiosa da partilha fraterna dos bens materiais, propostos pela Economia de Comunhão. É quando a religião e a economia irão se confrontar. Essa foi a razão de termos incluído a fundamentação weberiana acerca da disparidade que há entre as esferas religiosa e a econômica (WEBER, 1985).

3.1 A DÁDIVA

O que nos levou a suscitar uma reflexão acerca da dádiva, que abrange doadores e donatários, na perspectiva da experiência existencial, foram as práticas econômicas solidárias da Experiência de Branquinha. O modo de produção cooperativista desempenhado pela APROAGRO abre espaço para que dinâmicas solidárias de inclusão socioeconômicas sejam exercitadas, a exemplo das atividades agroecológicas que estão sendo realizadas por pessoas ligadas a esta associação.

E, ainda, para além de eventuais trocas de favores e benefícios equivalentes entre as pessoas que estão ligadas à Associação das Mulheres, tais préstimos tendem a perpassar as transações econômicas, destacando-se a importância do convívio entre os assentados. É o que origina os vínculos de amizade e estima nos relacionamentos daí provenientes, muitas vezes, identificados com o termo experiência.

O cenário de relacionamentos entre os assentados aqui disposto permite-nos questionar: sobre quais fundamentos a dinâmica da dádiva propicia uma aproximação com o sentido da experiência demonstrada por Giussani (2000), tendo como mediação empírica a Experiência de Branquinha? Convém, então, destacar alguns elementos da fundamentação maussiana acerca da dádiva e a possibilidade de interlocução com o campo empírico desta abordagem, que será discutida no terceiro capítulo deste trabalho.

A dádiva, tal qual fundamentada por Mauss (1974), constitui-se de uma dinâmica socializadora, cujo objetivo principal é de consolidar vínculos de afinidade, companheirismo e de amizade entre pessoas ou grupos. Alguma coisa, favores ou benefícios quando ofertados, recebidos e retribuídos por indivíduos, mediante um determinado convívio, totaliza um encadeamento relacional identificado como dádiva.

Partimos, então, do que julgamos ser o problema fundamental formulado por Mauss (1974, p. 42) ao indagar sobre a razão e a essência da dinâmica social que a dádiva suscita: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz

que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz com que o donatário retribua?”.

Como forma de elucidar essa questão, no seu famoso texto “Ensaio sobre a Dádiva”⁶⁸, publicado originalmente entre 1923-24, Mauss (1974) investigou como se constituem as relações interpessoais de grupos, clãs e tribos indígenas da Polinésia, Melanésia e do Noroeste Americano, partindo das relações socioeconômicas praticadas por esses povos. Levou em consideração a cultura do espaço social pesquisado, constituída por usos, costumes e tradições imprescindíveis para a manifestação da dádiva.

Mauss (1974) tinha o intuito de demonstrar que a dádiva, como fato social total, é um fenômeno que faz parte do sistema regulador das normas e condutas de economias antigas, a exemplo das dinâmicas que compõem as sociedades Romana, Hindú, Germânica e Chinesa. Mas, do que se trata realmente a dádiva, na visão do autor? Na obra “Ensaio sobre a Dádiva”, convém destacar um fragmento de um antigo poema escandinavo, cuja ideia servirá como chave de interpretação para esta releitura aqui realizada. Convém analisar os seguintes versos:

- (1) Nunca encontrei homem tão generoso
 - (2) e tão liberal para alimentar seus hóspedes
 - (3) que “receber não fosse recebido”,
 - (4) nem homem tão... (falta o adjetivo)
 - (5) de seus bens
 - (6) que receber de volta não lhe fosse desagradável
- (MAUSS, 1974, p. 39).

Na citação em destaque, deparamo-nos com o termo generosidade, cujo significado servirá como referência de análise para a abordagem do Ensaio sobre a Dádiva (MAUSS,1974). A primeira ideia a ser considerada acerca da generosidade é que, se associada ao dar, receber e retribuir, ela resulta de uma dialética tensionada tanto pela espontaneidade de se doar algo quanto pela obrigatoriedade de se corresponder ao dom quando ofertado.

Segundo Mauss (1974), mesmo a estrofe acima apresentando dificuldade de compreensão⁶⁹, sobretudo, nos versos 3 e 4, o complemento da frase faria referência a um visitante e a outro que é visitado, no contexto de uma relação de benefícios mútuos, através da hospitalidade. É uma operação que se realiza espontaneamente, pois há uma prática e

⁶⁸ A versão original desta obra foi publicada em francês, em 1924. No entanto, para este trabalho será utilizada a tradução brasileira de 1974.

⁶⁹ Diante do contexto da estrofe, Mauss (1974), em nota, sugere como complemento para o verso 2 ou 4 o adjetivo liberal/gastador.

aceitação recíproca da cordialidade pelo visitante e o visitado, de forma a suscitar relações de convivência e afinidade entre ambos.

No entanto, na perspectiva de Mauss (1974), o contexto voluntário da relação que inclui o visitante e o visitado contém em si uma racionalidade econômica e normativa, mediada pela hospitalidade que esta relação imprime. Pressupõe-se que o hóspede retribua o benefício que recebeu, para que a dádiva seja aí efetivada.

Ainda mais, a dádiva requer também um grau de generosidade na retribuição, perpassando assim os limites de equivalência de valores entre os benefícios permutados. A constatação feita pelo Mauss (1974, p. 70), diante dos estudos realizados, é que “Todos, homens e mulheres, tratam de ultrapassar uns aos outros em generosidade. Havia uma espécie de rivalidade quanto a quem poderia dar mais objetos de maior valor”.

Mas, o que possibilita a circularidade da dádiva? A “obrigação” de se recompensar determinado benefício recebido está associada ao que o povo maori concebia como “espírito da coisa dada” ou “Hau da floresta” (MAUSS, 1974, p. 53). Significa que determinado benefício ou objeto a ser doado, recebido e retribuído está imbuído de sentimento.

A coisa dada tem como função mediar um convívio a ser consolidado entre pessoas. Conseqüentemente, há uma vinculação entre doador e donatário, bem como de outros indivíduos que venham a participar dessa operação, através do dom. Mauss fundamenta essa ideia ao transcrever o relato de um nativo do povo maori:

O ‘hau’ não é o vento que sopra. Nada disso. Suponha que o senhor possui um artigo determinado (‘taonga’), e que me dê esse artigo; o senhor o dá sem um preço fixo. Não fazemos negócio com isso. Ora, eu dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de algum tempo, decide dar alguma coisa em pagamento (‘utu’), presenteando-me com alguma coisa (‘taonga’). Ora, esse ‘taonga’ que ele me dá é o espírito (‘hau’) de ‘taonga’ que recebi do senhor e que dei a ele. Os ‘taonga’ que recebi por esses ‘taonga’ (vindos do senhor) tenho que devolver-lhe. Não seria justo (‘tika’) de minha parte guardar esses ‘taonga’ para mim, isso poderia trazer-me um mal sério, até mesmo a morte. Tal é o ‘hau’ da propriedade pessoal, o ‘hau’ dos ‘taonga’, o ‘hau’ da floresta (MAUSS, 1974, p. 53-54).

Além da relação direta que se estabelece entre doador e donatário, o relato acima em destaque registra a participação de um terceiro indivíduo na relação doador/donatário. Quem recebe um presente pode estabelecer relação com um terceiro indivíduo, em situações diversas, suscitando nele também a dinâmica da retribuição/doação do benefício obtido.

O préstimo recebido tende a retornar, ao primeiro doador. Por que ocorre isso? Na percepção de Mauss, em razão do “espírito das coisas” (‘hau’) [...] “no direito maori, o

vínculo de direito, o vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, é alma. Disso segue que presentear alguma coisa de alguém é presentear alguma coisa de si” (MAUSS, 1974, p. 56).

É o sentido que se atribui ao dom ofertado que confere legitimidade à relação entre pessoas ou grupos envolvidos em uma convivência. O relacionamento que aí se estabelece é oficializado através do convívio suscitado pela dádiva. Nos termos de Mauss (1974, p. 54), “O que, no presente recebido ou trocado, cria uma obrigação, é o fato de que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda é algo dele”.

O dom, portanto, evoca uma complexidade na sua composição (MAUSS, 1974, p. 98). Demanda, substancialmente, um sentido do qual provém toda a importância que a dádiva pode representar para os envolvidos na relação. Reflete, pois, as motivações mais profundas do ser, que são materializadas através do préstimo, a ponto de abrigar em si parte do doador, o seu espírito que, de alguma forma, a ele retornará mediante retribuição generosa do donatário.

Mauss fará referência a uma identidade profunda entre o que é doado e o seu doador, misturando-se as coisas nas almas e almas nas coisas: “No fundo são misturas. Misturam-se as almas nas coisas; misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e é assim que as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual da sua espera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 1974, p. 71).

Em razão da força do sentimento, segundo o autor, há uma “virtude” que permeia a coisa dada e a faz circular. No entanto, não é uma dinâmica automatizada pela simples troca de mercadorias ou favores, antes, requer tempo para que o benefício seja retribuído. A dádiva pede, indispensavelmente, tempo para que a contraprestação seja efetivada. Mauss (1974, p. 97) interpreta a dádiva como uma virtude que cria uma obrigação a prazo:

As dádivas circulam na Melanésia e na Polinésia, como vimos, com a certeza de que serão retribuídas tendo como “segurança” a virtude da coisa dada, que contém em si própria tal segurança. Contudo, em toda sociedade possível, a dádiva tem por natureza criar uma obrigação a prazo. [...] O tempo é necessário para realizar toda a contraprestação.

Dois elementos morais estão ligados à circularidade da dádiva: a honra e o prestígio. Ambos os atributos conferem status e autoridade aos indivíduos que executam as trocas recíprocas. A importância de se conservar tais características, sob a pena de violação do elo estabelecido através dádiva, é o que obriga a ocorrência de tal movimento. Segundo Mauss, trata-se de uma fonte de riqueza necessária e indispensável para a vivência comunitária, tornando-se um tipo de poder capaz de suscitar amizade, familiaridade entre os envolvidos no relacionamento. O autor elabora a seguinte fundamentação:

A seguir, dois elementos essenciais do potlatch propriamente dito estão claramente atestados: o elemento da honra, do prestígio, de mana que confere a riqueza e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob a pena de perder esse mana, esta autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade (1074, p. 50).

Aqui poderíamos nos perguntar: elementos oriundos da tradição, tais como honra, prestígio e autoridade dariam conta de explicar o “espírito da coisa dada” inerente aos préstimos e presentes doados? Pensamos que não. Mauss (1974) ainda chama a atenção para o horizonte simbólico que o dom representa, tornando possível um quê de magia capaz de unir pessoas e sentimentos, mediados pela dádiva, “obrigando” assim a reciprocidade. A dádiva, ao assumir a condição de símbolo da vida social, revela sua magia, disseminando assim sua força mítica e simbólica. Nos termos do autor:

[...] esta obrigação exprime-se de maneira mítica, imaginária ou, se se quiser, simbólica e coletiva. Assume o aspecto de interesse ligado as coisas trocadas. [...] Na realidade, esse símbolo da vida social – a permanência da influência das coisas trocadas – apenas traduz de maneira assaz direta, o modo pelo qual os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, imbricam-se constantemente uns nos outros e sentem que se devem tudo (MAUSS, 1974, p. 92).

Na perspectiva de Mauss, a vida em sociedade é permeada de simbolismos, que são oriundos das trocas recíprocas, quando, na verdade, o que está em evidência são os relacionamentos. As coisas e os préstimos permutados existem para mediar e consolidar as relações, de onde provém uma dimensão simbólica, que é indispensável para a vida social.

Para Martins, o que está em evidência, através da dádiva, é o valor da relação, que é enriquecido pela força propulsora do simbolismo presente no que é trocado, dinamizando assim a relação. Para o autor, “Uma das contribuições centrais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social” (MARTINS, 2006, p. 90).

A dádiva, quando vivenciada na peculiaridade da sua dimensão simbólica, pede também um contexto favorável à sua execução. Requer um esforço de preparação, de escolha e de valoração do que será oferecido a alguém como benefício. Demanda uma sensibilidade capaz de identificar a doação com o seu doador e de mobilizar o donatário para a retribuição daquilo que recebeu. Nicolas (2002) fundamenta que o contexto no qual ocorre a dinâmica da dádiva expressa uma ritualidade.

Para além do cumprimento do protocolo legitimado pelo dar, receber e retribuir, a ritualidade deve expressar afeto entre pessoas. Imprime, pois, uma sacralidade ao acionar um

poder mágico, capaz de vincular sentimentos às coisas que são ofertadas e, conseqüentemente, a pessoas. À perspectiva ritual do dom, o autor fundamenta que:

O dom ritual encontra-se, assim, na origem de um ambiente relacional bastante caloroso, constantemente renovado, já que a troca em questão é votada a perpetuar-se no tempo. O rito transforma, igualmente, os parceiros que não estão, de modo algum, comprometidos em uma relação dual entre atores enraizados em posições irredutíveis ou fundidos em uma relação especular. (NICOLAS, 2002, p. 47-48).

A dádiva, portanto, mediante sua expressão simbólica e ritual, mas também movida por interesses de prestígio e *status* social entre pessoas e grupos, suscita uma atividade paradoxal que está circunscrita entre a espontaneidade e a obrigação. Nesta junção, configura-se um embate dialético, de cujo confronto dependerá o andamento e a consumação do vínculo relacional a ser implementado. Decorre daí a contra dádiva através da retribuição.

A tensão gerada entre o dar e o retribuir, da qual procede o vínculo entre os envolvidos na relação, havendo a possibilidade de recusa do dom é uma ferramenta de análise fundamental para o estudo das práticas solidárias da Experiência de Branquinha. Mas, como se constitui essa tensão através das trocas recíprocas praticadas pelos grupos estudados por Mauss (1974)?

Um elemento a se considerar é que as trocas de benefícios ou de privilégios que ocorrem mediante contratos espontâneos, quando se vivenciam desinteresse e interesse ao mesmo tempo, constituem o fundamento socioeconômico de muitos povos estudados por Mauss (1974), a exemplo do escandinavo. Os benefícios aí permutados, segundo os costumes desses povos, manifestam-se sob a forma de presentes:

O caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações. Elas têm tomado quase sempre a forma do presente, do regalo ofertado generosamente, mesmo quando, no gesto que acompanha a transação, há tão somente a ficção, formalismo e mentira social; quando há no fundo, obrigação e interesse econômico (MAUSS, 1974, p. 41-42).

O elo social que a dádiva proporciona, mediante o paradoxo do interesse/desinteresse, como também da generosidade, contém um legado existencial que lhe é inerente. Quando ofertado a alguém, o dom não fica inerte. Gera uma tensão e um misto de expectativa capazes de aproximar doadores e donatários em uma relação, conjugando-se, ao mesmo tempo, acolhimento e possibilidade de recusa ao dom oferecido.

O que é ofertado como dom deve suscitar o desejo de retribuição do donatário, mesmo que não seja por ele verbalizado ou oficializado, conforme a racionalidade contratual

de permuta de benefícios equivalentes, própria das relações de mercado das sociedades capitalistas avançadas. Ao invés, aguarda-se que ocorra a retribuição. Não é uma operação que ocorre de forma automática. Ao contrário, seu efeito será perpetuado e legitimado através do tempo. E aqui retomamos a ideia de que a “dádiva cria uma obrigação a prazo” (MAUSS, 1974, p. 97).

As trocas recíprocas de favores e benefícios entre pessoas e grupos, mediante suas transações econômicas, constituem um fenômeno social. Foram consideradas por Mauss indispensáveis para a vida em sociedade. Trata-se de um tipo de racionalidade, só que permeada pela subjetividade dos indivíduos. Imprime caráter moral. Para Mauss, é o fundamento e a “rocha” sobre a qual estão edificadas as sociedades. Na visão do autor:

E como constataremos que esta moral e esta economia funcionam ainda em nossas sociedades de maneira constante e por assim dizer subjacente, como acreditamos ter encontrado aqui uma das rochas humanas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades, delas poderemos inferir algumas conclusões morais sobre alguns problemas colocados pela crise de nosso direito e da nossa economia (MAUSS, 1974, 42).

A dádiva é um fenômeno que permeia clãs, tribos e famílias, ocorrendo trocas não somente de riquezas e bens economicamente úteis, mas, sobretudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, danças, festas, bem como tende a envolver mulheres e crianças (MAUSS, 1974:49). Tal dinâmica é capaz de aproximar pessoas e grupos mediante vínculos de solidariedade. Já que existe uma linguagem subjetiva, permeada de simbolismo e ritualidade, da qual o ser humano se utiliza para enriquecer a comunicabilidade humana, Martins interpreta as relações da dádiva estendendo-as a todos os planos da vida social. Para o autor,

Importa registrar que, embora o sistema da dádiva seja mais nítido no plano das relações interpessoais – nas redes de famílias, amigos e vizinhos –, tal sistema tende, igualmente, a se fazer presente em todos os planos da vida social, mesmo naquele das sociabilidades secundárias, isto é, no plano das relações funcionais – nos aparelhos políticos, econômicos e científicos – mediante uma expectativa de reciprocidade (MARTINS, 2006, p. 104).

Segundo Mauss (1974), em Samoa, a dádiva pode ser compreendida como um conjunto de relações recíprocas, estendendo-se por todo o percurso da vida das pessoas. Inicia pelo nascimento da criança, passa pelos ritos de circuncisão, juventude, além dos ritos funerários, e dos que envolvem as trocas/comércio (MAUSS, 1974, p. 49). A dádiva, portanto, é um fenômeno inerente às relações interpessoais, de onde emerge a honra/prestígio

denominado “mana”, sendo este um sinal de riqueza, cujo valor remete à magia, à simbologia e ao espírito da coisa dada, que estão ligados aos presentes e dinamizam as relações entre pessoas.

Na perspectiva da dádiva, a boa conduta de um grupo e/ou pessoa está condicionada à capacidade de receber e de recompensar benefícios ou préstimos recebidos. O que se quer demonstrar nesta operação é a sutileza da subjetividade, que é peculiar a cada indivíduo, sendo capaz de mobilizar e justificar atitudes solidárias e de amizade entre pessoas, mediante um convívio.

A correlação entre indivíduos suscitada pela dádiva, ao aproximar doadores e donatários, imprime sociabilidades. Segundo a fundamentação de Mauss (1974), podemos constatar que a dádiva está intrinsecamente ligada aos costumes e tradições que embasam nossas sociedades. Daí a razão pela qual este tipo de economia manifesta também um caráter coercitivo ao normatizar uma condição de vida alicerçada em favores recíprocos.

Trata-se da obrigação de se retribuir determinado benefício que se impõe como condicionante, mesmo que espontaneamente, a esta operação. Este é o elemento essencial e indispensável em uma relação mediada pela perspectiva da dádiva. Para Mauss (1974), a dádiva é o maior valor a ser posto em prática pelos diversos grupos por ele estudados. É uma economia fundada em um acordo fictício, voluntário e espontâneo, que tende a unir doador e donatário.

Em se tratando das populações melanésias, mais precisamente dos habitantes das Ilhas Trobriand, Mauss faz referência às investigações de Malinowski, nas quais foram descritas as relações comerciais intra e intertribais, que recebem o nome “Kula”. Aí é que se evidencia, a exemplo dos povos polinésios, todo um sistema de prestações e de contraprestações, que também influenciam toda a vida dos que estão envolvidos nessas relações:

O “Kula”, sua forma essencial, não passa, ele próprio, de um momento, o mais solene, de um vasto sistema de prestações e de contraprestações que, na verdade, parece englobar a totalidade da vida econômica e civil dos trobriandeses. O “Kula” parece ser tão somente o ponto culminante desta vida, sobretudo o “Kula” internacional e intertribal (MALINOWSKI apud MAUSS, 1974, p. 83).

Ao analisar as sociedades indígenas do noroeste americano, a partir de estudos já realizados, Mauss (1974, p. 103) identifica um sistema de prestações e contraprestações “Potlach”. Trata-se de um fenômeno típico e característico dessas tribos (MAUSS, 1974, p.

103). E aqui se poderia retomar e destacar os elementos do crédito e da honra, bem como a generosidade, que dão mobilidade à dinâmica da dádiva.

A honra e o prestígio de um chefe de tribo e seu povo estão condicionados à retribuição ainda bem mais acentuada dos benefícios recebidos: “Em nenhuma parte o prestígio individual de um chefe e o prestígio de seu clã encontram-se mais ligados ao gasto, bem como a exatidão em retribuir usurariamente as dádivas aceitas, de modo a transformar em obrigações os que antes obrigavam (MAUSS, 1974, p. 98). Do contrário, incorre-se numa dinâmica desprezível. Em relação a isso, fundamenta Mauss (1974, p. 101):

Eis, portanto, um sistema de direito e de economia no qual se despendem e transferem constantemente riquezas consideráveis. Se desejarmos, poderemos chamar tais transferências com o nome de troca ou mesmo de comércio, de venda; este comércio, porém, é nobre, repleto de etiqueta de generosidade. Em todo caso, quando é feito com outro espírito, tendo em vista ganho imediato, é objeto de um desprezo bem acentuado.

Das três obrigações fundamentais geradas pela dádiva – dar, receber e retribuir – pode-se afirmar que o dar é o ponto de partida e a essência do sistema de prestações e contraprestações. Provém daí a engrenagem dialética que a dádiva suscita, sobretudo quando há a possibilidade de recusa do dom ofertado. O relacionamento aí previsto opera através do misto mágico da simbologia e da ritualidade, além de imprimir preceitos morais a serem cumpridos.

A fundamentação de Mauss sobre a dádiva também se estendeu aos preceitos das economias e dos direitos antigos, tais como o romano, o hindu, o germânico e o chinês. Para estes povos, a base da sua economia está permeada de elementos característicos da dádiva. Isto é, os vínculos sociais são mediados por coisas, adquirindo caráter moral, simbologia e ritualidade. No direito romano, segundo ressalva Mauss (1974, p. 133), há “um vaivém de almas e de coisas fundidas entre elas”. No direito germânico, há uma força mágica nas coisas dadas que faz vincular a relação.

Segundo a tradição chinesa, quando alguém se desfaz ou vende algum pertence, adquire o direito de “chorar seu bem” por toda a vida. O que isso significa? Fala-se de uma espécie de direito de “hipoteca” sobre a coisa e sobre a pessoa. Mesmo quando o bem está definitivamente noutra propriedade, seu primeiro detentor ainda mantém uma ligação com o benefício, a ponto de tornar possível certa relação entre o proprietário e o comprador (MAUSS, 1974, p. 161).

O relacionamento suscitado pela dádiva deixa transparecer sutilezas. Na tradição chinesa, a economia empreendedora não é totalmente inerte ou objetivada por relações de trocas de equivalentes. Ao contrário, vai além da racionalidade do custo/benefício. O fruto do trabalho, quando permutado, ainda contém parte de quem o produziu, que, de alguma forma, exerce certo poder sobre o benefício doado ou vendido.

Para o direito chinês, a dádiva funciona como uma espécie de hipoteca. Do ponto de vista do mercado, é algum benefício, imóvel ou objeto de valor que se oferece a alguém como garantia de determinada dívida contraída. A perspectiva da dádiva, portanto, na sua dimensão simbólica e ritual, retoma o sentido da hipoteca na medida em que determinada doação ou benefício vendido não fica totalmente desvinculado do seu proprietário. Em razão do “espírito da coisa dada”, os benefícios, quando ofertados ou comercializados, ainda contém a alma de seus proprietários. O que leva a interpretar que o movimento que a dádiva produz, ao interligar coisas, proprietários e beneficiários, tem como objetivo vincular relacionamentos.

Ainda no intuito de releitura de Mauss (1974), só que no esforço de interlocução com a Experiência de Branquinha, convém destacar os princípios da dádiva que foram interpretados pelo autor a partir do direito hindu. Mauss faz alusão a duas coletâneas antigas: a primeira delas diz respeito aos inscritos “Dharmasutra”, chamados pelos hindus de “Revelação”; a segunda engloba os “Livros da Lei” ou “Tradição” (“Dharmaçastre”), contendo o considerado “famoso código de Manu” (MAUSS, 1974, p. 144). Baseado nestas fontes, o autor destacará um primeiro elemento que vale a pena registrar: a Índia antiga é constituída por dádivas, cujas relações ocorrem mediante prestações e contraprestações, isto é, “Potlatch” (MAUSS, 1974, p. 145-146).

Para além da bilateralidade das transações econômicas praticadas pelos povos hindus, quando mediadas por coisas e favores, é de suma importância o valor e o sentido que são atribuídos à terra e aos alimentos. As relações que este povo mantém com a terra deixa transparecer a dinâmica da dádiva.

Se para os indígenas Maori da Polinésia os bens adquiridos (os “*taonga*”) estão ligados à terra, de onde emana uma força mágica e espiritual, “Os *taonga* estão, pelo menos na teoria do direito e da religião maori, fortemente ligados à pessoa, ao clã, ao solo; são o veículo de seu *mana*, de sua força mágica, religiosa e espiritual” (MAUSS, 1974, p. 52-53), para os hindus, há uma deificação da terra. Ela produz recompensa nesta vida e na outra:

A terra que alguém doou e que produz os seus frutos para outrem faz, entretanto, crescerem os seus interesses nesse mundo e no outro, bem como nos renascimentos futuros. “Assim como a lua e quarto crescente aumenta dia a dia, da mesma maneira

a dádiva da terra, uma vez feita, cresce de ano a ano (de colheita em colheita) ” (MAUSS, 1974, p. 148).

Indissociavelmente ligados à terra estão os alimentos. O sustento para a subsistência provém da comida. Quando partilhada, manifesta sua essencialidade. Trata-se de uma riqueza necessária e indispensável para a vida humana. Segundo interpretou Mauss (1974, p. 150),

É da natureza da comida ser partilhada; não reparti-la com outrem “é matar sua essência”, é destruí-la para si e para os outros. Tal é a interpretação, ao mesmo tempo materialista e idealista, que o bramismo deu para a caridade e a hospitalidade. A riqueza é feita para ser dada. Se não houvesse brâmane para recebê-la, “vã seria a riqueza dos ricos”.

A dádiva da terra de onde provêm os alimentos exerce grande influência para os que estão envolvidos nessa relação. É sinal de prosperidade, nesta vida e após a morte, pois tende a multiplicar seus frutos para os que por ela são sustentados. Há uma simbologia e sacralidade que envolve a terra e os alimentos. São, por isso, personificados: adquirem como que “vida própria” e capacidade de dialogar espiritualmente com os seus dependentes. Consequentemente, vinculam-se pessoas e coisas, espiritual e material, vida e recompensas terrenas e após a morte “A terra, o alimento, tudo o que é dado, são de resto personificados, adquirem a condição simbólica de seres vivos com os quais se dialoga e que tomam parte no contrato. Eles querem ser dados” (MAUSS, 1974, p. 148).

A tradição hindu registra um verso antigo que exalta a comida como dádiva, conforme MAUSS (1974) vem destacar em sua fundamentação. Há uma deificação de todo alimento, cuja essência ocorrerá mediante sua partilha. Do contrário, o alimento perderá sua função vital, o que incorrerá em grande transtorno para os infratores.

O dano gerado pela quebra da relação, quando mediada pela comida, é comparado à morte. Do ponto de vista simbólico e ritual, tem-se o esfacelamento do vínculo divino, do qual se perde a relação. Em decorrência disso, a destruição do vínculo sócio afetivo aí estabelecido. Tal é a importância dos alimentos, se considerados como dádivas de hospitalidade assim como a tradição hindu faz referência. Eis o verso:

Aquele que, sem dar-me aos deuses, aos manes, a seus servidores e a seus hóspedes, consome (a mim) preparada, e, em sua loucura, engole (assim) veneno, eu o consumo, eu sou a morte.

Aquele que come sem saber, mata a comida, e ingerida, ela o mata. A avareza interrompe o círculo do direito, dos méritos dos alimentos, renascendo perpetuamente uns dos outros (Sacrifícios Brânicos da época védica tardia)⁷⁰.

Em suma, o que se poderia destacar acerca da dádiva, segundo a vivência hindu, é o caráter irrevogável do vínculo ocasionado por esse tipo de relação, sobretudo, quando se está diante da dádiva da comida, que é de singular importância para a tradição hindu. “É que a coisa dada, em si mesma, forma um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de comida. O donatário depende da cólera do doador, e mesmo cada um depende do outro. Também não se deve comer na casa do inimigo” (MAUSS, 1974, p. 154).

No entanto, mesmo se considerada no contexto da tradição hindu, interpretamos que a dádiva da comida contém uma tensão dialética: ao mesmo tempo em que o alimento doado suscita atitude recíproca de solidariedade, imprimindo certo caráter normativo, tal dinâmica também prevê a possibilidade de quebra e de recusa da relação. Conseqüentemente, é declarar inimizade.

Contudo, poderíamos nos perguntar se a fundamentação de Mauss (1974) acerca da dádiva, a partir da releitura de outros pesquisadores, não seria apenas um mero hábito próprio a lugares e sistemas que tenderiam a desaparecer, conforme a expansão do modo de produção capitalista avançasse pelo planeta? A abordagem deste trabalho e suas respectivas fontes de pesquisa, teóricas e empíricas, indicam que não. A terra, reconhecida e vivenciada pelos assentados de Branquinha como dom divino, foi um dos indicativos que nos permitiu reconhecer a atualidade da dádiva, através da experiência de Branquinha.

3.1.1 Atualidade da dádiva

Há, portanto, uma importância e atualidade da teoria da dádiva. Para Mauss, o que foi estudado e sistematizado acerca das trocas recíprocas, permeadas também por generosidade e afeto, cujo objetivo maior é de vincular pessoas e grupos, constitui um fenômeno que fundamenta as relações econômicas das sociedades tradicionais, mais precisamente os grupos, tribos e clãs por ele estudados e que exercitam uma economia pré-capitalista. Mas não somente. Para o autor, a dádiva é um fato social total ou geral. Isso porque está presente em toda a sociedade. Nos termos do autor:

⁷⁰ Cf.: MAUSS, Marcel (1872-1950). *Sociologia e Antropologia*, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: EPU, 1974, p. 149-150.

Os fatos que estudamos são todos, permita-nos a expressão, fatos sociais totais, ou se se quiser – porém gostamos menos da palavra – gerais; isto é, põe em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlach, clãs enfrentados, tribos que se visitam, etc.) (MAUSS, 1974, p. 179).

Segundo Lévi-Strauss (1974:14), “Foi o Ensaio sobre a dádiva que introduziu e impôs a noção de fato social total” [...], dado o zelo e a necessidade de se pesquisar a realidade. O autor considera que o contexto social das trocas de favores e benefícios, conforme fundamentou Mauss (1974), integra-se em uma dinâmica peculiar e sistêmica, estruturada como teoria da dádiva.

É a partir das relações de troca em sociedades pré-capitalistas, que Mauss (1974) interpreta a realidade e faz uma releitura dos elementos, valores e manifestações que unem, integram e vinculam as pessoas, identificando-as como dádivas. Segundo fundamenta Mauss, aqui se tem o embasamento necessário e indispensável para a vida em comum, em prol do qual a sociedade quer reencontrar o equilíbrio das suas relações, consolidando assim a célula social “A sociedade quer reencontrar a célula social. Ela investiga, ela cerca o indivíduo de um curioso estado de espírito em que se mesclam o sentimento dos direitos que ele tem e outros sentimentos mais puros: caridade, ‘serviço social’, solidariedade” (MAUSS, 1974, p. 167).

Mauss recomenda que “É possível estender essas observações às nossas próprias sociedades (MAUSS, 1974, p. 163). Conforme Martins (2006), nossas relações estão permeadas por atitudes de generosidade. Embora vivamos no contexto economicista do capitalismo, quando se prevê a racionalidade de custo/benefício, há também uma reciprocidade de favores e gentilezas, deixando transparecer o objetivo de consolidar vínculos sociais. O autor faz questão de especificar os objetos ou situações nos quais a dinâmica da dádiva pode ser vivenciada:

A dádiva está presente em todas as partes e não diz respeito apenas a momentos isolados e descontínuos da realidade. O que circula tem vários nomes, chama-se dinheiro, carro, móveis, roupas, mas também sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros (MARTINS, 2006, p. 103).

O conteúdo simbólico e a ritualidade que as dádivas suscitam nos relacionamentos estão para além de atitudes caritativas e altruísticas⁷¹. Não se trata apenas de uma boa ação

⁷¹ Tipo de sentimento, de natureza instintiva, que desperta uma preocupação com o outro, mas sem pretensão de se estabelecer vínculo de companheirismo ou amizade.

que se concede a alguém, sem a vinculação do processo afetivo, da reciprocidade. A dádiva, quando recebida sem a ritualidade que sua simbologia imprime ao relacionamento, é capaz de esterilizar a relação, aniquilando assim a sua essência de vincular pessoas ou grupos pela estima e amizade.

Para Mauss (1974, p. 174-175), “Dar é manifestar superioridade, ser mais alto, maquister; aceitar sem retribuir ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, apequenar-se, rebaixar-se”. A dádiva prevê, então, a altivez entre doador e donatário. Do Contrário, algo que se dê em forma de caridade implicará no rebaixamento do donatário, que poderá privá-lo da reciprocidade generosa, sendo esta a característica fundamental suscitada pela dádiva. A caridade pode tornar-se uma forma hierarquizada de submeter determinados indivíduos a outrem. Segundo o autor:

A dádiva não retribuída ainda inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição. [...] A caridade fere ainda aquele que a aceita, e todo o esforço de nossa moral tende a suprimir a patronagem inconsciente e injuriosa do rico ‘caridoso’ (MAUSS, 1974, p. 163).

Há na tradição germânica um antigo poema que contrapõe a sensibilidade dos que exercitam a dádiva, ao apresentar um tipo de relação dissociada do envolvimento afetivo entre doador e donatário. Sem a complexidade da relação estabelecida pela dádiva, incorre-se em um tipo de mecanicismo determinado apenas pela racionalidade do custo/benefício de uma troca de bens equivalentes. Se praticada dessa forma, a dádiva perde completamente sua essência e propósito de unir pessoas mediante dons a serem ofertados. A dádiva torna-se perigosa e ineficaz. Há uma quebra da relação. De acordo com o conto “Destes presentes, mas não destes presentes de amor, não destes de coração benevolente, de tua vida estarias já despojado, soubera eu antes o perigo” (MAUSS, 1974, p. 160).

Contudo, diante do esforço de releitura de Mauss (1974) até aqui realizada, interpretamos que o ponto de partida para o eficaz exercício das trocas recíprocas, mas também do perigo da sua recusa, é a linguagem. A oralidade expressa uma simbologia e ritualidade indispensáveis aos relacionamentos. As coisas e os favores, quando permutados, adquirem significado conforme expressões de convites e agradecimentos. Para Caillé (2002, p. 99), a linguagem ritualizada do agradecimento expressa espontaneidade e coercibilidade ao mesmo tempo: “A linguagem do agradecimento, ritualmente utilizada nesta ocasião, evoca por si só as duas dimensões paradoxalmente unidas no dom: a da graça e da gratuidade, por um lado, e, por outro, a da obrigação”.

Na perspectiva de Mauss (1974), a linguagem constitui uma dádiva. O convite para o convívio e para festejar datas importantes ou comemorações diversas, quando aceito, suscita a retribuição. Possibilita vínculos de amizade. Favorece o conhecimento entre pessoas e grupos. Expressa a dinâmica da dádiva. Alarga sociabilidades ao extrapolar as fronteiras de parentesco e de vizinhança. Inclui outras pessoas ao convívio da amizade e da estima. A falta de convite, o esquecimento e a indiferença trazem consequências nefastas para o indivíduo e para o grupo do qual se faz parte. Implica morte! Ignorar a dádiva da linguagem é obscurecer e contradizer a riqueza da sua simbologia e ritualidade.

Mauss irá fundamentar a importância da dádiva da linguagem ao relatar um antigo mito indígena do noroeste americano, no qual se verifica a importância do conhecimento interpessoal e grupal no processo de convivência. Segundo esta tradição, nenhum componente da família ou grupo deverá ser ignorado pelos demais. Mais ainda! O novo membro de determinada família deverá ser imbuído da ritualidade e da simbologia que a linguagem representa para o acolhimento e a inserção do indivíduo na sua realidade e para além dessas fronteiras. Do contrário, incorrer-se-á na morte e no imenso perigo de destruição que o esquecimento pode causar na vida das pessoas. É o que a história de “pequena lontra” vem exprimir no relato abaixo:

Uma princesa de uma das aldeias tsimshian concebe no “país de lontras”, dando à luz miraculosamente a “pequena lontra”. Ela regressa com seu filho à aldeia de seu pai, o chefe. [...] Ele o apresenta a todos, recomendando-lhes que não o matem caso o encontrem na pesca sob a forma de animal.

[...] Mas tinham esquecido de convidar um chefe. Então, um dia, quando a tripulação de uma canoa da tribo esquecida encontrou no mar “Pequena Lontra” com uma grande foca entre os dentes, o arpoador da canoa matou “Pequena Lontra” e pegou a foca.

[...] E o mito concluiu. “É por isso que os povos fazem grandes festas quando um filho de chefe nasce e recebe um nome, para que ninguém o desconheça”. O potlatch, a distribuição de bens, é o ato fundamental do “reconhecimento” militar, jurídico, econômico e religioso, em todos os sentidos do termo. “Reconhece-se o chefe ou seu filho, e torna-se reconhecido por ele” (MAUSS, 1974, p. 109).

A palavra falada, portanto, introduz indivíduos na dinâmica da dádiva. Mais que isso, é expressão da própria reciprocidade, uma vez que a linguagem comunica gentilezas e gratidões em relação ao que se dá e ao que se recebe. A recusa ao convite feito, sendo este uma dádiva, traz consequências desastrosas para a convivência comum. É declarar guerra e inimizade. A morte é a consequência mais trágica da quebra do vínculo da estima e amizade.

Mas a dádiva não é um acontecimento estanque, cuja retribuição ocorra de forma automática e pontual. Ao invés, tende a perpetuar-se no tempo, abrangendo outras pessoas e

contextos sociais diferentes para realização das trocas. As atitudes voluntárias, de cunho solidário, que realizamos em formas de benefícios prestados e recebidos, sem garantia de retorno, pede um processo para a sua efetivação. Brito (2006, p. 131) vai falar da “utopia possível” ao fundamentar que, “do mesmo modo, deveremos destacar a sua dimensão emancipatória, através da construção de uma ‘utopia possível’ com raízes profundas no chão histórico e no cotidiano social, valorizando e animando a crença na vocação do ser humano e para a solidariedade e a liberdade”.

E aqui retomamos o sentido da utopia segundo Manheim (1986), mediante a qual o indivíduo interage, solidariamente, com sua realidade, motivando-se a buscar, de forma gratuita e interessada, ao mesmo tempo, a concretização dos ideais, mesmo que não os obtenha ou os vivencie em sua plenitude. Para Brito, são consideradas expressões da dádiva, por exemplo, as atitudes voluntárias e cidadãs, sem garantia de retorno imediato, que se praticam em prol do bem comum. Trata-se do exercício democrático participativo em que se procura consolidar a coesão social através de vínculos relacionais e consequente melhoria nas condições de vida (AUTOR, 2006, p. 118-119).

Interpretamos que o processo de vinculação de relacionamentos mediado pelo dom é contingente. Requer esforço e abertura dos indivíduos para que as trocas de benefícios e favores sejam realizadas, havendo também a possibilidade de recusa ao dom ofertado. Pressupondo o contexto problemático do dom, em que se conjugam convivência e rivalidade, é que os princípios da dádiva acima analisados serão relidos e problematizados à luz da Experiência de Branquinha.

O propósito de sustentabilidade econômica da APROAGRO, a partir das suas práticas cooperativistas, segundo os princípios da Economia de Comunhão, e o propósito de melhoria de vida dos que estão aí envolvidos, é a justificativa empírica de releitura da teoria da dádiva. O sistema de produção do empreendimento, de onde emergem relações de confiança, companheirismo e conflitos, constitui um cenário indispensável para o estudo do fenômeno da dádiva.

Na perspectiva de Gilssani (2000), pode-se interpretar a dádiva como resultante de uma experiência elementar. Na medida em que coisas ou favores suscitam relacionamentos recíprocos, interpretamos aí uma experiência da dádiva, cujo objetivo é de vincular pessoas através de laços afetivos. Trata-se de uma dinâmica que põe o ser em contato com a realidade que o cerca. A experiência elementar toca a essencialidade do ser, sendo este o ponto de partida para se consolidar relacionamentos. São o sentido e o valor que se atribui às trocas de

benefícios e favores entre os indivíduos que motivam atitudes solidárias, manifestadas também a partir do cuidado e do zelo com o outro.

Os dons oferecidos, retribuídos ou ainda negados no cotidiano dos assentados serão analisados, em capítulo posterior, nas suas repercussões para a vivência comunitária do assentamento. Emergem daí, conseqüentemente, de forma espontânea e ao mesmo tempo obrigatória, em tensão dialética, trocas e recusas de benefícios e favores, que são manifestados também através de doações de produtos da terra, de favores entre vizinhos ou ainda através de conflitos entre lideranças em meio ao discurso do bem comum.

3.1.2 A perspectiva dialética da dádiva: o conflito social

A experiência da dádiva concorre para o convívio social. No entanto, se as trocas recíprocas generosas contêm em si uma tensão dialética situada entre a espontaneidade e a obrigatoriedade, mas também da possibilidade de recusa do dom, a dádiva admite várias possibilidades de análise no seu exercício. A questão que permeará este debate recai sobre o conflito social que tende a permear o desempenho da dádiva.

O chão no qual se constitui a Experiência de Branquinha é constituído por conflitos contundentes, a começar pela luta e conquista da terra (já que se trata de um assentamento da reforma agrária), como também pelas disputas de poder através de confrontos políticos travados entre as chamadas associação dos homens e a associação das mulheres, que serão discutidas no último capítulo da tese. De que forma, então, os conflitos socioeconômicos vivenciados pela Experiência de Branquinha deixam transparecer a dinâmica da experiência da dádiva? Para que esta questão seja melhor aprofundada posteriormente, faz-se necessário fundamentar o contexto social do conflito, no qual, paradoxalmente, ocorrem expressões e atitudes da dádiva.

O primeiro elemento a ser considerado refere-se à compreensão do sentido do termo conflito. Na perspectiva maussiana, há uma tensão dialética que é inerente ao dom, manifestada pela confluência entre a espontaneidade, a obrigatoriedade e a possibilidade de recusa da dádiva. Há, portanto, um caráter conflituoso que permeia as trocas recíprocas generosas. Para Touraine (1998), o indivíduo realiza-se socialmente. Contudo, a realidade social da qual se faz parte é constituída por uma rede de conflitualidades balizadas entre o convívio social interativo e confluyente e as rivalidades nas disputas de poder e por influência social. Para o autor, “estas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança” (TOURAINÉ, 2006, p. 119).

A ideia do convívio para Touraine (2006) pressupõe relações sociais desiguais. Mas está para além de uma visão reducionista ao conceber o conflito social apenas como sinónimo de desentendimentos e rivalidades. Para o autor, o conflito social está associado aos fundamentos culturais das sociedades, impelindo-nos a pensar a dinâmica social como algo construído das nas práticas dos indivíduos e das coletividades. O sentido que se atribui às práticas sociais é indispensável para que a engrenagem coletiva funcione. Na visão de Touraine (1984, p. 96),

O conflito não é nem contradição nem revolta, mas forma social da historicidade, da produção da sociedade por si mesma. Pouco a pouco, para lá do evolucionismo, forma-se a análise de sociedades que por um longo período de crescimentos e de crises, de ameaças atômicas, de totalitarismos e de revoluções convenceu que deveriam descobrir-se como produto de sua ação e não como a manifestação de uma natureza humana, de um sentido da história ou de uma contradição original.

É na perspectiva da historicidade do conflito, tal qual fundamentada por Touraine (1984), que Simmel (1983) irá interpretar o conflito para além do sentido negativo que geralmente lhe é atribuído, isto é, como resultado de desavenças e intrigas. Ao invés disso, trata-se de um elemento próprio e intrínseco às interações sociais, visto que tende a transformar, reordenar e apresentar um outro quadro social. O conflito, portanto, também tem a função de equilibrar e de favorecer as interações sociais. É o que fundamenta Simmel (1983, p. 122-123):

Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos e interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de sociação. [...] O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. [...] Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. [...] o conflito contém algo de positivo.

E aqui retomamos a questão de interpretar e reconhecer a dinâmica da dádiva em meio à historicidade conflituosa, de onde emergem as relações socioeconômicas. Para Mauss (1974), as trocas recíprocas generosas permeiam a sociedade, também aquelas que têm forte influência capitalista. A partir de uma releitura da atualidade moderna, a partir dos princípios da dádiva, o autor reconhece que existem trocas recíprocas generosas, cujo objetivo é de vincular pessoas em uma relação de amizade e estima. Admite, portanto, que nem tudo está classificado em termos de compra e venda. As relações de troca ainda estão permeadas por sentimentos de estima e amizade, com as quais nos deparamos no decorrer do cotidiano. Para Mauss (1974, p. 163),

Felizmente, nem tudo está classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas têm ainda um valor sentimental além de seu valor venal, tanto é que há valores que pertencem somente a este gênero. Não temos apenas uma moral de comerciantes. Restam-nos pessoas e classes que guardam ainda os costumes de outrora, e quase todos dobramo-nos a eles, pelo menos em certas épocas do ano ou em determinadas ocasiões.

A relação entre mercado e dádiva, se interpretada de modo economicista, pode parecer completamente dispare, denotando aí um conflito hostil para a vida social. Mauss (1974) incita-nos a relativizar esta ideia. De forma veemente, e para além de um sentimentalismo ingênuo, quando dissociado de uma visão crítica da realidade, interpretamos, a partir do fragmento acima em destaque, que, para o autor, não há condições de separar totalmente o sentimento da racionalidade da compra e venda. Nicolas (2002, p. 46) legitima essa ideia ao dizer que “dom e mercado podem coexistir, complementarem-se, corrigirem-se no âmbito de sociedades complexas”.

Entretanto, interpretamos que, ao mesmo tempo em que a dialética da dádiva remete ao caráter harmonizador do conflito social, no seu processo historicizante, também revela uma dinâmica discrepante e desarmonizadora da coesão social. Mauss (1974), ao fazer referência ao problema da especulação e da usura, refere-se às disparidades sociais geradas por sociedades de capitalismo avançado. Consequentemente, a problemática da exploração econômica que divide pobres e ricos. Trata-se da hostilidade que sobrepõe dominadores a subordinados, de que provêm disputas de poder político e econômico. Tem-se, então, um economicismo que põe em evidência o bem comum, em detrimento dos vínculos relacionais solidários. Intuímos que é a partir do conflito social, quando gerado pela exploração capitalista, em perspectiva crítica da realidade, que Mauss (1974, p. 167-168) fará uma advertência para a necessidade de se garantir os direitos pessoais e coletivos:

É preciso que o indivíduo trabalhe. É preciso que ele seja forçado a contar consigo, e não com os outros. Por outro lado, é preciso que ele defenda seus interesses, pessoalmente e em grupo. O excesso de generosidade e o comunismo lhe seriam tão nocivos e seriam tão nocivos à sociedade quanto o egoísmo de nossos contemporâneos e o individualismo de nossas leis.

O próprio contexto da dádiva, para Mauss (1974), é o cenário no qual subsistem generosidade e hostilidade. A dialética do dom revela o conflito social. Um misto entre a coesão social, a inimizade e a guerra. A crítica de Mauss (1974) é dirigida às sociedades de capitalismo avançado, que distorceram a essência econômica do ser, em prol da acumulação desenfreada de riquezas.

A capacidade humana de permutar coisas e favores, do ponto de vista das sociedades capitalistas, parece ceder espaço apenas à lógica do custo/benefício. Nesse sentido, é que Mauss (1974) se refere ao indivíduo detentor do capital como “animal econômico”. No entanto, adverte-nos a reconhecer a essência do ser humano, isto é, o “homo economicus”, dada a sua capacidade de interagir com os demais e com o meio, em benefício da subsistência. Não há apenas uma simples troca de benefícios equivalentes. Ao contrário, a dimensão econômica da sociedade está permeada por sentimentos e valores em relação ao que se compra, vende e troca. Nos termos do autor:

Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente fizeram do homem um “animal econômico”. Mas não somos ainda todos seres desse gênero. Em nossas massas como em nossas elites a despesa pura e irracional é prática corrente; é também característica de alguns fósseis da nossa nobreza. O “homo oeconomicus” não está atrás de nós, mas a nossa frente, como o homem da moral e do dever, como o homem da cidadania e da razão (MAUSS, 1974, p. 176).

Se o modo de produção atual capitalista é fortemente influenciado por dominações políticas e econômicas, em meio a tais dissensões podemos identificar e contrapor a experiência da dádiva. Mesmo assim, não se deve perder de vista o sentido e a função do conflito social, que perpassa as trocas recíprocas. A dádiva, na sua composição dialética e, por isso, conflituosa, está intrinsecamente ligada ao complexo e heterogêneo mundo das relações sociais da nossa atualidade. O desafio aqui proposto será de reler a realidade, a partir da Experiência de Branquinha, no intuito de reconhecer nas suas práticas econômicas solidárias e a partir do cotidiano das pessoas do assentamento, os elementos que identificam a dádiva como experiência existencial capaz de unir pessoas e grupos. Valerá, então, discutir as relações comunitárias de vizinhança, conforme a perspectiva weberiana vem nos fundamentar.

3.2 A TEORIA COMUNITÁRIA E DE VIZINHANÇA NA PERSPECTIVA WEBERIANA

Interpretamos que há uma interface entre a teoria da dádiva e a fundamentação weberiana acerca das relações econômicas comunitárias de vizinhança. Já que a Experiência de Branquinha se constitui em meio a relações de vizinhança, de onde emana a base da sua economia e da permuta de favores recíprocos, em meio aos quais subsistem conflitos e dissensões, é que justificamos a necessidade de recorrermos ao suporte weberiano acerca do

assunto. No contexto das trocas recíprocas, servimo-nos de alguns elementos da teoria econômica comunitária e de vizinhança de Weber (1999).

O ponto de partida dessa abordagem será a ideia de ação econômica segundo Weber (1999). Faz-se necessário levarmos em consideração a pertinência desse conceito, uma vez que as relações sociais contêm em si uma dimensão econômica para subsistência, de trocas e doações recíprocas. Uma ação econômica ocorre quando se tem uma ou mais necessidades, mediante as quais existem meios e ações possíveis (embora consideradas escassas) para satisfazê-las:

Limitar-nos-emos aqui a falar de economia quando temos, por um lado, uma necessidade ou um complexo de necessidades e, por outro, uma reserva de meios e ações possíveis para satisfazê-las, considerada escassa pelos agentes tornando-se esta situação a causa de um comportamento específico que a tem em conta (WEBER, 1999, p. 229).

Podemos considerar que a Experiência de Branquinha está alicerçada no esforço econômico de sobrevivência, por tratar-se de uma forma de produção solidária na qual coexistem inclusão social, cultivo e comercialização de produtos e vínculos afetivos entre as pessoas, que serão discutidos em capítulo posterior. Para Weber (1999), a ação econômica ocorre quando se têm necessidades, mediante as quais se perseguem os meios e as ações possíveis para satisfazê-las. As carências materiais dos assentados foi a mola propulsora para a organização econômica solidária.

Dentre os valores defendidos pela APROAGRO, destaca-se a partilha fraterna dos bens materiais. Obviamente, há uma dinâmica comunitária a ser exercitada por este empreendimento. Faz parte do objetivo principal desta associação. No entanto, vale retomar Touraine (2006), quando afirma que as relações sociais são desiguais e permeadas por conflitos, interpretados na sua dimensão historicizante, cuja função é de reordenamento social. A dinâmica comunitária aí referenciada, mediante a heterogeneidade de funções, papéis e interesses aí dispostos, como, por exemplo, as atividades agroecológicas e artesanais desempenhadas pelos associados, demonstram a funcionalidade da economia, quando vivenciada na sua essência. Retoma, pois, a compreensão de Weber, segundo a qual as transações comunitárias têm relação com a economia: “A grande maioria das relações comunitárias tem, de algum modo, relações com a economia” (WEBER, 1999, p. 229).

A própria etimologia do termo “economia” remonta ao significado da palavra grega “οικονομία”, que significa “aquele que administra um lar”, derivada de “οικος”, “casa”, e da partícula “ενέμω”, “distribuir” (especialmente administrar). Assim, da

partícula “*οικονόμος*” derivou-se “*οικονομία*”, que tinha não apenas o sentido de “administração de um lar ou família”, mas também de “frugalidade”, “direção”, “administração”, “acordo” e “renda pública de um Estado”. O primeiro registro do significado da palavra “economia”, encontrado em um trabalho possivelmente elaborado em 1440, diz respeito à “gestão de assuntos econômicos”, nesse caso, de um mosteiro religioso⁷².

Weber, ao analisar a comunidade doméstica, destaca relações que são consideradas uma dinâmica econômica. “Por isso, as tendências concretas da ação comunitária somente entram em consideração na medida em que, de per si, produzem formas estruturais específicas dessa ação que são, ao mesmo tempo, economicamente relevantes” (WEBER, 1999, p. 243). Em âmbito familiar, as relações afetivas que ocorrem entre pai, mãe e filhos constituem o que Weber irá chamar “comunidade sexual duradoura”, na qual ocorrerá o sustento familiar necessário para a subsistência:

As relações sexuais e as estabelecidas entre os filhos, por terem em comum os pais ou um deles, assumem sua importância normal, para no nascimento de uma ação comunitária, somente pela circunstância de se tornarem um dos fundamentos normais, porém não único, de uma associação especificamente econômica: a comunidade doméstica (WEBER, 1999, p. 244).

Weber (1999) ainda discute o sentido da comunidade doméstica, fundamentando que dela provém o fundamento da “autoridade” e da “piedade”, sendo estes os fundamentos solidários da convivência familiar. A interdependência moral, afetiva e material entre os componentes de uma determinada família expressa a identidade “econômica” familiar, uma vez que nela se dá o que Weber chama de “comunismo doméstico”. Trata-se de um tipo de relação econômico social mais flexível em que os indivíduos contribuem para os meios de sobrevivência oriundos da família e deles usufruem sem que haja uma cobrança calculada em termos de equivalência. O autor considera que “o princípio do comunismo doméstico, de acordo com o qual não se ‘ajustam as contas’, mas o indivíduo contribui segundo suas forças e usufrui segundo suas necessidades” (WEBER, 1999, p. 246).

Além disso, a cinética familiar, além de identificar sua composição interna ou particular através dos vínculos de sangue, rege-se por uma “solidariedade” que perpassa o seu grupo específico, estendendo-se os laços familiares ao patamar da hereditariedade. É o que Weber denomina “solidariedade para fora”: “Solidariedade para fora e comunidade comunista na utilização e no consumo dos bens cotidianos (comunismo doméstico) para dentro, em

⁷² Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/HPE.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

forma de uma unidade indivisa e baseada numa relação de piedade estritamente pessoal” (WEBER, 1999, p. 245).

Na perspectiva weberiana, consolida-se o fundamento da “racionalidade econômica doméstica”, identificada pela solidariedade que há entre os membros da família. Esta é a base necessária e indispensável para se garantir os meios necessários à subsistência. Entre os membros da família, portanto, há um sentimento de pertença e de colaboração mútuas, oriundos dos laços de sangue, mobilizando-os em prol das necessidades materiais e afetivas. Não obstante, Weber (1999) aprofunda seu raciocínio ao acrescentar que a economia familiar não está isolada, mas que é extensiva à comunidade de vizinhança. Para o autor,

A associação doméstica é a comunidade que supre as necessidades regulares de bens e trabalho da vida cotidiana. Parte importante da necessidade extraordinária de serviços em ocasiões especiais e situações de emergência e perigo é suprida, nas condições da economia agrária autárquica, por uma ação comunitária que vai além da comunidade doméstica individual: a ajuda da ‘vizinhança’ (WEBER, 1999, p. 246).

As relações de vizinhança, segundo Weber (1999), têm uma importância fundamental para a vida social e está presente nas operações econômicas da modernidade, em que há trocas de favores e benefícios recíprocos. Há uma prática solidária capaz de aproximar vizinhos em localidades e contextos sociais diferentes, como, por exemplo, em regiões rurais, aldeias ou regiões urbanas.

As relações solidárias de vizinhança apresentam diferenças em relação à comunidade doméstica, já que os vínculos afetivos não são legitimados por laços de sangue. No entanto, admite-se que o sentimento de companheirismo torna possível uma identidade grupal, capaz de unir interesses e necessidades que são comuns a determinados grupos, como ocorre entre vizinhos e conhecidos. Obviamente que se trata de uma aproximação diferente da que ocorre nas relações familiares, já que o espírito comunitário da vizinhança não está consolidado por laços de sangue.

Weber (1999), ao analisar o perfil do vizinho, considera haver uma tendência para que sejam prestados serviços gratuitos e fraternos, gerando uma dinâmica solidária de reciprocidade. Esta operação não está fundamentada na racionalidade e nos princípios do economicismo do mercado, quando se prevê apenas a equivalência do custo/benefício. Ao contrário, trata-se do exercício da economia na sua essência de prover necessidades, através da aquisição e prestação de serviços recíprocos, em contexto de estima e amizade. O autor considera que

O vizinho é o típico “prestador de socorro”, e a vizinhança, portanto, a portadora da “fraternidade”, ainda que numa acepção prosaica e pouco sentimental, predominantemente ético-econômica, da palavra. Na forma de ajuda mútua, em casos de insuficiência de meios da própria comunidade doméstica nascem em seu seio os “empréstimos de favor”, isto é, empréstimo gratuito e sem juros de bens de uso e de consumo, e “trabalho de favor” não-remunerado, isto é, prestação de serviços auxiliares em caso de necessidade urgente [ações de assistência], em virtude do princípio primordial da ética popular, pouco sentimental, divulgado no mundo inteiro: “Como tu comigo, assim eu contigo” (o que também insinua a designação romana *mutuum*, para o empréstimo sem juros). (...) Quando se realiza uma troca, rege o princípio: “Entre irmãos não se regateia”, que exclui o “princípio de mercado” racional para a fixação do preço (WEBER, 1999, p. 247).

As relações de vizinhança, ao expressarem parcerias no exercício solidário. Indicam critérios reguladores e de organização da atividade econômica a ser desempenhada. Pode-se considerar uma economia sistematizada, sobretudo, quando há uma dinâmica produtiva contínua, cuja exploração e desenvolvimento se dão de forma coletiva. É o que Weber vai identificar como “ação associativa” ou “cooperativista”:

A ação comunitária dos vizinhos pode estabelecer ela mesma uma ordem para regular o comportamento dos participantes, criando uma relação associativa (como, por exemplo, no caso da forma de utilização obrigatória de determinadas parcelas de terra), ou recebê-la por imposição de terceiros, indivíduos ou comunidades com os quais a comunidade de vizinhança como tal estabelece relações associativas de cunho econômico ou político (WEBER, 1999, p. 248).

Os vínculos familiares e de vizinhança, que expressam um tipo de convivência comunitária, remetem à dinâmica da dádiva (MAUSS, 1974, p. 70), sobretudo, no que diz respeito às trocas de favores, dada a “gratuidade” e, em alguma medida, também uma “obrigatoriedade” de se retribuir benefícios recebidos. O perfil do vizinho, segundo Weber (1999), é de prestador de socorro das necessidades dos demais companheiros.

Os vínculos da comunidade de vizinhança consolidam-se em meio a atitudes solidárias, cuja dimensão econômica está para além da racionalidade do mercado. Ao retomar o adágio popular “Entre irmãos não se regateia”, Weber (1999, p. 248) põe em destaque serviços gratuitos recíprocos. Mas também, prevê e introduz a discussão das práticas produtivas solidárias, em forma de associação ou cooperativismo. E aqui vale alargar a fundamentação econômica de vizinhança de Weber (1999) através dos princípios econômicos cooperativistas da Chamada Economia Solidária.

3.3 WEBER E A TENSÃO ENTRE A ESFERA RELIGIOSA E A ECONÔMICA

O contexto socioeconômico do assentamento, no qual ocorrem às atividades produtivas do empreendimento de Branquinha, está permeado por disputas de poder entre os representantes das duas associações do assentamento. Há interesses econômicos particulares e políticos contrários às práticas solidárias coletivas. Segundo a perspectiva weberiana, consideramos que a esfera dos valores morais religiosos, representada pela Economia de Comunhão, é tensionada pelas práticas econômicas do mercado capitalista, cujos interesses de dominação tendem a perpassar a cultura religiosa.

A Economia de Comunhão propõe uma dinâmica empresarial solidária que, mesmo diante da economia de mercado capitalista, afirma ser possível a prática de uma divisão fraterna, gratuita e recíproca dos bens materiais gerados pelos empreendimentos econômicos que aderem a esta perspectiva econômica. Provém daí, segundo a fundamentação da Economia de Comunhão, um *ethos* peculiar de gratuidade e reciprocidade. Na perspectiva desse plano econômico, há uma tentativa de resgatar a prática econômica comunitária fraterna cristã dos primeiros séculos, assim como indicam os relatos bíblicos a esse respeito⁷³.

O ponto de partida dessa reflexão é o caráter solidário religioso da Economia de Comunhão, uma vez que se trata de uma experiência peculiar da “Economia Solidária” (PINHEIRO, 2003, p. 333), em que também há o exercício de atividades econômicas cooperativistas. No esforço de interlocução com a fundamentação weberiana (WEBER, 1985), o intuito será de considerar as motivações e valores religiosos que mobilizam os adeptos da Economia de Comunhão a exercitarem os princípios da gratuidade e da reciprocidade, constantemente tensionados pelo poder ideológico do capital. O que já permite explicitar uma fronteira entre as esferas religiosa e econômica.

A orientação produtiva da EdC tem como fundamento essencial o compartilhamento de lucros para a inclusão socioeconômica dos que se encontram excluídos do mercado econômico. Daí a sugestão de que uma parte dos lucros gerados pelas empresas da EdC seja doada para os pobres. O motivo de tal apoio, na perspectiva Weberiana, é o que configura uma ação social e, nesse caso, as práticas solidárias e suas conseqüentes repercussões para o universo empírico estudado, cuja abordagem sociológica do pesquisador se encarregará de compreender e de interpretar, visto que “Sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seus cursos e seus efeitos” (WEBER, 2012, p. 3).

⁷³ Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. “Distribuíam-se, então, a cada um, segundo a sua necessidade” (At. 5, 34-35). Cf.: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

A Economia de Comunhão, portanto, é uma dinâmica eminentemente social, já que os valores solidários a serem vivenciados de forma comunitária estão intrinsecamente ligados e condicionados pela conduta e pelo comportamento de outros agentes sociais. Para Weber (2012, p. 3), “Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto ao seu sentido observado pelo agente ou pelos agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”.

Em relação às práticas econômicas da Economia de Comunhão, julgamos necessário destacar, de acordo com a perspectiva weberiana, o que se apresenta como um encadeamento de ações sociais racionais referentes a fins e a valores. Como já mencionado, se a EdC, que teve sua origem e justificativa no plano religioso específico do Movimento dos Focolares, é destinada a empresas, que devem, indispensavelmente, produzir lucros, configura-se, aí, uma lógica racional social referente a fins, cuja ação ocorre “[...] por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso” (WEBER, 2012, p. 15).

A racionalidade econômica referente a fins tem como objetivo principal gerar e acumular riquezas. É o que, majoritariamente, ocorre nas sociedades atuais. Conforme a tipologia sociológica da religião de Weber, trata-se de uma dinâmica produtiva que tende a provocar uma tensão com a esfera religiosa. Isso porque, em meio aos valores comunitários religiosos, o que se evidenciam são os interesses particulares dos sujeitos sociais aí envolvidos, que tendem a rivalizar com a moral religiosa em questão. Consequentemente, há uma disputa de poder pela influência de mercado. Para Weber,

Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e ‘impessoal’ que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanescentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa da fraternidade (WEBER, 1985, p. 243).

Mas, concomitantemente à racionalidade capitalista do mercado, a proposta de atuação da EdC está centrada na novidade: especifica que as riquezas geradas por tais empresas, na liberdade, “Um projeto característico do nosso movimento é a chamada Economia de Comunhão na Liberdade, uma experiência peculiar de economia solidária (LUBICH, 2004: 24), devem ser colocadas em comum, conforme as três referidas finalidades, das quais vale retomar a terça parte dos lucros que é destinada para os pobres, numa atitude

gratuita, fraterna e recíproca (LUBICH, 2004, p. 27). É nesta perspectiva de interposição entre as esferas religiosa e econômica, que julgamos indispensável adentrarmos na experiência de Branquinha, já que a hipótese da tese é de que a moral religiosa da EdC, em alguma medida, suscite práticas econômicas solidárias em meio à dominação do capital.

No entanto, ainda com base na contribuição weberiana, o formato econômico da gratuidade e reciprocidade, previsto pela EdC, deixa transparecer uma ação social racional referente a valores. Há, portanto, a possibilidade de consolidação de uma moral religiosa centrada em seus princípios e valores éticos, tornando-se conduta de vida “[...] pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado” (WEBER, 2012, p. 15).

Se os princípios solidários da EdC são uma forma de se resgatar, na atualidade, a vivência comunitária do cristianismo nos seus primórdios, tem-se, com isso, uma motivação eminentemente religiosa que influencia as ações dos agentes sociais aí envolvidos. Para Weber, trata-se de uma conduta religiosa, cujo motivo das ações aí praticadas é que suscitará o comportamento dos sujeitos sociais em interação “Denominamos ‘motivo’ uma conexão se sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a ‘razão’ de um comportamento quanto ao seu sentido” (WEBER, 2012, p. 8).

O projeto econômico EdC, portanto, na sua proposta intervencionista da realidade socioeconômica, visa a uma transformação social, mas a partir das próprias estruturas vigentes. “Uma espiritualidade comunitária como a nossa, por conter o ‘código’ para transformar a realidade social, aplica-o inteiramente em todos os campos, do mundo da economia e do trabalho ao da política, no mundo da justiça, da saúde, da educação” [...] (LUBICH, 2004, p. 21-22), o que sugere a possibilidade de aproximação entre religião e economia. Mas não se pode desconsiderar a tensão que há entre os valores religiosos do projeto coletivo EdC e a vivência dos seus princípios, mediante os interesses econômicos individuais, quando se distanciam dos valores solidários que se propõem a realizar.

3.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MECANISMOS DOMINADORES DO CAPITAL

Na perspectiva de se pensar a economia sob um ponto de vista que extrapole a visão mais restritiva de um “economicismo” é que se pretende abordar, mesmo de forma sucinta, a chamada “Economia Solidária” (ES). O esforço será de apresentá-la, focalizando, sobretudo, os princípios que a caracterizam, contrapondo-a à dinâmica capitalista. Na ótica marxista,

convém considerar a base econômica material produtiva da estrutura capitalista de produção, da qual provém toda uma ideologia de controle econômico. As práticas produtivas solidárias da Experiência de Branquinha é o esforço de resistência ao comando produtivo do mercado atual. Mas, ao considerarmos a ótica foucaultiana, o poder e a dominação estão intrinsecamente associados às pessoas ou corpos em constante interação, assim como aos espaços onde estão inseridos. Trata-se da chamada microfísica do poder sobre os indivíduos em relação, através de atitudes e de ambientes disciplinares elaborados pela própria dinâmica social (FOUCAULT, 1982).

Julgamos imprescindível discutir os fundamentos do poder e da dominação, uma vez que a Experiência de Branquinha está alicerçada no esforço de organização disciplinar e colaborativa em favor da produção agroecológica e de artesanatos a serem comercializados. O contexto produtivo solidário desse empreendimento ocorre, de certa maneira, mediante determinações de poder e disciplina, de onde emergem, também, comportamentos que contradizem as relações solidárias, cujas análise e interpretação a serem realizadas em capítulo posterior, do ponto de vista da Economia de Comunhão, validarão o objetivo que esta tese se propõe a alcançar.

A ES surgiu como forma de reação ao modo de produção capitalista, a notar, sobretudo, pela exploração intensa e marginalização de muitos trabalhadores nas fábricas da Europa, cujo apogeu ocorre em meio à efervescência fabril da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII. Em relação a isso, afirma Singer: “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13). Para Lechat⁷⁴, a perspectiva do que se convencionou chamar ES é uma forma de organização econômica bem mais ampla e diversificada. Não se pode pontuar uma data precisa da sua origem, já que se trata de um meio de resistência a toda forma de dominação e de injustiça econômicas imposta por dominadores, em todas as épocas e sociedades. A alternativa econômica solidária, por esse motivo, pode ser explicada e compreendida a partir da insatisfação, dos conflitos e das conseqüentes revanches de grupos ou classes sociais preocupados com sua emancipação socioeconômica.

Singer (2002, p. 24-38) traz a ideia de movimento solidário para acentuar o caráter geral de resistência dos trabalhadores aos maus tratos dos seus exploradores, em qualquer

⁷⁴ Professora de Antropologia na UNIJUI (RS) e doutoranda em Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP. Fala por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, em 20 de março de 2002. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf Acesso em: 1º fev. 2018.

época ou modo de produção. Para o autor, a ES atinge grande força de expressão com o capitalismo industrial, em um contexto de sindicatos, greves, mobilizações e numerosas mortes. Tudo isso em prol de melhores condições de trabalho. Conseqüentemente, vai-se consolidando um modo de produção comunitário e de inclusão socioeconômica contraposto aos interesses centralizadores do capitalismo.

Se a ES prevê a obtenção de riquezas, mas o processo de sua aquisição e posse devem ocorrer de forma comunitária, o capitalismo vem desencadear mudanças radicais na dinâmica dos bens produzidos e nos meios de produção, como a terra, as ferramentas, as máquinas e a própria força de trabalho, tornando-se propriedade dos capitalistas. Mas, antes de aprofundar a ES e para melhor compreendê-la na sua proposta de inclusão socioeconômica, convém discutir ainda elementos da dinâmica capitalista, como o poder ideológico do capital.

Se nas relações pré-capitalistas, os trabalhadores tinham a posse da terra e do fruto do seu trabalho, assim como dos instrumentos de que se utilizavam para produzir alimentos e produtos manufaturados, com o despontar da grande indústria (séc. XVIII-XIX), há outra lógica econômica: os trabalhadores e artesãos são destituídos da terra e dos bens que produzem, assim como da própria força de trabalho, que passa a ser uma “mercadoria” de compra e venda nas mãos dos capitalistas. Singer vem explicitar essa problemática da qual emerge uma extrema concentração da renda e aumento de riquezas para os detentores do capital e, paradoxalmente, a extrema pauperização dos trabalhadores.

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se capital à medida em que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho (2003, p. 11).

O modo de produção capitalista sobrepõe-se aos artífices, ao pequeno comércio e à agricultura camponesa, excluindo do processo produtivo numerosa mão de obra, que é absorvida apenas parcialmente pelas demandas de trabalho nas indústrias. O que se pretende é uma produção de grande escala e uma acentuada concorrência para o emprego, em condições de exploração. Referindo-se à terminologia marxista, Singer (2003, p. 12) falará de “exército industrial de reserva”, composto pelos trabalhadores ociosos, que estão à margem do mercado de trabalho, por não terem sido absorvidos pela produção da grande indústria. Temos aqui uma condição estruturante do capitalismo.

Santos e Rodríguez (2005, p. 27-28) irão pontuar o que para eles constituem as consequências do capitalismo. Em primeiro lugar, constatam-se desigualdades sociais acentuadas – estratificação social – que são pontuadas, sobretudo, pela subordinação do trabalho ao capital. Em segundo lugar, é próprio dessa forma de produção sediar relações de concorrência em prol dos detentores do poder econômico, em detrimento da coletividade. Por último, tem-se uma forma de exploração econômica que pouco se importa com os danos causados aos recursos ambientais, como, por exemplo, a poluição, que ameaça a vida no planeta.

Para manter a estrutura de dominação econômica, o capitalismo impõe uma ideologia de dominação. Do ponto de vista marxista, o princípio da análise e também de contraposição ao controle econômico capitalista são as forças produtivas, isto é, os recursos de que o homem se utiliza para produzir os meios para subsistência, inclusive, a força do próprio trabalho. O segundo elemento da abordagem marxista são as formas pelas quais as pessoas se organizam para exercer a atividade produtiva. Mais precisamente, diz respeito à apropriação dos recursos e sua distribuição no processo do trabalho, tais como matéria-prima, instrumentos, técnicas, os próprios trabalhadores, enfim. Tais fatores determinam o modo de produção de cada sociedade. Esta é a base metodológica materialista de abordar e interpretar a realidade. Para Marx e Engels (1976, p. 19),

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência, já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não devemos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção.

No capitalismo, há uma incongruência quanto à divisão social do trabalho, ao separar e opor burguesia aos trabalhadores, que são empobrecidos à medida que produzem riquezas. Mas grande parte desse contingente humano é excluído do sistema produtivo. Existe aí uma economia voltada para a dominação. Marx (1976) critica a sociedade na medida em que ela condiciona todo o sistema produtivo às ideias, desvinculando-as da sua base material, histórica e produtiva. Há uma inversão quanto a forma de se abordar e conceber a realidade.

Do ponto de vista das ideias, na perspectiva marxista, há uma parcialidade em relação à práxis produtiva e, conseqüentemente, cumplicidade em favor dos que detêm o poder econômico. Contrapondo-se a essa visão idealista, Marx (1976, p. 25) vai dizer que “são os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, mas os homens reais, atuantes e

tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde”.

Não são as ideias as representações que determinarão as práticas produtivas, mas é o chão das operações produtivas que ordenará as convicções, condicionando-as à realidade produtiva “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX, 1976, p. 26). Quando não há a ordem das coisas materiais sobre as ideias, tem-se uma visão parcial e comprometida da realidade, que passa a ser subjugada por interesses econômicos dominadores. Trata-se da ideologia que exerce um poder de controle econômico sobre grupos e pessoas. Para Garcia (1988, p. 55),

Através da ideologia dominante na sociedade capitalista, os homens são vistos como desiguais por natureza, mas que ao mesmo tempo é dado o direito do trabalho. Também, ao mesmo tempo em que reforça sua desigualdade, reforça a igualdade do mesmo perante o Estado, camuflando o papel do Estado como um agente de coerção ou um instrumento de dominação⁷⁵.

Há uma influência ideológica do capital capaz de manipular ideias e esforços em favor do acúmulo desenfreado de riquezas e consequente aumento da miséria. É uma operação socioeconômica que ocorre mediante embate entre capitalistas e operários. As relações humanas e o trabalho, relegados à condição de mercadoria, tornam-se apenas coisas comerciáveis. O cenário faz-se através do duelo entre trabalhadores proletários e capitalistas, tendo estes a seu favor a política protecionista do Estado, ainda que em tese seu propósito seja de assegurar os direitos de todos os cidadãos, de forma imparcial. Segundo a visão de Chauí (1984 p. 87-90):

É impossível compreender a origem e função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. O que torna a ideologia possível é a separação entre trabalho material e intelectual... é também o fenômeno da alienação e a luta de classes, ou seja, a dominação de uma classe sobre as outras...

A capacidade de naturalizar e de tornar comum a exploração no trabalho, embora de forma imperceptível para as pessoas, é o objetivo da ideologia capitalista. A sociedade fica polarizada pelo gradativo aumento da barreira que separa os ricos dos empobrecidos. Há o esvaziamento do sentido do trabalho quanto a sua função de prover as necessidades de

⁷⁵ Ideologia e dominação Marx e Foucault. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v11/v11a07.pdf>
Acesso em: 06 fev. 2018.

subsistência e de desenvolver as capacidades físicas, mentais, afetivas e socioculturais. O trabalho é mutilado na sua função de propiciar e desenvolver, em meio à dinâmica produtiva, às relações sociais. Para Garcia (1988, p. 54), “a produção é um ato social, portanto, uma produção social que gera relações sociais”. A partir da “coisificação” do trabalhador e das relações trabalhistas, tem-se a desumanização de todo um processo produtivo, em prol da valorização extrema dos lucros. Chauí (1984, p. 55) fundamenta essa problemática nos seguintes termos:

Com efeito, o trabalhador passa a ser uma coisa denominada força de trabalho que recebe uma outra coisa chamada salário. O produto trabalho passa a ser uma coisa chamada mercadoria, que possui uma outra coisa, isto é, um preço. O proprietário das condições de trabalho e dos produtos do trabalho passa a ser uma coisa chamada capital, que possui uma outra coisa, a capacidade de ter lucros. Desaparecem os seres humanos, ou melhor, eles existem sob a forma de coisas.

Mas, se para Marx (1976) há uma ideologia do poder capitalista sobre as pessoas, explorando-as através de estruturas de produção do mercado capitalista, a exemplo da grande indústria, convém alargar esta compreensão através da perspectiva de Foucault (1979) acerca do poder e da dominação. Se, do ponto de vista marxista, o poder ideológico dominante provém da base material econômica na qual estão alicerçadas as sociedades, isto é, os meios produtivos e das relações de produção, para Foucault (1979) o poder e a dominação dizem respeito a mecanismos técnicos de vigilância e domínio dos indivíduos, tornando-os corpos dóceis e adestrados aos interesses econômicos de dominação. Para Foucault, há todo um arsenal tecnológico de controle dos comportamentos na atualidade, tais como horários determinados, sistema eletrônico de segurança, etc. O autor fundamenta que,

Uma técnica que é centrada no corpo produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massa próprios de uma população (FOUCAULT, 1999, p. 297).

As estruturas de poder e dominação para Foucault têm em si uma dimensão dialética. Ao mesmo tempo em que submete, disciplina e esquadrinha as pessoas conforme os interesses econômicos, se considerada a estrutura da produção industrial em massa das sociedades capitalistas, também produz efeito de saber e verdade. As relações sociais estão permeadas por gesto, atitudes e costumes com o objetivo de vigiar e punir. É a chamada microfísica do poder.

Há um condicionamento social identificado por microestruturas sutis de ordenamento, normatizações e coerções sociais, como, por exemplo, gestos, normas que estão presentes em toda sociedade. Inclusive, os espaços físicos das instituições públicas e privadas são construídos e organizados para facilitar o domínio e a disciplina das pessoas, como forma de ordenamento dos corpos. É o que se pode perceber na organização das salas de aula através de filas, nos sistemas de segurança e monitoramento por câmeras nas empresas, em condomínios, escolas etc. Segundo Foucault (2008, p. 154),

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. [...] é por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Consideramos que as práticas cooperativistas do assentamento de Branquinha, mediante os valores solidários a serem consolidados, expressam micro poderes de comando, distribuídos por meio da dinâmica dos corpos e dos espaços por eles ocupados, a serem discutidos posteriormente. As cooperativas e das associações de produção, sendo uma forma de resistência à dinâmica capitalista, estão inseridas no contexto ideológico de exploração econômica dos trabalhadores.

No entanto, da mesma forma que se está diante de uma predominância capitalista, perante a qual parece não haver espaço para outras dinâmicas, inclusive, contrárias aos critérios acima dispostos, podemos dizer que o modo de produção dominante provoca resistências, através de outras possibilidades ou iniciativas de se vivenciar a dimensão econômica do mercado atual. Santos e Rodríguez vão falar das reformas radicais que se contrapõem à dominação capitalista:

(...) o predomínio do capitalismo não reduz a amplitude de possibilidades às referidas variações. Pelo contrário, essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas (SANTOS E RODRÍGUES, 2005, p. 26).

O capitalismo, por si, é contraditório e dialético. Havendo o embate de interesses antagônicos entre capitalistas e proletariados, tem-se um modo de produção imprevisível quanto a sua projeção futura, já que outras formas de produção começam a despontar neste cenário. Os trabalhadores explorados e a massa de desempregados, que está excluída da

prática produtiva, põem em questão as bases produtivas capitalistas e a pretensa ordem absolutizadora do capital, ao mesmo tempo em que faz emergir o modelo solidário de inclusão socioeconômica. Na perspectiva marxista de abordar a realidade, o capitalismo gera sua própria resistência a partir de outras dinâmicas produtivas que lhe são contrárias. Na atualidade do mercado, há de se considerar como exemplos a Economia Solidária e a Economia de Comunhão, que será abordada no próximo capítulo.

Na medida em que se presencia o modo de produção capitalista, que se pretende hegemônico e absoluto, esbarram-se em suas arestas constantes instabilidades e crises do sistema econômico. Isso demonstra fragilidade em relação à própria estrutura produtiva que lhe sustenta, como é o caso do fechamento de indústrias e estabelecimentos comerciais, por não sobreviverem à dura competitividade do mercado.

As lacunas provocadas pelas constantes crises do capitalismo põem em questão a pretensa solidez da sua estrutura, podendo ser problematizada a partir da obra “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels (2003, p. 29), na qual se encontra a célebre frase “Tudo que era sólido se desmancha no ar”⁷⁶. Mediante o contexto de instabilidade do sistema econômico atual, Santos (2006, p. 23) faz referência ao “caráter revolucionário” das dinâmicas econômicas contrapostas ao capitalismo, a exemplo das organizações produtivas solidárias, que se apresentam como alternativas ao mercado atual.

No que diz respeito à Economia Solidária, o Documento Base Nacional Sistematizado elenca as seguintes características: “(...) formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão”⁷⁷. Trata-se de uma forma de organização econômica que prevê a inclusão de todos no processo de geração e distribuição mais equitativa da produção e das riquezas obtidas. O que não significa considerar que as relações socioeconômicas sejam uniformizadas para todos que compõem determinada unidade produtiva. Retomando Touraine (2006), o convívio pressupõe relações sociais desiguais. O cenário de Branquinha é composto por diferentes papéis, lideranças e pessoas em graus variados de empobrecimento, bem como, de necessidades de subsistência distintas, o que ratifica a ideia de desproporção nas sociabilidades.

⁷⁶ Embora o “Manifesto do Partido Comunista” tenha sido publicado, pela primeira vez, em alemão, em 1848, aqui utilizaremos a tradução, em português, de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder, em 2011.

⁷⁷ Fragmento extraído da II Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em junho de 2010, em Brasília – DF, intitulado “*Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável*”; Nº 01, p. 9.

A economia solidária tem sua identidade reconhecida pela autogestão. Inclui a participação de todos no processo de trabalho e de comercialização do que é produzido. Concomitantemente à dinâmica comercial do empreendimento solidário, há uma valorização das relações sociais aí estabelecidas. Há, então, um vasto campo valorativo do sentido das relações comunitárias de vizinhança (WEBER, 1999), de onde se pode reconhecer atitudes de gratuidade e de reciprocidade (MAUSS, 1974). Nesta dinâmica produtiva, tem-se todo um contexto solidário, que se faz necessário investigar, sendo capaz de favorecer a autogestão. Para Singer, a administração empresarial participativa assegurará o bom desempenho da unidade produtiva solidária, a partir da decisão e colaboração equitativa de todos. Segundo o autor:

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer (SINGER, 2003, p. 20).

A unidade básica produtiva da economia solidária é a cooperativa. Diferentemente do modo capitalista de produção, em que os meios de produção e o trabalho ficam submetidos à posse dos capitalistas, no cooperativismo há um comando coletivo dos meios de produção por todos os trabalhadores, de forma sistemática e comunitária. O próprio trabalho deixa de ser uma mercadoria de compra e venda da grande indústria, para tornar-se um efetivo meio de desenvolvimento físico, intelectual, social e cultural. As tomadas de decisões em prol do melhoramento do empreendimento são resultado de todos os envolvidos no processo, inclusive a obtenção e destinação dos recursos financeiros obtidos com a produção solidária. Assim como na economia capitalista, o modo solidário de produção também tem o objetivo de obter lucros, distinguindo-se pela autogestão. Singer (2003, p. 13) destaca os seguintes elementos a serem observados e exercitados nos empreendimentos solidários:

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

O modo cooperativista de produção tem o propósito de neutralizar a grande determinação capital: a busca obsessiva pelo lucro e a sua crescente acumulação. Na economia solidária, há uma dinâmica de gestão empresarial que pede, indispensavelmente, o protagonismo da coletividade dos trabalhadores, que decidem quando e de que forma devem trabalhar, para que a empresa possa crescer. Singer fundamenta o cooperativismo da seguinte maneira:

[...] na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm o que lhes permite se auto explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2003, p. 17).

As práticas de autogestão preveem o zelo pela realidade onde estão inseridas. Significa também atenção ao meio ambiente. Quando se está produzindo no campo, deve-se primar por uma agricultura agroecológica, de manejo sustentável, para que não haja esgotamento do solo, nem a sua contaminação com defensivos agrícolas industrializados. Cada trabalhador associado adquire consciência de sua atuação junto ao empreendimento, bem como do compromisso de uma intervenção produtiva adequada à realidade sociocultural do espaço ocupado:

(...) A autogestão torna cada trabalhador (a) consciente do seu papel no todo em que atua; (...) há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, acarretando no respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida⁷⁸.

No entanto, a ES não deve ser apresentada unicamente como esforço de compensação de possíveis danos socioambientais e trabalhistas causados pelas políticas capitalistas. O desafio é de projetar uma experiência econômica que ultrapasse os limites de um economicismo, que relega ao segundo plano o desenvolvimento humano inclusivo no processo de produção das riquezas. A economia solidária insere-se na realidade, podendo ser capaz de interagir com a diversidade sociocultural e religiosa aí existente. Por isso, trata-se de um plano econômico em favor do qual devem se concentrar atenções e esforços em prol da sua concretização:

Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e

⁷⁸ Cf. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social intitulada: “Economia Solidária: Outra Economia Acontece!” (2007, p. 09)

consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos”⁷⁹.

No Brasil, segundo relata Singer, a ES desponta na década de 1980 e ganha espaço de organização e adesão de muitos empreendimentos na década de 1990. Isso como forma de reação à crise econômica e consequente desemprego enfrentados por muitos trabalhadores desse período (SINGER, 2003, p. 25)⁸⁰. Trata-se de uma forma produtiva considerada alternativa ao modelo capitalista, que vem obtendo notoriedade e apoio de muitas instituições, a exemplo das universidades que, através de projetos de pesquisa e de extensão vêm apoiando cooperativas e associações. O Empreendimento de Branquinha pode ser considerado um exemplo de unidade produtiva solidária que recebeu incentivos financeiros de instituições como a Universidade Federal de Alagoas, propiciando, assim, a formação técnica produtiva agroecológica e a comercialização dos produtos agrícolas.

Mas, para que a economia solidária ocorra na sua essência, são necessárias e indispensáveis relações de afinidade entre os envolvidos no processo de produção. Além dos incentivos econômicos, indispensáveis para a sustentabilidade e viabilidade do empreendimento solidário, Santos e Rodríguez destacam os chamados vínculos de sentimentos, como forma de se estimular o entusiasmo e o fortalecimento dos propósitos a serem desempenhados:

As atividades econômicas fornecem o sustento e o incentivo material, enquanto o sentimento de vínculo e os processos de educação e integração sociais gerados em torno delas fornecem a energia e o entusiasmo necessários para que os participantes persistam e a alternativa não desmorone ou se desvirtue (2005 p. 65-66).

A ES é justificada, portanto, a partir do esforço de equacionar economia/comércio e sociabilidades. Tende a fixar relações de proximidade entre os associados, a ponto de serem

⁷⁹ Cf. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social intitulada: “Economia Solidária: Outra Economia Acontece!”, 2007; nº19; p.13-14.

⁸⁰ Assim, vale ressaltar o surgimento da “Associação Nacional de Trabalhadores em empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag); o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que organiza diferentes tipos de cooperativas para viabilizar a dinâmica econômica dos assentamentos; as “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que são ligadas a universidades, cujo objetivo é de atingir as populações mais pobres através de cooperativas, orientando-lhes com o devido apoio; cabe também registrar a atuação, a partir de iniciativas solidárias, da “Cáritas” brasileira, que é um órgão ligado ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (SINGER, 2003, p. 25).

estabelecidos vínculos de afinidade e amizade entre as pessoas, em prol da interação, do apoio mútuo e da troca de favores. Na perspectiva maussiana, consideramos que aqui se abre uma possibilidade de que os princípios da dádiva sejam reconhecidos.

A partir das relações de companheirismo e amizade que são vivenciadas nos empreendimentos solidários, unindo pessoas em prol do desenvolvimento econômico, pode-se dizer que não existe apenas uma moral de comerciantes (MAUSS, 1973, p.163). Nicolas (2002) reforça a possibilidade de coexistência entre os princípios da dádiva e a dinâmica do mercado, em perspectiva solidária. Para Quintela e Arruda, a ES é uma possibilidade econômica alternativa concreta, que une pessoas através do companheirismo e da amizade. Para os autores, trata-se de uma economia “a partir do coração”:

Não é loucura. Também não é utopia, que quer dizer “em lugar nenhum”. A economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos e, todos por um”, em vez do “cada um por si e Deus só por mim”. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor (QUINTELA e ARRUDA, 2003, p. 317).

Mas, não percamos de vista a abordagem das práticas cooperativistas da Experiência de Branquinha que este trabalho se propõe a realizar. Mesmo diante de uma proposta solidária da Economia de Comunhão, somos desafiados a problematizar, em capítulo posterior, as contradições aí existentes. Se vista por um determinado ângulo, o jeito solidário de fazer economia vem legitimar expressões de afetividade, tais como favores e doações que suscitam a reciprocidade, além do objetivo da obtenção de lucros a serem divididos equitativamente.

No entanto, existe aí o entrave gerado pelo próprio capital: a obtenção de riquezas traz consigo o desafio do fascínio pelo acúmulo de bens, capaz de persuadir pessoas à acumulação de riquezas e ao distanciamento dos vínculos afetivos comunitários. Conseqüentemente, a desonestidade pode permear e corromper muitas lideranças de empreendimentos solidários. A Economia Solidária, portanto, propõe um sucesso econômico que deve ser condicionado às diferentes necessidades dos envolvidos no processo produtivo. No entanto, a dinâmica ocorre em meio a um processo socioeconômico conflituoso, que se faz imprescindível considerar.

No caso de Branquinha, as mulheres da APROAGRO empunham sua bandeira de resistência contra a exploração econômica dentro do assentamento. Um exemplo contundente do oportunismo comercial é a presença dos atravessadores, que compram a produção dos agricultores a preços muito baixos, acentuando ainda mais o empobrecimento das pessoas.

As práticas cooperativistas que a Associação das Mulheres propõe é uma forma de resistência à tal exploração.

Diferentemente da monocultura agrícola em larga escala e da concentração de riquezas em torno de poucos capitalizados, o que se prevê junto à APROAGRO é a diversificação produtiva agroecológica e a distribuição mais equitativa das riquezas obtidas. É o estilo econômico solidário de gerir as necessidades básicas e de melhorar as condições de sobrevivência. Consideramos oportuna a visão de Garcia (1988) que, ao retomar a perspectiva marxista, enfatiza como pressuposto fundamental da história da humanidade a própria existência de seres humanos como seres reais, produzindo as próprias condições reais de sobrevivência.

Estudar a realidade de Branquinha, na perspectiva solidária da Economia de Comunhão, requer um esforço de análise que envolve dinâmicas diferentes e contrapostas: dinâmica capitalista e modo solidário de produção. A condição exploratória do capitalismo é o que gera um oposto econômico alternativo mais igualitário, representado pelas organizações solidárias de produção, a exemplo da economia solidária e da Economia de Comunhão. Só que a economia alternativa é constantemente tensionada pela obsessão do capital, tornando-se uma ameaça a ser combatida pelos que advogam a favor das dinâmicas econômicas solidárias. Daí a necessidade de também considerar as funções do conflito, do poder e da dominação em meio ao referido campo estudado.

CAPÍTULO IV – A EXPERIÊNCIA DE BRANQUINHA

“A experiência que estamos tendo aqui no assentamento nos deixa felizes”⁸¹.

O esforço desse capítulo será de apresentar a Experiência de Branquinha a partir da análise das práticas solidárias desse empreendimento, do ponto de vista dos princípios da Economia de comunhão. Como se trata de abordar uma prática produtiva comunitária cooperativista, que ocorre em meio a vínculos familiares, bem como a relações de vizinhança, convém realizar um esforço de descrição etnográfica do campo de pesquisa, a partir da qual serão pontuadas e problematizadas características socioculturais e valores religiosos, como a gratuidade e a reciprocidade, propostos pela Economia de Comunhão. O foco geográfico da nossa incursão empírica será o Assentamento Zumbi dos Palmares, de modo particular, a Associação das Mulheres. O que implicará, conseqüentemente, análise de elementos externos ao assentamento, como a influência de pessoas e grupos que se coadunam ou rivalizam com o Projeto de Branquinha, no seu percurso de implementação.

O ponto de partida deste capítulo será detalhar a porta de entrada que nos fez chegar até ao assentamento. Implica considerar e justificar nosso processo de discernimento para esse recorte empírico, bem como nosso empenho de negociar, junto às lideranças da EdC no Brasil, a viabilidade e a execução da pesquisa junto à Experiência de Branquinha. Mas, fundamentar a problemática dessa abordagem requer, antes de tudo, considerar que o “mapa ideal da Economia de Comunhão”⁸², traçado por Lubich (2004), e o nosso empenho de propor uma interlocução com a teoria da dádiva (MAUSS, 1974), agora se confrontam com a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais em interação, que, por vezes, contrapõem-se aos princípios do projeto.

Em perspectiva weberiana (WEBER, 1985), desponta um problema: a esfera religiosa, representada pela Economia de Comunhão, e a economia foram tencionadas. O que se demonstrou com a análise das práticas solidárias de Branquinha foram os valores religiosos comunitários da gratuidade e reciprocidade aí vivenciados, mas que também foram permeados

⁸¹ Fala de uma das lideranças do assentamento, por ocasião de uma reunião realizada na sede da Associação das Mulheres, em momento de avaliação das atividades produtivas da APROAGRO.

⁸² “Mapa Ideal da Economia de Comunhão” é uma expressão utilizada por Luidino Bruni, um dos teóricos e debatedores do projeto, em congressos da Economia de Comunhão. Um deles realizado em maio de 2015, em Nairóbi / Quênia, na África; outro realizado em Igarassu, Pernambuco, em outubro de 2016. Informação registrada no caderno de campo.

pelo conflito social. Houve um embate entre o ideal projetado pela Economia de Comunhão e o real possível a ser exercitado pelos adeptos do projeto.

A partir das várias visitas que fiz a campo e da minha permanência junto ao assentamento, convivendo com as lideranças da APROAGRO e com líderes da Economia de Comunhão, em espaços de tempo determinados, a serem relatados neste capítulo, é que podemos dar voz aos sujeitos e atores sociais em questão.

4.1 NEGOCIAÇÕES

Em 2014, tive a oportunidade de participar de um encontro de lideranças e de empresários da Economia de Comunhão, em São Paulo, no Centro Mariápolis Ginetta. Havia lideranças e empreendedores de todo o país, cerca de 50 pessoas, incluindo também alguns pesquisadores desse projeto.

Meus estudos já tinham iniciado. Dispunha apenas do pré-projeto de pesquisa, que fora aceito na seleção para o doutorado, no ano anterior. Conversando com minha orientadora, chegamos à conclusão de que eu precisaria decidir e recortar o campo a ser pesquisado. Segundo a orientação, deveria ser um empreendimento que representasse certo destaque para os que compõem a Economia de Comunhão. Algo que nos desse condições de analisar, por meio das práticas econômicas cotidianas de uma determinada organização produtiva, os princípios do projeto idealizado por Lubich (2004), agora, confrontados com a realidade. Daí a necessidade de se estudar o diferente que a realidade nos proporciona, estabelecendo com ela um diálogo profícuo, que seja capaz de levantar questões. O pesquisador precisa inserir-se na realidade para desenvolver a sua capacidade crítica em relação ao campo abordado. Segundo Filho (2006, p. 64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

A pesquisa de campo que nos propomos a realizar é imprescindível para efetivação do objetivo deste trabalho, convém ressaltar, uma vez que se trata de estudar as práticas econômicas solidárias de um empreendimento da Economia de Comunhão. Pretendem-se buscar informações diretas com pessoas do universo social estudado. Requer contato e convivência direta com as pessoas que compõem o universo empírico. Para Gonçalves (2001, p. 67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro

mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Ao ser convidado para integrar o grupo dos que se reuniram em São Paulo, em torno da EdC, para avaliar e repensar as estratégias de divulgação e implementação do projeto, em âmbito nacional, percebi que seria uma boa oportunidade de expor para as lideranças meu interesse de estudar e realizar a pesquisa doutoral sobre esta temática. Tive a oportunidade de conversar com os articuladores da Economia de Comunhão, assim como com alguns empresários ligados ao projeto. Minha preocupação era de escolher o local e o empreendimento a ser pesquisado, preferencialmente em algum lugar próximo ao Recife, onde está localizado o Polo Industrial Ginetta da Economia de Comunhão.

Durante os três dias que passei com as lideranças da EdC, em São Paulo, percebi que havia grande interesse de promover e de apoiar, financeiramente, projetos de desenvolvimento solidário, na perspectiva de inclusão socioeconômica de pessoas e grupos que estão à margem do sistema produtivo. Isso como forma de corresponder ao objetivo principal da EdC, que é de ajudar os pobres, na perspectiva de sua emancipação socioeconômica. Contei para a senhora “Antônia” que eu precisava escolher o local da minha pesquisa doutoral, preferencialmente algum projeto apoiado pelos recursos da Economia de Comunhão, já que no mestrado havia estudado uma empresa privada ligada ao projeto.

De imediato, “Antônia” falou sobre três propostas: (1) a primeira era o chamado “Projeto de inclusão das casas digitais”, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, em Fortaleza; (2) o Projeto de Recuperação de Dependentes Químicos, que estava sendo implementado em uma pequena fazenda, na cidade de Parnamirim, região metropolitana de Natal; (3) “A Experiência de Branquinha”, em Alagoas. Ainda em São Paulo, durante o encontro da EdC, tive a oportunidade de conversar com pessoas ligadas aos três projetos. O terceiro despertou minha atenção por se tratar de uma organização econômica solidária, em um assentamento rural da Reforma Agrária. Há alguns anos, vem operando segundo os princípios da Economia de Comunhão, através de projetos de desenvolvimento econômico, cujos recursos foram obtidos em parceria com a UFAL e a Economia de Comunhão.

Até o término do encontro de São Paulo, percebi que a Experiência de Branquinha era considerada com certo destaque pelas lideranças da Economia de Comunhão, motivo pelo qual estavam empenhados para que as práticas econômicas solidárias desse empreendimento fossem apresentadas no Congresso Internacional da Economia de Comunhão, na África, no

ano seguinte. A partir de então, o próximo passo que julguei necessário para a pesquisa foi de acompanhar as apresentações e discussões sobre a Experiência de Branquinha, em encontros e congressos, a fim de compor uma espécie de “tipo ideal”, na perspectiva weberiana, isto é, a elaboração de uma ideia sobre um determinado fenômeno social, aqui representado pelo empreendimento em questão, que servirá como ferramenta de análise da realidade na perspectiva weberiana. Para o autor,

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p. 106).

Conversei com Ana Carla, que deu início à dinamização dos princípios solidários da Economia de Comunhão junto à Associação das mulheres, sobre a possibilidade de a pesquisa ser realizada junto à Experiência de Branquinha. Percebi sua aceitação para que o trabalho de pesquisa fosse realizado no assentamento. Ela foi a ponte que me fez chegar até outras lideranças da Economia de Comunhão no estado de Alagoas, como também até a Associação das Mulheres. Obtive a aceitação de todos para este estudo, sobretudo, o consentimento para visitar periodicamente o assentamento e de permanecer lá em determinados espaços de tempo, convivendo de forma mais próxima com os moradores da região, inclusive dos que estão ligados à Associação das mulheres. Na primeira conversa informal que tive com Ana Carla, pedi que relatasse brevemente como era seu trabalho e função no assentamento de Branquinha, ao que ela respondeu:

Sou arquiteta de formação. Sou voluntária do Movimento dos Focolares. Fiz mestrado na área de desenvolvimento econômico sustentável. A minha pesquisa foi feita no município de Branquinha, próximo de Maceió. Lá é uma região muito pobre. Uma das mais pobres do país. Baixo índice de desenvolvimento humano. A cidade ainda foi devastada por uma grande enchente, 2010, contribuindo para o aumento da pobreza na região. Estive algumas vezes em órgãos da prefeitura municipal para pegar dados do desenvolvimento da região. Muito difícil a realidade. Na prefeitura, fiquei sabendo que alguns assentamentos, dentre eles o Zumbi dos Palmares, tinham o trabalho com associações. Comecei a investigar... Em reuniões que tive com algumas lideranças sindicais, em Branquinha, decidimos em comum acordo que minha pesquisa poderia ser feita no Assentamento Zumbi dos Palmares, onde havia um grupo de mulheres, ligadas ao movimento de mulheres camponesas, que estavam se organizando na produção de frutas e hortaliças para serem vendidas em feiras na região. Aí iniciou nosso trabalho. Estamos fazendo um trabalho da agroecologia junto aos agricultores. Conseguimos criar a APROAGRO. Projeto piloto! A incubadora se encarrega de fabricar doces e polpa de frutas caseiras e trabalha também artesanato com a fibra de bananeira, gerando renda para os jovens.

Tudo baseado na Economia de Comunhão. Melhorou a situação econômica das mulheres. Essa experiência será apresentada na África⁸³.

A fala da pesquisadora, em linhas gerais, introduz-nos na Experiência de Branquinha, segundo os princípios solidários da Economia de Comunhão. Conforme a descrição acima, há uma atividade produtiva cooperativista que visa à geração de emprego e renda para os assentados, inclusive os jovens, cujos resultados deverão ser apresentados na África como alternativa econômica viável de inclusão social a ser replicada em outros lugares, a exemplo de muitas regiões daquele continente. Qual seria o passo seguinte até chegar a Branquinha?

Entendemos que o processo de negociações que aqui estamos relatando, até chegarmos à Branquinha, requer analisar como os envolvidos na Experiência de Branquinha a interpretam e apresentam para os demais adeptos da Economia de Comunhão. Trata-se de visualizar e analisar um determinado quadro que apresenta uma imagem da realidade, mas também é imprescindível nosso esforço de adentrar o espaço concreto ao qual a fotografia faz referência para ampliar e aprofundar o campo de visão. Significa olhar mais de perto a realidade para captar detalhes que a fotografia não consegue mostrar. Para Gonçalves, a pesquisa de campo é uma forma de se buscar informações diretamente com a população pesquisada, mediante inserção do pesquisador no universo sociológico em questão. Nos termos do autor:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p. 67).

A experiência de Branquinha pede, inicialmente, uma abordagem exploratória mediante a qual haja uma análise em relação ao que se diz acerca da sua imagem, que será confrontada com a realidade, de fato. Supomos que se trata de uma dinâmica que ocorre entre as semelhanças e diferenças que há entre o ideal proposto e o real possível. Para Gil, o estágio inicial da pesquisa tende a situar, esclarecer e provocar questionamentos acerca do problema a ser estudado e aprofundado posteriormente. O autor diz “que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em

⁸³ Transcrição de uma entrevista informal. Anotações do caderno de campo.

vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

Em 2015, tive a oportunidade de intensificar meu entrosamento com as lideranças da Economia de Comunhão, a partir da viagem que fiz para a cidade de Nairóbi, no Quênia, na África. Lá, além dos relatos de outros empreendimentos, a Experiência de Branquinha foi apresentada para os adeptos da Economia de Comunhão de muitos países. Até então, só conhecia o empreendimento através de fotografias e de breves conversas com alguns envolvidos no projeto, como a pesquisadora Ana Carla.

O contexto desse congresso no qual a Experiência de Branquinha foi apresentada ocorreu mediante debates e questionamentos acerca da Economia de Comunhão como modelo econômico a ser apresentado e seguido mundo afora. Destacamos a fala de Luidino Bruni, que abria o encontro, dizendo: “Precisamos encontrar o hoje da EdC”⁸⁴. Para o debatedor, trata-se de refletir a respeito da eficácia da Economia de Comunhão na atualidade. Requer também considerar os desafios. “Se perguntamos por que um carro da Fiat não está vendendo, é porque o modelo não está adequado. Errou o modelo. Não existe modelo perfeito”⁸⁵. O debate transcorreu em torno do propósito de refletir e aprimorar a operacionalidade da EdC, ainda em processo de amadurecimento.

A reflexão feita sobre a EdC, no Congresso, pontuava sua condição de projeto. Por isso, é um processo dinâmico que está localizado entre o “já e o ainda não”, segundo os debatedores. Reconhecem-se indícios concretos da gratuidade e reciprocidade nos empreendimentos da Economia de Comunhão, mas que ainda são permeados por contradições. Esta ideia foi ratificada quando se fazia referência ao conflito que há entre o “mapa ideal” da EdC e o “mapa real”, nem sempre concordes. Para Luidino Bruni, “a cultura da comunhão já existe entre as pessoas, mas é necessário estimular e dinamizar este fenômeno. A Economia de Comunhão pode ter esta função”⁸⁶.

Foi no intuito de encontrar “o hoje da EdC” que houve relatos de empresários ligados à Economia de Comunhão, dentre os quais a Experiência de Branquinha. Havia certa expectativa dos congressistas, inclusive dos brasileiros que lá estavam, para ouvir o relato sobre a experiência solidária vivenciada no assentamento de Alagoas. Ana Carla foi a encarregada de apresentar essa atividade econômica por ela vivenciada e tantos outros que estão envolvidos na dinâmica produtiva do assentamento.

⁸⁴ Anotação do caderno de campo.

⁸⁵ Fala de Luidino Bruni. Anotação do caderno de campo.

⁸⁶ Luidino Bruni. Anotação do caderno de campo.

Na sua fala, a pesquisadora partiu do diagnóstico apresentado pelo estudo que fez da região, isto é, a dura realidade de pobreza vivenciado no estado de Alagoas, sobretudo, a zona da mata, constituída por latifúndios de cana-de-açúcar⁸⁷. Do ponto de vista político e econômico, a região do município de Branquinha é fortemente influenciada por favoritismos e apadrinhamentos políticos, aos quais se submetem boa parte da população, sobretudo na área rural. Para ela, o sucesso da Economia de Comunhão deu-se pela concretização da Experiência de Branquinha, cujos resultados foram perceptíveis, sobretudo, pelo esforço de implementar no assentamento os princípios da gratuidade e reciprocidade dessa perspectiva econômica, através de cursos de formação que foram realizados.

Segundo Ana Carla, outros resultados do empreendimento de Branquinha, em um período de 13 anos, foram: a criação da APROAGRO, curso de fabricação de bolsas, artesanato com fibra de bananeira, fabricação caseira de doces e polpas de frutas, além do melhoramento da agricultura familiar agroecológica, cujos produtos são comercializados em feiras livres da região. Segundo o relato:

Esta experiência piloto desenvolvida em um assentamento de famílias de camponeses visa a demonstrar que é possível romper as armadilhas da pobreza através da incorporação de princípios de solidariedade nas estratégias de desenvolvimento local com a articulação do terceiro setor da sociedade civil [...]

[...] após a criação da APROAGRO, seguiram-se oficinas participativas que decidiram diversificar a produção existente através de atividades inovadoras, saudáveis e ambientalmente sustentáveis como a substituição do cultivo com agrotóxico por cultivo agroecológico, o beneficiamento das frutas através da fabricação de doces e polpas para sucos e o reaproveitamento de resíduos orgânicos – o tronco da bananeira – em artesanato e fibra da bananeira. Para iniciar a produção foi decidido construir uma pequena unidade produtiva, e mergulhar nos cursos de capacitação que envolveu em torno de 30 pessoas⁸⁸.

O sucesso aqui apresentado da Experiência de Branquinha dá-se, sobretudo, pela confiança de que é possível superar o empobrecimento e a exclusão sociais, a partir de práticas econômicas solidárias, conforme os princípios religiosos da gratuidade e reciprocidade, que regem a Economia de Comunhão. O Empreendimento de Branquinha é considerado modelo econômico alternativo a ser replicado em outros lugares, como, por exemplo, na África. Aqui no Brasil, vem chamando a atenção de instituições públicas, como a UFAL, e privadas, bem como tem conseguido destas a colaboração, através de projetos de desenvolvimento econômico. Além dos trabalhos de pesquisa realizados no assentamento por mim e por Ana Carla, a Experiência de Branquinha contribuiu para a elaboração de outra tese

⁸⁷ Registro no caderno de campo. Consultar anexo II.

⁸⁸ Registro do caderno de campo. Consultar texto na íntegra no anexo II.

que defendeu a ideia de que há possibilidade de um desenvolvimento econômico sustentável, mediante práticas produtivas solidárias, em regiões onde existe um elevado índice de empobrecimento das pessoas⁸⁹.

No entanto, o sucesso de Branquinha dá-se em meio ao que foi considerado por Ana Carla como o maior desafio a ser enfrentado por todos os envolvidos no empreendimento: “Contudo, o maior desafio, que é o desafio da própria espécie humana é conviver juntos como irmãos, daí a importância das oficinas que procuram levar os princípios da Economia de Comunhão [...]”⁹⁰. A pista fundamental que o tipo ideal de Branquinha, aqui apresentado, deixou transparecer, e que servirá como orientação para a nossa pesquisa de campo, é o desafio de tornar viável uma convivência fraterna entre todos os envolvidos no empreendimento.

O modelo de uma prática econômica comunitária cristã, proposta pela Economia de Comunhão, a ser desempenhada pela Experiência de Branquinha, sugere um impasse que tencionará as esferas religiosa e econômica (WEBER, 1985), uma vez que o projeto comunitário de vivência econômica fraterna está permeado por interesses de indivíduos, que nem sempre se coadunam com a proposta coletiva e solidária de vida. Na perspectiva concreta da utopia, segundo Mannheim (1986), trata-se do desejo que impulsiona as pessoas a tornar realidade uma vivência comunitária fraterna que envolva a todos, mesmo que de forma parcial. A inquietude gerada pelo ideal que se busca e o real possível, mediado por contradições, deixa transparecer também a dimensão do conflito social (TOURAINÉ, 1984; SIMMEL, 1986).

O tipo ideal da Experiência de Branquinha, da forma como fora apresentado no Congresso Internacional da EdC, pode ser considerado como um empreendimento econômico solidário, cujas práticas cooperativistas são regidas pelos princípios da Economia de Comunhão. Trata-se, sobretudo, de uma experiência de vida comunitária, a ser constantemente melhorada nas suas relações sociais. O objetivo principal é de gerar emprego e renda para os assentados, sobretudo, os jovens, que, na grande maioria, vão buscar oportunidade de emprego na capital e em outros lugares do país. É com esta primeira formulação acerca da Experiência de Branquinha que adentraremos em campo.

4.2 AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE BRANQUINHA

⁸⁹ Informações registradas no caderno de campo. Existe uma cópia da tese escrita pela professora Adriana Alvarenga arquivada na Associação das Mulheres. Maiores informações, consultar site. Disponível em: <https://institutomundounidoalagoas.wordpress.com/> (Acesso em 20 mar. 2018).

⁹⁰ Consultar texto na íntegra no anexo II.

A descrição da atividade de campo em Branquinha, por nós vivenciada, será iniciada nesta seção e se estenderá até o final do capítulo. É o resultado de um processo de pesquisa que teve a duração de dois anos, entre 2016 e 2017. Nesse período, foram realizadas três visitas a campo, contando com várias semanas de convivência no Assentamento Zumbi dos Palmares, foco central da pesquisa. O que não nos impediu de realizar breves contatos com outros assentamentos para visitar pessoas ligadas à APROAGRO.

Além da minha permanência no Zumbi dos Palmares, também acompanhei alguns encontros das líderes da associação em Maceió, dos quais destaco uma avaliação geral do projeto, que foi implementado no empreendimento. A reunião teve início na sede da Associação das Mulheres, estendendo-se até Maceió. Lá, houve a participação de outras lideranças da Economia de Comunhão, bem como de pessoas ligadas à IMU, que tinham o objetivo, mediante os resultados da avaliação, de reformular o projeto na sua etapa seguinte de implementação, operacionalizando através de suporte técnico.

No processo de aquisição de dados para descrição e análise da Experiência de Branquinha, destaco a nossa participação no chamado “café camponês”, realizado em Maceió. Foi um momento de encontro com pessoas de assentamentos de outros municípios alagoanos, dos quais ressaltamos a participação da associação das mulheres, através da exposição e de vendas de produtos orgânicos, bem como de peças artesanais por elas produzidas. Também serão utilizados os dados de outros anexos, como o projeto técnico de desenvolvimento da Experiência de Branquinha e folhetos de cordel.

4.2.1 A dádiva da terra

O sentido da dádiva da terra guiou-nos na fundamentação desta seção. Vale considerar os relatos de pessoas que estão ligadas ao empreendimento de Branquinha, como as lideranças da Economia de Comunhão e de outras pessoas que contribuíram para a implementação do projeto, através do apoio técnico na agroecologia. Para estes, a terra é valorizada como espaço geográfico indispensável, onde devem ocorrer relações socioeconômicas sustentáveis. No entanto, é imprescindível considerar os assentados que, a cada dia, convivem entre si e realizam uma experiência de vida com a terra, para sua subsistência.

Antes de chegar até ao assentamento, na minha primeira visita, convivi 2 dias em Maceió com lideranças da Economia de Comunhão, já que iria acontecer um encontro sobre o projeto de Branquinha, o qual presenciei. Fiquei hospedado em uma casa de apoio do

Movimento dos Focolares, com o objetivo de continuar meu trajeto até Branquinha, após o contato com os responsáveis pelo projeto.

Senti necessidade de perguntar aos responsáveis pelo projeto de Branquinha sobre como se dava a relação de tais lideranças com as atividades realizadas no assentamento, para além do ponto de vista técnico. O que significava, de fato, a Experiência de Branquinha para eles? Um dos líderes me falou que o grupo de pessoas de Maceió estava encarregado de propiciar suporte técnico necessário para as atividades da agroecologia, como o manejo saudável, produtivo e sustentável da terra, através de cursos de formação. Tratar a terra com dignidade e em nosso proveito, sem destruí-la, era a meta principal, segundo o propósito.

Os lotes do assentamento eram visitados periodicamente, segundo o líder da economia de comunhão entrevistado, para que a agricultura fosse conduzida de forma eficaz pelos assentados. Informação que pude constatar, quando estive no assentamento. Muitos assentados comentavam acerca das visitas que foram realizadas por pessoas ligadas ao projeto. Inclusive, pude presenciar técnicos dando orientações agroecológicas na Associação das Mulheres. Nesses contatos, os técnicos procuravam conviver com as pessoas de forma mais próxima, na perspectiva de serem consolidados vínculos de convivência e de amizade. Isso pôde ser evidenciado através de almoços comunitários ou em casas de particulares. Quando visitava um dos lotes, o dono da casa dizia o seguinte: “É... a gente recebe o povo do projeto que ajuda nós a plantar certo. A gente consegue produzir mais e se beneficia. É umas pessoas boa. Fica aqui com a gente e orienta⁹¹”.

Percebi que, para além do suporte operacional do projeto, havia o interesse de realizar uma experiência de vida com os assentados, através das práticas econômicas aí desenvolvidas. É a perspectiva subjetiva da experiência vivencial entre os sujeitos sociais em interação, segundo a ótica de Giussani (2000). Apesar de algumas pessoas que prestaram o apoio técnico ao projeto de Branquinha serem remuneradas, houve também a presença de voluntários, que atuam na perspectiva da gratuidade e reciprocidade, cujo objetivo maior, mediante o serviço prestado, é de consolidar relacionamento de estima e amizade entre os envolvidos no processo produtivo. Trata-se de uma dinâmica produtiva, na qual podemos perceber os princípios da gratuidade e reciprocidade da Economia de Comunhão, que está para além do custo benefício do mercado. Consequentemente, trata-se de uma atividade que remete à teoria da dádiva (MAUSS, 1974), quando há a troca recíproca de benefícios mútuos, com o intuito de se estabelecerem vínculos de amizade e de estima nas relações.

⁹¹ Anotação do caderno de Campo.

Para outra liderança da Economia de Comunhão entrevistada, a Experiência de Branquinha era surpreendente, pois se tratava de um assentamento da Reforma Agrária, composto por pessoas que tinham o objetivo de melhorar economicamente a vida. A fala da liderança dizia que “o primeiro passo foi o da conquista da terra por eles. Eles sofreram por aquele lugar. Agora as coisas estão melhorando. Os demais benefícios foram ocorrendo gradativamente, como a criação da APROAGRO, a conquista do caminhão para ajudar nas feiras⁹²”.

As primeiras informações que obtive acerca de Branquinha, ainda em Maceió, ajudaram-me a entender o quanto a terra era importante para aquela comunidade de assentados. Isso se justificou também pelo fato de as atividades econômicas de Branquinha serem essencialmente agrárias, inclusive, o próprio projeto de desenvolvimento econômico agroecológico está voltado para as relações produtivas dos assentados, através da terra. A próxima etapa que foi desempenhada na pesquisa foi adentrar no espaço a ser pesquisado e deixar-me surpreender pelas sociabilidades, valores e dissensões que para nós se apresentaram.

Cheguei ao assentamento de Branquinha acompanhado por dois líderes da Economia de Comunhão, residentes em Maceió. Havia três associados nos aguardando, na sede da Associação das Mulheres, dentre os quais, a presidente da associação “Marta”⁹³, para uma primeira conversa sobre o assentamento. Meus companheiros voltaram pra Maceió. Eu permaneci em campo por alguns dias. Quando nos apresentávamos, falei que era um pesquisador da Economia de Comunhão, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Acrescentei que já tinha feito um trabalho de pesquisa em uma das empresas da EdC, a Dalla Strada, nas suas duas unidades produtivas: uma em Recife e outra em São Paulo.

Fundamentei que meu objetivo era de pesquisar a Experiência de Branquinha, conviver um pouco com todos e partilhar as práticas econômicas deles com as pessoas da Universidade, ao término do meu trabalho. Era um estudo de doutorado sobre as práticas produtivas solidárias que estavam acontecendo no assentamento, através da associação. Mas, para que o trabalho tivesse êxito, eu precisaria do apoio das pessoas que ali moravam. Haveria necessidade de fazer algumas visitas ao assentamento e de passar dias de convivência, para visitar as famílias e acompanhar suas atividades produtivas durante 2 anos.

Ao término da minha apresentação, notei aceitação dos associados presentes. A presidente da associação verbalizou seu acolhimento nos seguintes termos: “Pois, então, seja

⁹² Anotação do caderno de campo.

⁹³ O verdadeiro nome foi substituído para resguardar a identidade do sujeito pesquisado.

bem-vindo! Esperamos que se dê bem com o povo daqui. João⁹⁴ já veio fazer uma experiência com os jovens daqui pra fabricar bolsas, que agora tá parado. Ana Carla traz projetos da Universidade pra nós. Tá dando certo. Seja bem-vindo!”⁹⁵

Percebi que a saudação de boas-vindas proferida pela presidente da associação fazia uma ponte com o mestrado que fiz, pois o empresário João é dono da Dalla Strada, onde realizei a pesquisa de campo, anos atrás. E mais, intuí que o fato de ter outro pesquisador no assentamento era algo positivo para eles, uma vez que a pesquisadora Ana Carla já havia feito uma pesquisa anterior, resultando, posteriormente, no seu envolvimento com a associação das mulheres, através de projetos de desenvolvimento econômico apoiados por entidades como a Universidade Federal de Alagoas e a Economia de Comunhão. Daí a necessidade e viabilidade das pontes que devem ser estabelecidas entre a pesquisa desenvolvida no Mestrado e da sua continuidade em estudos posteriores, como é o caso da pesquisa doutoral que realizamos em Branquinha.

Seguro de que o ambiente em que eu estava adentrando era acolhedor, pedi para um dos associados que contasse um pouco como era a realidade que eles estavam vivenciando no assentamento, destacando o que julgassem ser mais importante. Logo, a presidente da associação pediu para ler um livreto de cordel, escrito por ela, intitulado “Começo de um recomeço contado em cordel”⁹⁶, que poderia ter informações que me interessassem, naquele momento. Transcrevo, então, parte dos versos que foram declamados⁹⁷:

(1) Foi no ano de 1996, em Março,
Que então saíram noite a fora,
Em busca de solução.
Eram todos agricultores,
Para busca de nova sorte
Foram parar numa terra
Chamada Cabeça de Porco.

(2) Essa terra no passado
Era de grupos formados
Por agricultores que tinham
Terras e fartura, mas
Cegando os latifúndios,
Chamando todos de “vagabundos”
E os expulsaram da terra

(6) Aí formamos uma fila
E juntos em caminhada,
Fomos procurar as terras
Que de nós foram tiradas,
Que batia nos trabalhadores
Pra fazer nossas moradas.

(7)
Chegamos aqui em Branquinha
Ocupamos cinco áreas da usina
Simeão, conhecida como “fera”
Que batia nos trabalhadores
E os expulsava da terra

(8)
“É aqui mesmo. Vamos ficar”

⁹⁴ Nome fictício.

⁹⁵ Anotação do caderno de campo.

⁹⁶ O cordel é composto por três partes: a primeira conta em versos a origem do assentamento; a segunda parte fala da agroecologia que está sendo praticada na (falta algo aqui) pelos agricultores; a última parte trata do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC. O livreto encontra-se registrado no anexo IV.

⁹⁷ Para facilitar nossa análise, os versos acima foram enumerados. Vide anexo IV.

(3)
 A terra foi dada por Deus
 Pra nela se viver,
 Tirar o nosso sustento
 E o que sobrar vender,
 Viviam todos tranquilos,
 Alegres ao cantar dos grilos,
 E os vaga-lumes a piscar.

(4) Contando nossas histórias
 E as crianças alegres no terreiro
 A brincar.
 Assim que foram expulsos,
 Sem a terra onde viver,
 Uns foram para a favela,
 Outros ficaram sem ter o que comer.

(5)
 Apelamos ao sindicato:
 O que vamos fazer?
 Organizados em grupos,
 Além do sindicato,
 A Igreja também,
 Fomos falar: assim não dar pra viver!
 Procuramos um movimento,
 Achamos o MST.

Todo mundo decidiu.
 Mesmo enfrentando os pistoleiros,
 Que nos chamavam de arruaceiros
 Nos queriam expulsar.

(9) Nessa época, Branquinha era
 Pequena e sem beleza, mas aos
 Poucos foi crescendo
 Coma a classe camponesa.
 Começamos a cultivar,
 Mexer a terra, plantar.

(10) Arrancar os pés de cana
 Que não matava nossa fome
 E em mandioca arriscar.
 Fazia logo “beiju” para comer
 Com “nambu”, enquanto
 As galinhas criar.

(11) Aí sim vimos resultados.
 Fomos plantar frutas animadas,
 Mas a terra estava acabada
 De tanto ser maltratada
 Pelos usineiros do passado.

(12) De tanto agrotóxico usado,
 Plantar milho e o feijão,
 Não dava bom resultado.
 Mas a fruta deu de boa
 E era negócio fechado.
 No início, o povo unido,
 Todos eram unidos [...]

Os versos acima nos chamaram a atenção na medida em que apresentam a realidade mais elementar e concreta da qual os seres humanos fazem parte: a terra. O verso 3 adverte que “A terra foi dada por Deus para nela se viver”. Trata-se de um preceito bíblico e cristão segundo o qual Deus, ao criar o mundo, presenteia-o ao ser humano, dando-lhe o direito de cuidar e de usufruir de todas as coisas para a sobrevivência⁹⁸.

Para os assentados, a terra é dádiva de Deus, na qual devem ocorrer relações produtivas e solidárias, que garantam a sobrevivência de todos e o equilíbrio entre a natureza e as pessoas que nela habitam. Na perspectiva da teoria da dádiva, vale rever, pode-se retomar a tradição indígena do povo Maori, segundo a qual benefícios e favores doados estão, de alguma forma, ligados à terra (MAUSS, 1974, p. 52-53). E mais, para os hindus, a terra

⁹⁸ Segundo o fragmento bíblico, “Deus disse: eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre toda a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos que dão sementes: Isso será vosso alimento. A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra, e que é animado de vida, eu dou como alimento toda a verdura das plantas e assim se fez” (Gn. 1, 29). Cf.: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1987.

assume tal importância a ponto de ser por eles deificada, isto é, está associada aos deuses. Deve, pois, suscitar benefícios nesta vida e após a morte (MAUSS, 1974, p. 148).

A terra, portanto, contém uma mística peculiar capaz de congrega pessoas ou grupos em torno da necessidade de sobrevivência. Para os assentados, implica também um processo de luta, de conquista e de resistência em prol de um espaço coletivo e comunitário para viver. A problemática vem ilustrada nos versos 4 e 7, respectivamente, nos seguintes termos: “[...] Assim que fomos expulsos sem a terra onde viver”; “[...] É aqui mesmo. Vamos ficar. Todo mundo decidiu. [...] Mesmo enfrentando os pistoleiros”.

Diante das conquistas obtidas pelos assentados, como, por exemplo, o espaço produtivo, para a realização das atividades agrárias, o dom da terra é tencionado por um cenário contraditório, hostil e conflituoso, que divide e opõe interesses entre latifundiários e os que lutam para conquistar sua área de sobrevivência, através da reforma agrária. Destacamos o verso 6 ao dizer que “Aí formamos uma fila. E juntos em caminhada, fomos procurar as terras que de nós foram tiradas”.

A origem do assentamento contada em cordel pôde ser legitimada através das visitas e conversas que tive com os moradores dessa região. Algumas famílias contaram como foi a experiência que tiveram no processo de conquista da terra. Destaco a conversa que tive com a família do senhor “João”⁹⁹, quando pedi para ele contar um pouco a origem do assentamento. Segundo ele

É, meu filho... Isso aqui no início foi muito sofrimento. A gente chegou aqui enfrentando pistoleiro. Arrisquemo a nossa vida! Muitos de nós ficou ali na entrada do assentamento fazendo guarda. De dia e de noite, cum medo de morrer. A gente acampou nuns ranchinhos, feito de palha. Tinha todo tipo de inseto venenoso e cobra. Tava abandonado! Era brabo, só vendo. Mais Deus foi ajudando a nós e a gente conseguiu nosso pedaço de terra. Deus deu pra nós plantar. Depois as coisa fôro melhorando. Veio uns benefícios do governo para gente plantar e tudo foi clariando. Foi sufoco! Mais agora tudo tá mudado. Muita gente daquele tempo conseguiu se aposentar. Muita gente agora planta, colhe e vende. Tem sua casa. É nosso!¹⁰⁰

Na transcrição acima, o sentido religioso da terra como dom de Deus para todos rivaliza com a disputa por sua posse, mediante interesses dominadores dos latifundiários. A usurpação e concentração individual de um bem divino, a terra, destinado à coletividade, fere o vínculo entre Deus e a humanidade. Da terra, portanto, reconhecida como dom, emana um poder espiritual, uma força mágica e simbólica capaz de reunir e de consolidar vínculos

⁹⁹ O nome foi substituído para resguardar identidade do sujeito social em questão.

¹⁰⁰ Transcrição de uma gravação realizada.

afetivos entre pessoas (MAUSS, 1974, p. 92). Trata-se do espírito da coisa dada (MAUSS, 1974, p. 52) que, ao ser recusada, perde o seu poder de vinculação social. Consequentemente, deflagram-se guerra e inimizade (MAUSS, 1974, p. 58).

A dívida da terra, conforme relatada pelos assentados, é caracterizada pelo embate entre o benefício divino, doado a todos para a subsistência, e a recusa do seu usufruto comunitário, em vista de interesses econômicos particulares da concentração fundiária. É o que caracteriza a origem do assentamento. Trata-se de uma dinâmica comunitária e solidária, cujo resultado é a posse da terra pelos que por ela se empenharam. A fase seguinte desta abordagem será de adentrar nas reações solidárias de produção da APROAGRO, como resultado dos benefícios obtidos a partir do projeto de Branquinha, apoiados pela Economia de Comunhão. Há necessidade de, ao descrever as relações cooperativistas de produção, interpretar a experiência de vida comunitária dos assentados.

4.2.2 As trocas solidárias

A análise das trocas solidárias da Experiência de Branquinha terá como foco as relações socioeconômicas geradas pelas práticas produtivas da APROAGRO, das quais destacamos as feiras de produtos orgânicos, realizadas em vários locais da cidade de Maceió. Vale retomar que a origem da associação, assim como outros benefícios e equipamentos¹⁰¹ que chegaram até aos agricultores, através de projetos de desenvolvimento econômico, são o resultado de mais de uma década do esforço dos envolvidos na Experiência de Branquinha, para promover atividades produtivas, para a geração de emprego e renda no assentamento. Ana Carla, após a sua pesquisa acadêmica nessa região, devemos reconsiderar, teve um papel fundamental de envolver lideranças regionais, nacionais e internacionais da Economia de Comunhão, a exemplo da AMU, em prol de uma economia alternativa solidária.

Em linhas gerais, podemos definir a prática produtiva do assentamento como um misto de várias intervenções de desenvolvimento econômico que lá foram implementados ao longo dos anos. Na perspectiva da gratuidade e reciprocidade, há de se registrar também a

¹⁰¹Dentre os benefícios, destacamos: a reforma da sede da associação, cursos de capacitação técnica na agroecologia, compra de equipamentos para irrigação, beneficiamento do mel, fabricação de pães, atividades artesanais e fabricação de doces e polpa de frutas artesanais. O caminhão, que está sob a tutela da associação, muito contribui para viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas em várias feiras semanais, que são realizadas pela APROAGRO, em vários locais da capital Maceió. Os dados estão registrados em dois projetos: (1) Projeto de estruturação do Instituto Mundo Unido e de fortalecimento da ação de desenvolvimento local, no Assentamento Zumbi dos Palmares – Município de Branquinha, na perspectiva da Comunhão e (2) Projeto colhendo bons frutos: nutrição e agroecologia (Prêmio Santander Universidade Solidária 2015 / Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Nutrição. Os referidos projetos podem ser obtidos e consultados através do site. Disponível em: <https://click2giv.com/instituto-mundo-unido-imu-009u> Acesso em 12 jun. 018.

ação voluntária de pessoas que contribuíram para que o suporte técnico de algumas das várias atividades agrícolas do assentamento tivesse êxito. Foi o que ocorreu, por exemplo, no curso de fabricação de pães com produtos da agricultura local, como batata doce e macaxeira, ministrado por uma voluntária de Maceió. Pedi para que ela falasse um pouco sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido junto à associação, ao que ela me respondeu: “Sou voluntária! É um prazer ajudar pessoas que precisam melhorar de situação. Lá são pobres! Precisam de oportunidade para viver melhor. As mulheres da associação são muito acolhedoras. Precisam muito da Ajuda”¹⁰². O trabalho gratuito aqui desempenhado está inserido na dinâmica da dádiva, uma vez que coexistem a espontaneidade do serviço prestado e a obrigatoriedade de retribuí-lo, ainda que não seja de forma imediata, mas sim ao longo do tempo ou através de outras dinâmicas sociais solidárias realizadas pelos donatários.

Relacionamos, também, como atividades produtivas realizadas por intermédio da associação, o artesanato com a fibra de bananeira, a produção de doces e poupas de frutas caseiras, a produção do mel através da apicultura e a compra de equipamento de irrigação¹⁰³. Atualmente, houve uma expansão das feiras agroecológicas, antes realizadas apenas em duas localidades da capital. Atualmente, os feirantes levam seus produtos para serem comercializados na praia Ponta Verde. As fotos abaixo mostram as atividades produtivas realizadas no assentamento, no decorrer da pesquisa:

Figura 7 Feiras de produtos orgânicos – Praça Centenário – Maceió.



Fonte: Acervo do autor.

¹⁰² Anotações do caderno de campo.

¹⁰³ A criação de abelhas é o mais recente projeto de desenvolvimento, obtido em parceria com a Universidade Federal de Alagoas UFAL, a ser implementado no assentamento. A compra de abelhas e o equipamento necessário para a extração do mel, beneficia, inicialmente, cerca de 06 famílias, das quais 02 fazem parte de outros assentamentos da região. Houve um curso de capacitação em apicultura, envolvendo jovens rapazes e seus respectivos pais.

Figura 8 Feiras de produtos orgânicos – Praia Ponta Verde – Maceió.



Fonte: Acervo do autor.

Figuras 9-10 Curso de fabricação de pães, realizado na sede da APROAGRO



Fonte: Acervo do autor.

Figura 11 Artesanato com a fibra de bananeira



Fonte: Acervo do autor.

Figura 12 Armazenamento de doces e polpa de frutas



Fonte: Acervo do autor.

Figura 13 Apicultura – Colmeias para instalação



Fonte: Acervo do autor.

Figura 14 Colmeia instalada



Fonte: Acervo do autor.

Figura 15 Extração do mel



Fonte: Acervo do autor.

Figura 16 Irrigação



Fonte: Acervo do autor.

Além do curso voluntário de fabricação de pães, durante o tempo que passei junto ao assentamento, sobretudo, com as pessoas ligadas à APROAGROF e em meio as suas atividades produtivas, pude presenciar, para além da racionalidade do custo benefício do mercado, trocas de favores e benefícios, na perspectiva da gratuidade e reciprocidade, conforme os princípios da Economia de Comunhão. Mas, se a dádiva da terra está intrinsecamente ligada à dádiva dos alimentos (MAUSS, 1974:150), cuja razão maior de tais riquezas é serem partilhadas, valem registrar as relações solidárias que estão intrinsecamente ligadas à terra e aos alimentos. Em campo, escutei a declaração de uma das mulheres da APROAGRO, nos seguintes termos:

Tentar ajudar os outros é o que deixa a gente feliz. A gente teve a oportunidade de receber o selo da agroecologia, mas a gente não quis. Esse selo beneficia a nós da associação, mas aí muita gente de outros assentamentos que vão vender na feira com a gente, não pode mais ir. Tem que ter o selo para isso. Só me lembro quando a gente também não tinha nada e precisava de uma oportunidade. A gente não pode deixar de ajudar o próximo para ajudar só a agente. Tem que pensar assim. É isso que me deixa feliz: saber que os outros também vão tendo oportunidade como a gente tem¹⁰⁴.

A partir da fala do sujeito social acima transcrita, consideramos uma dádiva a atitude de recusa do selo da agroecologia, em prol de pessoas de outros assentamentos. Trata-se de um benefício concedido, mediante o qual os donatários puderam dispor do caminhão gerenciado pela APROAGRO para o transporte e comercialização dos seus produtos orgânicos em feiras da região, juntamente com os associados. Segundo o relato acima, a

¹⁰⁴ Conversa registrada com a presidente da associação Marta. Anotação do caderno de campo.

aquisição do selo traria certo status comercial para o empreendimento, no entanto, isso incorreria no prejuízo econômico de outros trabalhadores rurais.

O sentimento de solidariedade perpassa o fragmento em análise. Deixa transparecer uma experiência existencial entre a líder e o contexto social que a circunda e do qual participa, representado por agricultores de outros assentamentos. Existe aí um conteúdo emocional, manifestado pelo companheirismo entre agricultores, que perpassa o fragmento em análise, ao se recusar um benefício comercial, através do selo agroecológico.

Na perspectiva de Giussani (2000), podemos intuir, há uma experiência elementar vivenciada pela camponesa, isto é, o processo da sua relação eu-mundo, introduze-a no convívio comunitário, manifestando a essência do ser. É um tipo de vivência recíproca fundamentada no cuidado com o semelhante, a exemplo do que ocorreu entre a líder da associação e os agricultores de outros assentamentos, através da recusa do selo agroecológico.

Segundo a líder da APROAGO, em conversas posteriores que tivemos, o que motivou sua atitude solidária em relação a outros assentamentos foi a sensação de já ter vivenciado uma situação de carência de bens materiais e de condições adequadas de sobrevivência. Segundo o relato, ela e os demais assentados da associação, contaram com o apoio técnico e solidário de pessoas ligadas à Economia de Comunhão, para superação desse impasse, através dos vários projetos agroecológicos já implementados no assentamento, melhorando assim a renda de muitas famílias.

O apoio econômico solidário prestado ao assentamento, através da associação, fez a líder interpretar, a partir da sua experiência existencial, que estava diante de uma oportunidade de retribuir benefícios obtidos no passado, quando passaram privações econômicas. Daí é que veio o propósito de doar a outros agricultores o benefício de comercialização de produtos através da associação. A doadora, portanto, desenvolveu a capacidade de auto identificação com a problemática da sua realidade presente, cuja solução do impasse era de garantir o direito a outras famílias, que não estavam ligadas à APROAGRO, de comercializarem seus produtos orgânicos.

A decisão da camponesa de recusar o distintivo agroecológico, em proveito de outras pessoas, é uma ação social referente a valores, pois se trata de uma atitude que faz referência a outros sujeitos sociais (WEBER, 1999). A justificativa que fundamenta tal atitude é o sentimento de solidariedade, como resultado de uma experiência existencial, por ela vivenciada. O benefício econômico doado pela camponesa, mediante o qual há vantagens recíprocas entre sujeitos sociais em interação, deixa transparecer a dimensão propositiva da Economia de Comunhão (LUBICH, 2004), capaz de suscitar vínculos de companheirismo ou

de amizade entre as pessoas. É o que se pode considerar também como uma experiência da dádiva, na medida em que coexiste o paradoxo entre a gratuidade e obrigatoriedade (MAUSS, 1974).

Segundo o relato em análise, podemos considerar que a líder da associação condiciona a sua felicidade à decisão de ajudar outros agricultores “É isso que me deixa feliz”. A transação econômica que aí se constitui, quando há troca de benefícios, ultrapassa a lógica instrumental da equivalência. Trata-se de uma ação social que está permeada por sentimentos de generosidade, sem que seja negociado ou formalizado algum tipo de retribuição do benefício recebido. Há uma relação com moral religiosa cristã, representada pela Economia de Comunhão, quando prevê a partilha solidária e fraterna de algum benefício com outrem, ocasionando grande felicidade para quem executa a operação, a exemplo da atitude solidária da líder camponesa. Aguarda-se, portanto, que a retribuição seja destinada ao doador ou se realize através de outras dinâmicas solidárias, envolvendo situações e pessoas diferentes, como forma de reciprocidade. É o que Mauss quer dizer quando fundamenta que a dádiva admite a presença de um terceiro indivíduo na relação doador / donatário, criando, como isso, uma “obrigação” a prazo, sendo necessário o tempo para que a contraprestação seja efetivada (MAUSS, 1974, p. 53; 97).

A Experiência de Branquinha, portanto, remete a um projeto de vida comunitário, no qual ocorrem práticas econômicas solidárias, gratuitas e recíprocas. É uma experiência peculiar que vai além de uma organização de pessoas, exclusivamente, em favor de interesses econômicos. Remete aos princípios da Economia de Comunhão e à experiência da dádiva, através das relações recíprocas de solidariedade, aqui fundamentadas pela atitude de recusa da credencial agroecológica. Na perspectiva weberiana, vale retomar, o que está em evidência nessas operações econômicas comunitárias, para além do objetivo de sustentabilidade do empreendimento de Branquinha, são as relações comunitárias entre vizinhos e amigos, de onde provêm os adágios “Como tu comigo, assim eu contigo” ou ainda, “Entre irmãos não se regateia” (WEBER, 1999, p. 247).

4.2.3 Os conflitos da Experiência de Branquinha

Nesta seção, o tipo ideal (WEBER, 1999, p. 106) de empreendimento solidário viável, proposto pela Experiência de Branquinha, que foi apresentado nos âmbitos regional, nacional e internacional pelas lideranças de Economia de Comunhão, irá confrontar-se com a dinâmica da própria realidade cotidiana, composta também por vários conflitos (SIMMEL, 1983; TOURAINE, 1984). Consequentemente, irão coexistir, em um mesmo espaço

sociológico, os valores solidários idealizados pelo projeto EdC e suas contradições. Trata-se de considerar, nesta análise, uma tensão que envolverá as esferas religiosa e econômica (WEBER, 1985, p. 243), tendo como “pano de fundo” um conflito político que permeia as relações entre os assentados. No processo de pesquisa, vale retomar, Bourdieu (1999, p. 24) pontua a importância de se romper com as prenoções e ideologias dominadoras, muitas vezes mascaradas pelo senso comum.

Guiado pela referência do tipo ideal do Empreendimento de Branquinha, constituído por atividades agroecológicas, artesanato com fibra de bananeira, preparação de doces caseiros e poupas de frutas, vale considerar minha expectativa de encontrar e de comparar a prática do empreendimento produtivo com a sua apresentação teórica. É a oportunidade que se tem de ler e interpretar a realidade. Demo chamará a atenção para os limites que são inerentes à realidade e que a nós se impõem. “Em termos cotidianos, pesquisa não é um ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem” (DEMO, 2002, p. 16). Partimos, então, das primeiras impressões acerca da realidade do assentamento. Em conversa iniciada acerca da história do assentamento e da Experiência de Branquinha, a presidente da associação das mulheres dizia o seguinte:

Aqui tinha um grande problema: agente trabalhava muito, solo a sol, todo dia. Produzia fruta, verdura. Dava nosso suor! Aí, quando tava tudo pronto, vinha os comprador e levava tudo embora. Nosso suor ia embora! Isso duia, porque a gente não via nada melhorar! Tem uma associação aqui do lado, mais antiga, que nem funciona bem, que ganhou recursos do governo, administrava... Eles fazia era muita festa! Mais, pouca coisa tinha futuro. Depois que a gente conseguiu se organizar, com a ajuda de “Ana Carla”, as coisa foram melhorando. Você vê que nós tem esse espaço aqui para produzir, que é ainda piqueno. A tente tá tentando aumentar. Ainda precisa de mais pessoas e jovens para tocar pra frente. Fruto da organização da gente, conseguimos ganhar um caminhão do governo, para fazer as nossas feiras, até lá na universidade de Maceió. Pela organização que a gente teve, um dos lotes ganhou um premio de R\$1200,00, que foi doado para a associação. A gente pensou na Economia de Comunhão. Com esse dinheiro, a gente comprou um frizer [...] Antes, a gente era sacrificada demais: dependia de ônibus da prefeitura, e até de outro município, pra levar os produto pra vender nas feiras. O ônibus faltava, chegava atrasado, os produto apodrecia... era um sufoco! Mas agora a gente conseguiu melhorar! Até ajudamos outros assentamentos da região, que dão pra gente uma contribuição de dinheiro para gente transportar os produto deles. A gente até faz curso junto. Tenta também andar junto¹⁰⁵.

A fala da camponesa elenca um misto de dificuldades e benefícios que compõem a Experiência de Branquinha. Um fato positivo que marcou a dinamização do empreendimento

¹⁰⁵ Transcrição de entrevista gravada, registrada no caderno de campo.

foi a aquisição e gerenciamento do caminhão, através do governo, para comercialização dos produtos. Antes, havia o monopólio dos atravessadores, segundo ela relatou. No entanto, ao visitar as famílias do assentamento, também aquelas que não estavam ligadas à associação das mulheres, pude perceber que muitos agricultores ainda submetem seus produtos a esse tipo de comércio irregular. Deixam de obter resultados econômicos melhores, em favor desse tipo de monopólio econômico. O problema dos atravessadores ainda existe, sobretudo, quando chega, por exemplo, a safra da laranja e da manga em larga escala.

Para as famílias que se unem à associação, há toda uma dinâmica de vendas dos produtos em feiras da região e da produção do mel, sendo a última em fase de consolidação, assim como já referidas através de fotografias. No entanto, podemos considerar um primeiro conflito ao adentrarmos no empreendimento: a produção de doces e de polpas de frutas, assim como a fabricação de produtos artesanais estavam praticamente paradas. Existe apenas uma perspectiva futura de fabricação de pães e bolos caseiros. Se, de acordo com o tipo ideal de empreendimento apresentado se dizia que a produção estava alicerçada nos itens acima descritos, agora a Experiência de Branquinha deparará com a avaliação dos próprios resultados produtivos.

4.2.3.1 Avaliação do projeto de Branquinha

O ponto de partida que servirá como referencial de análise para esta seção será o processo qualitativo da avaliação de Branquinha, por nós relido na perspectiva do conflito social, segundo Simmel (1983). Para o autor, convém resgatar, trata-se de considerar uma dinâmica que está para além de hostilidades ou desarmonias entre pessoas ou grupos. Mais do que rivalidades sociais e econômicas, que também fazem parte do processo produtivo e da avaliação do empreendimento, para autor, o conflito é considerado um elemento intrínseco às relações sociais. Influencia os relacionamentos, a ponto de os modificar e reestruturar em novas dinâmicas sociais. Consideramos que a perspectiva do conflito social que há na avaliação da Experiência de Branquinha, além de projetar novas disposições socioeconômicas futuras, permitem visualizar o “rosto” da realidade do assentamento, no processo de implementação desse projeto.

Tive a oportunidade de acompanhar 02 dias de trabalhos realizados em prol da avaliação do projeto de Branquinha, envolvendo associados e lideranças da Economia de Comunhão. Segundo o que se dizia nas reuniões feitas para esse fim, os resultados dessa apreciação, quando analisados e aprovados por lideranças da EdC, em nível regional e internacional, servirão para planejar e executar outras etapas de desenvolvimento no

assentamento, em prol do melhoramento das suas práticas econômicas, também em perspectiva futura. Para nós, valerá a discussão acerca da realidade vigente de Branquinha, mediante seus resultados qualitativos e quantitativos.

O encontro de avaliação ocorreu na APROAGRO. Havia cerca de 15 pessoas, incluindo alguns jovens e lideranças da Economia de Comunhão, responsáveis pelo projeto. Antes de começar a reunião, houve um momento de convivência com um café da manhã. Fomos recepcionados com frutas produzidas no assentamento (banana, variedades de laranja, jaca, goiaba etc.) e doces caseiros feitos na associação, além de bolos e pães que foram comprados para a ocasião. Havia um clima de descontração e entrosamento, mas também de expectativa em relação ao que seria dito em relação à continuidade do Projeto de Branquinha. As fotos abaixo ilustram a perspectiva subjetiva da avaliação do projeto de Branquinha:

Figura 17-18 Avaliação do projeto de Branquinha na APROAGRO



Fonte: Acervo do autor.

Figura 19 À direita, frutas que foram partilhadas antes da avaliação



Fonte: Acervo do autor.

Uma primeira evidência, na perspectiva da dádiva, que antecedeu a avaliação foi o sentido da terra como dom de Deus. Aqui, podemos nos referir à dádiva da terra (MAUSS,

1974, p. 52). A ideia foi materializada ainda no café da manhã, onde tivemos a oportunidade de saborear os frutos da terra, que foram trazidos por alguns agricultores, para serem partilhados por todos os presentes. A terra, de onde provém todo o alimento para o sustento de quem nela habita e trabalha, constitui um marco na identidade dos assentados, cuja existência está intrinsecamente ligada a ela. Na convivência do café da manhã, percebi grande entusiasmo e orgulho dos que trouxeram alimentos para serem partilhados naquele momento: era o resultado do trabalho dos agricultores. Isso gerava neles alegria. Registrei a fala de um dos agricultores, quando dizia que “É... hoje acordei cedo e fui tirar laranja. Já tinha banana guardada lá em casa. Eu fiz questão de trazer as mais bonitas pra cá. É uma felicidade tá aqui!”¹⁰⁶.

A reunião teve início com uma breve apresentação dos participantes e suas respectivas atividades pessoais ou funções desempenhadas no projeto a ser avaliado. Uma das lideranças da Economia de Comunhão pediu para que os presentes “louvassem” pelas coisas boas conquistadas e vivenciadas no assentamento. Alguns louvaram pela terra onde habitam, dentre os quais destacamos um dos assentados, que chamou a nossa atenção ao falar empolgado do que para ele era o fato mais importante e concreto para se louvar a Deus: a conquista da terra. A fala do agricultor dizia o seguinte:

Quero louvar a Deus pelo pedaço de chão da gente. Desde 20 anos tamo aqui! Louvar a Deus também pelas coisa ruim. Lutamo para ficar e permanecer. Foi difícil! Louvar a Deus pelas pessoa que estão aqui para ajudar a nós. Pelas pessoas de Maceió e pelas fora do Brasil que vem ajudar a gente. Pelas coisas boas que a gente tem conquistado¹⁰⁷.

O sentido da dádiva da terra ainda se fazia notar veementemente pelos assentados, no decorrer da reunião. Quando se referem à terra, os assentados deixam transparecer uma dimensão religiosa, isto é, uma mística e uma devoção ao que está se apresentando como sagrado. A terra é capaz de congregar e de unir pessoas em prol do objetivo de conquistá-la. Uma camponesa, de outro assentamento, ligada à associação, dizia: “Louvar a Deus pela terra. É ela que faz a gente se unir e não desistir dos nossos sonhos. É Deus que dá força a nós pra vencer sempre”¹⁰⁸. Para Mauss (1974, p. 52), vale retomar, é da terra que “emana uma força mágica, religiosa e espiritual”. A fala da camponesa, ao fazer referência à perspectiva futura de realização dos sonhos, evoca o sentido da utopia segundo Mannheim (1986). Na visão do autor, trata-se de considerar que as ideias que transcendem a realidade têm uma repercussão

¹⁰⁶ Anotação do caderno de campo.

¹⁰⁷ Fala transcrita. Anotação do caderno de campo.

¹⁰⁸ Anotação do caderno de campo.

concreta na vida das pessoas, na medida em que dá sentido às ações e estimula os indivíduos a buscarem a realização dos seus ideais, mesmo que de forma parcial. Trata-se de considerar também as sociabilidades comunitárias e econômicas, que se estabelecem entre amigos e vizinhos (WEBER, 1999, p. 247), pela convivência comum, em um mesmo espaço produtivo.

Ainda na perspectiva concreta da utopia (MANNHEIM, 1986), outra camponesa fez a seguinte louvação: “Agradecer a Deus pela terra... Apesar das lutas, temos pessoas aqui. Não podemos desistir. Deus vai ajudar muito no nosso trabalho. Falta até tempo pra gente mesmo. Nós tem feiras pra dar conta!!! Levanta de madrugada. É cansativo! Mais conquistamos aos poucos nossas coisas”¹⁰⁹. Podemos considerar, então, que é a terra, na sua condição de dádiva, mas permeada por um esforço contínuo de melhoramento produtivo, na perspectiva da utopia, que torna possível a Experiência de Branquinha. O dom conquistado e usufruído pelos agricultores é o motor das suas atividades econômicas e sociais, sendo este o primeiro elemento a se considerar da avaliação realizada no assentamento.

Mas, ao mesmo tempo em que a terra é louvada como benefício divino, cujas relações sociais e cujo desenvolvimento econômico-solidário pedem um esforço contínuo para sua implementação, ela também é palco de conflito e desafios a serem superados. Então, o que se concebeu como tipo ideal (WEBER, 1999, p. 106) da Experiência de Branquinha, caracterizado por práticas econômicas solidárias viáveis para o desenvolvimento da região, agora irá confrontar-se com as próprias fragilidades. É o próximo elemento a ser destacado na análise da avaliação.

O que se observou como um dos impasses para a dinamização das práticas produtivas da APROAGRO, a partir da fala dos que estavam presentes na avaliação, foi a falta de perseverança de algumas mulheres, sobretudo dos jovens envolvidos nesse processo, para dar continuidade à fabricação de doces, polpas de frutas e as atividades artesanais. Muitos desistiram após um tempo de atuação nessas atividades. Se houve todo um esforço para a formação técnica em prol de um dinamismo econômico, absorvendo um contingente de mão de obra considerável do assentamento, o empreendimento agora enfrenta o problema da sustentabilidade dessas atividades. A presidente da associação dizia o seguinte:

As feiras tão indo bem! Até tem mais gente querendo participar. Mas, os doces, as polpas e os artesanatos dos jovens estão quase parados. Falta gente. O povo quer ver dinheiro de imediato. Não tem paciência de esperar. Os jovens precisam ter seu dinheirinho no final de semana. Fazem o artesanato. Demora a vender. Aí eles ficam desmotivados e desistem. Depois, muitos correm para a bebedeira e farrá lá na cachoeira. Outros, depois que terminam os estudos aqui, correm pra Maceió ou pro

¹⁰⁹ Anotação do caderno de campo.

sul do país. A maioria se frustra e volta de novo pra cá. Esse é um grande problema que a gente enfrenta aqui”¹¹⁰.

Para além da desistência de algumas mulheres, antes empenhadas na fabricação de doces e polpas de frutas, há também outro desafio a ser enfrentado pelo assentamento: o de manter os jovens no seu lugar de origem, dando-lhes condições de trabalhar para obter o sustento. Segundo pude perceber através de conversas com as famílias da região, a única forma de conseguir um emprego perto de casa é através da prefeitura, geralmente por intermédio de apadrinhamento político. Visitando as famílias e conversando com alguns jovens e seus pais sobre as condições econômicas do assentamento, percebi que existe uma cultura do “Se dar bem lá fora”. Isso em contraposição ao espaço rural, considerado por muitos jovens e adultos como lugar de atraso. Falando com um dos pais de um jovem que desistiu das atividades produtivas da APROAGRO, havia o seguinte entendimento: “Meus filhos foro lá para São Paulo. Um agora tá pra chegar de visita. Eles se dero foi bem lá. Aqui, meu fio, num tem condição de vida. É tudo atrasado. Tem que sair pra melhorar”¹¹¹.

Na perspectiva do conflito social (SIMMEL, 1983; TOURAINE, 1984), quando existe a iminência de reordenar a dinâmica social e econômica, um dos desafios e/ou conflitos enfrentados pela APROAGRO e pelos responsáveis pelo projeto de Branquinha, é de criar condições favoráveis de trabalho e sustento para o jovem do campo, a fim de que ele permaneça com sua família de origem e consolide vínculos de parentesco, afetivos e de amizade no próprio assentamento. Para além do incremento produtivo da agroecologia, já praticada pelas famílias lá existentes, são necessárias outras iniciativas produtivas que despertem o potencial criativo dos jovens e a sua atenção para seu lugar de origem. Um dos rapazes, que participou do projeto de branquinha, através de cursos que foram oferecidos na APROAGRO, e que mora atualmente em outro estado, expressou a seguinte ideia:

É preciso trabalhar o “ninho”. As famílias da gente. Saímos delas. Muitos da gente não tem apoio da família. Têm que sair para conseguir se dá bem. Quando sai, nada dá certo e voltam pra cá de novo. Aí vão reproduzir aqui a vida de bebedeira, droga, prostituição e de farras que viviam na cidade grande. A gente precisa é ficar aqui no nosso chão. Temos que sonhar com coisas boas e conseguir também¹¹².

A fala acima faz referência à problemática do êxodo rural enfrentada por muitos jovens, que deixaram o assentamento, pela falta de outras opções produtivas para obtenção de

¹¹⁰ Anotação do caderno de campo.

¹¹¹ Anotação do caderno de campo.

¹¹² Anotação do caderno de campo.

renda e subsistência. No entanto, o relato traz também o movimento inverso: o retorno para o lugar de origem dos jovens que foram se instalar na cidade grande, em razão do insucesso por não conseguirem recursos financeiros e estabilidade econômica. No entanto, a perspectiva do conflito social aqui fundamentada pela problemática econômica enfrentada pelos jovens do assentamento, tem relação com o sentido concreto da utopia (MANNHEIM, 1986), já que existe o objetivo de despertar o interesse por melhores condições econômicas de vida e o consequente esforço de realizá-las. É o objetivo que a fala do jovem, acima em destaque, quer realizar, quando deixa claro a necessidade de se trabalhar valores e vínculos familiares, intrinsecamente ligados às práticas econômicas do assentamento. Na perspectiva do conflito social (SIMMEL, 1983; TOURAINE, 1984), essa problemática enfrentada pelos jovens está incluída em folheto de cordel, preparado por uma das mulheres da associação, a partir dos seguintes versos:

Filho de agricultor
Também pode ser doutor
Não esquecendo da terra
Que tanto te alimentou
Quando papai e mamãe
A semente plantou

Vamos acabar com essa história
Que muita gente falou
Que terra nunca dá certo
Estude mais!

Não seja como papai, vovô
Que na terra se acabou
Assim vai se acabando
Os filhos de agricultor

Tem muito jovem que fala
Que o professor falou
Estude para ser doutor
Não seja como seu pai
Sendo sempre agricultor¹¹³

Em outras visitas realizadas às famílias e à escola do assentamento, tive a oportunidade de conversar com estudantes e educadores, que ratificaram o problema do raciocínio: “sair para se dar bem”. É uma prática que, na maioria das vezes, impõe aos jovens situações de subemprego, prostituição e vícios, conforme diziam os entrevistados. Conseqüentemente, há marginalização social. Um dos jovens falou o seguinte: “A gente aqui tem é medo de terminar o segundo grau por que depois não tem mais o que fazer. Tem que

¹¹³ Versos extraídos do cordel “Filho de Agricultor”. Ver anexo V.

sair mesmo”. Uma das educadoras referiu-se à falta de perspectivas econômicas para os jovens no município de Branquinha e no assentamento. Entretanto, a professora relatou a importância do trabalho “educação pela paz”, que foi realizado na escola, através de pessoas ligadas à Economia de Comunhão e ao Movimento dos Focolares. A educadora dizia o seguinte:

Até recentemente, foi realizado um trabalho aqui na escola chamado “Educação pela paz”, com pessoas ligadas à associação das mulheres. Teve o apoio da prefeitura para custear despesas. Esse trabalho envolveu todos nós! Foi muito bom, porque conscientizava as crianças e jovens da importância deles aqui pro assentamento. Também alertava para os graves problemas que a cidade grande pode trazer para todos que vão pra lá sem nenhuma condição financeira. Já aqui no assentamento, a gente acha que a “casa do doce” pode trazer benefícios para os jovens. Dar ocupação pra eles. Dar oportunidade de terem seu dinheiro, sem ter que sair daqui¹¹⁴.

A aposta e o sonho de muitos moradores do assentamento estão voltados para o incremento das atividades econômicas da APROAGRO, que devem ser diversificadas com outras dinâmicas produtivas, que possam dar condições aos jovens de obter o sustento. Conversando com algumas mulheres e jovens que iniciaram as atividades de artesanato, produção de doces e polpas de frutas caseiras, na conhecida “casa do doce”, mas que, depois de algum tempo, desistiram, é que percebi o problema da falta de retorno financeiro para os envolvidos nessas atividades. Uma das mulheres, que não está mais ligada à associação das mulheres, disse que “Foi muito boa a experiência de fazer doce e polpa de fruta. A gente passou até no noticiário da televisão. Mas é algo que dá muito trabalho e o retorno financeiro é pouco. Aí muitas desistiram. Mas, a associação tem muita coisa boa para oferecer”.

Um dos jovens responsáveis pelas atividades artesanais, realizadas na associação, também considerou o problema do pouco retorno financeiro do que eles produziam: “Não tem retorno financeiro pra que os jovens fiquem e trabalhem. A gente se esforça. Vai atrás de palha de bananeira. Bota pra secar. Faz o artesanato e depois fica sem dinheiro. Não vende! Só em época de Natal”¹¹⁵. Segundo os responsáveis pelo projeto de Branquinha, ainda é necessário repensar e dinamizar o projeto. O intuito é que, em etapas futuras, possam surgir novas atividades produtivas, sustentáveis e viáveis economicamente, para o engajamento econômico de muitos jovens que estão ociosos pela falta de trabalho e pretendem, por essa razão, deixar o assentamento.

¹¹⁴ Anotação do caderno de campo.

¹¹⁵ Anotação do caderno de campo.

A baixa perspectiva de comercialização do artesanato, da fabricação de doces e polpas de frutas caseiros, distancia-se do tipo ideal (WEBER, 1999) da Experiência econômica solidária de Branquinha, ao ser apresentada para os adeptos da Economia de Comunhão, em reuniões e congressos, como alternativa econômica viável. Tais modalidades produtivas apresentaram-se desarticuladas de um processo dinâmico solidário e empreendedor, capaz de garantir sua permanência junto ao mercado. Havia uma fragmentação e descontinuidade produtiva, na medida em que jovens e mulheres trabalhavam nas suas atividades, sem que houvesse uma maior interação e apoio recíproco entre ambos.

Para a presidente da associação, assim como na opinião de outras associadas, que destacaram o problema da desistência de alguns trabalhadores e a conseqüente falta de mão de obra nas atividades da APROAGRO, é necessário e urgente repensar estratégias para que tais atividades, ou ainda outras dinâmicas produtivas que aí possam surgir, sejam melhor dinamizadas e viabilizadas do ponto de vista comercial.

Outra camponesa, por mim entrevistada, referia-se ao problema da divisão que separa e opõe homens, mulheres, jovens e adultos. Os reflexos desse impasse podem ser percebidos também na dinâmica produtiva do empreendimento. A mulher disse que “é preciso a gente se unir mais. Ainda tem muita divisão. A gente chama pra reunião, mas ninguém quer ir. Muitos jovens só querem brincar no final de semana ou viajarem pra Maceió. A gente tem que dar as mãos, em comunhão”¹¹⁶. A fala da associada reitera a falta de uma convivência comunitária mais consolidada entre familiares e vizinhos, que possa unir as pessoas do assentamento em prol de objetivos em comum, que é melhorar a dinâmica produtiva do assentamento. Retoma-se, pois, outro elemento que compõe o tipo ideal (WEBER, 1999) do Empreendimento de Branquinha, segundo o qual, para além do sucesso do empreendimento, fazia-se referência também ao “desafio de conviver junto como irmão”¹¹⁷.

4.2.3.2 As disputas político-ideológicas

Chegamos ao estágio de análise em que a Experiência de Branquinha, materializada pelos sujeitos sociais envolvidos no projeto econômico solidário de desenvolvimento, irá debater-se frente aos conflitos de ordem interna e externa ao empreendimento. O tipo ideal (WEBER, 1999, p. 106) elaborado e apresentado acerca das práticas solidárias da Experiência de Branquinha serão aqui comparadas e confrontadas com os conflitos e tensões sociais

¹¹⁶ Anotação do caderno de campo.

¹¹⁷ Ver nota 85.

inerentes ao cotidiano do empreendimento. Nesta sessão, serão refletidas as dinâmicas de dominação político-ideológicas que perpassam as atividades produtivas comunitárias do projeto. A associação das mulheres, nos seus valores éticos religiosos de gratuidade e reciprocidade, é constantemente pressionada pelo contexto socioeconômico que a circunda, sobretudo quando há disputas políticas acirradas, polarizando e dividindo dois grupos rivais, conhecidos como a associação dos homens, desde a origem do assentamento, e associação das mulheres, fundada posteriormente.

Quando percorríamos o assentamento para visitar as famílias, chamou-nos a atenção o prédio da associação dos homens, cujo aspecto era de um imóvel abandonado. Próximo ao local, havia um caminhão em condições precárias de conservação e um trator abandonado. Conversando com vários moradores sobre a história do assentamento, logo eles se referiam à associação dos homens como a entidade que foi criada desde a origem do assentamento, meio pelo qual eram destinados recursos do governo, como material de irrigação, trator, caminhão, dentre outros, para possibilitar as práticas agrárias das famílias da região. As fotos abaixo registram a associação dos homens, o caminhão e o trator.

Figura 20 Associação dos homens. Ao lado, o caminhão da entidade.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 21 Trator sem condições de uso



Fonte: Acervo do autor.

Segundo relataram os assentados entrevistados, havia um grande problema na associação dos homens: os recursos financeiros que foram destinados pelo governo, para serem aplicados no assentamento, não foram devidamente gerenciados pelas lideranças desta entidade. O capital obtido, através do caminhão, com o transporte de produtos agrícolas do assentamento e de outros lugares vizinhos, não era destinado para a conservação do prédio da associação, nem para a manutenção do veículo utilizado. Da mesma forma, lamentaram os assentados, o trator havia sido utilizado, inúmeras vezes, através de contrato com agricultores, para lavrar a terra para o plantio, inclusive em outros assentamentos. O capital obtido com estas atividades não era convertido em benefício das famílias do assentamento.

A falta de transparência nas prestações de contas das operações realizadas pelas máquinas da associação dos homens gerou insatisfação e desconfiança dos assentados. Um dos moradores relatou a seguinte problemática: “Meu fio, aquele caminhão e o trator consiguiram muito recurso aqui pra dentro. Mais nada foi feito de melhoramento. A gente não sabe o que eles fazia do dinheiro. Era gasto lá com eles mesmo. Dá dó, ver aquele caminhão parado e aquele trator sem valer mais nada¹¹⁸. O problema do mau gerenciamento dos recursos financeiros pela associação dos homens vem contado através do seguinte verso de cordel:

As lavouras iam chegando e eles
Logo vendendo a atravessadores,
Que vinham comprar barato.
Nosso suor foi levado pelas mãos
De quem nunca na terra trabalhou
E nem tampouco plantou, perdemos
Nossos esforços, e muitas vezes
Nos enganou.
Se existisse união,
Talvez não fosse assim não,
Chegaram os “projetos”, dinheiro
E ficou ainda pior, empregaram em carro velho
Cavalo de um olho só.
E o restinho que sobrava
Erra cachaça e forro¹¹⁹.

E aqui que se constatou um entrave gerado pela associação dos homens, identificado, sobretudo, por interesses econômicos particulares de dominação de alguns membros do assentamento sobre os demais, ferindo assim o intuito econômico solidário, proposto desde a origem desta comunidade. É em meio a esse cenário de hostilidades entre as duas associações rivais, que os princípios solidários cristãos da partilha fraterna, gratuita e recíproca,

¹¹⁸ Anotação do caderno de campo.

¹¹⁹ Consultar folheto de cordel anexo IV.

representados pela Economia de Comunhão, irão chocar-se. Na perspectiva weberiana, trata-se de se considerar a oposição que há entre as esferas religiosa e econômica. Para o autor, não há condições de equacionar economia e religião (WEBER, 1985). Além dos valores solidários praticados no empreendimento de Branquinha, o desafio desta investigação foi de desvendar outros mecanismos dominadores, que permeiam e ameaçam a dinâmica solidária proposta pela associação das mulheres.

Em outra visita a campo, fui surpreendido por uma disputa entre lideranças das duas associações do assentamento¹²⁰. Os responsáveis pelo empreendimento das mulheres reuniram-se para discutir problemas e medidas para o melhoramento da produção agroecológica. Além das líderes da associação, a reunião também contou com a participação de um grupo de representantes da Economia de Comunhão, vindos de Maceió. O ponto de partida e o elemento central que deu continuidade à fundamentação acerca do conflito entre as duas associações, foi o impacto emocional que sentimos ao presenciar um grupo de homens derrubando uma cerca colocada tempos atrás para demarcar o terreno da Igreja Católica, incluindo também a casa dos padres, atualmente a APROAGRO. As fotos abaixo mostram o conflito enfrentado pelas lideranças rivais:

Figura 22 Discussão em torno da demarcação do espaço da associação das mulheres



Fonte: Acervo do autor.

¹²⁰ Não se trata aqui de aprofundar uma discussão sobre gênero, o que poderá ser realizado em aprofundamentos posteriores, mas de relacionar as repercussões das disputas de poder entre as lideranças referidas e suas consequências nas atividades econômicas solidárias da Associação das Mulheres, cujo intuito é comercializar os produtos da terra e o artesanato local e de exercitar práticas comunitárias da gratuidade e reciprocidade, conforme os princípios da Economia de Comunhão.

Figura 23 Cerca sendo derrubada



Fonte: Acervo do autor.

Figura 24 Negociações para permanência da cerca



Fonte: Acervo do autor.

Para nós, ficou indubitável o enfrentamento direto entre os dois grupos rivais no assentamento. Fica demonstrado um contexto social em que coexistem práticas solidárias em meio a disputas políticas e econômicas. Eis o problema enfrentado pelo assentamento, em torno do qual concorrem e rivalizam interesses particulares dominadores. Conseqüentemente, o impacto maior desse impasse foi sentido pelas famílias do assentamento, que deixaram de ser beneficiadas pelos resultados financeiros que seriam obtidos através de um gerenciamento cooperativista eficaz. Em meio à tensão por nós presenciada na ocasião do conflito, destaco a fala da presidente da associação, que, ao sensibilizar-se pelo impasse, defendia a seguinte ideia:

É... A gente tenta caminhar juntos, mas não querem. Temos é qui lutar mesmo. Isso aqui da gente não é coisa de prefeitura. Foi fruto do nosso esforço. A gente trabalha honesto! Essa associação está no terreno da igreja. Era a antiga casa dos padres. A paróquia cedeu o espaço pra gente botar a associação. Agora, vem esse povo aí e querem mandar aqui. Aqui tem muita é inveja mermo! Tudo que a gente conseguiu aqui foi com nosso esforço de luta. Muito suor! Agora que a gente melhorou, todo mundo bota os olhos grandes aqui¹²¹.

Dado o cenário adverso que se formou em torno dos moradores do assentamento, o maior entrave a ser enfrentado pela associação das mulheres, tanto do ponto de vista interno quanto externo ao empreendimento, são os mecanismos de poder e de dominação econômicos e políticos. Trata-se da ideologia do controle e das disputas econômicas que se apresentou e se impôs aos assentados, mesmo diante da proposta de se exercitar as práticas econômicas solidárias. Vale considerar o fascínio pela acumulação do capital e sua influência entre alguns indivíduos, desde a origem do assentamento, quando famílias lá instaladas começaram a se sobressair economicamente, em relação às demais. Os versos de cordel vêm explicitar a problemática das desigualdades econômicas, entre os assentados, nos seguintes termos:

¹²¹ Anotação do caderno de campo.

De tanto agrotóxico usado,
 Plantar o milho e o feijão,
 Não dava bom resultado.
 Mas a fruta deu de boa
 E era negócio fechado.
 No início, o povo unido, todos eram unidos.
 Enquanto passava fome.
 Mas depois meu amigo,
 Começando a enriquecer,
 Dá pra você entender?
 Agora era individual.
 E Deus de cima olhando,
 Como muda o capital.
 Eles não tinham noção
 Do que estavam fazendo¹²².

No entanto, para além das desigualdades econômicas que se evidenciaram ao longo da história do assentamento, no momento presente, percebi que havia pessoas que eram a favor e outras contra a política econômica do governo municipal. Eis um dos entraves que desafiou todo o processo de implementação do projeto de Branquinha, durante o tempo de realização desta pesquisa. É aqui que se agravou o retrato conflituoso da realidade estudada, identificado pelo domínio ideológico-político e suas influências entre os assentados. Se na perspectiva marxista, há uma ideologia do capital ligada ao domínio dos meios produtivos e da exploração do trabalho pelos capitalistas, na perspectiva do poder e da dominação segundo Foucault (1979), há também uma “microfísica do poder” a se considerar, que está ligada aos discursos dos indivíduos em interação e à disposição dos corpos e espaços por eles ocupados.

Constatamos uma microfísica do poder que perpassa e influencia as relações socioeconômicas vivenciadas pelos assentados. Do ponto de vista geográfico, a localização do espaço físico das duas associações já impõe uma proeminência de destaque da associação dos homens em relação ao outro empreendimento. O processo conflituoso de delimitação do espaço físico das duas associações denotou uma imposição de poder e suposta ascendência dos homens em relação ao empreendimento das mulheres. O prédio da associação dos homens, apesar do mau estado de conservação, obtém maior destaque na agrovila em relação ao empreendimento das mulheres. Foi construído próximo à principal via da agrovila. A foto abaixo registra a disposição do espaço físico das duas associações, destacando-se o empreendimento dos homens.

¹²² Consultar texto na íntegra no anexo IV.

Figura 25 Vista do prédio da associação dos homens, localizado na via de acesso principal da agrovila. Nos fundos, podem ser visualizadas parte da Igreja Católica, de cor azul, e da APROAGRO.



Fonte: Acervo do autor.

Na perspectiva foucaultinana (1982), se o espaço físico no qual os indivíduos interagem já nos pode indicar uma situação de poder e dominação, a localização da associação dos homens comunica-nos um caráter de superioridade desse empreendimento. A partir de conversas com os moradores do assentamento, interpretamos que há no imaginário das pessoas certo *status* em relação à primeira associação do assentamento, liderada pelos homens. Através dela, é que o assentamento conseguiu obter os primeiros recursos para o melhoramento da agricultura da região. Ressaltamos o entendimento de uma agricultora, ao fundamentar que “a associação dos homens foi a primeira aqui do assentamento. As coisas boas daqui iniciaro com eles. Só tinha ela no início! Agora tem que melhorar, pra gente melhorar também. Faz pouco tempo que a casa do doce tá aqui. Agora eles têm que trazer coisas boas prá nós aqui”¹²³.

Além de o espaço físico da associação dos homens comunicar um *status* de dominação ideológica (FOUCAULT, 1979), há, entre os assentados, uma influência político-ideológica de submissão. Observei que havia uma linguagem densamente polarizada em favor ou contra o governo municipal, aprofundando assim o contexto densamente conflituoso. Inclusive, havia uma expectativa em torno do grupo que assumiria o controle político municipal e, conseqüentemente, o controle da associação dos homens. Dentre os moradores por nós indagados sobre a questão, destacamos a seguinte ideia:

¹²³ Anotação do caderno de campo.

A situação daqui é séria. Tem que tá do lado pro prefeito pra ter algum emprego. Vem gente até da capital pra trabalhar aqui. Quando um ganha, quase todo mundo fica desempregado. Não tem o que fazer. Você tem qui mostrar de que lado você está! A situação é difícil! Até essa associação aí é mandada pelo político que ganhar. Tem gente que quer trabalhar pra ganhar pouca coisa, pra não ficar sem nada¹²⁴.

Da mesma forma que algumas pessoas fizeram referência às disputas político-ideológicas no assentamento e suas consequências para as associações, como a rivalidade entre ambas, outros entrevistados mantiveram-se neutros em relação a este problema. Para alguns, percebi que havia certo receio de conversar sobre questões políticas do assentamento, sobretudo, para os que tinham alguma atividade remunerada no município. Segundo interpretamos, expor a opinião política ou confrontar-se com alguma liderança ligada ao governo municipal poderia gerar danos, como, por exemplo, a perda de um emprego ou perseguição política. Registramos o relato de um jovem, quando se referiu ao embate político contra a associação das mulheres. Segundo o entrevistado:

Teve cursos aí na ‘casa do doce’ para os jovens daqui. Muitos participaram. Eu não participei. Fiquei arrependido! Sabe o que aconteceu, amigo, um vereador dava dinheiro pra mim comprar cerveja e cachaça e tomar ali na cachoeira. Ele me pedia pra eu chamar os outros jovens que estavam fazendo os cursos da ‘cada do doce’. Teve uns que foram... Isso era pra butar terra no trabalho que dona Ana Clara fazia aqui. Agora eu sei que tô arrependido. Muitos daqui têm medo de falar essas coisas. Depois fiz cursos lá. Foi muito bom¹²⁵.

Na perspectiva da microfísica do poder (FOUCAULT, 1979), os discursos dos sujeitos sociais, ou, em situação inversa, a sua omissão, revelam um tipo de poder e de dominação ideológica. Trata-se de um tipo de ordenação que está intrinsecamente ligado aos corpos, a sua linguagem. Paradoxalmente, interpretamos que o silêncio também expressa uma linguagem. Comunica uma situação de revolta, medo e indignação, a exemplo das pessoas que se recusaram a tratar da problemática política enfrentada no assentamento, desde a sua origem e, sobretudo, no momento presente.

Vale considerar ainda que havia uma campanha política no assentamento para decidir quem seria o novo presidente da associação dos homens. Duas chapas concorreram ao cargo, sendo que uma delas estava ligada ao próximo governo municipal que foi eleito. Instaurou-se uma expectativa entre as pessoas que estavam ligadas aos candidatos, em torno de quem ganharia a disputa. Ao percorrermos a região da agrovila, onde estão localizadas as duas associações, sobretudo, deparamos com uma situação atípica: observamos que havia uma

¹²⁴ Anotação do caderno de campo.

¹²⁵ Transcrição de uma entrevista gravada.

festa na casa do concorrente à presidência da associação, que estava sendo apoiado pelo futuro prefeito municipal, também em campanha para a sua eleição. A foto abaixo ilustra a ocasião da festa.

Figura 26 Reunião política seguida de almoço em frente à casa do candidato à presidência da associação dos homens



Fonte: Acervo do autor.

No momento em que estava ocorrendo a mencionada reunião política, tivemos a oportunidade de conversar com algumas lideranças da associação das mulheres. Estavam reunidas na APROAGRO para organização e limpeza do prédio. Havia um clima de insatisfação e de tensão. Para elas, o problema girava em torno de interesses políticos particulares que beneficiavam apenas algumas famílias do assentamento, através de empregos na prefeitura. Os demais assentados ficavam relegados às suas necessidades econômicas pessoais e até eram perseguidos politicamente, caso se declarassem contra os que estivessem comandando o município. Registramos a fundamentação de uma das líderes, ao relatar que “isso que está acontecendo aí do lado é muito ruim pra nós. Eles não querem o bem de todos daqui. Disso aí, alguns é que são beneficiados. A maioria não consegue nada. Pra se dar bem tem que tá do lado do prefeito”¹²⁶. Em uma das famílias visitadas no dia da referida reunião política, chamou-nos a atenção a fala de um jovem ao mencionar: “Estou trabalhando em Maceió. Mas se esse prefeito ganhar esse ano, já tenho emprego garantido. Volto pra cá, pra ficar junto da família”¹²⁷.

Outro elemento por nós constatado na pesquisa de campo e que reafirmou o denso conflito entre os empreendimentos rivais, tencionados, sobretudo, por disputas políticas,

¹²⁶ Anotação do caderno de campo.

¹²⁷ Anotação do caderno de campo.

foram as fofocas depreciativas em torno do empreendimento das mulheres. Ouvíamos lideranças da associação dos homens falarem o seguinte:

A nossa associação tem muitos planos bons aqui pro assentamento. Nós vamos ter condições de pagar algumas dívidas com o governo. Sabemos administrar. As mulheres dessa associação aí fizeram foi se atolar em dívidas. Coisa pra mais de 6.000 reais. Agora elas não têm como pagar! Isso é falta de administração mesmo. A gente com o novo prefeito vai melhorar muita coisa aqui dentro¹²⁸.

Ao conversarmos com outras famílias do assentamento, o problema das dívidas do empreendimento das mulheres era um assunto recorrente. Motivo pelo qual decidimos investigar se existiam dívidas contraídas pelas mulheres e se eram realizadas prestações de conta. Em visita realizada a casa da tesoureira da APROAGRO, tivemos acesso aos registros do livro-caixa da associação e, conseqüentemente, às prestações de conta que eram realizadas mensalmente. Aí tomamos conhecimento, de fato, que havia sido contraída uma dívida que ultrapassava R\$ 2.000,00. Este problema foi decorrente de multas obtidas pelo motorista do caminhão ao ultrapassar, com excesso de velocidade, barreiras de monitoramento, na cidade de Maceió.

Segundo relatou a tesoureira do empreendimento das mulheres, a associação havia contratado um motorista para o transporte dos produtos agrícolas, a serem comercializados nas feiras da região. Além das multas contraídas, outro problema provocado pelo motorista, notificou a associada, foi ter provocado uma pequena colisão em outro veículo, no momento em que estacionava o caminhão. Por se tratar de uma pessoa sem condições financeiras para arcar com as despesas, justificou a tesoureira, foi decidido que a associação arcaria com uma parte das obrigações, isentando o motorista de custear tudo sozinho. A dívida do infrator poderia ser negociada com a associação ao longo do tempo. Conforme a líder, pensou-se, inicialmente, na possibilidade de dispensar os serviços do motorista, o que feriria os princípios comunitários e solidários da Economia de Comunhão. Além do que o motorista precisava daquele trabalho para garantir o sustento da família. Então, a dispensa do motorista foi descartada pelas líderes da associação. Nos termos da tesoureira:

Quando chegaram as dívidas pra gente pagar, a gente teve muita raiva. O prejuízo ia ser grande! E as nossas contas a gente procura deixar tudo em dias. Mais a gente procurou conversar com o motorista. Negociar e perdoar parte da dívida. É um pai

¹²⁸ Anotação do caderno de campo.

de família que não tem condições financeiras. Gastamos o dinheiro que tinha em caixa. A gente procurou ser solidárias, como pede a Economia de Comunhão¹²⁹.

O conflito aqui representado pelas fofocas em torno da conhecida “dívida do caminhão” gerou no assentamento comentários distorcidos e até difamadores em relação à associação das mulheres, divulgando a falsa ideia da sua incompetência administrativa. Por esse motivo, segundo os comentários que circulavam entre as pessoas, o empreendimento poderia perder o direito de usufruto do caminhão, caso fossem comprovadas irregularidades administrativas. Houve necessidade, então, de adentrar no conflito e fundamentar as falácias provenientes das rivalidades entre os dois grupos do mesmo assentamento.

Para Elias e Scotson (2000, p. 121), as fofocas têm uma condição social, pois “[...] depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias”. O autor assim define fofocas: “o uso comum nos inclina a tomar por "fofocas", em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 121). Para o autor, um dos determinantes das fofocas é o grau de competitividade que há entre grupos rivais. Os que são estigmatizados por comentários negativos, a exemplo do grupo da associação das mulheres, as possibilidades do agir solidário e comunitário ficam limitadas, em força da rivalidade aí evidenciada.

O antagonismo que se estabeleceu entre as duas associações do assentamento indica a perspectiva dialética da dádiva, isto é, a possibilidade da recusa do dom (MAUSS, 1954, p. 58), cujo objetivo maior é de consolidar vínculos de estima e de amizade entre pessoas ou grupos, mediados por benefícios e presentes, quando recebidos e retribuídos com generosidade. Recusar a dádiva, na perspectiva maussiana, é declarar guerra e inimizade. Consequentemente, a rivalidade que há entre homens e mulheres do assentamento contradiz à ética solidária cristã da gratuidade e reciprocidade provenientes de uma prática econômica comunitária, conforme a proposta da Economia de Comunhão. Na perspectiva weberiana, trata-se de considerar a contradição que há entre as esferas religiosa e econômica (WEBER, 1985, p. 243).

Interesses econômicos particulares também permearam as relações internas do empreendimento das mulheres, pondo em questão o projeto econômico de vida comunitária proposto pela Economia de Comunhão. Índícios de fofocas depreciativas de alguns membros dessa associação, com o intuito de fragilizar o trabalho realizado pela liderança das mulheres, aqui se repetiram, causando desconfiças entre as pessoas do mesmo grupo. Comentários

¹²⁹ Transcrição de uma entrevista gravada.

pejorativos chegaram até ao grupo rival, acentuando ainda mais disputas de poder. Presenciei a fala de uma das líderes da associação quando relatou o seguinte:

É difícil trabalhar aqui desse jeito. Tem pessoa aqui de dentro fofocando lá fora. Diz coisa que não acontece. É gente que diz que tá com a gente, mas tá mesmo é ligado a outra associação. É tipo de gente que só pensa nele. Que quer se dar bem sozinho. Quando a gente mais precisa de união, é que acha divisão. Dá até vontade de desistir. Mas, vamos lá...¹³⁰

Os conflitos vivenciados pela Experiência de Branquinha, tanto em âmbito interno quanto externo ao empreendimento, revelaram o que julgamos ter sido o maior desafio a ser enfrentado por todos no assentamento: o poder do capital sobre as pessoas. Além do problema das fofocas depreciativas, que permearam as relações socioeconômicas dos grupos rivais, também podemos considerar como desafio algumas situações do processo de preparação e de comercialização das feiras agroecológicas, promovidas pela APROAGRO. Tive a oportunidade de presenciar, entre as famílias do assentamento, a dinâmica de preparação de uma das feiras, que foi realizada em Maceió. Inclusive, acompanhei o trajeto do transporte dos produtos para serem comercializados. As fotos abaixo registraram a noite que antecedeu a feira:

Figura 27 Preparação dos produtos agrícolas para serem transportados para as feiras



Fonte: Acervo do autor.

¹³⁰ Anotação do caderno de campo.

Figuras 28-29 Transporte dos produtos agrícolas e dos feirantes no mesmo espaço do caminhão



Fonte: Acervo do autor.

Um dia antes de os produtos agrícolas serem transportados, visitei algumas famílias que estavam organizando os produtos. Percebi que havia grande empenho de alguns agricultores, dada a variedade de produtos que foram disponibilizados para venda. Em uma das famílias visitadas, registrei o seguinte lamento de uma dona de casa, quando dizia o seguinte: “Meu filho, as feiras são boas, dão dinheiro. A gente consegue vender quase tudo. Mas tem muito trabalho. A gente passa noites sem dormir, pra aprontar as coisas. Tem gente que não dá para esse trabalho. Ficam sem fazer nada mesmo”¹³¹. Em vista desse relato, senti necessidade de acompanhar e de ajudar uma das famílias a organizar seus produtos, antes de serem levados para a venda na cidade de Maceió.

Na véspera da feira, sobretudo à noite, presenciei muito trabalho na casa da família onde estive hospedado. Havia todo um empenho para selecionar frutas, verduras, cereais, dentre outros. Galinhas também foram abatidas por encomenda. Devido ao pouco tempo disponível para organizar os produtos que foram comercializados, dormimos apenas algumas horas. Às 3h da manhã, já estávamos levantados e prontos para embarcar para Maceió. Depois de os alimentos terem sido arrumados no caminhão, eu e outros agricultores nos acomodamos na carroceria onde estavam os produtos. Perguntei ao companheiro que estava me fazendo companhia:

– Vamos aqui mesmo? É seguro?

– É... Num tem problema não! A gente tem é que se esconder dos guardas de Maceió, pra num ser multado. Todo mundo vem aqui em cima mesmo. Se for pagar outra condução, fica muito caro pra noi. Mai aqui dá certo.

A viagem até Maceió durou mais de uma hora, intercalada por três paradas para o embarque de produtos e de outros agricultores. Mais pessoas juntaram-se a nós para a viagem,

¹³¹ Anotação do caderno de campo.

dividindo o limitado espaço que ocupávamos. Durante a viagem, até o local da feira, sentimos grande desconforto. Praticamente não havia lugar para acomodar pessoas e alimentos. Para nós, a experiência da feira revelou o grande esforço dos agricultores para melhorar economicamente, além de estarem prestando um bom serviço para as pessoas, através da comercialização de produtos sem agrotóxicos.

Para os agricultores, as feiras por eles realizadas eram a oportunidade de reconstruírem suas vidas. Era um espaço econômico no qual se consolidava uma experiência comunitária e solidária, capaz de aproximar e de unir vizinhos e familiares em prol do bem-estar econômico e social de todos (WEBER, 1999, p. 247). No entanto, constatamos uma fragilidade: o transporte irregular de pessoas, infringindo regras de trânsito. Frente a esse problema, perguntei para a presidente da associação das mulheres se havia alguma medida para solucionar esse impasse, ao que ela me respondeu: “É... já faz tempo que tentamos ver essa situação. É contra a lei as pessoas ir pras feiras desse jeito. Isso não é certo não! Precisamos ter um jeito de ver isso”¹³².

O transporte ilegal dos feirantes ligado à associação das mulheres é um problema e uma contradição a ser registrada nesta abordagem. Viola os princípios da Economia de Comunhão, na medida em que essa proposta econômica advoga a favor de uma produção que assegure condições dignas de trabalho e de sobrevivência para todos, sem que regras previstas em lei sejam violadas (LUBICH, 2004, p. 26).

Outro problema que julgamos oportuno aqui registrar foi o acréscimo dos preços de alguns produtos, estipulado por feirantes, de forma independente, no momento das vendas. Isso gerou certo incômodo e comentários de outros vendedores. A questão daí proveniente, segundo as lideranças da associação, referia-se à necessidade de se ter uma tabela de valor para todos, sem que ninguém infringisse as regras. Dessa forma, segundo a líder, não haveria margem para que alguns sobressaíssem sobre os demais. Nos termos da camponesa, “nós precisamos é trabalhar honesto e unido. Cada um ganhando seu dinheiro. Não pode ter gente que queira se aproveitar das situações. Os preços têm que ser bom prá nós e pros cliente da gente. Temos que acabar com esse problema”¹³³. O dinheiro, se obtido e utilizado conforme interesses individualistas, propicia a quebra de vínculos sociais. Esta é a grande consequência da ideologia dominadora do capital sobre as pessoas.

Os conflitos de ordem interna ao empreendimento das mulheres também foram evidenciados através da poluição ao meio ambiente praticado por famílias ligadas à

¹³² Anotação do caderno de campo.

¹³³ Registro do caderno de campo.

associação. Percorrendo os lotes do assentamento, constatei a falta de cuidados com a natureza. Vi esgotos a céu aberto sendo lançados diretamente no Rio Branco, que corta o assentamento, ou próximo as suas nascentes. Havia fossas irregulares construídas atrás das residências, cuja tendência era de poluir os lençóis freáticos. Também constatamos que o esgoto da escola municipal e do posto de saúde correm em direção a um dos afluentes, que irá desaguar no rio. As fotos abaixo mostram a problemática da poluição causada pelos próprios moradores do assentamento:

Figura 30 Nascente de um dos afluentes do Rio Branco



Fonte: Acervo do autor.

Figura 31 Esgoto doméstico sendo jogado próximo à nascente



Fonte: Acervo do autor.

Figura 32 Esgoto a céu aberto, correndo em direção ao Rio Branca



Fonte: Acervo do autor.

Percebemos que a poluição do rio é um problema que tende a se agravar no assentamento. Interfere negativamente nos objetivos do projeto de desenvolvimento econômico agroecológicos, sob a jurisdição da Economia de Comunhão. Sobre esse problema, a presidente da associação das mulheres dizia que “estamos muito preocupadas com isso. Aqui temos que produzir coisas boas, sem poluição. Tem partes do rio que nem presta mais para plantar. Já fomos ver isso com a prefeitura e nada foi feito. Até o esgoto da escola corre pelo meio do mato até chegar no rio”¹³⁴. Cientes desse desafio, as lideranças da Economia de comunhão e da APROAGRO previram a possibilidade de serem feitas fossas ecológicas nas residências dos que estão ligados ao empreendimento. No entanto, consideramos que o problema é bem mais complexo, pois a solução envolve as demais famílias do assentamento, além de órgãos públicos municipais que devem propiciar meios e recursos sanitários favoráveis à conservação do meio ambiente.

¹³⁴ Registro do caderno de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Experiência de Branquinha constituiu-se de um estudo de caso, cuja investigação empírica teve como objetivo analisar as práticas econômicas solidárias da APROAGRO, a partir dos princípios da gratuidade e reciprocidade propostos pelo projeto Economia de Comunhão. A exequibilidade e as tensões inerentes às práticas produtivas do empreendimento foram elementos imprescindíveis da pesquisa, considerados em nossas análises. Reconhecer que houve melhorias consideráveis na vida das pessoas ligadas a este empreendimento, mediante as conquistas econômicas por elas realizadas, mesmo diante dos desafios e das contradições em relação aos valores solidários que se propunham a executar, foi a contribuição que os estudos nos proporcionaram.

A proposição a que chegamos é a seguinte: a busca e a obtenção do capital pelos assentados, através da Experiência de Branquinha, podem ser consideradas mais humanizadas, uma vez que foram decorrentes de um processo econômico solidário, coletivo e cooperativista de produção. As melhorias econômicas obtidas pelos assentados foram destinadas, de forma mais igualitária, ao bem comum dos que estavam envolvidos nas atividades produtivas agroecológicas, através da APROAGRO. Portanto, há uma concordância entre os princípios solidários da Economia de Comunhão e as práticas cooperativistas executadas através do empreendimento estudado.

Diferentemente da racionalidade hegemônica do capital, ao considerar como objetivo principal a busca desenfreada pelo lucro, a proposta econômica da Economia de Comunhão está centrada em todo o processo produtivo, cujos protagonistas são as pessoas e seus vínculos relacionais, a serem consolidados através das suas práticas produtivas solidárias. Os benefícios obtidos no processo de produção solidária visam ao bem de todos, para melhorar as condições de vida.

Para obtenção dos resultados qualitativos dispostos nesta pesquisa, constituiu-se todo um universo sociológico a ser investigado, razão pela qual julgamos imprescindível ter iniciado esta abordagem apresentando, no primeiro capítulo, os fundamentos da Economia de Comunhão. Ao longo de toda a pesquisa, alguns dos questionamentos que nos inquietaram foram: em que consiste a Economia de Comunhão, cuja influência se fez repercutir na vida dos que compõem o empreendimento de Branquinha? Haveria condições de elaborar uma definição precisa acerca dessa proposta econômica?

Entendemos que a Economia de Comunhão não tem uma definição objetiva. Existem princípios e características que a identificam. Sem perder a identidade que lhe deu origem,

cujo fundamento baseia-se no princípio da partilha fraterna e gratuita de parte dos lucros obtidos por empresas, para a inclusão socioeconômica dos empobrecidos, conforme idealizou Chiara Lubich (2004), consideramos que se trata de uma proposta que visa à humanização das estruturas econômicas da atualidade, através de relacionamentos fraternos e de uma divisão de riquezas de forma mais equitativa. É uma proposta econômica que visa, substancialmente, à comunhão de vidas, através do processo produtivo.

A Economia de Comunhão está centrada nas pessoas e em suas necessidades sociais, afetivas e materiais, diferentemente da racionalidade capitalista, que prevê exclusivamente a obtenção do capital. Trata-se de uma perspectiva econômica que está sendo implementada no decorrer do processo produtivo e ao longo do tempo. A Economia de Comunhão está posta para a discussão. É questionada, avaliada e adequada às necessidades produtivas, mediante o esforço de concretizar seus princípios solidários. Foi o que constatamos através dos questionamentos acerca da eficiência e exequibilidade da Economia de Comunhão, feitos por seus debatedores em congressos, encontros e reuniões entre lideranças e empresários que aderem a esta proposta.

Conforme reconhecemos ao longo da pesquisa realizada no empreendimento de Branquinha, a Economia de Comunhão expressa uma prática produtiva alicerçada em uma experiência de vida coletiva voltada para a comunhão entre os envolvidos neste processo. Requer um encadeamento entre economia e solidariedade, ao mesmo tempo em que necessita de tempo para sua efetivação. Depara-se também com os conflitos socioeconômicos, que são inerentes à realidade, sobretudo as influências ideológicas dominadoras do capital. Em meio a esse terreno paradoxal, podemos considerar que as riquezas obtidas neste processo econômico podem ter um caráter positivo e negativo, dependendo da conduta e do sentido que se atribuam a sua utilização. Tanto favorecem o bem comum, através de práticas solidárias e comunitárias, quanto podem servir como instrumento de exploração.

A Economia de Comunhão evoca as perspectivas da utopia e da experiência, ou seja, é capaz de unir e de mobilizar pessoas em prol dos seus ideais, através do esforço constante para concretizá-los, mesmo que de forma parcial. A experiência e a utopia concorrem para a dinâmica da dádiva, na medida em que as relações econômicas tenham como objetivo consolidar vínculos de estima e amizade entre pessoas e grupos. Consequentemente, trocas de benefícios e favores, cujas retribuição e consolidação do vínculo social poderão ocorrer ou não ao longo do tempo.

O segundo capítulo tratou de apresentar, em linhas, o campo de pesquisa e a atuação da Economia de Comunhão junto ao assentamento. Os primeiros projetos de desenvolvimento

econômico, no campo da agroecologia, e criação da APROAGRO demonstraram o desempenho dessa perspectiva econômica na região pesquisada. Identificamos que o campo de pesquisa é um assentamento da reforma agrária, denominado “Zumbi dos Palmares”. Está localizado no município de Branquinha, zona da mata alagoana. Mais precisamente, o foco das nossas análises referiu-se à associação produtiva, cujas lideranças femininas são ligadas ao movimento das mulheres camponesas. As práticas cooperativistas propunham-se a realizar os princípios solidários cristãos, conforme a perspectiva da Economia de Comunhão, que custeou os recursos técnicos e materiais necessários para realização de tais atividades.

Já que a economia movimentada pelo empreendimento é essencialmente agrária, voltada para a agricultura de subsistência e para a produção em larga escala de alguns itens, como as cítricas, percebi, através dos primeiros contatos com os assentados, que a terra foi o principal benefício a ser conquistado pelos agricultores, tornando-se a maior riqueza de que dispunham para sobreviver. Se toda a economia praticada pelos assentados provinha da sua relação com a terra, intuímos a necessidade de eleger como aporte teórico principal a teoria da dádiva, mais precisamente a fundamentação da dádiva da terra e dos alimentos, conforme sistematizada por Mauss (1974).

Trazer para esta reflexão o cotidiano de um assentamento rural e suas relações produtivas com a terra, demonstrando empiricamente a fundamentação teórica da Economia de Comunhão e sua interface com a teoria da dádiva, mais precisamente o sentido da dádiva da terra e dos alimentos, segundo a perspectiva de Mauss (1974), foi o que sugeriu de novo esta abordagem. Isso nos possibilitou considerar a importância da atualidade da dádiva, que se faz presente nas nossas sociedades contemporâneas, mesmo que influenciadas pela racionalidade do modo de produção capitalista hegemônico, que se impõe como absoluto.

Através da nossa participação em congressos, encontros com lideranças da Economia de Comunhão, leituras realizadas sobre o assunto e, sobretudo, os contatos que tivemos com representantes do assentamento, rendeu-nos duas ferramentas de análise, quais sejam, a experiência e a utopia. Observamos que os termos eram recorrentes nos discursos das pessoas ligadas à Economia de Comunhão e das lideranças da experiência de Branquinha. Inclusive, os termos foram utilizados nas reflexões de muitos debatedores e adeptos da Economia de Comunhão. A própria associação das mulheres era comumente identificada como “experiência”, razão pela qual decidimos eleger como título da tese “A experiência de Branquinha”.

O sentido do termo experiência foi indispensável para esta abordagem, na medida em que identificou o empreendimento de Branquinha e a perspectiva econômica da Economia de

Comunhão. A palavra refere-se àquilo que é vivenciado pelas pessoas em suas relações sociais, inseparável da dimensão econômica. Remete à essencialidade do ser, que tem a capacidade de estabelecer relações consigo mesmo, com os outros e com o meio no qual está inserido. Vai além de uma tentativa laboratorial de se provar e obter resultados objetivos físicos ou matemáticos, como ocorre nas ciências consideradas exatas. A experiência manifesta uma dinâmica de vida, constituída por valores, sentimentos e conflitos.

Já o termo utopia remete a um imaginário transcendente, portanto, inatingível pela realidade humana. Mas, ao considerarmos a fundamentação de Mannheim (1986), há uma implicação concreta da utopia que vale considerar para a fundamentação empírica da Experiência de Branquinha. Para o autor, as ideias transcendentais são consideradas utópicas quando se transformam em conduta de vida, despertando nos sujeitos sociais o desejo de concretizá-las, mesmo que de forma parcial. A utopia, portanto, é mediada pela realidade histórica, socialmente determinada. Projeta a idealização de uma experiência de vida ao mesmo tempo em que suscita as condições físicas e materiais para a concretização dos ideais desejados, mediante as interações sociais e ao longo da história.

E aqui sugerimos outra possibilidade de abordagem posterior que os nossos estudos não contemplaram: a oportunidade de ser realizada uma pesquisa acerca das relações solidárias da Experiência de Branquinha, à luz da perspectiva prática que o sentido da utopia vem fundamentar. Obviamente, ter-se-ia a necessidade de se conjugar outros autores que pudessem dialogar com o objeto de pesquisa delimitado, a partir dos apelos que a abordagem empírica suscite no pesquisador.

O sentido da utopia foi incluído nesta reflexão na medida em que sua perspectiva histórico/prática se relaciona aos fundamentos do termo experiência. Ambos se articulam e ajudam a entender melhor a dinâmica da dádiva, que as práticas solidárias da experiência de Branquinha trataram de demonstrar. Os termos em questão significaram para nós uma das descobertas que o campo de pesquisa nos revelou, sem as quais a abordagem ficaria desvinculada dos apelos que a pesquisa de campo de pesquisa deve suscitar no pesquisador.

Constatamos que houve uma incorporação da perspectiva concreta da utopia no cotidiano dos assentados, uma vez que os sujeitos sociais projetaram seus ideais de vida econômica e solidária, ao mesmo tempo em que mobilizaram esforços coletivos para concretizá-los, obtendo melhores condições de vida. Um dos conhecimentos que inferimos do empreendimento de Branquinha é que se trata de uma experiência de vida, que une pessoas, a partir das suas práticas produtivas solidárias, em prol da realização dos objetivos. As melhorias econômicas daí provenientes tornaram-se possíveis, na medida em que foram

consequência de uma idealização utópica acerca das convicções e dos valores, bem como do desejo e do esforço coletivo para torná-los realidade.

A construção da APROAGRO, a conquista das feiras para comercialização dos produtos agroecológicos e a premiação do caminhão, obtido através do Governo Federal, que ficou sob a jurisdição da associação das mulheres, foram alguns exemplos dos resultados concretos que o empreendimento de Branquinha proporcionou aos que a ele estavam ligados. Tais benefícios foram de grande importância para os que estavam ligados à associação. Tornou-se um motivo de vitória, também para as lideranças da Economia de Comunhão, que contribuíram com o apoio sócio formativo, técnico e financeiro necessários para efetivação de tais realizações.

Os primeiros recursos destinados para a associação foram obtidos através da AMU, que é a ONG internacional fundada e gerenciada por lideranças da Economia de Comunhão e do Movimento dos Foculares. Os projetos de desenvolvimento econômicos, destinados ao assentamento, foram implementados em várias etapas, envolvendo também entidades públicas e privadas, a exemplo da Universidade Federal de Alagoas e do Banco Santander.

Houve o reconhecimento do sucesso da Experiência de Branquinha, cuja organização produtiva tornou-se notória na região onde está localizado o empreendimento. Também as lideranças da Economia de Comunhão, em âmbito regional, nacional e internacional, admitiram neste empreendimento uma dinâmica produtiva solidária promissora e capaz de ser replicada em outros lugares. Essa foi a razão pela qual as melhorias socioeconômicas da Experiência de Branquinha foram apresentados em congresso internacional da Economia de Comunhão, na África, de que tive a oportunidade de participar na condição de ouvinte.

Algumas lideranças da Economia de Comunhão, juntamente com representantes da associação das mulheres, elaboraram uma apresentação, ou melhor, na concepção teórica e metodológica weberiana, um tipo ideal (WEBER, 1999:106) acerca da Experiência de Branquinha. Conforme foi retratado para os que estavam presentes no Congresso Internacional, as práticas solidárias cooperativistas da associação das mulheres eram resultado de um projeto de desenvolvimento econômico, no qual foram aplicados os princípios da Economia de Comunhão. Segundo o que foi dito, o objetivo do empreendimento era de promover uma comunhão de vida entre todos os envolvidos no processo, a partir das suas práticas produtivas, para obter melhores condições de vida.

Interpretamos que a Experiência de Branquinha, conforme apresentada no congresso, tratava-se de um laboratório humano, no qual, para além do propósito de sustentabilidade econômica do empreendimento, a eficácia dos resultados econômicos era avaliada e

qualificada, sobretudo, pelos vínculos relacionais daí provenientes. Trata-se de um exercício econômico, cujo foco está centrado nos chamados “bens relacionais”, imprescindíveis para os empreendimentos da Economia de Comunhão. Os resultados do empreendimento foram considerados na medida em que houve condições de se conjugar economia e sociabilidades; gratuidade e reciprocidade.

Os primeiros conhecimentos e interpretações que tivemos acerca da experiência de Branquinha nos motivaram a articular, através do terceiro capítulo, o universo teórico que o objeto de pesquisa nos suscitou a realizar. Reunimos autores que dialogaram com os fundamentos da teoria da dádiva, sobretudo, a abordagem de Paul Singer (2003), acerca dos princípios da economia solidária. A perspectiva econômica comunitária e de vizinhança de Weber (1999) também foi incluída na fundamentação teórica, já que o universo sociológico de Branquinha se constituiu de um terreno favorável para as trocas de favores e benefícios entre parentes, vizinhos e amigos. Mas, a experiência de Branquinha ocorreu em meio a conflitos de ordem política e econômica, com as quais se confrontaram os princípios solidários cristãos da partilha fraterna e recíproca. Foi o que nos motivou a incluir a fundamentação econômica da religião, segundo Weber (1985), quando há uma aversão entre as esferas econômica e religiosa.

Suscitar um debate acerca do objeto de estudo, como também propiciar interfaces com autores que dialoguem ou se distanciem dessa temática, foi o que nos indicou a necessidade de iniciarmos o capítulo, apresentando os princípios da dádiva, a partir da fundamentação de Mauss (1974). A releitura permitiu-nos um desfecho fundamental: a importância dessa teoria para compreendermos as relações socioeconômicas das nossas sociedades contemporâneas, a exemplo do que nos ocorreu ao abordarmos o empreendimento de Branquinha. A dádiva é um fenômeno social, cuja definição apresenta um grau de complexidade, ao sugerir diversos elementos, inclusive, dispare, tais como: valores, sentimentos, prestígios, honras, vínculos sociais, recusas, dentre outros. Tais componentes compõem e perpassam a dinâmica do dar, receber e retribuir.

Para que sejam consolidados os vínculos sociais, através de favores e benefícios recíprocos entre pessoas e grupos, razão maior que justifica o fenômeno da dádiva, é indispensável que a transação mediada pelo favor ou benefício apresente uma reverência ritual e uma simbologia capazes de consolidar relacionamentos de estima e amizade entre doador e donatário. Aqui temos uma relação, mediada pelo dom, na qual se unem almas, segundo Mauss (1974). Trata-se de uma operação na qual se aguarda que a reciprocidade seja

realizada, ao mesmo tempo em que há a possibilidade da sua recusa, gerando conflitos através intrigas e inimizades. A penalidade maior é a quebra do vínculo social.

A dádiva, portanto, está situada entre a liberdade e a obrigação; a amizade e a intriga, entre a harmonia e o conflito. Foi a perspectiva dialética da dádiva, quando existe a possibilidade de coexistirem dinâmicas contrárias, que nos permitiu, em certos momentos das nossas análises, incluir perspectivas teóricas que as fundamentassem. Foi o caso de problematizar e de reconhecer na Experiência de Branquinha suas contradições e conflitos, a exemplo dos mecanismos ideológicos dominadores do capital, que perpassaram suas práticas produtivas solidárias.

Sem a pretensão de esgotarmos a riqueza de conteúdos e de novas abordagens que a dádiva suscita para o avanço da pesquisa sobre essa temática, é que sugerimos como possibilidade de estudo futuro a análise comparativa entre dois empreendimentos econômicos distintos quanto a sua forma jurídica, como, por exemplo, uma cooperativa e uma empresa privada. Ambas regidas pelos princípios da Economia de Comunhão. O que abrirá espaço para ser reconhecido e problematizado suas diferenças e similitudes.

Sendo o empreendimento de Branquinha uma associação que produz de modo cooperativista, sentimos a necessidade de recorrer aos fundamentos da economia solidária, sobretudo a partir da elaboração teórica de Paul Singer. Em linhas gerais, a característica principal que identifica um empreendimento solidário é a autogestão, isto é, toda a estrutura de produção, como os meios de trabalho e os resultados daí extraídos, pertence a um grupo de pessoas determinadas que se une e se organiza para produzir.

As decisões do empreendimento cooperativista são tomadas de forma democrática e comunitária, assim como os benefícios daí obtidos são revertidos em favor de todos. Esta modalidade econômica permitiu-nos estabelecer uma relação com os princípios da Economia de Comunhão, na medida em que esta proposta se aproxima do modo de produção solidário. Para Chiara Lubich (2004), a Economia de Comunhão é um tipo peculiar da economia solidária. No entanto, uma das características que consideramos própria dessa perspectiva econômica, distinguindo-a da economia solidária, é o seu caráter abrangente. Os princípios da gratuidade e reciprocidade não se destinam somente a empreendimentos cooperativistas, mas também a outras modalidades de produção, como, por exemplo, empresas privadas, sociedades anônimas, ONGs, dentre outros.

O quarto capítulo constituiu-se do seguinte objetivo: adentrar de forma mais consistente no empreendimento de Branquinha e analisar suas práticas produtivas, à luz dos princípios da Economia de Comunhão, que foram, em certa medida, demonstrados pela

Experiência de Branquinha. Os princípios da gratuidade e reciprocidade, propostos pela Economia de Comunhão relacionaram-se à dinâmica da teoria da dádiva, já que ambas as fundamentações têm como objetivo consolidar vínculos relacionais entre pessoas e grupos.

Consideramos que a Experiência de Branquinha demonstrou a teoria da dádiva, mais precisamente a dádiva da terra e dos alimentos, ao constatarmos o vínculo socioeconômico que os assentados mantêm entre si, através da terra. Chegamos a esse entendimento mediante conversas e visitas às famílias por nós realizadas. No entanto, a reunião de avaliação do projeto de Branquinha, na qual estavam presentes associados e lideranças da Economia de Comunhão, contribuiu para confirmar a importância que a terra representa para os assentados.

A ideia fundamental que introduziu e perdurou durante a avaliação do projeto de Branquinha, mobilizando a opinião dos assentados a favor do seu espaço produtivo, foi a gratidão a Deus pelo dom da terra a eles concedida, para ser partilhada e usufruída por todos. Acolher de forma coletiva e comunitária este benefício divino e obter dele o sustento para a sobrevivência dos que nele habitam era o objetivo coletivo a ser alcançado por todos. Cumprir este critério é a forma de se retribuir a Deus o presente que lhes fora concedido. Há uma relação entre os assentados e a terra que a torna uma dádiva. A terra manifesta uma dimensão simbólica, mística e divina, já que é capaz de promover a vida ao garantir o sustento das pessoas.

Para os assentados, há uma ética religiosa cristã fundamentada no preceito bíblico da criação, segundo a qual a terra foi criada por Deus para ser destinada para todos os homens¹³⁵. Portanto, segundo a fundamentação religiosa, a terra é uma dádiva, destinada para os seres humanos. Este é o ponto de convergência entre a experiência de vida dos assentados, através da sua relação com a terra, e o princípio cristão da partilha fraterna dos bens materiais, conforme sugere a Economia de Comunhão. Convém relacionar aqui a fundamentação de Mauss (1974:52; 150) acerca da dádiva da terra e dos alimentos, cujo objetivo é de serem partilhados, incorrendo-se no risco de “matar a sua essência”, caso o preceito não seja realizado.

Para além das melhorias econômicas evidenciadas no assentamento, como, por exemplo, a incrementação produtiva, através dos cursos de várias modalidades agroecológicas e da comercialização de produtos agrícolas nas feiras, consideramos que a avaliação do projeto de Branquinha teve como foco as pessoas, que expressaram seus sentimentos e perspectivas em relação às suas práticas econômicas. Se a dádiva da terra significou para os

¹³⁵ Cf. citação bíblica: Gn. 1, 27-28. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

assentados um processo de conquista, através de lutas e de resistências, para que nela permanecessem, no momento atual há problemas e desafios que permearam as relações socioeconômicas no processo de implementação do projeto de Branquinha. É a dimensão do conflito social (SIMMEL, 1983; TOURAINE, 1984) que está inerente à dinâmica da dádiva e, conseqüentemente, ao modo de produção solidária praticada pelos assentados.

Na perspectiva do conflito social, consideramos que a Experiência de Branquinha se constituiu também por tensões quanto à demarcação do espaço onde está localizada a associação das mulheres. O impasse foi por nós presenciado através de contendas que se evidenciaram entre as lideranças das duas associações do assentamento, permanecendo inalterado o local anteriormente determinado para o empreendimento das mulheres. O obstáculo enfrentado impõe um primeiro desafio ao propósito solidário de convivência fraterna, proposto pela Economia de Comunhão. Admitimos, em perspectiva dialética, uma contraposição à dinâmica da dádiva, pela recusa do vínculo relacional que deveria existir entre as duas associações.

Há, portanto, uma tensão que se estabeleceu no empreendimento de Branquinha, circunscrita entre o desejo do vínculo social e a sua recusa; entre o ideal econômico que se deseja vivenciar e o desafio de interesses econômicos dominadores. Constatamos que o maior conflito enfrentado pela Experiência de Branquinha, contrapondo os princípios da Economia de Comunhão, foram as disputas político-ideológicas que se evidenciaram entre os assentados. Foi aí que o tipo ideal (1999:106), elaborado e apresentado acerca do sucesso do empreendimento das mulheres, rivalizou com as contradições inerentes à própria realidade com a qual interagiu.

Tratamos, então, de buscar autores que fundamentassem a problemática que se estabeleceu entre as fronteiras do projeto solidário e coletivo do empreendimento de Branquinha, justificado pelo valor religioso da partilha fraterna dos bens materiais, e a sua contraposição causada por interesses particulares do grupo rival. Foi o que justificou termos incluído a perspectiva weberiana, segundo a qual há uma aversão entre a religião, aqui representada pela ética cristã da Economia de Comunhão e a esfera econômica, que a experiência de Branquinha deixou transparecer no seu processo produtivo. Trata-se de reconhecer o conflito social gerado pela recusa da dádiva, através da quebra dos vínculos sociais (MAUSS, 1974, p; 58).

Os conflitos de Branquinha, se vistos sob a ótica marxista (MARX e ENGELS, 2003), apontam que o poder e a dominação estão ligados aos meios produtivos (terra, ferramentas e maquinaria) e ao trabalho, que ficam submetidos ao domínio e à exploração dos

capitalistas. Este foi um dos impasses enfrentados pelos assentados no conturbado processo de conquista da terra. Mas, para além da perspectiva marxista, Foucault (1979) fundamenta uma ideologia dominadora que ultrapassa as bases materiais de produção, condicionando as pessoas através dos seus corpos e dos espaços por eles ocupados.

Reconhecemos que o poder e a dominação no assentamento foram oriundos de discursos, favoritismos, status social, acúmulo de riquezas por alguns e comando político. Há um poder ideológico sobre os assentados, cujas influências foram constatadas através dos espaços e dos próprios sujeitos, nos seus relacionamentos. Trata-se de um domínio que não é pontual, quando tende a diferenciar e opor os que detêm ou não o poder. Ao contrário, perpassa todos os cenários da vida social. É o que Foucault (1979) vem fundamentar acerca da microfísica do poder.

Do ponto de vista geográfico, percebemos que há uma localização estratégica que favorecia à associação dos homens, posicionada em frente a via principal de acesso do assentamento, possibilitando uma melhor visibilidade e acesso ao prédio. Consideramos também o fato de a associação ter sido o primeiro empreendimento a ser fundado no assentamento, o que lhe conferia certo *status* em relação à associação das mulheres. Os dois fatores mencionados já conferem e impõem certa autoridade dessa associação em relação ao empreendimento das mulheres. Em contraposição, há uma autoridade oriunda da experiência de Branquinha através da sua organização empreendedora e das melhorias econômicas obtidas com suas práticas econômicas. Interpretamos aí a incidência da microfísica do poder, cuja circularidade faz com que os indivíduos sociais exerçam o poder ao mesmo tempo em que sofrem suas influências.

Há um discurso de poder que se estabelece no assentamento com o objetivo de favorecer o empreendimento dos homens. Identificamos que ao mesmo tempo em que esta associação procurava impor um domínio sobre os assentados, sobretudo à associação das mulheres, também era submetido à uma dominação política, através do apoio financeiro que recebia do governo municipal. Trata-se de um poder que é reconhecido através de vários ângulos, em diferentes níveis e pontos do cenário social, a exemplo do que ocorreu entre as duas associações. Ao mesmo tempo em que se domina, sofrem-se as influências do poder. É a dominação em rede de que fala Foucault (1979).

Houve evidências da má administração dos recursos financeiros que foram destinados para o assentamento, através da associação dos homens. O prédio da associação e os veículos sob a jurisdição do empreendimento estavam deteriorados pela falta de manutenção. O problema tornou-se uma ameaça à honra e ao prestígio desta associação. Para

muitos assentados, o empreendimento havia perdido sua função de melhorar as condições de vida da comunidade. As irregularidades constatadas geraram críticas que dividiram as opiniões das pessoas em relação a qual das associações se deveria apoiar ou pertencer.

Mesmo diante dos indícios que apontaram a má administração da associação dos homens, muitos assentados sentiam-se atraídos pelo empreendimento, movidos pela promessa de obter favores e benefícios políticos, como ajuda financeira ou algum tipo de emprego. Inclusive, muitos assentados, quando por nós interrogados, não aceitaram expor suas ideias e argumentos em relação ao grupo a que pertenciam, pelo receio de serem penalizados por lideranças políticas rivais. O convencimento de pessoas através dos seus interesses pessoais ou o medo de expor as ideias e opiniões para não sofrer penalidades, configurou uma dominação ideológica capaz de condicionar discursos e comportamentos, através de pactos e negociações. Trata-se da microfísica do poder, cuja circularidade é capaz de perpassar e de dominar os discursos dos sujeitos em interação.

Outra forma de se reconhecer a causa das rivalidades entre as duas associações do assentamento foram as fofocas depreciativas contra o empreendimento das mulheres, divulgadas por pessoas ligadas à associação dos homens. Para Elias e Scotson (2000), as fofocas dependem das sociabilidades. Têm uma função social. Revelam o grau de competição entre grupos rivais. As falácias repercutem nos indivíduos como um estigma regulador de condutas, através de características negativas ou positivas, que são atribuídas a pessoas e grupos, tornando-os aptos ou desabilitados para o convívio social. Para os autores, as fofocas pejorativas têm o poder de inibir opiniões, de gerar conflitos através de intrigas e da violência física.

As fofocas depreciativas referiam-se à má administração do empreendimento das mulheres. Segundo diziam, as líderes da associação haviam contraído dívidas que não teriam condições de serem pagas. Segundo a conversa que se espalhou pelo assentamento, tais irregularidades implicariam em penalidades, como a perda do gerenciamento do caminhão, considerado pela associação das mulheres uma das suas maiores conquistas. Essa informação foi esclarecida quando tivemos acesso à prestação de contas anual da associação das mulheres, justificando as razões das despesas contraídas e sua quitação. As fofocas depreciativas em relação ao empreendimento das mulheres tinham o objetivo de desarticular as suas atividades produtivas e de induzir pessoas para compor e fortalecer o grupo dos homens.

As fofocas circulavam no assentamento sob a forma de acusação e defesa, entre os que apoiam ou não um dos empreendimentos. O que importava para a associação dos homens

era fortalecer o prestígio do candidato ao próximo governo municipal, para vencer as eleições e obter o seu apoio político e financeiro. Já para as mulheres, era de suma importância salvaguardar seus princípios de lutas e conquistas, sobretudo, os resultados obtidos através do empreendimento do qual faziam parte.

O conflito que se travou entre as duas associações do assentamento foi resultado de uma batalha ideológica gerada pela desigualdade de gênero, representada pela rivalidade entre as lideranças masculinas e femininas. Inclusive, percebemos, no decorrer das visitas e das entrevistas realizadas às famílias do assentamento, que muitas mulheres ainda reproduzem a desigualdade de gênero, através dos seus discursos e do comportamento de submissão aos maridos, conforme a tradição patriarcal impõe. E aqui temos uma questão de gênero, com base na Experiência de Branquinha, que propomos ser estudada em pesquisas posteriores, já que esta tese não contemplou tal abordagem. O conflituoso universo sociológico do assentamento de Branquinha, densamente polarizado pela aversão que há entre o grupo das mulheres camponesas e a associação dos homens, poderá abrir outros ângulos de percepção acerca do empreendimento de Branquinha, podendo, inclusive, complementar a abordagem deste trabalho.

A pesquisa de campo também revelou outros conflitos de ordem interna ao empreendimento das mulheres. A grande contradição que a Experiência de Branquinha teve que enfrentar em sua estrutura interna foi a influência ideológica do capital. Alguns associados e também pessoas ligadas às práticas produtivas aí exercitadas demonstraram interesses econômicos particulares, maculando assim os valores o projeto coletivo solidário de Branquinha. Fofocas internas e rivalidades entre alguns componentes da instituição demonstraram que há indícios de disputas pelo prestígio e comando desse empreendimento.

Verificamos que havia uma irregularidade no transporte dos agricultores para as feiras, infringindo leis de trânsito¹³⁶, bem como o objetivo econômico solidário de se primar por condições dignas de trabalho para todos. Pode-se interpretar, com isso, a lógica segundo a qual o capital tem proeminência em relação aos trabalhadores que o produzem. Trata-se da dominação do capital sobre as pessoas, do qual provém uma ideologia segundo a qual o capital é que determina as condições de trabalho, ainda que sejam desumanizantes.

O transporte irregular dos agricultores para as feiras violou os propósitos da Economia de Comunhão, sobretudo, quando esta proposta econômica estabelece condições

¹³⁶ Consultar leis para o transporte urbano de passageiros.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso 20 jun. 2018.

favoráveis de trabalho, e, conseqüentemente, o bem-estar para todos os envolvidos no processo produtivo, mesmo que isso implique em altos custos. O impasse gerou uma tensão entre os responsáveis pelo projeto de Branquinha, incluindo as líderes da associação, cujo problema foi considerado uma advertência e um apelo para ser superado.

A influência ideológica do capital esteve presente no momento de comercialização dos produtos nas feiras, onde havia a inclinação de alguns agricultores para acrescerem o preço de certos alimentos, diferindo assim da tendência comercial dos demais vendedores. Ao mesmo tempo em que a estipulação de preços, de forma individualizada, demonstrava certa esperteza de alguns agricultores para sobressair economicamente em relação aos demais, houve a necessidade de ser fixada uma tabela de preço única para todos os produtos a serem vendidos. Era esse o desejo das lideranças da associação, para que o impasse fosse solucionado.

A última contradição interna ao empreendimento das mulheres, que julgamos oportuno investigar, referiu-se à poluição do rio que corta o assentamento, causada também por algumas famílias ligadas à associação. Esta foi a razão do desacordo entre o propósito agroecológico do projeto de Branquinha e sua efetivação nas práticas produtivas de alguns associados. Já havia uma preocupação das líderes do empreendimento quanto à poluição de alguns trechos do rio que corta o assentamento, utilizado para irrigar as plantações. Verificamos que alguns esgotos domésticos das residências dos assentados, inclusive da única escola do assentamento, eram jogados diretamente no rio, sem que houvesse nenhum tipo de tratamento.

As fossas de algumas residências do assentamento corriam a céu aberto, diretamente para o rio. Inclusive, uma delas estava sendo despejada bem próxima a uma das nascentes que abastece o manancial. Trata-se de outro conflito que fere os princípios da Economia de Comunhão e os princípios agroecológicos ao prever a necessidade de uma economia sustentável, tendo por objetivo zelar pelo meio ambiente. Consideramos que a poluição do rio é um problema que exige uma solução, não só do empreendimento das mulheres, mas de todos os assentados, inclusive, das autoridades municipais.

Mesmo em meio aos conflitos e desafios, de ordem interna e externa ao empreendimento das mulheres, podemos considerar que, em certa medida, a experiência de Branquinha deixou transparecer dinâmicas de uma economia solidária e fraterna, conforme os princípios da Economia de Comunhão. Houve uma atividade comunitária de produção e de comercialização dos benefícios adquiridos através da terra, sem a interferência de agrotóxicos, diferenciando-se da lógica economicista do mercado hegemônico, cujo objetivo é de produzir,

sempre em maior escala, para obtenção de lucros. A experiência de Branquinha demonstrou a importância que a terra representa para os assentados, cujos vínculos sociais são por ela mediados.

Atitudes de solidariedade entre os assentados foram por nós constatadas, o que propiciou uma economia comunitária e de vizinhança, baseada em trocas de favores e de benefícios recíprocos. Mas, isso não significa declarar que houve uma igualdade e uniformidade de interesses coletivos e econômicos. Conflitos e contradições, que foram manifestados por disputas políticas e pela ideologia dominante do capital, tensionaram as práticas econômicas solidárias da experiência de Branquinha. No entanto, ao considerarmos a perspectiva concreta da utopia de Mannheim (1986), reconhecemos que houve um grande esforço dos envolvidos no projeto para superação dos problemas por nós identificados.

Retomamos aqui a argumentação de Touraine (2006) ao fundamentar que o convívio humano pressupõe relações sociais desiguais. Consideramos que a Experiência de Branquinha se constitui de um espaço produtivo para reconstrução de vidas e do fortalecimento dos vínculos sociais, mediados por uma dimensão economia solidária. As riquezas, quando obtidas e utilizadas conforme interesses coletivos, mesmo em meio aos conflitos e dissensões, propiciam e fortalecem os vínculos sociais. As práticas econômicas solidárias de Branquinha puderam ser identificadas através de suas conquistas produtivas e do melhoramento socioeconômico dos envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Prefácio. In: BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. **Economia civil: eficiência, equidade, felicidade pública**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010. p. 7-9.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que sociedade para a Economia de Comunhão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 21-30.
- CAILLÉ, Alain. Dádiva e Associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org). **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191-205.
- BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia In: BERREMAN, Gerald D. et al. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- BERGER, L. Peter. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Et. al. **A Profissão do Sociólogo: Premissas Epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In. **A economia das Trocas Simbólicas**. 2. ed. Perspectiva: São Paulo, 1987.
- _____. **O poder simbólico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **As estruturas sociais da economia**, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.
- _____. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. In: BRUNI, Luigino (org). **Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. pp. 41-66.
- BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. **Economia civil: eficiência, equidade, felicidade pública**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.
- CAILLÉ, Alain. O Dom entre Interesse e “Desinteressamento”. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom**. Recife: Universitária da UFPE, 2006. P. 25-65.
- CAMURÇA, Marcelo. **Seria a caridade a “Religião civil” dos brasileiros?** Praia Vermelha. 12. Rio de Janeiro, nº 12, primeiro semestre de 2005. P. 42-62.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense. 1984.

CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

ECONOMIA DE COMUNHÃO – EdC. **Relatório EdC 2009/2010**. Disponível em: <<http://www.edc-online.org/br/quem-somos/partilha-dos-lucros1312-rapporto-edc-2009-2010.htm>> Acesso em 10 de maio de 2011.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins fontes, 1991.

ENGELS, Friedrich. **Sobre la história del cristianismo primitivo**. In: Assmann, H. & Mate, R. org. Salamanca: Sígueme, 1974.

FALCONER, A P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo: USP: 1999.

FERNANDES, R.C. **Sem fins lucrativos** Comunicações do ISER 15. Rio de Janeiro: ISER:1985.

_____. **Privado porém público – o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: 1994.

FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a Economia de Comunhão. In: COSTA, Rui. et all. **Economia de Comunhão: Projetos, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2ª ed. Vagem Grande Paulista. Cidade Nova: 1998. pp. 69-92.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **A ideologia e o poder disciplinar como formas de dominação**. Trans/Form/Ação. São Paulo, 11, p. 53-59. 1998.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIUSSANI, L. **O senso religioso**. Tradução de P. A. Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GODBOUT, Jacques. Homo Donator Versus Homo Oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.): **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis, Vozes: 2002. pp. 63-97.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisas científicas**. Campinas; Alínea: 2001.

GUI, Benedetto. Empresa e Economia de Comunhão: algumas reflexões. In: COSTA, Rui. et all. **Economia de Comunhão: Projetos, reflexões e propostas para uma cultura da partilha.** 2ª ed. Vagem Grande Paulista. Cidade Nova: 1998. pp. 93-106.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa das origens das mudanças culturais.** São Paulo: Loyola, 1992.

LADAIN, Maria; COSTA, Isabel; SALLES, Denise. **As práticas de gestão de pessoas nas empresas de Economia de Comunhão: Estudo de caso do Polo Spartaco.** Cadernos EBAPE.BR. Rio de Janeiro, v 10, nº4, artigo 5, p. 858-882, Dez. 2012.

LAPLANTINE, Françoise. **A Descrição Etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEITÃO, S. P.; SPINELLI, R. A. **A Economia de Comunhão no Brasil: A produção acadêmica em administração de 1991 a 2006.** RAP, v. 42; n.2. p. 451-469.

LEITE, K. **Economia de Comunhão: Uma mudança cultural e política na construção do princípio de reciprocidade nas relações econômicas.** 2005, 370 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2005.

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, Faustino (org.) **Sociologia da Religião: enfoques teóricos.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13-34.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Prefácio. Prefácio. In: MASS, Marcel (1872-1950). **Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss.** São Paulo: EPU, 1974.

LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão: História e Profecia.** Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

_____. **Ideal e luz: Pensamento, espiritualidade.** São Paulo: Cidade Nova. 2003.

_____. **O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão.** v. IV; n. 3. 2002. pp. 9-18.

_____. **Quatro aspectos essenciais da Economia de Comunhão.** v. IV; n. 3; 2002. pp. 19-31.

_____. **Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade.** São Paulo, Brasiliense, Cidade Nova, 2003.

_____. **Vademecum para o aspecto ‘Comunione dei beni e lavoro’.** Roma, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Sul: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné.** 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MASS, Marcel (1872-1950). **Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss**. São Paulo: EPU, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundernann, 2003.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Crítica da Filosofia e do direito de Hegel**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSINI, Marina; MAHFOUD, Miguel. **A pessoa como sujeito da Experiência**. Um percurso na história dos saberes psicológicos. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom**. Recife: Universitária da UFPE, 2006. P. 89-116.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**. 3ª ed. São Paulo: Futura, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa. Editorial Presença, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundernann, 2003.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Crítica da Filosofia e do direito de Hegel**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATA, Roberto da. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. org. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 23-35.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORGAN, Lewis Henry. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MORIN, Edgar. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NICOLAS, Guy. O Dom Ritual, face velada da modernidade. In: MARTINS, Paulo Henrique. org. **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 33-61.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. org. **A Economia**

Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 333-35.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica.** Introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro. Iseb, 1958.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, William Soares. **Olhando o campo da Economia de Comunhão – EdC. Uma análise da Dalla Strada:** um empreendimento considerado da EdC. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, Paraíba, 2012.

SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. Utopias para o III milênio. In: ANDRADE, Maristela Oliveira de. org. **Milenarismos e Utopias.** João Pessoa: Manufatura, 2003. p 81-96.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** In: FILHO, Evaristo de Moraes. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. org. **A Economia Solidária no Brasil:** A autogestão como resposta ao desemprego. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORGI, Tommaso. A cultura do dar. In: COSTA, Rui. et all. **Economia de Comunhão:** Projetos, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2ª ed. Vagem Grande Paulista. Cidade Nova: 1998. p. 31-68.

TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique. org. **A Dádiva entre os Modernos.** Petrópolis: Vozes: 2002. p. 161-189.

TERIN, Aldo Natale. **O Sagrado Off Limits:** A experiência Religiosa e suas expressões. São Paulo: Loyola, 1994.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. org. **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WAHALING, F. **Chistian Theology ande Word Religion:** a global approach. Londres, 1986.

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade.** 4ª ed. Vol. I. Brasília: UNB, 2012.

_____. **Textos selecionados.** Col. Os Pensadores. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais.** In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

ANEXOS

ANEXO I – PROJETO CASA DE APOIO

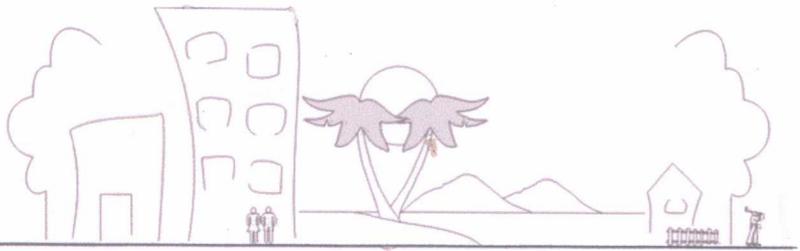
ANEXO II – ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES: ROMPENDO AS ARMADILHAS DA POBREZA ATRAVÉS DA SOLIDARIEDADE NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

ANEXO III – REGISTRO DE PRESTAÇÃO CONTAS DA APROAGRO

ANEXO IV – CORDEL 1 AGOECOLOGIA PELAS MULHERES DO CAMPO

ANEXO V – CORDEL 2 FILHO DE AGRICULTOR

**INSTITUTO
MUNDO UNIDO**
Desenvolvimento
Sócioambiental Solidário



PROJETO CASA DE APOIO

PROJETO CASA DE APOIO

1. TÍTULO

Angariar recursos financeiros e materiais para reforma e manutenção da casa de apoio situada no assentamento Zumbi dos Palmares/AL, com tempo previsto para o primeiro semestre de 2014.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE/EXECUTOR

O Instituto Mundo Unido: desenvolvimento socioambiental solidário – dss CNPJ = 10.812.990/0001- 16, Órgão proponente desse projeto, situado à Rua João G. Pereira do Carmo, Nº 46 - Apto 206, Edif. Fiordes, Ponta Verde, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas CP: 57036 – 270. Representado pela presidente Vânia Claudia Vasconcelos e Srª Maria José Soares Fonseca, coordenadora do referido projeto, domiciliada à Avenida Menino Marcelo (Lot. Vert Paradiso) Nº19, Bairro Antares, CP: 57083-410, Maceió/AL., Gilvânia dos Santos e Ana Rosa Santos de Araujo executoras do projeto.

3. DESCRIÇÃO DO TRABALHO REALIZADO PELO IMU

O Instituto Mundo Unido é uma organização sem fins lucrativos, que tem como premissa definida em seu regimento interno: “Viver o amor recíproco que torna possível a presença de Jesus na coletividade, premissa maior para a construção do mundo unido. É indispensável que a sua prática seja sempre baseada à luz do evangelho e do carisma da unidade”.

O Instituto Mundo Unido em parceria com a Universidade Federal de Alagoas teve um seu projeto aprovado pelo MEC “Plano de desenvolvimento sustentável para o Assentamento Zumbi dos Palmares, município de Branquinha/Alagoas, fundamentado nos princípios da solidariedade” para trabalhar em dois eixos: a) dimensão social que trata da formação humana para a solidariedade, envolvendo liderança local, Secretaria de Ação Social do município, UFAL e o voluntariado do Instituto Mundo Unido na captação e aplicação dos recursos e estratégias de geração de renda, b) dimensão econômica que trata de reestruturar a confecção de objetos e bolsas de fibra de bananeira e o fabrico do doce caseiro, no aproveitamento das frutas, abundantes na região, mas de difícil escoamento o que ocasiona o desperdício. Com execução prevista para 2011, cuja contrapartida é a pequena infraestrutura, ainda em construção, para o desenvolvimento das atividades produtivas.

4 CARACTERIZAÇÃO O PROBLEMA

O voluntariado, Coordenadoras e Educadoras Sociais do Instituto Mundo Unido na execução de suas tarefas locais vem sofrendo com a ausência de apoio (casa) que lhes assegurem uma comodidade para melhor assistir a comunidade de assentados.

5. JUSTIFICATIVA

O Instituto Mundo Unido sendo coligado ao projeto Economia de Comunhão, tem como missão colaborar no processo de formação do homem - como ser solidário e fraterno - e de promoção humana através de arranjos produtivos autossustentáveis, conservando a base de sustentação da vida: os recursos naturais. Assim no contexto de exclusão social em que vive a

comunidade do assentamento Zumbi dos Palmares, Estado de Alagoas, o corpo técnico e Educadores Sociais do IMU que dão vida a uma experiência-piloto que está servindo de farol às instituições locais que vem promovendo o desenvolvimento de suas populações, vêm necessitando urgentemente de uma casa de apoio que lhes permita uma estada para melhor servir a comunidade nos itens referidos a cima.

6.OBJETIVO

Conseguir colaboradores para o complemento da construção da casa de apoio.

7.METODOLOGIA

Sistema de mutirão com apoio da comunidade local beneficiada.

8.CRONOGRAMA

JANEIRO	FEVEREIRO A JULHO	AGOSTO E SETEMBRO	OUTUBRO E DEMAIS MESES
Apresentação do projeto aos empresários e amigos.	Execução do trabalho.	Instalação dos móveis e utensílios.	Utilização da casa.

9. ORÇAMENTO INICIAL

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		
LINHAS, CAIBOS E RIPAS		R\$= 2.500,00
TELHAS		R\$= 420,00
TIJOLOS		R\$= 430,00
BRITA		R\$= 100,00
AREIA		R\$= 240,00
CIMENTO		R\$= 480,00
PREGOS		R\$=40,00
LOUÇAS PARA BANHEIRO		R\$=360,42
PIA DE COZINHA		R\$=139,90
VARRA DE FERRO -----		R\$= 96,00
TANQUE DE ROUPA.....		R\$=125,00
MATERIAL HIDRAULICO.....		R\$= 630,00
ACABAMENTO E PINTURA.....		R\$=200,00
ALIMENTAÇÃO.....		R\$= 1.600,00
PROLABORE:	PEDREIRO RESPONSÁVEL PELA OBRA	
	VALOR MENSAL -----	R\$ = 1.200,00
	DURAÇÃO: SEIS MESES	R\$ = 7.200,00
*****		TOTAL GERAL
*****		R\$ = 14.561.32

ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES: ROMPENDO AS ARMADILHAS DA POBREZA ATRAVÉS DA SOLIDARIEDADE NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

“Joseph Lebret falava da necessidade urgente de proceder à conversão do homem, ou seja, de modificar a mentalidade de poder e de dominação de alguns e, por outro lado, de transformar a mentalidade de fatalismo e de conformismo de outros, (...) É esta nova ótica do desenvolvimento – a do ensino, da educação e da formação humana – que deve constituir o investimento prévio e seguramente o mais rentável para desencadear o impulso do desenvolvimento (...) Só um novo tipo de homens capazes de ousar pensar, ousar refletir e de ousar à ação poderá realizar uma verdadeira economia baseada no desenvolvimento humano e equilibrado.” (1970:96-100) Josué de Castro

Saudação aos presentes... Esta experiência - piloto desenvolvida em um assentamento de famílias de camponeses visa demonstrar que é possível romper as armadilhas da pobreza através da incorporação de princípios de solidariedade nas estratégias de desenvolvimento local com a articulação do terceiro setor da sociedade civil, dos órgãos federais, estaduais e municipais, com potencial disseminador aos assentamentos da região. A Universidade Federal de Alagoas e o Instituto Mundo Unido são as instituições propositivas e articuladoras que dão sustentabilidade à experiência.

Desde a juventude que me envolvi coletivamente com os problemas da luta do pobre pela sobrevivência. Com o lançamento da Economia de Comunhão por Chiara no Brasil em 1991, senti o chamado de dar minha contribuição e a porta que se abriu foi o caminho da pesquisa onde pude aprofundar as questões da pobreza estrutural de minha região, detendo-me no município de Branquinha, pertencente ao Estado de Alagoas.

O Estado de Alagoas, onde resido – está localizado no nordeste do Brasil, um ambiente geográfico que reflete uma complexa realidade de desigualdade regional, onde estão localizados municípios de grande debilidade econômica caracterizado pelo constante fluxo migratório de suas populações para as regiões centro-oeste e sudeste brasileiro. Imerso nesta realidade está o município de Branquinha o qual detém um dos piores indicadores sociais, tanto do país, como do Estado de Alagoas. O mesmo apesar da riqueza em termos de recursos naturais está dominado por extensos latifúndios de plantações de cana-de-açúcar, cuja atividade produtiva mantém seus trabalhadores em estado de latente miséria. Nas últimas décadas devido à reestruturação do setor canavieiro, parte destes latifúndios transformaram-se em assentamentos rurais oriundos da luta pela posse da terra. Forte sinal de transformação de justiça sócio-espacial que ainda está a espera da atenção dos governos para sustentabilidade destas famílias assentadas.

Diante desta realidade a pesquisa indicou algumas pistas de um “outro” modelo de desenvolvimento com base no suporte teórico da sustentabilidade do desenvolvimento, nos princípios da Economia de Comunhão e nas experiências de autodesenvolvimento surgidas no âmbito do Movimento dos Focolares, a saber: experiência de Magnificat, de Fontem, etc. delineando estratégias de um desenvolvimento com solidariedade para o município de Branquinha.

Com base nestas estratégias, as pistas para decolar o desenvolvimento local de pobres eco regiões rurais indicavam que: 1. a mudança deve começar dentro de cada homem através de formação continuada aos valores de fraternidade e partilha; 2. assim gera-se comunidade e associações; 3. inicia-se o processo produtivo em comunhão e em harmonia com o meio ambiente; 4. promove-se a autonomia da comunidade que sai em busca de parceiros; 5. gera-se pequenas experiências piloto que podem ser replicadas nas comunidades circunvizinhas; 6. chama-se atenção do poder público local que intimidado pela força da solidariedade passa a colaborar dando início a desestruturação das armadilhas da pobreza.

Ao término da pesquisa voltei a minha confortável sala de desenho na universidade, mas não era mais a mesma pessoa. Minha mente fervilhava de ideias, apesar do cenário hostil, vi que era possível romper as armadilhas da pobreza. Não saía da minha mente o relacionamento de solidariedade que havia estabelecido com um pequeno grupo de entrevistados e a indagação do Manoel Clemente, vereador entrevistado, cheio de esperança: “ *E depois da pesquisa vai nos deixar ?* ” Senti como Chiara que uma ponte caía atrás de mim e não podia mais voltar atrás. E agora como fazer? Com algumas voluntárias, gen e famílias começamos a visitar a comunidade e semear o ideal da unidade. Quando falava da experiência da Economia de Comunhão, os olhos de alguns esperançosos brilhavam, eles queriam algo mais e dizia ao nosso sócio invisível: Já que não posso voltar atrás abre novos caminhos! Porque não surgir uma pequena experiência de desenvolvimento com solidariedade?

Na universidade, após a pesquisa, foi lançada a semente da Economia de Comunhão: alguns professores e alunos alargaram sua visão em relação aos problemas da pobreza e viram que era possível incorporar a dimensão ética solidária na superação destes problemas, expressos nos trabalhos de conclusão de curso, e na introdução do tema em seminários e palestras, culminando no convite para transformar a pesquisa em projeto de intervenção social. Pedi afastamento de minhas atribuições de arquiteta e passei a dedicar-me integralmente ao desafio de primeiro conquistar pessoas do Movimento Humanidade Nova para depois iniciarmos uma experiência-piloto em Branquinha, na condição— como diz Chiara — de termos a fraternidade como base de nossas vidas e depois passar para um amor maior, aquele pela polis, pela cidade.

Ao tempo em que estudava para o novo desafio, elaborava e gerenciava projetos de extensão pela universidade, também criávamos uma ONG, o Instituto Mundo Unido de desenvolvimento socioambiental solidário para dar sustentabilidade e avanço a experiência, tendo como objetivo maior colaborar no processo de formação do homem - como ser solidário e fraterno - e de promoção humana através de arranjos produtivos auto-sustentáveis, conservando a base de sustentação da vida: os recursos naturais. Mesmo se de modo ainda tímido e em pequena escala, tornou-se uma instituição propositiva, formadora e articuladora política entre os órgãos federais, estaduais e municipais.

Chegando a cidade de Branquinha, por decisão das lideranças locais iríamos iniciar nossa experiência-piloto de desenvolvimento local no Assentamento Zumbi dos Palmares. Juntamente com um grupo de voluntariado, estudantes e alguns professores penetramos na esperança e na dura realidade de um povo.

O assentamento Zumbi dos Palmares possui uma população em torno de 1200 pessoas, é composto por 124 lotes, atualmente quase 50% dos proprietários estão idosos sem condições de cultivar a terra. Entre os habitantes deparamos com um pequeno grupo de mulheres – militantes do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC e jovens – participantes de grupo católico e evangélico- que ainda esperam por dias melhores. O principal cultivo é a produção de laranja lima, considerada uma das mais doces do mundo, seguida da banana, goiaba, maracujá, caju, etc. e da agricultura branca. Apesar de sua riqueza produtiva e de recursos naturais, pois é permeado por resquícios da mata atlântica, apresenta sérios problemas que mantêm as amarras da pobreza, deixando inerte o pequeno grupo esperançoso, entre eles destacam-se:

1. no aspecto sócio-ambiental-territorial: a topografia acidentada e a distância entre os lotes favoreceram ao isolamento dos habitantes, os quais também apresentam baixo nível de escolaridade e de coesão social; problemas de gênero e psico-afetivos onde a mulher é marginalizada, não tem uma renda, nem voz nas reuniões da associação geral, a qual por inadimplência, falta de governança ética não congrega a totalidade dos agricultores; apresentam baixo nível de conscientização ambiental visível através da depredação dos recursos naturais.

2. no aspecto político-institucional: o poder político com resquícios do sistema coronelista e atrelado ao poder econômico mantém as populações em estado de ignorância e dependentes do assistencialismo; descompromisso do poder local e estadual na aplicação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar com isso trava-se a abertura do mercado institucional; o município de Branquinha está excluído do Arranjo Produtivo Local da região por rivalidades políticas.

3. no aspecto agro econômico: denota-se grande debilidade econômica e desemprego estrutural causando grande fluxo migratório de jovens; poder municipal nas compras da merenda escolar não adquire os produtos locais, mas de origem industrial e de empresas capitalistas externas ao estado. Os agricultores reclamam da dificuldade de assistência técnica e abertura de mercado por parte dos governos. Apenas 20 produtores conseguem repassar seus produtos no mercado institucional, outros vendem nas feiras da região, outros a atravessadores que dão o preço muito baixo, boa parte da produção apodrecem no pomar; neste cenário muitos agricultores desistem e vão para a periferia das cidades, jovens emigram em busca de emprego, outros enveredam para o caminho da marginalidade e do tráfico de drogas.

O pequeno grupo de mulheres e jovens, mesmo se desconfiados, nos acolheram e uma delas pensava: *quem seriam estas pessoas vindas da capital? Será mais um grupo a nos enganar e que com o tempo também vai nos deixar? Ou será uma resposta de Nossa Senhora Aparecida, nossa padroeira, aos nossos clamores por dias melhores, ao nosso sofrimento de ver os frutos apodrecendo no pomar, após tanta luta prá conseguir a terra? Percebi que eram diferentes que falavam do amor, do evangelho.*

Passados alguns anos de esforços coletivos juntos a comunidade do Assentamento Zumbi dos Palmares podemos observar alguns resultados, mesmo se em pequena escala, onde se buscou

harmonizar as diversas dimensões do desenvolvimento local tendo a solidariedade como núcleo central de todas as dimensões, como demonstrado a seguir:

1. no dimensão social: visando quebrar as barreiras do isolamento e da baixa coesão social o maior desafio está sendo enriquecer o convívio comunitário levando a dinâmica da fraternidade, para isso – mesmo se somos poucos - temos indo de lote em lote, conviver com as famílias e convida-las para os momentos mensais de formação humana à solidariedade e para participarem das atividades do projeto. Alguns atenderam ao nosso chamado e em pouco tempo a palavra de vida, que já era conhecida na cidade passou a ser difundida, nos demais assentamentos. Entre crianças, jovens, adultos e alguns professores, um pequeno grupo nos acompanhava. Algumas mulheres fortalecidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas - MMC eram as mais esperançosas por mudanças, dada à situação de marginalidade que viviam.

Para estas mulheres, alguns agricultores e alguns jovens as oficinas de Economia de Comunhão caíam em terra fértil, pois aprenderam o valor da partilha e do trabalhar juntos em comunhão, mesmo se para eles a vida comunitária não era tão fácil dada à cultura do individualismo que carregavam. Pensando em melhorar a vida da mulher do campo, as mulheres do grupo foram além de toda dificuldade, se uniram, partilharam suas economias e criaram uma associação inovadora, uma associação de mulheres camponesas agroecológicas.

Visando a difusão da fraternidade nas famílias do assentamento penetramos na escola rural e motivamos os professores a ampliar seus horizontes através da participação em congressos no âmbito da Educação para a Paz promovido pelo Movimento Humanidade Nova. A partir deste encontro os professores antes desaminados e sem esperança na mudança do contexto de violência de Branquinha, voltaram motivados e convenceram o secretário da Educação para autorizar a implantação do Projeto Educação para a Paz na escola Zumbi dos Palmares que hoje recebe o mesmo do assentamento. Hoje, apesar do pouco período de implantação, já se percebe o reflexo da ARTE DE AMAR, nas atitudes de algumas crianças e suas famílias. O secretário da educação vendo os primeiros resultados positivos sugere a replicação do mesmo em outras escolas do município, ele que antes era cético ao projeto e não acreditava na mudança do atual quadro de violência em Branquinha.

Para o público jovem, com a colaboração do empresário Bosco da Dalla Strada, ocorreram capacitações em bolsas de couro, na esperança de constituir um pequeno empreendimento com os jovens. Hoje alguns destes jovens já estão no mercado de trabalho. Visando atingir outros jovens – pois continua grande a migração por falta de trabalho - estabelecemos parceria com uma escola do ensino médio para mostrar-lhes as potencialidades do local e as alternativas de geração de renda estimulando-os ao empreendedorismo rural com base na solidariedade. Se houvesse um empresário no ramo da gastronomia ou no ramo hoteleiro que investisse na produção de alimentos orgânicos com os jovens, seria um diferencial no mercado local, pois há demanda na rede de hotéis e de restaurantes, mas não há oferta.

2. na dimensão agro econômica ambiental: após a criação da APROAGRO, seguiram-se oficinas participativas que decidiram diversificar a produção existente através de atividades inovadoras, saudáveis e ambientalmente sustentáveis como a substituição do cultivo com

agrotóxico por cultivo agroecológico, o beneficiamento das frutas através da fabricação de doces e polpas para sucos e o reaproveitamento de resíduos orgânicos - o tronco da bananeira - em artesanato em fibra da bananeira. Para iniciar a produção foi decidido construir uma pequena unidade produtiva, e mergulhar nos cursos de capacitação onde envolveu em torno de 30 pessoas. Seguiram-se momentos ricos de superação constantes das dificuldades tanto da comunidade local, como dos membros voluntariado do instituto e da universidade, culminando na partilha de tempo, habilidades e de dinheiro por pessoas apaixonadas pela concretude da Economia de Comunhão.

- PERUBNA INCUBADORA -

Hoje a pequena incubadora de empreendimentos econômicos solidários, a ARTE & FRUTO é uma realidade e está na 2ª etapa de sua construção através do apoio da AMU – Azzione per on Mondo Unito, ong italiana que reflete o carisma da unidade em suas ações de desenvolvimento. Através da articulação com as instituições capacitadoras foi possível dar início aos cursos de capacitações nas técnicas produtivas e de gestão. Contudo o maior desafio, que é o desafio da própria espécie humana é conviver juntos como irmãos, daí a importância das oficinas que procuram levar os princípios da Economia de Comunhão, é como destaca a própria Maria Lucilene, presidente da APROAGRO, “...mas entre todos os cursos, o mais importante foi a EdC que nos faz viver o homem novo dentro de cada um de nós, (...), passar do capitalismo para a partilha. Essa é a dificuldade que encontramos por não ter muitos sócios na APROAGRO. A EdC é uma coisa nova nem todos se adaptam a essa forma de vida, de ter só o necessário e partilhar a outra parte com os pobres e viver o Evangelho tendo Jesus em meio.” Neste sentido parte do recurso da APROAGRO é destinado a formação do homem à solidariedade.

Mesmo se tudo ainda está na fase de investimento, percebe-se um novo dinamismo econômico no Assentamento Zumbi dos Palmares, sob dois aspectos: através da produção fabril de doce, polpas de frutas e artesanato em fibra, que envolve no momento apenas cinco mulheres as quais tiveram um acréscimo na renda familiar em torno de 10%, breve este valor passará para 40% com a abertura sistemática do mercado institucional; o segundo aspecto através do cultivo orgânico, que envolve cinco famílias, as quais tiveram um acréscimo na renda familiar em torno de 20%, comercializando os produtos em feiras livres, breve este valor também aumentará para 70% através do mercado institucional. Vale destacar que com a expansão inter municipal da APROAGRO, quatro famílias dos demais assentamentos estão tendo o mesmo acréscimo na renda familiar através do cultivo orgânico. Outros agricultores estão a caminho da aquisição da certificação – selo federal – de produtos orgânicos da agricultura familiar, desafio possível devido ao empenho do engenheiro agrônomo José Francisco que coordena a câmara de agroecologia do Instituto Mundo Unido em parceria com outros órgãos e já capacitou em torno de 100 agricultores.

No aspecto político, a pressão da APROAGRO junto ao poder local para a aplicação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar trouxe benefícios para inúmeros agricultores de cultivo tradicional do próprio assentamento e dos arredores, incorporando em torno de 60 agricultores no mercado institucional, onde através deste mercado, que ainda agrega um valor adicional de 30% se o produto for de origem orgânica, hoje as crianças da rede escolar municipal de Branquinha passam a consumir alimentos mais saudáveis e do

pequeno produtor local, como também os velhinhos e as crianças dos orfanatos são beneficiadas por uma alimentação saudável através das instituições de caridade previamente cadastradas como receptoras destes produtos agrícolas. Neste cenário os agricultores aos poucos estão mais otimistas e conscientes do valor do cultivo orgânico, não só no diferencial que agrega a renda familiar, mas como uma produção que promove a mudança de hábitos em toda família, restitui a saúde do produtor, do consumidor e da própria mãe terra. A boa notícia é que a demanda está aumentando, é uma tendência mundial, mas a oferta ainda é muito insuficiente.

Em pouco tempo a APROAGRO já é referência e um fenômeno da região em diversos aspectos, no cultural, ao resgatar o valor da solidariedade, da cultura camponesa, o folclore e a poesia de cordel; no sócio ambiental, com abrangência intermunicipal vem associado novas mulheres que saem da marginalidade e do isolamento e passam a ter vida comunitária, partilhando conhecimento e conscientização para preservação dos recursos naturais.

3. dimensão político institucional: A atuação de longo prazo, silenciosa e límpida do Instituto Mundo Unido e da universidade pelo bem comum do povo de Branquinha e o recente desempenho político da APROAGRO atraiu a atenção do poder público local e estadual que numa atitude de reciprocidade passam a colaborar com as atividades do projeto, ora fornecendo transporte, ora capacitações, ora alimentação para os eventos, bem como, estão se adequando as legislações para cumprir a determinação federal de aplicação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, através do programas federais PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar.

Outro avanço percebido após a nossa presença institucional de interação e articulação entre órgãos foi à incorporação do município de Branquinha no Arranjo Produtivo Local da Laranja Lima do Vale do Mundaú – APL, onde a APROAGRO faz parte do grupo gestor e participa das diversas rodadas de negócio, trazendo para os agricultores novas capacitações e oportunidade de mercado. Já no âmbito da universidade, decorrente destas articulações e de eventos temáticos voltados ao pequeno agricultor e a disseminação da agroecologia, foi possível romper as barreiras que dificultavam a aprovação semanal da feira orgânica que atualmente ganhou o interesse da mídia local e nacional e tem trazido grande benefício à comunidade acadêmica e circunvizinha, ao ponto de atrair a atenção da professora Alice da faculdade de nutrição e especialista em Segurança Alimentar, a qual adotou a sustentabilidade da feira orgânica da universidade como objeto de seu projeto de extensão. Todo esse ambiente foi favorável na superação das barreiras internas que também dificultavam a aprovação do curso de agroecologia que é voltado para o fortalecimento do pequeno produtor, onde de lá também, o professor Abel, estimulado por nossos alunos bolsistas, entre eles, o nosso Marlon, *in memoriam*, adotou o estudo do uso sustentável do solo e o mapeamento dos recursos naturais como objeto de seu projeto de extensão.

Nestes 13 anos da experiência-piloto foi possível perceber, através dos desdobramentos, a mão do sócio invisível a conduzir nossos processos sempre que lhe deixamos espaço indo além das nossas fragilidades, entre avanços e retrocessos, próprio de um trabalho em um

contexto de baixa coesão social, mas onde para um observador sensível aos sinais de solidariedade é possível perceber a força criativa da solidariedade no clima entre alunos, professores e técnicos do instituto Mundo Unido e nesta sinergia envolver também a comunidade local. Esta nova forma de enfrentamento dos problemas da pobreza foi percebido pelos órgãos de apoio e pela própria universidade ao ponto de nossa experiência ser adotada pela professora Adriana Alvarenga como estudo de caso em sua tese de doutorado comprovando a teoria de que também em países emergentes e em regiões de baixo IDHM podem ocorrer dinamismos econômicos através da interação estável e que essa interação contribua para que os membros da comunidade atuem diretamente em sua realidade modificando-a; através da aprendizagem que apesar da existência de conflitos, estes, não impedem a resolução conjunta de problemas e a atuação contínua e frequente de parceiros, o que a fez evidenciar desta forma a existência de circuitos inovativos no assentamento Zumbi dos Palmares os quais já estão rompendo as armadilhas da pobreza e fazendo ecoar o sonho de Zumbi por dias melhores para seu povo.

Movimento do Caixa

DO ASSOCIADO

GRAFSET

DA Ocorrência, com
Dupl. Pedro

DATA	DESCRIÇÃO	TOTAL
13.01.2016	01. Pneu. usado	100,00
13.02.2016	01. Induzido, post. escova	50,00
14.02.2016	01. Ferragem	38,00
23.02.2016	01. Pneu. Escova	100,00
	Mod. de obra	50,00
		338,00
21.04.2016	01. Polimento. Osmilino	220,00
	04. Bucha Sargite. Osmilino	60,00
	01. Mod. de obra	60,00
		4,90
		344,90
05.07.2016	01. Induzido, partida	100,00
	01. Composto. no motor de partida	50,00
		150,00
05.07.2016	01. SupORTE de escova	60,00
05.07.2016	01. Litra de óleo	90,00
		150
05.08.2016	02. 7c	11,00
06.09.2016	01. Silicose. escova	30,00
01.09.2016	01. Saco de fotocópia	12,00
28.09.2016	10. Motor de escova	1.900,00
19.10.2016	02. Comp. de partida	30,00
01.11.2016	01. Litra de óleo	15,00
01.11.2016	01. Montagem	3.506,90
		X X X X
		X X X X
		3.506,90

ANCERO

VEREIRO

960
311

0
10
10

10

BND

210

110

1100

Associação de produtores Agroecológicos da Zona da Mata de Alagoas

prestação de contas do caminhão do Ano 2016

Ano 2016	Entrada	Gratuita	PAG. Motorista	Despesas
JANEIRO	890,00	849,29	840,00	
FEVEREIRO	866,50	599,34	735,00	938,00
MARÇO	1.915,00	680,00	705,00	
ABRIL	1.570,00	739,64	875,00	304,90
MAIO	2.595,00	1.270,77	1.120,00	
Junho	2.854,00	1.233,47	1.120,00	
JULHO	1.495,00	909,38	770,00	300,00
AUGOSTO	1.520,00	1.278,29	1.050,00	14,00
SETEMBRO	2.550,00	1.069,89	1.930,00	62,00
OUTUBRO	2.233,00	1.372,00	1.190,00	1.840,00
NOVEMBRO	1.600,00	899,89	840,00	45,00
DEZEMBRO	1.855,00	773,26	770,00	

total 22,243,50 total: 11,645,22 total: 14,945,00 total 3,506,28
 Dinheiro 5,040,00
 27.313,50

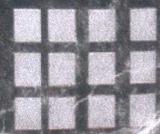
total da entrada: 27.313,50
 total Geral de Despesa: 24.127,12
 Saldo de 2016: 186,38

em 15.08.2017 foi a prestação de conta Geral do ano de 2016.

NASCIMENTO bju
4100

Movimento de Caixa

caminhão



Movimento de Caixa

Firma: APROAGLO
 Data: 01.09.2017 Nº: _____

Movimento	Histórico	Entradas	Saídas
	Galalina S10	2.800,00	
18	S10 32.361,4		
19	S10 30.511,1		100,00
20	11 15.159,14		100,00
21	11 16.121,14		50,00
22	11 30.311,4		50,00
23	11 29.962,14		99,99
24	11 21.552,14		100,00
25	11 22.291,14		70,02
26	11 22.291,14		76,00
27	11 24.882,14		30,00
28	11 22.412,14		30,00
			<u>900,00</u>
	balas de perdigão		10,00
	mao de obra		20,00
	pagamento do material e pelo serviço prestado a proprio.		2.655,06
			<u>2.705,06</u>
			<u>4.355,06</u>

Histórico			

A Transportar
 Totais do dia.....R\$ _____
 Saldo Anterior.....R\$ 636,00
 Saldo Atual.....R\$ _____
 (Soma para conferência).....R\$ _____

Caixa: _____ Visto: _____

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - IPD/FIPLAN
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/AL
 SISTEMA DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA - SISP
 TRATO DE INFRACOES

RELATORIO - MNCPE001
 EMISSAO - 25/09/2017
 SISP HORA - 09:16:14
 PAGINA - 002

VEICULO/UF: OHE1244 AL CHASSI: 93ZC70C01D8449656
 MODELO/RCA/MOD: IVECO/DAILY 70C17HDCS

RENAVAM: 579330575
 TIPO: CAMINHAO

M. AUTO DAT.COMET. HORA MUN. LOCAL COMETIMENTO AUTO RETIRADA
 D. INFRACAO GRP VALOR NUMERO GUIA
 GAO AUTUADOR SITUACAO

000202642	04/06/2017	05:43	2785	AV. DURVAL DE GOES M	0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
000204926		05:40	2785		0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
001982238		13:46	2785	BR104 KM 94,76	0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
000207236	11/06/2017	05:37	2785	AV. DURVAL DE GOES M	0		
7463	TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MAXI					156,18	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
H000209515	17/06/2017	05:17	2785		0		
7455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
H000210990		05:18	2785	AV. FERNANDES LIMA X	0		
7455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
000221139	02/07/2017	11:00	2785	AV. GOV. AFRANIO LAG	0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
00236653	22/07/2017	10:04	2785	AV. DURVAL DE GOES M	0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
0237333		09:48	2785		0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
0237670		05:46	2785		0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
5904	23/07/2017	09:26	2785		0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							
597		06:06	2785		0		
455	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.					104,12	239537076
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO => INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=							

ESTADO DE ALAGOAS - IPD/FIPLAN
 GOV. ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/AL
 DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA - SISP
 DE INFRACOES

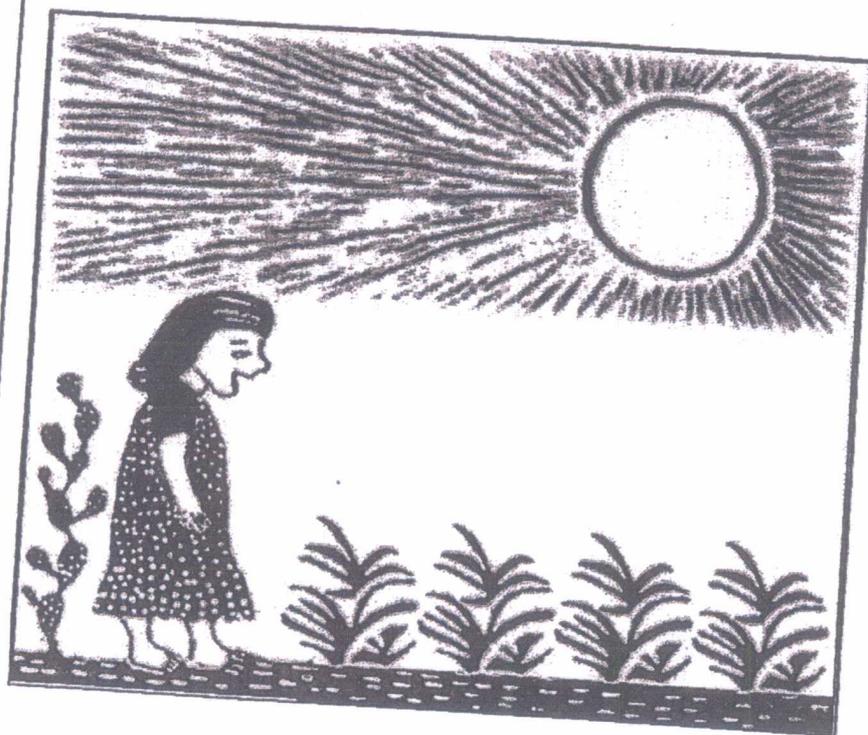
RELATORIO - MNCPE001
 EMISSAO - 25/09/2017
 HORA - 09:16:14
 PAGINA - 003

VEICULO/UF: OHE1244 AL CHASSI: 93ZC70C01D8449656
 MARCA/MOD: IVECO/DAILY 70C17HDCS
 RENAVAM: 579330575
 COR: BRANCA TIPO: CAMINHAO

NUM. AUTO	DAT.COMET.	HORA	MUN.	LOCAL	COMETIMENTO	AUTO RETIRADA
COD. INFRACAO	ORGAO AUTUADOR	SITUACAO	GRP	VALOR	NUMERO	GUIA
S002730686	09/07/2017	05:26	2785	BR104 KM 96,37		0
7455	DNIT	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.		104,12		
=> INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=						
H000240616	30/07/2017	06:04	2785	AV. DURVAL DE GOES M		0
7455	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.		104,12	239537076	
=> INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=						
H000246553	20/08/2017	05:59	2785			0
7455	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO	TRANSITAR EM VELOC.SUP.A MAXIMA PERMIT.		104,12	239537076	
=> INFRACAO SOMENTE AUTUADA <=						

	QUANTIDADE	VALOR
SUSPENSAS.	0	0,00
ATIVAS....	27	2.863,30

Literatura de Cordel
**Agroecologia pelas
Mulheres do Campo**
Autora: Maria Lucilene dos Santos



2015

DEDICATÓRIA

Este folheto foi impresso por ocasião da II SEMANUTRI e III Seminário de Extensão da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas, com o objetivo de resgatar a cultura popular no contexto da educação em saúde e da promoção da alimentação saudável.

A ideia surgiu a partir da integração com a comunidade e aproximação com a realidade, viabilizada por atividades práticas de disciplinas da área de Nutrição em Saúde Pública.

Os versos foram escritos por Maria Lucilene dos Santos, camponesa da Associação de Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata Alagoana (APROAGRO), do Município de Branquinha-AL, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas. Retratam a luta pela terra para o plantio de alimentos e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas. A preocupação com a produção de alimentos saudáveis, isentos de agrotóxicos, cultivados com princípios agroecológicos, que visam a preservação do meio ambiente e da vida está presente em todo o texto.

Agradecemos à autora e aos professores e alunos que colaboraram para a confecção deste material.

Maceió, 9 de setembro de 2013

Maria Alice Araújo Oliveira

“Dedico a Cristina Lira, nosso Anjo.
Ao Francisco (SEAGRI) que tem nos ajudado a recompor nosso meio ambiente.”

Ao Instituto Mundo Unido com todos os seus voluntários.”

Agradecimento

“Agradeço a Deus, a Nª Senhora Aparecida e a Chiara, fundadora do Movimento dos Foclares.”

Maria Lucilene dos Santos

COMEÇO DE UM RECOMEÇO CONTADO EM CORDEL

Foi no ano de 1996, mês de Março,
Que então saíram noite a fora,
Em busca de solução.
Eram todos agricultores.
Para busca de nova sorte
Foram parar numa terra
Chamada Cabeça de Porco.

Essa terra no passado
Era de grupos formados
Por agricultores que tinham
Terras e fartura, mas
Chegando os latifúndios,
Chamando todos de "vagabundos"
E os expulsando da terra...

A terra foi dada por Deus
Para nela se viver,
Tirar o nosso sustento
E o que sobrar vender,
Viviam todos tranquilos,
Alegres ao cantar dos grilos,
E os vaga-lumes a piscar.

Contando nossas histórias.
E as crianças alegres no terreiro
A brincar.
Assim que fomos expulsos,
Sem a terra onde viver,
Uns foram para a favela,

Outros ficaram sem ter o que comer.

Apelamos ao sindicato:
O que vamos fazer?
Organizados em grupos, além do sindicato,
A Igreja também,
Fomos falar: assim não dá pra viver!
Procuramos um movimento,
Achamos o MST!

Aí formamos uma fila
E juntos em caminhada,
Fomos procurar as terras
Que de nós foram tiradas,
Pra fazer nossas moradas.

Chegando aqui em Branquinha,
Ocupamos cinco áreas da usina
Simeão, conhecida como "fera"
Que batia nos trabalhadores
E os expulsava da terra.

"É aqui mesmo. Vamos ficar."
Todo mundo decidiu.
Mesmo enfrentando os pistoleiros,
Que nos chamando de "arruaceiros",
Nos queriam expulsar.

Nessa época, Branquinha era
Pequena e sem beleza, mas aos
Poucos foi crescendo com a classe camponesa.
Começamos a cultivar, mexer a terra, plantar,

Arrancar os pés de cana que não matava nossa
Fome, e em mandioca arriscar.
Fazia logo “beiju” pra comer
Com “nambu”, enquanto as galinhas criam.
Aí sim, vimos resultados.
Fomos plantar fruta animadas,
Mas a terra estava acabada
De tanto ser maltratada pelos
Usineiros do passado.

De tanto agrotóxico usado,
Plantar o milho e o feijão,
Não dava bom resultado.
Mas a fruta deu de boa
E era negócio fechado.
No início, o povo unido, todos eram unidos.
Enquanto passava fome.

Mas depois meu amigo,
Começando a enriquecer,
Dá pra você entender?
Agora, era individual.
E Deus de cima olhando,
Como muda o Capital
Eles não tinham noção do que
estavam fazendo.

Apelamos para os técnicos
Pra não deixar se perder. Fazer doce
Não dá, fazer poupa também não.
Diante das grandes fábricas
Como é que vão vender?

Desse jeito nós ficamos
Um pouco desanimadas.

Organizados em grupos
- homem e mulher – que beleza.
Vamos fazer uma feira
Pra vender o que sobrou
Vendendo pato galinha e carne da bodinha que
Lá no lote criou.

As frutas também fazem parte
Desta vida camponesa.
O cultivo agro-ecológico
Traz a vida mais beleza.
E tudo isso Deus agradece,
Vivendo na natureza.
Tendo fruta em abundância
O que vamos fazer?

E trouxeram alguns cursos
Pra ver se adaptavam-se:
Pintura, corte, costura,
Artesanato de palha,
Recreação para as crianças,
E até os dentes ajeitava.
Fomos ao presidente
E a resposta era quente:
“esse projeto já fiz”.
Sem dar mais pra esperar,
Já dez anos transcorriam.
Começamos primeiro no

Plano espiritual, para poder nos
Achar, pois estávamos perdidas
Se fosse por ele esperar.

Recebemos um convite, no ano 2002,
Para participar de um retiro, lá na chácara
Rosa Mística e começamos a meditar,
Quando chegou um recado:
"Cristina manda chamar pra
Conhecer um movimento que aqui
Quer se instalar."

Ficamos meio receosas, sem
Conhecer o que era. E foi aí que Deus
Pegou, é isso que tu espera.
Se for para o bem de todos,
Aguarda lá um pouquinho,
No centro paroquial,
Na cidade de Branquinha.

As lavouras iam chegando e eles
Logo vendendo e atravessadores,
Que vinham comprar barato.
No suor foi levado, pelas mãos
De quem nunca na terra trabalhou
E nem tampouco plantou, perdemos
Nossos esforços, e muitas vezes
Nos enganou.
Se existisse união,
Talvez não fosse assim não,
Chegaram os "profetos", dinheiro
E ficou ainda pior, empregaram em carro velho

Cavalo de um olho só.
E o restinho que sobrava
Era cachaça e forró.

Mas não foram todos, não.
Teve deles que pensou.
Trabalhou no seu lote
E logo, todinho plantou.
Trabalhava com a família
E fazia a partilha
Que cada vez mais aumentou.

E um povo muito simples,
Porém diferente de nós,
Vinha lá da capital.
Era um povo inteligente,
Ensinava tudo a gente,
Na base da comunhão.

Apareceram o SEBRAE,
SEAGRI e SENAR
Com tantos cursos,
Para todos preparar.
E até Instituto para nos orientar,
Tiveram de criar.

Aí foi uma beleza!
Nunca vimos tanta riqueza
E tantas mãos para ajudar.
Formamos a ASSOCIAÇÃO,
Já estamos quase aprendendo
Com os negócios lidar, e saber

Que juntas somos mais fortes.

Noutro curso que fizemos,
Acabamos compreendendo,
Que dispensando as besteiras
E abraçando as companheiras,
Todas juntas, venceremos.

BOTADO NA TERRA NASCE FOI A MULHER QUE FALOU

Agroecologia é uma panela mágica
tá na boca e não sai,
Quem sabe dela é a mulher
Que tem a sua magia, tem o conhecimento
Botou na terra e nasceu.

Foi assim que começou
Os homens ainda não plantou
A sua mulher sabia
Que trazendo lá da mata
Botando na terra nasceu.

A mulher tão cuidadora
De zelar pelo ambiente que vivia
Os homens traziam da mata animais
Que encontrava para a alimentação
A mulher pensava assim:
E se eu juntar as bichinhas vai ter grande criação.

Lá foram assim plantando: a maniva da mandioca,
O caroço do tucum, a semente da abóbora que dava o jerimum
A mandioca ela ralava e fazia o beiju
E começou a cultura chamada de agricultura.

E aí eu te pergunto quem é o agricultor?
É o homem ou a mulher que foi na terra e botou
Mais pra dizer que é ele, pra nós só restou só um nome
Dona de casa, doutor.

Tem tal de economia feminista quem sabe dela é o artista
Só não quer se revelar é aquelas escondidas
Para não remunerar
É a galinha que cria o quintal que vai limpar
O feijão que você colhe, o milho que vai plantar
Não é reconhecido como trabalho é uma forma de ajudar

Nossa classe camponesa trabalha a ecologia,
Mulher converte marido, marido converte os filhos
Protege o meio ambiente se une toda família
Muda o hábito alimentar a consciência também
Enlatado não tem jeito engarrafado também
Vamos fazer alimentos pra comer e viver bem.

Eu quero até mudar esse nome agricultora
Eu quero é ser camponesa
A mulher da esperteza que seu nome transformou
Acreditando na luta mudando toda conduta do agricultor.

Hoje meu pensar é outro deixamos essas besteiras
Homem hoje lava a roupa, cozinha, faz seu pirão,
Partilha com a família e faz a celebração

Vamos junto as caminhadas fazemos reunião.
Homem hoje é Maria e Maria é José
Deixamos essa conversa que só quem cozinha é mulher.

Fazendo nossos remédios das plantas medicinais,
Comendo nossa galinha e a carne da bodinha que criamos nos quintais

As nossas frutas e verduras que plantamos lá na roça
Deixando todo transgênico, conservando as sementes
Assim é bem mais gostosa.

NO TEMPO EM QUE VIVEMOS OU MUDAMOS OU MORREMOS

Nosso M.M.C

Tá se espalhando no mundo

Levando conhecimento

E outro desenvolvimento

Para o povo libertado

De todo pecado

Que nos mata no relento.

Alimento é saúde

De tudo que comemos,

Produtos sem agrotóxicos

Para comida saudável:

É tudo o que queremos

Pra toda sociedade.

Nosso movimento é
Movimento feminista,
Defende a ecologia
E o nosso meio ambiente
Dos setores ruralistas
Construindo nova história
De uma camponesa quente.

O nosso trabalho é
Que gera toda riqueza
Dos grandes e poderosos
Que sempre se apropriaram
Do trabalho da pobreza –
Sobretudo das mulheres,
Que tanto são esforçadas
Como desvalorizadas,
Restando donas de casa.

Aqui falo dos esposos:
De tudo que foi falado
Eles inda fazem pouco
Muitos tratando a mulher
Como uma desprezada
Acham que ele pode tudo
E a mulher não pode nada.

Muitas vezes a mulher
Vira objeto descartável,
Tem ela só pra uso
E depois é descartada
Não sabendo que os homens
Sem mulher não valem nada.

Nós mulheres lá da roça,
Sujeita do pé rachado,
Da pele queimada escura,
Das nossas mãos calejadas
Produzindo a comida
Pra burguesia sarada.

A mulher tem mão de ouro
Muitas vezes é uma fada,
Tem pensamento gigante,
Sabe partilhar o sangue
E muitas vezes parida
Só ela tem esse dom:
Para gerar tantas vidas.

COLABORADORES:

Professoras da Faculdade de Nutrição:

Maria Alice Araújo Oliveira

Leiko Asakura

Tatiane Leocádio Temóteo

Risla Cristina Egito de Menezes

Emília Chagas Costa

Giovana Longo-Silva

Alunas do Curso de Nutrição:

Bárbara Isadora Barros de Souza

Camila Justino da Mota

Projeto Zumbido: A solidariedade como fundamento do desenvolvimento local sustentável no fomento ao Empreendedorismo Rural no Assentamento Zumbi dos Palmares - Município de Branquinha / AL (Programa PAINTER 2013).

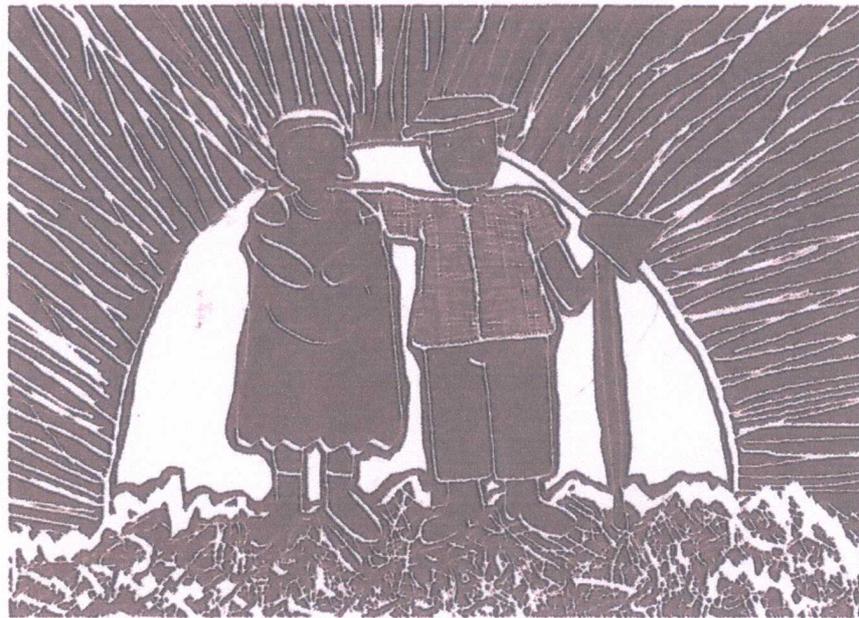
Projeto Colhendo Bons Frutos: Nutrição e Agroecologia. (Programa PAINTER 2014).

APOIO:



FILHO DE AGRICULTOR

AUTORA: MARIA LUCILENE DOS SANTOS



BRANQUINHA - ALAGOAS - 2016

FILHO DE AGRICULTOR
TAMBÉM PODE SER DOUTOR
NÃO ESQUECENDO DA TERRA
QUE TANTO TE ALIMENTOU
QUANDO PAPAI E MAMÃE
A SEMENTINHA PLANTOU

VAMOS ACABAR COM ESSA HISTÓRIA
QUE MUITA GENTE FALOU
QUE TERRA NUNCA DÁ CERTO
ESTUDE MAIS!

NÃO SEJA COMO PAPAI, VOVÓ
QUE NA TERRA SE ACABOU
ASSIM VAI SE ACABANDO
OS FILHOS DE AGRICULTOR

TEM MUITO JOVEM QUE FALA
QUE O PROFESSOR FALOU
ESTUDE PARA SER DOUTOR
NÃO SEJA COMO SEU PAI
SENDO SEMPRE AGRICULTOR

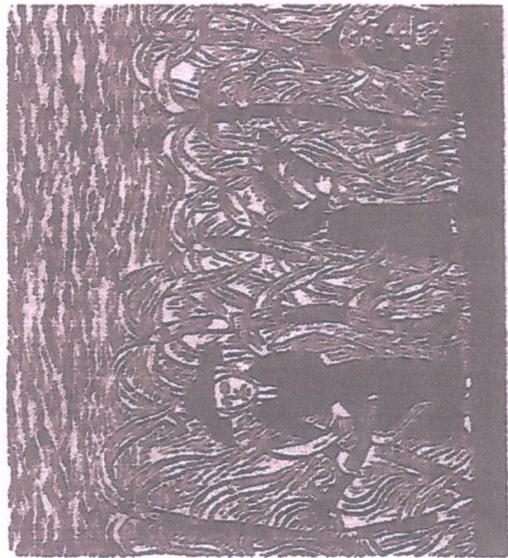
É DESSE JEITO QUE FALA
COM FILHO DE AGRICULTOR?
SABENDO QUE ELE PRECISA
DE TUDO QUE FLANTOU

ESCUTE BEM MINHA GENTE
NINGUÉM VIVE SEM O CAMPO
QUE O NOSSO DEUS DEIXOU
ONDE PAPAI E MAMÃE,
JUNTAMENTE COM O VOVÓ
CRIAVA PATO, GALINHA
E FELIÃO CORUJINHA.

QUE ATÉ HOJE ME LEMBROU
QUE TUDO VINHA DA ROÇA
DAS MÃOS DO TRABALHADOR
PLANTADA FELAS MÃOS DE GENTE
FILHO DE AGRICULTOR

A AGRICULTURA É
UMA BELEZA SEM PAR
MAMÃE COZINHA O FELIÃO
PAPAI NA ROÇA A LIMPAR
A FILHA VARRE O TERREIRO
E A ROUPA VAI LAVAR
O FILHO CUIDA DOS ANIMAIS
A VOVÓ VAI LÁ MUDAR
BOTA MILHO PARA AS GALINHAS
E OS OVOS VAI CATAR
LEMBRANDO DA JUVENTUDE
DA ENXADA, DA FOICE PARA ROÇAR.

CHEGANDO AO FIM DE SEMANA
VAI FAZENDO A COLHEITA
PARA NOS ALIMENTAR
E O POUCO QUE AINDA SOBRA
VAI LÁ NA FEIRA VENDER
UM ALIMENTO, FRESCUINHO
LIMPO QUE É UMA BELEZA
VÃO JUNTAS NO CAMINHÃO
AS MULHERES CAMPONESAS



A TARDE É UMA ALEGRIA
O DINHEIRO VEM NO BOLSO
PARA PAGAR A ENERGIA,
A SANDÁLIA DA MARIA
E A ROUPA DO JOÃO
COMO TUDO É NO CARTÃO
PODEMOS ATÉ DIVIDIR
FICANDO MELHOR ENTÃO
PORÉM, TENDO MUITO CUIDADO
PARA NÃO ESTOURAR O CARTÃO
POR QUE AINDA FALTA PAGAR
O RÁDIO E A TELEVISÃO.

O TRABALHO LÁ DA ROÇA
GENTE TEM VERGONHA
DIZENDO SOU ESTUDANTE
ISSO É SER IGNORANTE

DA PROFISSÃO QUE GANHOU
EU SOU FILHO DE AGRICULTOR
TENHA CUIDADO RAFAZ
SENDO DOUTOR, PROFESSOR,
PRESIDENTE, VEREADOR
PENSE BEM, LÁ NO COMEÇO NA CRIAÇÃO
QUE DEUS FORMOU
TODOS ERAM AGRICULTOR

NÓS LÁ NA ROÇA
FICAMOS UM POUCO ESQUECIDO
TUDO HOJE É BURGUESIA
NÃO LIGAM MUITO
FICAMOS UM POUCO PERDIDO

QUE FALANDO MUITO
ARA COM A SUAS MÃOS
CAVANDO A TERRA,
LEVA SOL, ÂNDA DESCALÇO
FISA NA LAMA COM FÉ
SABENDO QUE A MÃE TERRA
TODO SUSTENTO TEM NOS DADO
E TEM NOS ABENÇOADO
E A TODO ESSE FOVO QUE
TEM NOS AFOIADO.

OBRIGADO FOVO AMADO
QUE A CORRENTE DA VIDA
FEZ DE VOCÊS UM SOLDADO.
PARA DEFENDER UM FOVO
QUE VIVE LÁ NO ROÇADO.

TERMINANDO ESSE CORDEL
QUE VAI SER POR MIM PREPARADO
COM A INSPIRAÇÃO DE DEUS
PARA VOCÊS SEREM TOCADOS.
QUE A AGRICULTURA CAMPONESA
ESTÁ DANDO RESULTADO.

Fin
20/12/20

COLABORADORES:

